ANAIS DE TRABALHOS

I CONGRESSO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO SERTÃO PARAIBANO
IX CONGRESSO DE PSICOLOGIA DO UNIFIP

Tema Central

Psicologia e Direitos Humanos: Interlocuções e Práxis sem Muros

Organizadores

Débora Najda de Medeiros Viana
Layrtthon Carlos de Oliveira Santos
Gleidson Diego Lopes Loureto
Daniela Ribeiro Barros
José Anderson Galdino Santos
Giovani Amado Rivera

Centro Universitário UNIFIP, Patos – PB.
29 a 31 de outubro de 2019.

ISBN: 978-85-68196-23-6

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados de Acordo com AACR2, CDU e CUTTER
Biblioteca Central - FIP

Gr
A532i Anais do I Congresso Regional de Psicologia do Sertão Paraibano: IX Congresso de Psicologia UNIFIP: Psicologia e Direitos Humanos: Interlocuções e Práxis sem Muros. Período de realização 29 a 31 de outubro de 2019. – Patos, PB: UNIFIP, 2019.

Organizadores: Débora Najda de Medeiros Viana;
Layrtthon Carlos de Oliveira Santos
Centro Universitário - UNIFIP
ISBN XXXX-XXXX

1.Congresso de Psicologia 2019. 2. Psicologia. 3. Anais.
I. Título II. Centro Universitário UNIFIP.

UNIFIP/BC CDU: 159.9(058)
Francisco C. Leite – Bibliotecário. CRB 15/0076

ISBN: 978-85-68196-23-6

CORPO EDITORIAL DOS ANAIS DO I CONGRESSO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO SERTÃO PARAIBANO E DO IX CONGRESSO DE PSICOLOGIA DAS FIP

REITORIA

João Leuson Palmeira Gomes Alves

VICE-REITORA

Sylvania Palmeira Gomes Alves

COORDENAÇÃO ACADÊMICA

Elzenir Pereira de O. Almeida
Luzia Mendonça Torres

PRO-REITORA ACADÊMICA

Alana Candeia Melo

PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO PESQUISA

Milena Nunes Alves de Sousa

COORDENAÇÃO COOPEX

Flávio Franklin Ferreira de Almeida

COORDENAÇÃO DO CURSO

Débora Najda de Medeiros Viana

COMISSÃO CIENTÍFICA

Layrtthon Carlos de Oliveira Santos
Gleidson Diego Lopes Loureto
Daniela Ribeiro Barros
José Anderson Galdino Santos
Giovani Amado Rivera

EDITORIAL

Todo e qualquer ser humano tem direito a ter direitos. Entretanto, sabe-se que a efetivação e o percurso que assegure tais direitos, embora universais, não implicam em um processo simples, seja do ponto de vista histórico, jurídico, econômico, social, etc. Para além de normativas e instâncias intrínsecas a esta discussão, estão os campos de saberes científicos constituídos, destacando-se entre eles, a ciência psicológica. Diante deste terreno ambivalente e complexo dos direitos e garantias, alguns questionamentos surgem como importantes: há relação entre psicologia e direitos humanos? O que pode fazer a Psicologia em relação aos Direitos Humanos? Quais os alcances e possibilidades de intersecção entre a ciência psicológica e os direitos humanos? A partir, precisamente, desses questionamentos é que o I Congresso Regional de Psicologia do Sertão Paraibano e o IX Congresso de Psicologia do Centro Universitários de Patos (UNIFIP), sob o título "Psicologia e Direitos Humanos: interlocuções e práxis sem muros", problematizam esta questão a partir dos pilares sociedade, representatividade, inclusão e sustentabilidade.

Por consequência, a Psicologia, constituindo-se como ciência e profissão, assume um compromisso ético-político com a sociedade, devendo exorbitar os limites físico-geográficos das universidades, não podendo ser um campo do saber científico voltado ao atendimento das necessidades e anseios de apenas uma parcela populacional. Assim, torna-se fundamental o alcance, sobretudo, de grupos sociais minoritários, estigmatizados e que são destituídos de poder de expressão no meio social. Precisamente, é dentro deste contexto, que as reflexões acerca do respeito ao sujeito humano, ora foram concentradas.

A busca pela promoção de um compromisso social da Psicologia, no que tange à sua intersecção com os direitos humanos, considera obrigatoriamente discursos e práticas que objetivem fortalecer o reconhecimento de garantias e direitos fundamentais da população brasileira. Ressalta-se que, dentro de um cenário em que constantes mudanças sociais geram novos desafios sociais continuamente, é urgente que os saberes psi conjuguem, de um lado, o dispositivo da responsabilidade social e, por outro, o domínio de padrões técnicos de atuação profissional; apenas diante deste cenário é que se pode almejar uma profissão que seja reconhecida, solicitada e entendida como fundamental pela Sociedade Civil Brasileira.

Finalmente, reunimos nestes anais os trabalhos apresentados no referido evento, expressando diálogos e possibilidades de relações entre a Psicologia em suas diferentes áreas (Clínica, Saúde, Organizacional, Educacional e Social) com os direitos humanos.

Desejamos uma boa leitura,

A organização.

SUMÁRIO

PSICOLOGIA CLÍNICA.....10
MODALIDADE: GRUPOS DE DISCUSSÃO.....11
AS VIVÊNCIAS DE FAMILIARES DE AUTISTAS E A NECESSIDADE DE SUPORTE PSICOLÓGICO.....11
NEUROPSICOLIGIA: REABILITAÇÃO, RESILIÊNCIA E EMPODERAMENTO ...12
PLANTÃO PSICOLÓGICO: PRÁTICAS EMERGENCIAIS DE ACONSELHAMENTO A MÃES DE USUÁRIOS DO CAPS INFANTIL 13
MODALIDE: RESUMOS SIMPLES.....14
A ESQUIZOFRENIA E A LUTA ANTIMANICOMIAL.....14
A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA FRENTE AO ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA 15
A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS: UMA BREVE REFLEXÃO.....16
NOVOS PARADIGMAS ÉTICOS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO BRASIL .17
QUESTÕES ÉTICAS NA COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DO PSICODIAGNÓSTICO.....18
MODALIDADE: TRABALHOS COMPLETOS.....19
UMA REVISÃO ACERCA DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA O PORTE E ARMA DE FOGO.....19
PSICOLOGIA DA SÁUDE.....26
MODALIDADE: GRUPOS DE DISCUSSÃO.....27
INTERVEÇÃO COM ACOMPANHANTES DE CRIANÇAS HOSPITALIZADAS DO HOSPITAL INFALTIL DO SERTÃO PARAIBANO 27
PRÁTICAS EDUCATIVA: PROMOÇÃO DA SAÚDE EM CRIANÇAS COM DOENÇAS RESPIRATÓRIAS NO CONTEXTO HOSPITALAR 28
VALORIZAÇÃO DA VIDA NO CONTEXTO ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO SERTÃO PARAIBANO 29
VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO BÁSICO E SEU PAPEL NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO: IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS 30
VIVENCIAS DO ESTÁGIO NO NASF: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....31
VIVENCIAS DO ESTÁGIO BÁSICO EM UM HOSPITAL INFANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....32
MODALIDADE: RESUMOS SIMPLES.....33
A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES 33
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE HOMENS E MULHERES QUANTO À IDEAÇÃO SUICIDA.....34

DIAGNÓSTICO DE PROBLEMAS PSICOLÓGICOS E IDEAÇÃO SUICIDA: UM ESTUDO COMPARATIVO 35
ESPIRITUALIDADE E SAÚDE MENTAL NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO E DE SUA EXISTÊNCIA 36
IDEAÇÃO SUICIDA EM ESTUDANTES DE MEDICINA E SUA RELAÇÃO COM O PERÍODO ACADÊMICO 37
BURNOUT EM ACADÊMICOS DE MEDICINA: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O ENSINO PÚBLICO E PRIVADO 38
SUICÍDIO: O ÚLTIMO ADEUS DO SOFRIMENTO 39
BIOÉTICA E DIREITOS HUMANOS: QUAL O LIMITE DOS ESTUDOS CIENTÍFICOS EM SERES HUMANOS? 40
ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO E AS REPERCUSSÕES PSICOLÓGICAS VIVENCIADAS POR PROFISSIONAIS NO AMBIENTE HOSPITALAR 41
BIOÉTICA E PSICOLOGIA: REFLEXÕES A CERCA DA EUTANÁSIA E O DIREITO DE MORRER 42
AVALIAÇÃO DO TRANSTORNO DISMÓRFICO CORPORAL: ESTUDO EXPLORATÓRIO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS 43
O LUGAR DO DOENTE MENTAL NA SOCIEDADE: UM DEBATE QUE SE FAZ NECESSÁRIO 44
UM GRITO DE SOCORRO, TRÁFICO DE PESSOAS E A BUSCA PELOS DIREITOS HUMANOS 45
EUTANÁSIA: CONVERSAÇÕES COM A BIOÉTICA E CONCEITUAÇÕES DA MORTE E DO MORRER 46
A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES 47
DESAFIOS DA POPULAÇÃO LGBTQ+ AO ACESSO AS POLÍTICAS PUBLICAS DE SAÚDE: UMA REVISÃO BIBLIOGRAFICA 48
POLÍTICAS PÚBLICA PARA IDOSOS: A TERAPIA COMUNITÁRIA X IMPLEMENTAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE 49
PSICOLOGIA DA SAÚDE NA INTERVENÇÃO DO EVELHECIMENTO 50
RESILIÊNCIA E ESPIRITUALIDADE EM MULHERES MASTECTOMIZADAS 51
MODALIDADE: TRABALHOS COMPLETOS 52
AVALIAÇÃO DO ESTADO MENTAL EM IDOSOS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO 52
UM DEBATE ÉTICO ACERCA DA DOAÇÃO E TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS 61
MORTALIDADE POR SUICÍDIO EM PESSOAS IDOSAS NO SERTÃO PARAIBANO NO PERÍODO DE 1996 A 2017 71
AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E REDESIGNAÇÃO SEXUAL: CONTRIBUIÇÕES DA ÉTICA E DA BIOÉTICA 83
O PROCESSO DE HOSPITALIZAÇÃO NO IDOSO E OS DANOS CAUSADOS 93
PSICOLOGIA EDUCACIONAL 103

MODALIDADE: GRUPOS DE DISCUSSÃO 104
PLANTÃO PSICOLOGICO NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA GARANTIA DE DIREITOS 104
O PSICÓLOGO ESCOLAR NA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS NA ADOLESCÊNCIA 105
COMPORTAMENTOS DE INDISCIPLINA E DESATENÇÃO EM CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES 106
PLANTÃO PSICOLÓGICO: SUPORTE EMERGENCIAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA 107
PLANTÃO PSICOLÓGICO EM UMA ESCOLA PRIVADA DO SERTÃO DA PARAÍBA 108
HABILIDADES DE VIDA COM ADOLESCENTES NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA PESQUISA-INTERVENÇÃO 109
ESCOLA INCLUSIVA E O AUTISMO: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL 110
ESSE MENINO É AGRESSIVO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PRÁTICA DE OBSERVAÇÃO E INTERVENÇÃO EDUCACIONAL 111
DIVERSIDADE SEXUAL EM UM AMBIENTE ESCOLAR: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA 112
PSICOLOGIA E ONG's: UMA ANÁLISE SOBRE O ENCONTRO DE AMBAS NA CONTEMPORANEIDADE 113
TRABALHANDO A MOTIVAÇÃO EM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 114
MODALIDADE: RESUMO SIMPLES 115
TRAÇOS DE PERSONALIDADE E AUTOESTIMA EM DISCENTES DA ÁREA DE EXATAS EM INSTITUIÇÃO PRIVADA 115
A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E PRIVADO DA CIDADE DE PATOS - PB 116
PERSONALIDADE E COPING EM PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO 126
PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL 136
MODALIDADE: GRUPOS DE DISCUSSÃO 137
PLANTÃO PSICOLÓGICO NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA GARANTIA DE DIREITOS 137
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA E GESTÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 138
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA E GESTÃO 139
A IMPORTÂNCIA DA ESCOLHA PROFISSIONAL FRENTE AOS DESAFIOS ATUAIS 140
RELATO DE EXPERIÊNCIA: PSICOLOGIA E GESTÃO NA EMPRESA SAKE 141

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE CURSOS TÉCNICOS EM PATOS – PB....142
CLIMA ORGANIZACIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA E GESTÃO....143
A IMPORTÂNCIA DE TÉCNICAS DIDÁTICAS NA MONITORIA DE PSICOLOGIA 144
IMPORTÂNCIA DO LÍDER NO CLIMA ORGANIZACIONAL 145
MODALIDADE: RESUMOS SIMPLES....146
PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL EM UMA EMPRESA DE INFÓRMATICA 146
A IMPORTÂNCIA DO CARÁTER DA LIDERANÇA PARA A QUALIDADE DE VIDA DOS COLABORADORES NAS ORGANIZAÇÕES....147
O QUE ESCOLHER? ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL COM JOVENS DO ENSINO MÉDIO....148
INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS E SUA INTERFACE NAS ORGANIZAÇÕES DE TRABALAHO DIANTE DO ASSÉDIO MORAL....149
TRABALHO INFORMAL: QUAIS OS MEUS DIREITOS? A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA 150
A NOVA GRAMÁTICA DO MUNDO DO TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES NA SAÚDE MENTAL 151
OS GRUPOS OPERATIVOS NO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES INTERPESSOAIS NO ÂMBITO EMPRESARIAL....152
TRABALHO E ASSÉDIO MORAL: QUAL O PAPEL DA PSICOLOGIA?....153
TRABALHO, TERCEIRIZAÇÃO E DESGASTE MENTAL 154
O CONTEXTO HISTÓRICO DO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: ESCOLHA OU NECESSIDADE?....155
ESTRESSE NO TRABALHO: CONHECENDO O CONCEITO....156
LOJA VIRTUAL: COMO TRABALHAR COM O INSTAGRAM PARA FINS COMERCIAIS....157
PSICOLOGIA SOCIAL....158
MODALIDADE: GRUPOS DE DISCUSSÃO 159
HUMANISMO NA SAÚDE MENTAL: QUEBRANDO TABUS E PRECONCEITOS SOBRE O ADOECIMENTO MENTAL 159
UMA REFLEXÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS ACERCA DA MOTIVAÇÃO EM ESTUDANTES QUILOMBOLAS 160
SONHOS, PRECONCEITOS E AUTONOMIA: OLHARES DOS USUÁRIOS DO CAPS II SOBRE SUA REALIDADE....161
VALORIZAÇÃO DA VIDA NO CONTEXTO ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO SERTÃO PARAIBANO 162
ANALISANDO A DINÂMICA DE UM GRUPO DE USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS:RELATO DE EXPERIÊNCIA 163

O LUGAR DA CRIANÇA NEGRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA 164
INTERAÇÃO ENTRE USUÁRIOS EM OFICINAS TERAPÊUTICAS DE UM CENTRO DE ATENÇÃO PSISCOSSOCIAL – CAPS 165
PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS: CONSTRUINDO CAMINHOS A PARTIR DE UMA INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA COMUNITÁRIA 166
ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA PREVENÇÃO 167
O DESENVOLVER DA IDADE ADULTA AVANÇADA E A SUA REPRESENTAÇÃO SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 168
PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS 169
ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO NA DELEGACIA DA MULHER: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 170
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO SER ADOLESCENTE: INTERFACE DA PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS 171
PSICOLOGIA E RURALIDADES: CONSTRUINDO CAMINHOS A PARTIR DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA 172
MODALIDADE: RESUMOS SIMPLES 173
TRÁFICO DE MULHERES BRASILEIRAS FRENTE ÀVULNERABILIDADE SOCIAL 173
UM GRITO POR SOCORRO: DEBATE SOBRE O SUICÍDIO NA COMUNIDADE LGBT+ E OS DIREITOS HUMANOS 174
REVISÃO SISTEMÁTICA: AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO JURÍDICO 175
A IMPORTÂNCIA DE SE DISCUTIR A PSICOLOGIA E A SUA INTERFACE COM OS DIREITOS HUMANOS 176
POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DOS DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO 177
A CURA GAY: UM DEBATE SOBRE A SEXUALIDADE HUMANA PELA PERSPECTIVA DA ÉTICA E PSICOLOGIA. 178
ÉTICA NA ERA DO HIPERMODERNISMO: ANÁLISE DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA ATRAVÉS DA ÓTICA DE LIPOVETSKY 179
FEMINISMO, EMPODERAMENTO E PSICOLOGIA: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS 180
REVISÃO NARRATIVA SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA À MULHER NO BRASIL 181
EM BUSCA DE SENTIDO: REFLEXÕES DAS VIVÊNCIAS DE FRANKL ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS 182
NÍVEL DE RELIGIOSIDADE E CRESCIMENTO PÓS-TRAUMÁTICO: UM ESTUDO CORRELACIONAL 183
TEMPO DE LUTO E CRESCIMENTO PÓS-TRAUMÁTICO: UM ESTUDO CORRELACIONAL 184

AS PIADAS E SEU PAPEL PARA CONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO ATRAVÉS DA ÓTICA PSICANÁLISE CLÁSSICA 185
REPERCUSSÕES PSICOLÓGICAS E SOCIAIS EM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 186
FEMINICÍDIO: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NEGRAS NO BRASIL 187
O SER MULHER NO NORDESTE DO BRASIL: UMA PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL DO JULGAMENTO OU PRECONCEITO 188
MODALIDADE: TRABALHOS COMPLETOS 189
ATRIBUTOS DESEJÁVEIS DO(A) PARCEIRO(A) IDEAL: COMPARANDO HOMENS E MULHERES DO SERTÃO PARAIBANO 189
AS INSTITUIÇÕES TOTAIS, A REFORMA PSIQUIÁTRICA E O CAPS 198
ATITUDES FRENTE AO SUÍCIDIO DE PESSOAS LGBT+ E HETEROSSEXUAIS: UM ESTUDO QUASE-EXPERIMENTAL 208
COMPARANDO A IDEAÇÃO SUICIDA ENTRE GRADUANDOS E PÓS-GRADUANDOS 218
SÍNDROME DO IMPOSTOR E IDEAÇÃO SUICIDA EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UM ESTUDO CORRELACIONAL 228
OBSERVAÇÃO SOBRE A DINÂMICA DE UM GRUPO DE IDOSOS: REFLEXÕES SOBRE VIVER EM COLETIVIDADE 238
SEXUALIDADE NA VELHICE: O QUE OS IDOSOS TÊM A DIZER? 246
FUNCIONAMENTO E ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM UM CAPS INFANTIL NA CIDADE DE SÃO PAULO 255
ANÁLISE NO GRAU DE COMPORTAMENTOS PROCRASTINATÓRIOS EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS 265

PSICOLOGIA CLÍNICA

MODALIDADE: GRUPOS DE DISCUSSÃO

AS VIVÊNCIAS DE FAMILIARES DE AUTISTAS E A NECESSIDADE DE SUPORTE PSICOLÓGICO

Daniela Ribeiro Barros (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, daniela_ribeiro_barros@hotmail.com)
Fernanda de Souza Pereira (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Maria Luiza da Silva Mendes (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. O autismo é um transtorno neuropsicológico que, dependendo do seu grau, pode causar danos severos para os portadores, necessitando, portanto, de maiores cuidados e de uma equipe multiprofissional para auxiliar no seu desenvolvimento. Muitas vezes os pais têm sua vida alterada deixando de suprir suas necessidades para lutar pela garantia dos direitos dos seus filhos, que muitas vezes são submetidos a altos níveis de estresse, além de diversas questões que podem levar ao desencadeamento de transtornos psicológicos. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo relatar a experiência de plantão psicológico realizado em uma associação de pais e cuidadores de autistas localizada no município de Patos, Paraíba. Participaram do estudo quatorze pessoas, de ambos os sexos, com idades entre vinte a cinquenta anos que foram atendidas durante a realização dos plantões psicológicos. O material utilizado nos atendimentos psicológicos foi uma ficha de registro, carta de apresentação a instituição, que foi assinada por uma das responsáveis da associação; cartaz para divulgação dos plantões e panfletos de encaminhamento para serviços psicológico e jurídico. Os plantões foram realizados individualmente durante o mês de maio de 2019, tendo duração de duas horas e meia semanais para cada acadêmico. As orientações dos casos atendidos foram realizadas semanalmente pela professora/orientadora da disciplina de Aconselhamento Psicológico servindo como um suporte técnico para o desenvolvimento das atividades. Os dados foram analisados por meio do cálculo da frequência das queixas apresentadas pelos participantes durante os atendimentos. Como resultados, observou-se que o plantão psicológico possibilitou o acolhimento das demandas dos familiares, onde foi possível constatar que o autismo era apenas o ponto de partida para o estudo. Notou-se que as particularidades do Transtorno do Espectro Autista (TEA) acabam se tornando secundárias diante das diversas demandas apresentadas pelos cuidadores. Também foi observado um número considerável de mães que já sofreram ou sofrem de algum transtorno mental, como depressão, ansiedade, esquizofrenia, transtorno do pânico e transtorno de estresse pós-traumático. Entre os atendidos, cinco pessoas relataram se sentir sobrecarregadas devido a rotina cansativa. O serviço oferecido foi buscado de maneira voluntária sendo uma forma de aliviar a sobrecarga psíquica que muitas vezes resulta em descuido próprio. Nesse direcionamento, evidencia-se a importância e necessidade de dar continuidade aos atendimentos psicológicos nesse espaço e proporcionar uma melhor qualidade de vida também para quem cuida. A partir de vivências como esta percebe-se o quanto é fundamental para os futuros profissionais da psicologia inserir-se em novos campos de atuação que permitam ampliar seus horizontes e passar por novas experiências, além de contribuir para que a psicologia possa ser ofertada a toda a comunidade, oportunizando a melhoria na saúde mental e consequentemente, garantindo-se os direitos humanos.

Palavras-chave: Familiares, cuidadores, autismo, plantão psicológico.

NEUROPSICOLIGIA: REABILITAÇÃO, RESILIÊNCIA E EMPODERAMENTO

José Anderson Galdino Santos (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, anderson-jpb@hotmail.com)
Nariana de Castro Pereira (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo: O cérebro e o comportamento humano estão estreitamente relacionados às emoções, expressões corporais, aprendizado, as funções executivas como o planejamento e execução, além dos processos cognitivos como o de ressignificação, o que tem despertado grande interesse científico e social pela forma como essas interações acontecem. Desse modo, a Neuropsicologia enquanto uma ciência que investiga as expressões comportamentais baseada no funcionamento cerebral tem recebido destaque. Ela pode ser compreendida no sentido *lato,* como o estudo entre as relações cérebro e comportamento e num sentido *stricto*, relacionado a um campo de atuação que abarca as alterações cognitivas e comportamentais tais associadas a lesões cerebrais. Nesse direcionamento, esse estudo tem por objetivo a partir da compreensão histórica de como esse campo se constituiu, propor uma revisão que enfoque o processo de reabilitação neuropsicológica, que pode ser compreendido como um processo em que pessoas com lesão cerebral, em cooperação com profissionais de saúde, familiares e membros da comunidade, buscam tratar ou aliviar deficiências cognitivas causadas pelo dano neurológico. Além do mais, busca relacionar as literaturas que reforcem a capacidade desses pacientes e familiares de desenvolver resilência e empoderamento, no que consiste em conviver, lidar, reduzir ou superar as deficiências cognitivas resultantes da lesão neurológica. Para isso, levando em consideração que o presente artigo trata-se de uma revisão sistemática de artigos científicos que abordam e levam consideração a pertinência do tema, fizeram-se buscas ativas na base de dados Lilacs; no Scientific Electronic Library Online (Scielo), no Google Acadêmico e nos Periódicos Eletrônicos de Psicologia (Pepsic), utilizando palavras da língua portuguesa. Os descritores de assunto usados foram “neuropsicologia”, “reabilitação neuropsicológica”, “resiliência” e “empoderamento”, na respectiva ordem. A referida revisão demonstrou a carência de estudos mais aprofundados na literatura atual sobre a relação entre os construtos abordados, contrapondo-se a relevância social de tais estudos, visto que, os transtornos neuropsicológicos estão entre as principais causas de morbidades na sociedade atual, afetando as relações sociais e gerando custos consideráveis ao poderio público. Desse modo, torna-se evidente a necessidade de uma maior produção de trabalhos sobre o tema na busca por um maior desenvolvimento científico na área, dado a relevância na compreensão desses transtornos para alcançar melhorias na saúde e, como também, nos âmbitos socioeconômicos e acadêmicos.

Palavras chaves: Neuropsicologia, reabilitação, resiliência e empoderamento.

PLANTÃO PSICOLÓGICO: PRÁTICAS EMERGENCIAIS DE ACONSELHAMENTO A MÃES DE USUÁRIOS DO CAPS INFANTIL

Daniela Ribeiro Barros (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, daniela_ribeiro_barros@hotmail.com)
Alanne Raquel Fragoso de Farias (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Aparecida Oliveira Silva (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. O Plantão Psicológico consiste numa prática relativamente recente, tendo início por volta de 1987 como consequência da necessidade de oferecer tratamento psicológico à população que, em situações emergenciais, não conseguia atendimento através do serviço público. Ciente do conhecimento da importância da prática do plantão psicológico como uma forma de promover o acesso ao serviço psicológico gratuito e de qualidade à comunidade, ressalta-se a sua relevância como um instrumento que viabiliza a garantia de direitos à população menos favorecida, promovendo-lhe o cuidado à saúde mental. Nesse direcionamento, o objetivo desse estudo é relatar a vivência do Plantão Psicológico no âmbito da Saúde Mental. Os plantões foram desenvolvidos durante um mês, semanalmente no Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS infantil) da cidade de Patos, na Paraíba. O público-alvo do plantão contemplou seis mães de usuários do próprio serviço que buscaram espontaneamente pelo atendimento. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, de cunho descritivo que envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais. O material utilizado nos plantões constituiu-se de uma ficha para registro dos atendimentos, um cartaz de divulgação, bem como de uma carta de apresentação das acadêmicas solicitando autorização para realização da atividade. Os resultados foram analisados qualitativamente por meio do levantamento das queixas das participantes. Evidenciou-se que suas principais demandas se relacionaram ao esquecimento de si para dar conta do bem-estar dos seus filhos com transtornos mentais que, para elas precisam de mais atenção e cuidado devido a condição na qual se encontram. Conclui-se, portanto que os resultados apontaram que as demandas advindas das mães dos usuários tratavam-se de queixas para além de um único encontro e que na maioria dos casos necessitavam de um encaminhamento externo para um serviço psicológico onde poderiam dar maior aprofundamento à sua demanda. Para isto, foi-lhes indicado o Serviço Escola de Psicologia das Faculdades Integradas de Patos. Ressalta-se aqui a relevância desse tipo de serviço psicológico como forma de aproximar a Psicologia da comunidade, garantindo-lhes o cuidado à sua saúde mental e consequentemente, abarcando os direitos humanos.

Palavras-chave: Plantão Psicológico; CAPS infantil, Mães de usuários, direitos humanos, Aconselhamento psicológico.

MODALIDE: RESUMOS SIMPLES

A ESQUIZOFRENIA E A LUTA ANTIMANICOMIAL

José Anderson Galdino Santos (M., Centro Universitário de Patos – UNIFIP, anderson-jpb@hotmail.com)
Brenda Lima de Araújo (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Maria Eduarda de Souza Crispim (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Bianca Rodrigues Maia (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. Os movimentos sociais são formas de denúncia aos vários modos de injustiça social, se configurando, portanto, como uma maneira de reivindicar e lutar pelos direitos. O movimento antimanicomial luta pela transformação das práticas e concepções sobre a loucura em nosso país. Sendo esta representada por diversos padrões e mecanismos de exclusão. Diante disso, o presente trabalho buscou compreender a exclusão de pacientes esquizofrênicos relacionando à luta antimanicomial. Para melhor compreender a temática, foi realizada uma revisão bibliográfica de 10 estudos no idioma português entre os anos de 2005 e 2018 por meio dos bancos de dados Scielo e Google acadêmico, através das palavras chaves movimento antimanicomial, esquizofrenia e exclusão. Pessoas acometidas pela esquizofrenia é, dentre outros, muito atingida por essas práticas, tendo em vista que os aspectos mais característicos do transtorno incluem além de delírios, alucinações e déficits cognitivos, a dificuldade em socializar, o que pode, na maioria das vezes, ocasionar sua exclusão social. O manicômio é a expressão mais ampla dessa exclusão, controle e violência. E a ruptura desse modelo significa, para o movimento, muito mais do que o fim do hospital psiquiátrico, mas a oposição aos atos segregadores e a possibilidade de inserção do dito inválido e perigoso na sociedade. Fica evidente, que os serviços substitutivos em saúde mental, dispositivos que buscam, dentre outros aspectos, a ressocialização do paciente, desempenham um papel de suma importância no processo de aquisição e adaptação de habilidades sociais, principalmente para os pacientes esquizofrênicos, por apresentarem características que dificultam o processo de socialização.

Palavras-chave: Movimento antimanicomial, esquizofrenia, exclusão.

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA FRENTE AO ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Stephane Figueiredo de Sousa (M., Centro Universitário de Patos – UNIFIP, stephanefigueiredo@yahoo.com.br)
Karina Estefâni Alexandrino (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Kariane Camargo de Oliveira (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Cinthya Kelly Braga Maia (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Maria das Neves Severo de Lira (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. O abuso sexual é caracterizado como uma grave violação de direitos humanos, que na maioria das vezes ocorre de maneira silenciosa, de difícil identificação, mas que provoca sérios danos psíquicos, especialmente quando ocorre durante à infância e adolescência. Diante da complexidade de tal fenômeno, o presente estudo objetivou analisar a importância da Avaliação Psicológica frente a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, a partir de dados obtidos através de artigos científicos disponíveis em bancos de dados do Scielo que apontaram a relevância de se realizar a AP para investigação do AS, tais como: Identificar a prevalência do abuso relacionado ao sexo; explorar as possibilidades de influências emocionais e comportamentais frente ao abuso sexual, propiciando discussões acerca da Avaliação Psicológica investigativa em casos de suspeitas de abuso sexual, cometido contra crianças e adolescentes. A partir das reflexões propostas pelo estudo, percebeu-se que a AP em casos de AS, possibilita a utilização de uma variedade de estratégias investigativas no intuito de enfrentar a complexidade que envolve esse tipo de violência. Destacando dessa forma que, Psicologia juntamente com a avaliação psicológica, tem muito a contribuir para os casos de abuso sexual existente na infância e na adolescência.

Palavras-chave: Abuso, avaliação psicológica.

A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS: UMA BREVE REFLEXÃO

Stéphane Figueiredo de Sousa (M., Centro Universitário de Patos – UNIFIP, stephanesousa@fiponline.edu.br)
Anna Beattriz Sousa da Silva (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Ana Camila Amorim Simões (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Fransuellen Oliveira Leite Siqueira Campos (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Jacicleia Cândido Costa (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. A Avaliação Psicológica deve considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas em todo o contexto social e histórico no qual estar inserido. Destarte, este trabalho apresenta como objetivo central refletir sobre a importância da prática da avaliação psicológica na perspectiva dos direitos humanos. Sendo assim, este é um estudo de revisão bibliográfica, onde foram utilizados sites de busca, como PePSIC e SCIELO. Como resultados, considerou - se a concepção psicossocial de homem e de mundo através das práticas da Avaliação Psicológica que possibilita investigar e analisar as características individuais de determinado sujeito levando em conta o contexto social e histórico no qual está inserido. A partir das reflexões proporcionadas pelo estudo, conclui-se que para que uma avaliação psicológica torne-se verdadeiramente válida e cumpra os preceitos dos Direitos Humanos é preciso considerar, além do compromisso e responsabilidade social do psicólogo com as informações em todo o processo de julgamento, os princípios deontológicos, teóricos, técnicos e metodológicos, que irão subsidiar a tomada de decisão envolvendo a vida das pessoas (Anache, 2011).

Palavras-chave: Avaliação Psicológica, contexto social, direitos humanos, subjetividade.

NOVOS PARADIGMAS ÉTICOS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO BRASIL

Stephane Figueiredo de Sousa (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, stephanefigueiredo@yahoo.com.br)
Délis Sousa Benevides (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Marcos Vitor Costa Castelhano (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Bruna Martins Benvinda Wanderley (Centro Universitário de Patos – UNIFIP IP)
Clara Keely Monteiro Silva (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. Através do desenvolvimento e consolidação da avaliação psicológica no Brasil, se faz necessário vislumbrar as questões éticas relacionadas a investigação e intervenção propostas pelo CFP (Conselho Federal de Psicologia), além de promover reflexões sobre quais seriam os limites da atuação do psicólogo perante sua prática avaliativa de acordo com as demandas da atualidade. As referidas propostas buscam valorizar o sujeito em sua totalidade e individualidade, garantindo a formulação mais sistemática e significativa desses procedimentos sem desrespeitar a autonomia e subjetividade dos indivíduos envolvidos neste processo, gerando uma ênfase mais direcionada no avaliado, ao invés das técnicas ou testes utilizados, se distanciando de um reducionismo teórico e metodológico. Diante disso, este trabalho objetivou refletir sobre os novos paradigmas éticos da avaliação psicológica no Brasil, para tanto foi feita uma pesquisa de literatura nas plataformas digitais Google Acadêmica e Scielo. Foi encontrado que esta temática é de demasiada importância, ela se relaciona com as demandas éticas que são recorrentes na Psicologia enquanto ciência consolidada, e devem ser discutidas visando consolidar e difundir a atuação e a prática do psicólogo em seu âmbito avaliativo através dos novos dilemas morais e éticos que surgem com desenvolvimento desta área. Portanto, os mesmos resultados indicam também que deve-se procurar refletir sobre a importância da discussão dos paradigmas éticos para construção de uma avaliação psicológica que valorize o sujeito e sua subjetividade e que fomente um conhecimento social baseado não apenas na teoria, mas considerando a prática, entendendo que esses paradigmas devem abarcar nessas duas perspectivas.

Palavras-chaves: Avaliação Psicológica, ética, Brasil.

QUESTÕES ÉTICAS NA COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DO PSICODIAGNÓSTICO

Stephane Figueiredo de Sousa (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, stephanefigueiredo@yahoo.com.br)
Délis Sousa Benevides (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Marcos Vitor Costa Castelhano (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Bruna Martins Benvinda Wanderley (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Clara Keely Monteiro Silva (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. O psicodiagnóstico é um procedimento estruturado e cientificamente justificado composto por diversas fases no processo investigativo, sendo a última a devolução dos resultados para o avaliado. O discernimento ético do profissional é essencial para a realização deste procedimento em qualquer etapa, deve-se respeitar a subjetividade do sujeito em seus diversos âmbitos, isso inclui o respeito pela privacidade do indivíduo, a utilização de uma linguagem acessível na comunicação, encaminhamento para outros profissionais, entre outras questões. Sendo assim, o presente estudo objetivou analisar as questões éticas relacionadas a comunicação dos resultados do psicodiagnóstico. Para isto, realizou-se uma pesquisa de literatura nos bancos de dados Google Acadêmico e Scielo. Os resultados mostram que o CFP (Conselho Federal de Psicologia) publicou algumas resoluções recentes objetivando a relevância do procedimento de entrega dos resultados, como pode ser visto na resolução 006/2019, buscando enfatizar a importância da ética nesta fase específica deste processo englobando características profissionais em si e o respeito pela dignidade do avaliado, foi visto também que através da amplitude deste procedimento, se faz necessário uma atuação ética perante a prática e o bem-estar do indivíduo que participa do processo, pois este é o protagonista no desenrolar de todo o procedimento, revelando o valor ético da devolução dos resultados. Portanto, esta temática torna-se relevante, pois busca elencar a importância da comunicação dos resultados obtidos durante a investigação psicodiagnóstica, além da forma que esta deve ser repassada para o sujeito, procurando estabelecer condutas éticas esperadas do psicólogo e sua atuação, respeitando as necessidades dos indivíduos.

Palavras-chaves: Ética, psicodiagnóstico, resultados

UMA REVISÃO ACERCA DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA O PORTE E ARMA DE FOGO

Stéphane Figueiredo de Sousa (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, stephanefigueiredo@yahoo.com.br
Ericarla Verônica Almeida Dias (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Eduardo Alípio da Silva Filho (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Evelyn Dayane De Farias Sousa (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Amanda Nunes do Nascimento (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo: A avaliação psicologia é um processo científico e técnico de coleta de dado baseado em alguma área de conhecimento específico com metodologias apropriadas. A avaliação psicologia está inserida nos mais diversos campos de atuação do psicólogo, sendo um instrumento valioso de trabalho. Entre estes campos, ver-se a importância dessa avaliação para a liberação do porte de armas. Visto isso, o presente trabalho visou analisar e discorrer sobre a Avaliação Psicológica para o porte de arma de fogo, diferenciando os termos posse e porte de arma, assim salientando os tipos de testes projetivos mais utilizados nesta área, sabendo que o papel do psicólogo nesse campo vem sendo de suma importância. Esse estudo trata-se de uma revisão sistemática com artigos publicados no período de janeiro de 2010 a novembro de 2017 acerca do tema, onde nos resultados notou-se uma escassez de trabalhos, tendo em vista a necessidade de mais estudos, visando conhecer a melhorar e contribuir para essa área.
Palavras-chaves: Avaliação psicológica, estatuto do desarmamento, porte de arma.

Introdução

Segundo o Conselho Federal de Psicologia pode-se conceituar por Avaliação Psicológica um processo científico e técnico de coleta de dados com uma pessoa ou grupo, baseado em alguma área de conhecimento específico possuindo metodologias apropriadas para tal. Esse processo de avaliação psicológica difere um pouco de testagem psicológica, onde o primeiro é dado como processo mais amplo, englobando inúmeros fatores e com vários resultados, possuindo passos e etapas a serem seguidas pelo profissional; e o segundo seria a mera obtenção de um escore através de um teste, por exemplo (Brasil, 2013).

A Avaliação Psicológica está inserida nos mais diversos campos de atuação do psicólogo, sendo sua ferramenta mais valiosa de trabalho. Dentro os campos: escolar, hospitalar, jurídico e forense, organizacional, etc. No trânsito por exemplo, para tirar carteira de motorista, essa

avaliação torna-se de extrema importância, bem como também para o porte legal de arma (CRP, 2011).

Quando se fala em Avaliação Psicológica par ao porte de arma é importante falar também sobre o Estatuto do Desarmamento.

O estatuto do desarmamento é uma lei federal de nº 10.826 de 22 de Dezembro de 2003. Tal lei "dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição". Um breve relato sobre essa lei, como aponta o Art. 4º: para adquirir arma de fogo, o sujeito deverá apresentar além da necessidade de ter, a comprovação de capacidade e aptidão de possuir; apresentar documento que comprove a ocupação residencial; comprovar a capacidade técnica de aptidão e psicológica para o uso da arma (Brasil, 2013).

A Avaliação Psicológica para o porte de amar é ainda um processo muito deficitário e limitado tanto em sua fundamentação quanto em sua praticidade. O que se torna importante para os psicólogos peritos em avaliação psicológica refletirem mais sobre sua prática avaliativa.

Segundo Caneda e Teodoro (2012) alguns testes projetivos se tornam importantíssimos nessa prática avaliativa, principalmente na questão da personalidade do sujeito que deseja ter o porte de arma. Entre os teste pode-se citar: Teste de Apercepção Temática (TAT) na identificação de aspectos agressivos da personalidade; Rorschach sendo importante no acesso de funções psíquicas importantes (afetividade, inteligência e atenção).

Os autores ainda salientam que os índices de impulsividade; adaptação à realidade; grau de maturidade psicológica; tolerância ao estresse e capacidade de controle frente a estressores são importantes questões que devem ser analisadas no contexto de avaliação psicológica para a concessão do porte de arma, como também realçam a importância de ficar atentos a aspectos de quadros patológicos, índices de suicídio, hipervigilância e psicopatia (Caneda & Teodoro, 2012).

Na literatura brasileira há um número pequeno de pesquisas e estudos que abordem claramente a avaliação psicológica para o porte de arma, e isso se configura um grande desafio para os pesquisadores, como também em estabelecer critérios mais específicos e um perfil mais bem

delineado para o portador de arma de fogo, o que ainda não tem e se mostra um ponto bastante frágil e discutido. Tanto no que diz respeito à capacitação profissional dos psicólogos quanto às contrariedades encontradas entre eles nos seus posicionamentos para a predição do comportamento do sujeito para o porte de arma se mostram pontos a serem levados em consideração e repensados, a grosso modo, até mesmo no que diz respeito do que seria então "fazer psicologia" (Caneda & Teodoro, 2012).

Objetivos

O presente trabalho visou analisar e discorrer sobre a Avaliação Psicológica para o porte de arma de fogo, diferenciando os termos posse e porte de arma, assim salientando os tipos de testes projetivos mais utilizados nesta área, sabendo que o papel do psicólogo nesse campo vem sendo de suma importância.

Método

Este estudo trata-se de uma revisão sistemática acerca da avaliação psicológica para a concessão do porte de armas de fogo. Para realizar a busca dos artigos científicos do assunto, utilizou-se o mecanismo de pesquisa Google Acadêmico, no dia 19 de Novembro de 2017, utilizando os seguintes definidores: "avaliação psicológica para o porte de armas" e "testes psicológicos para o porte de armas".

Inicialmente, foi realizada a leitura dos resumos para a seleção dos artigos e encontrou-se 21 artigos que poderiam estar relacionados ao tema, porém, para filtrar tais artigos fez-se uma leitura dos resumos objetivando refinar a amostra por meio de critérios de inclusão e exclusão, sendo incluídos os artigos publicados entre o período de Janeiro de 2010 e Novembro de 2017. Em casos que o resumo não era suficiente para compreender se o artigo seria incluído, foi realizada a leitura do artigo na íntegra. Os critérios de exclusão utilizados foram: artigos que não possuíam resumos na plataforma de busca on-line, artigos em outro idioma, artigos que fugiam da temática e artigos anteriores a 2010. Por fim, mantiveram-se incluídos um total de 4 (quatro) artigos para a análise final.

Posteriormente foi realizada uma análise crítica tendo como base a leitura na integra dos artigos utilizados nesse estudo e a construção de quadros com os dados coletados com as principais informações de cada estudo, sendo elas: autores, data e periódico, objetivo da pesquisa, aspectos metodológicos, tipo de estudo e os resultados e discussões. Com o uso da técnica de análise de conteúdo, a partir da leitura e releitura dos artigos, procurou-se as características de mais importância, que se repetiam e se destacavam.

Resultados e discussões

Após uma verificação dos artigos, com base nos critérios supracitados a quantidade final a ser trabalhada foi um total de 4. Percebe-se a escassez de trabalhos referente a essa temática, visto que em um intervalo de tempo de 7 anos foram encontrados apenas 5 artigos brasileiros referente a temática.

abela 1:

Tabela de resultados

Título	Autor/ano	Revista	Tipo de estudo	Principais resultados
Avaliação psicológica para concessão do porte de arma de fogo à população e policiais da pmmg	Resende, M. A. (2017)	Psicologia: Saúde Mental e Seg. Pública	Revisão bibliográfica	A avaliação psicológica é de extrema importância para identificar características, haja vista que percebe-se a possibilidade do sujeito omitir uma serie de dados para não comprometer sua concessão.
Contribuições da avaliação psicológica ao porte de arma: uma revisão de estudos brasileiros	Caneda, C. R. G., & Teodoro, M. L. M. (2012).	Aletheia	Revisão sistemática	Nota-se que para a avaliação psicológica os testes mais usados foram os projetivos, focalizando no

				Rorschach, haja vista que foi o mais usado.
Desenvolvimento e investigação de propriedades psicométricas da escala motivacional para o porte de armas (EMPA)	Caneda, C. R. G., & Teodoro, M. L. M. (2010).	Avaliação Psicológica	Pesquisa descritiva	O estudo concluiu que o instrumento demonstrou índices de validade e fidedignidade adequados e foi capaz de discriminar alguns grupos (masculino e feminino, civis e militares, contra e a favor o porte etc.) da amostra avaliada.
Prática e Formação: Psicólogos na Peritagem em Porte de Arma de Fogo	Rafalski, C. J., & Andrade, A. L. (2015).	Psicologia: Ciência e Profissão	Pesquisa descritiva	Mesmo com o uso de armamento ilegal, esse objeto ainda faz-se necessário em alguns casos, como por exemplo para a policia. Cabe a psicologia propiciar uma avaliação psicológica de qualidade, haja vista que há muitas avaliações mal feitas acontecendo e entregando arma de fogo a pessoa não capacitadas.

Analisando os resultados dos estudos identificados entre 2015 e novembro de 2017, pode-se verificar que entre os quatro artigos selecionados, dois são pesquisas descritivas

(Caneda, C. R. G., & Teodoro, M. L. M., 2010; Rafalski, C. J., & Andrade, A. L., 2015), um é revisão bibliográfica (Resende, M. A., 2017) e o outro uma revisão sistemática (Caneda, C. R. G., & Teodoro, M. L. M., 2012).

Resende (2017) concluiu que o psicólogo deve saber sua responsabilidade ao fazer uma avaliação psicológica para o porte de arma, haja vista que a entrevista psicológica é de extrema importância, porém, o indivíduo pode omitir ou distorcer dados comprometedores sobre sua conduta. Visto isso, percebe que os testes psicológicos se fazem necessário para avaliar características que a entrevista não consegue.

Caneda e Teodoro (2012) em sua revisão sistemática ressalta a falta e necessidade de mais estudos na área e se os psicólogos apresentam, de fato, condições para tal prática. Afirma que há uma produção lenta e uma prática com muitas limitações que levam o descrédito do serviço e da categoria, haja vista que os estudos revisados denotam que ainda há muito a ser feito.

Caneda e Teodoro (2010) em um estudo sobre a EMPA (Escala Motivacional para o Porte de Armas) encontrou índices altos de validade e fidedignidade na amostra testada, porém, afirma que são necessárias outras pesquisas para investigar outras diferentes populações e regiões do país. Além disso, pretende-se fazer com que instrumento possa ser utilizado na avaliação psicológica no futuro.

Rafalski e Andrade (2015) em sua pesquisa sobre os psicólogos na peritagem do porte de armas, afirma que sua amostra foi limitada a apenas uma região do pais e ressalta a necessidade de mais pesquisas de caráter exploratório nessa temática. Afirma que a criação de padrões de atuação, promoveria maior segurança a comunidade em relação a concessão do porte de armas de fogo. Enfatiza a importância da avaliação psicológica nesse processo de concessão e as falhas de alguns profissionais da psicologia, algumas até mesmo por insegurança do profissional.

Considerações finais

Através observou-se a escassez de material cientifico na área, enfatizando a necessidade de mais estudos na área, haja vista que apenas quatro artigos foram publicados correspondendo diretamente à temática de avaliação psicológica para o porte de arma. Entre os artigos apenas dois eram pesquisam de campo, e ambos ressaltaram em suas conclusões a necessidade de mais estudos de caráter exploratório.

Referências

Caneda, C. R. G., & Teodoro, M. L. M. (2010). Desenvolvimento e investigação de propriedades psicométricas da escala motivacional para o porte de armas (EMPA). *Avaliação Psicológica. 9*(3), 471-478.

Caneda, C. R. G., & Teodoro, M. L. M. (2012). Contribuições da avaliação psicológica ao porte de arma: uma revisão de estudos brasileiros. *Aletheia*. 162-172.

Brasil. Conselho Federal de Psicologia, (2013). *Cartilha Avaliação Psicológica.* Brasília. 1-24.

Brasil. (2013). *Estatuto do Desarmamento*. Brasília: Senado Federal

Rafalski, C. J., & Andrade, A. L. (2015). Prática e Formação: Psicólogos na Peritagem em Porte de Arma de Fogo. *Psicologia: Ciência e Profissão. 35*(2), 599-612

Resende, M. A. (2017). Avaliação psicológica para concessão do porte de arma de fogo à população e policiais da PMMG. *Psicologia: Saúde Mental. 6*, 113-131.

Rio Grande do Sul. (2011). *Conselho Regional de Psicologia.* Entrelinhas. ed. 7. p. 1-24

PSICOLOGIA DA SÁUDE

MODALIDADE: GRUPOS DE DISCUSSÃO

INTERVEÇÃO COM ACOMPANHANTES DE CRIANÇAS HOSPITALIZADAS DO HOSPITAL INFALTIL DO SERTÃO PARAIBANO

Gildevan Estrela Dantas (M., Centro Universitário de Patos – UNIFIP, gildevanteo@hotmail.com)
Iara Caroline Henrique Araujo, (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Erlania Rodrigues Ferreira (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Layris Almeida de Queiroga (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Luiza Kelly Soares do Nascimento (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. Atualmente há uma maior preocupação sobre os efeitos do contexto hospitalar no desenvolvimento infantil, pois a hospitalização representa uma ruptura nas tarefas cotidianas da criança podendo acarretar em prejuízos significativos, já que a afastará de sua rotina, família e amigos. Para minimizar esses efeitos, os hospitais precisaram adotar uma perspectiva de humanização, uma das ferramentas utilizadas foi o "Humaniza SUS", que é um projeto que valoriza a interação entre os usuários, profissionais e comunidade. O presente trabalho está contido nessa abordagem de humanização e psicoeducação, realizada num Hospital Infantil do Sertão da Paraíba, trabalhando as doenças mais comuns encontradas no mesmo: doenças respiratórias e gastrointestinais, tendo em vista que, por meio dessa política de valorização da subjetividade e aspectos sociais buscou-se alcançar nas práticas de atenção à saúde um Bem-estar na criança e no cuidador. O tipo de estudo abordado foi exploratório, de natureza qualitativa. Participaram desse estudo 4 acompanhantes das crianças que estavam internadas (maiores de 18 anos) do sexo feminino. Foram feitas 5 intervenções, nas quais 4 foram para observar o ambiente e saber como funciona o local e na quinta observação houve a intervenção com os responsáveis das crianças internadas, dessa forma, foi feito a apresentação da demanda, ou seja, as doenças gastrointestinais e respiratórias e após isso, foi entregue cartilhas educativas para os mesmos, sendo exposto o conceito, as causas e a prevenção de tais temas. Diante do que foi exposto, teve uma roda de conversa sobre o dia a dia dos responsáveis com as crianças, como funciona a alimentação e se estas costumam sempre ir para o hospital com queixa de dores intestinais e com problemas na respiração. Isto posto, foi possível alertar os acompanhantes/cuidadores sobre as causas das doenças respiratórias e gastrointestinais, como também a prevenção delas. Além disso, juntamente com o conhecimento fornecido, os acompanhantes expressaram que gostaram de saber sobre os temas e que isso deixou-os mais informados sobre e orientados do que fazer para evitar reinternações. Durante o encontro foi notável perceber que acompanhantes necessitavam ser ouvidos, queriam falar, mesmo que não estivessem em um ambiente tão confortável, por estarem em um hospital com outras pessoas que não havia tanta proximidade, ainda assim, se expressaram, contaram seus problemas, compartilharam sem nenhum receio de serem julgados, passando nesse momento a liberdade de falar para os estudantes de psicologia, a transferência positiva que tinha sido feito ali, que contribuiu para deixar um momento único entre estes e os cuidadores. Conclui-se então a importância de passar para os acompanhantes das crianças hospitalizadas sobre as doenças que mais são registradas no local, de forma que o conhecimento fornecido teve resultado significativo, buscando um cuidado integral agora por meio da promoção e prevenção a saúde, a fim de encontrar um bem-estar biopsicossocial.

Palavras-Chave: Acompanhante, hospital, crianças

PRÁTICAS EDUCATIVA: PROMOÇÃO DA SAÚDE EM CRIANÇAS COM DOENÇAS RESPIRATÓRIAS NO CONTEXTO HOSPITALAR

Gildevan Estrela Dantas (M., Centro Universitário de Patos - UNIFIP, gildevanteo@hotmail.com)
Larissa Dias de Medeiros (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Josefa Letícia Lourenço dos Santos (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Elayne Maria Santos de Medeiros (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Maria Luiza de Sousa Paulo (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. O adoecimento, independente da idade em que o sujeito se encontra, sempre é sentido com uma ruptura nos padrões esperados de desenvolvimento. O processo de hospitalização infantil é, sem dúvida, marcante na vida de qualquer criança uma vez que neste momento esta se percebe frágil e impossibilitada de realizar suas atividades normalmente, alterando a sua rotina diária, como brincar e ir à escola. Nesse processo do adoecimento o hospital torna-se parte da vivência da criança, interferindo nas suas relações psicossociais. A atenção à saúde das mesmas representa um campo prioritário dentro dos cuidados à saúde da população infantil. Nesse sentido, trabalhar a utilização de atividades lúdicas, no contexto hospitalar contribui e facilita o processo de recuperação, bem como a importância da participação da família junto à equipe de profissionais. A promoção de um brincar dentro das enfermarias pediátricas proporciona relações de maior qualidade entre os envolvidos no processo de hospitalização de uma criança. Considerando essas premissas buscou observar como se dá o processo de hospitalização de um grupo de crianças diagnosticada com doenças respiratórias, juntamente com seus familiares, conhecendo-as no contexto hospitalar. Trata-se de um estudo qualitativo do tipo pesquisa-ação, realizado em um hospital pediátrico da rede pública do município de Patos-Paraíba, onde foram realizadas visitas nos meses de abril e maio de 2019. Foram realizadas cinco intervenções em três enfermarias pediátricas cada qual contendo seis leitos e em uma Sala de Recreação intitulada “O Pequeno Príncipe”. Os três primeiros encontros destinados à observação do ambiente, para familiarização e conhecimento acerca da rotina hospitalar. Após essa etapa, as alunas da graduação em psicologia realizaram intervenções através de contação de história utilizando livro e fantoches, por meio de ação educativa e com base na informação para ensinar as crianças, adolescentes e seus pais/responsáveis às principais causas das doenças respiratórias, seus sintomas e formas de tratamentos bem como, identificar os primeiros sinais de alerta e procurar assistência médica quando apropriado. Com a promoção de atividades lúdicas, pode-se vivenciar momentos de descontração, minimizando o sofrimento das crianças no processo da doença e o período de hospitalização. Por fim, vale ressaltar que a psicologia pode contribuir significativamente no cuidado integral a criança com doenças respiratórias, através de práticas educativas que compreendam o ser humano em seu processo de viver, a fim de promover um cuidado integral à criança com doenças respiratórias e sua família. Isto posto, verifica-se que o brincar favorece o desenvolvimento durante o período de adoecimento e hospitalização, bem como é uma forma da criança expressar seus sentimentos, minimizando o seu sofrimento.

Palavras-chave: Criança, hospital, doenças respiratórias, psicologia.

VALORIZAÇÃO DA VIDA NO CONTEXTO ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO SERTÃO PARAIBANO

Gleidson Diego Lopes Loureto (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, diegoloureto.dl@gmail.com)
Carlos Ben-Hur Duda Azevedo (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Maria Fernanda de Sousa Costa Nogueira (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. O mês de setembro tem se tornado um momento intenso de conscientização para a prevenção do suicídio no Brasil, além do Dia Mundial de Prevenção do Suicídio, no dia 10, a campanha do Setembro Amarelo tem reunido diversas instituições e entidades, tal como a sociedade em geral, afim de uma mobilização sobre a valorização da vida, desenvolvendo atividades e dando suporte as pessoas associadas a fatores de risco ou em sofrimento psíquico. Nesse sentido, o período tem se tornado um importante momento de discussão, de incentivo ao diálogo sobre o tema e também de proposição e execução de atividades direcionadas à prevenção do suicídio. Considerando esse contexto e as demandas de uma comunidade escolar em uma cidade do sertão paraibano, foram desenvolvidas ações alusivas ao Setembro Amarelo em uma escola da rede estadual, no município de Santa Luzia, Paraíba. O presente trabalho relata as experiências oriundas de atividades de conscientização e prevenção do suicídio em jovens, desenvolvidas em setembro de 2019, na referida escola. Tais ações foram desenvolvidas por dois acadêmicos do curso de Graduação Psicologia do Centro Universitário UNIFIP-Patos. "Qual o valor da vida?" foi o título dado à programação realizada, tendo como público alvo os adolescentes do ensino médio estudantes da escola. Na oportunidade, foram reunidos cerca de 300 alunos, com faixa etária de 14 a 19 anos, e demais membros da comunidade escolar. As atividades realizadas foram planejadas a partir da demanda da instituição, que já tendo registrado casos de suicídio, relatam o sofrimento dos jovens com indicativos de ansiedade, depressão, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, dentre outros. Com vistas a promover o debate na comunidade escolar e conscientizá-la sobre alguns fatores de risco, foram desenvolvidas ações em uma grande roda de conversa, utilizando recursos audiovisuais e artísticos, concernentes à dramatização de algumas situações. Após a apresentação da proposta, um professor da escola promoveu reflexões acerca do dia-a-dia e da responsabilidade de todos sobre a vida uns dos outros, nos diversos âmbitos da existência, destacando o impacto que tais ações apresentam na vida de seus pares. Em seguida, realizou-se uma discussão, moderada pelos acadêmicos, sobre bullying e a caracterização dos tipos de violência circunscritos nesse fenômeno. Os acadêmicos também desenvolveram uma breve apresentação sobre a depressão, elucidando os principais sintomas e mitos da doença. Os recursos de dramatização foram utilizados para a execução de dinâmicas, contando com a participação dos alunos, com vistas a elucidar os impactos da violência verbal no agressor e no agredido, tal como na encenação de situações de exclusão, preconceito e discriminação sociais e influências de relações tóxicas. Por fim, apresentaram-se as principais vias para recorrer à ajuda em geral e nas situações de tentativas de suicídio. Considera-se que tais atividades contribuíram para o acesso à informação e para a mobilização da promoção da saúde mental e prevenção do suicídio na comunidade escolar, a partir da integração dos participantes nas ações e do acesso a um espaço de discussão sobre os temas.

Palavras-chave: Saúde mental, suicídio, adolescentes, roda de conversa.

VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO BÁSICO E SEU PAPEL NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO: IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS

Pierre Gonçalves de Oliveira Filho (M., Centro Universitário de Patos – UNIFIP, pierre_subjetividade@yahoo.com.br)
Elayne Maria Santos de Medeiros (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Maria Luiza de Sousa Paulo (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Josefa Letícia Lourenço dos Santos (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Ana Beatriz Sá Benigno (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. Atualmente, a formação de psicólogos no Brasil é regida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) onde ocorreram algumas modificações e debates, assim introduziram uma nova modalidade de prática: o Estágio Básico, que representa uma mudança na formação profissional do psicólogo, na medida em que permite a experiência concreta, e amparada pela orientação de profissional experiente. O psicólogo pode estar inserido em todos os níveis e serviços, devendo atuar de acordo com os objetivos e em articulação com os demais profissionais que compõe as Políticas Públicas. O CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) trabalha com o binômio violação de direitos versus atendimento especializado. As demandas do CREAS são mais emergenciais, onde o atendimento psicológico deve estar inserido na atenção psicossocial, possibilitando a reparação e a superação destas situações de violência. O psicólogo trabalha com a coparticipação da assistência social, dessa maneira também no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), onde o principal trabalho é o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), também são desenvolvidas ações de grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV). O presente trabalho teve como objetivo relatar as vivências do Estágio Básico III, salientando uma melhor visualização acerca do seu papel no cotidiano, dialogando entre teoria à prática, visto que existem alguns desafios que atravessam atualmente a atuação do psicólogo, o estágio foi realizado em uma cidade situada no sertão paraibano, tendo como público alvo os usuários dos serviços: CRAS e CREAS. Um dos procedimentos utilizados foi a observação participante, foi realizada a ambientação do local, também participamos de oficinas, discussões de casos, e visitas domiciliares nas residências dos usuários, além de reuniões com os profissionais refletindo acerca das relações entre a equipe multidisciplinar e o papel do psicólogo do serviço. Foi observado, portanto, que através das vivências é necessário buscar construir uma formação de excelência. Segundo as DCNs para a área de Psicologia, o que se espera de uma formação é que se tenha princípios e compromissos, é preciso a elaboração de uma teoria e prática pautada em valores a saber da compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do país, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão; a atuação em diferentes contextos considerando as necessidades sociais, os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidade. A contemplação sobre o Estágio pode contribuir para o aperfeiçoamento da formação acadêmica mais qualificada, pois é de suma importância vivenciar a realidade desta profissão dentro das políticas públicas.

Palavras-chave: Estágio, psicólogo, políticas públicas.

VIVENCIAS DO ESTÁGIO NO NASF: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Pierre Gonçalves de Oliveira Filho (M., Centro Universitário de Patos - UNIFIP, pierrefilho@fiponline.edu.br)
Maria Aparecida Alves de Oliveira (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Jaine Felix da Silva Clemente (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Joane Kelly da Silva Rodrigues (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. A explanação apresentada trata-se de um momento vivenciado pelos universitários do curso de psicologia proporcionado pela disciplina estágio supervisionado básico III, na cidade de Patos no interior do Estado da Paraíba mais especificamente em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) acompanhada por uma equipe do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF). O NASF é constituído por equipes multiprofissionais que atuam de forma integrada com a Equipe de Saúde da Família (ESF). Perante o exposto foi realizado uma vivencia na sala de espera da Unidade Básica de Saúde, com os usuários sendo em sua maioria do sexo feminino contabilizando aproximadamente dez pessoas, enquanto aguardavam o atendimento profissional, com o seguinte tema: Os pilares da saúde (física, mental, psicossocial e espiritual); com o intuito de fornecer informações relevantes a essas pessoas sobre o que é saúde e saúde mental, com o objetivo ainda de levar conhecimentos acerca do que é o psicólogo levando em consideração que muitas dessas pessoas não possuem clareza acerca de como acontece sua atuação, e até mesmo onde acontece. A sala de espera é considerada como uma maneira de assegurar cuidado humanizado por meio de práticas de educação em saúde, prevenção e promoção de saúde, tendo em vista que a saúde é um direito humano fundamental, havendo a necessidade de comunicação entre profissionais e pacientes estabelecendo uma relação de proximidade e troca de saberes, desde a recepção, até o profissional indicado para o atendimento. Tal experiência foi uma oportunidade de crescimento para os estudantes enquanto futuros profissionais levando em consideração a significância de uma prática como essa. Dentre outras ações o papel do psicólogo no NASF é atender aos usuários e familiares em situação de risco psicossocial ou doença mental visando assegurar o acesso ao sistema de saúde e à inserção social. Contudo, é valido expor que este momento foi de grande importância e enriquecimento para que pudéssemos perceber que é possível uma situação simples provocar um debate produtivo sobre estes temas. Sem deixar de mencionar que essa pratica nos diferentes serviços de saúde, pode contribuir para a diminuição do desgaste físico e emocional associado ao tempo de espera destes usuários. Visto ainda que tal situação levou não só a experienciar a o dialogo entre a teoria e a prática, bem como colocar em prática conhecimentos assimilados em sala de aula, além de propiciar o saber ouvir sem colocar a própria opinião a frente das demais respeitando as mais diversas falas que surgem, comportando-se com responsabilidade, e colocando-se no lugar de quem expressa seu sofrimento ou dúvidas.

Palavras-chave: NASF, sala de espera, humanização.

VIVENCIAS DO ESTÁGIO BÁSICO EM UM HOSPITAL INFANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Pierre Gonçalves de Oliveira Filho (M., Centro Universitário de Patos - UNIFIP, pierre_subjetividade@yahoo.com.br)
Jaine Felix da Silva Clemente (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Joane Kelly da Silva Rodrigues (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Maria Aparecida Alves de Oliveira (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. O relato de experiência a seguir é uma forma reflexão sobre as vivencias diante de uma visita que foi realizada em um hospital infantil, numa cidade do interior do Estado da Paraíba – PB. Essa experiência foi uma oportunidade de ampliar os conhecimentos para os futuros profissionais de psicologia, e aos alunos que passarão pelo estágio supervisionado básico III, além de possibilitar novas vivencias, podendo ser tão significativas quanto esta. A bioética é uma reflexão complexa sobre a vida e o viver e assim dialoga com a área de Direitos Humanos, pois envolve debates sobre a atuação da equipe multiprofissional, dos médicos, familiares, pacientes e cuidadores, portanto no que tange os direitos concernentes ao paciente é fundamental ressaltar a importância da autonomia dos sujeitos. Nos hospitais, busca-se atender o sujeito e cuidar da melhor forma possível, respeitando a sua dignidade. Diante do exposto, foi realizada uma vivencia em um hospital infantil, no interior do Sertão da Paraíba, mediante a data representativa do dia das mães, com o intuito de proporcionar um momento de acolhimento, compreensão, atenção, e, sobretudo humanização ao deixar palavras de conforto para mães, pais e cuidadores, estes que muitas vezes assumem o papel de cuidadores, o momento foi ideal para reforçar a importância do cuidado, visto que a situação nos leitos hospitalares, nem sempre é favorável, assim faz-se fundamental a representação do profissional de psicologia, reportando-se de modo a fomentar que a motivação transcorra. A intervenção se deu diante da visita do grupo de estagiários, os quais distribuíram cartões impressos com mensagens variadas, de felicitação e apoio, acompanhados de bombons e assinados pela equipe. Os resultados encontrados pela equipe foram diversificados, como reação em resposta, observamos nitidamente em todos os momentos a emoção expressada, em formas de agradecimento, choros, risos, e algo mais frequente, foram pedidos de abraços, tanto mães, pais, acompanhantes, cuidadores, quanto as demais mães que fazem parte da equipe multiprofissional, se sentiram acolhidos e gratos, por esse momento que foi proporcionado a eles. Destarte, percebemos a importância desse tipo de experiência, onde o conhecimento é posto em prática, o fazer diante da teoria do cuidado ético, bem como refletir sobre a atuação do psicólogo hospitalar, que toma como base, promoção, proteção e recuperação da saúde. Assim, a prática do estágio básico, torna-se extremamente enriquecedora, válida, rica em informações, fazendo com que seja possível compreender que esse tipo de processo, vai além do ensino e da aprendizagem, é uma construção de uma postura profissional, de condutas e atitudes que são peculiares de cada estagiário, e que também oportuniza a saída do aluno de sua "zona de conforto". Oferta aos estagiários o ato de saber ouvir, respeitar as vivencias e experiências, e usar, sobretudo do consenso, da empatia e do acolhimento, pensar e repensar o que foi visto na teoria e posto em prática constantemente.

Palavras-chave: Cuidado, hospital, estagiários, prática humanizada.

A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Alana Cristina de Sousa Alencar Silva (M., Centro Universitário de Patos - UNIFIP, alanasilva@fiponline.edu.br)
Andrezza Clementino Vicente (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Mariana Santana Fernandes (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Rayane Maria Soares Palmeira Ferreira (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. A violência contra a mulher consiste em um problema social grave, que compromete as relações sociais em geral e pode ser considerado como problema de saúde pública, devido aos significativos agravos que causa na saúde física e mental da mulher. Esse tipo de violência contra a mulher se caracteriza como uma violação dos direitos humanos, com isso, a prevenção e enfrentamento são de extrema necessidade no combate a violência e garantia dos direitos. O estudo tem como objetivo expor à importância da inclusão da temática da violência contra as mulheres nas Políticas Públicas e a necessidade de buscar estratégias de enfretamentos para a diminuição dos índices de violência contra essa população. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, onde foram utilizados sites de busca, como PEPSIC e SCIELO, através dos descritores: mulher, violência, Políticas Públicas, direitos humanos. Como resultado foi possível identificar que apesar da existência de serviços especializados no enfrentamento da violência contra a mulher, as mesmas ainda não estão imunes a novas violências, e a sociedade ainda busca alternativas para atender a demanda dessas mulheres, oferecendo através das implementações das Políticas Públicas a garantia de direitos que lhes são negados. Faz-se necessário 'repensar' as políticas implementadas, os métodos usados no combate ao enfrentamento, tecendo hipóteses de atuação mais eficazes, que implantem estratégias que coíbam as práticas de violência contra a mulher por vezes, estimuladas pela falta de resolubidade no combate a violação dos direitos das mulheres.

Palavras-chave: Violência, mulher, políticas públicas, garantia de direitos.

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE HOMENS E MULHERES QUANTO À IDEAÇÃO SUICIDA

Giovani Amado Rivera (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, giovani.amado@gmail.com)
Andréia Lílite de Souza Leite (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Claudio Vinicius Fernandes Lourenço (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Jecyane Ertha Gomes Pereira (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Gabrielly Batista Gomes (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. O suicídio existe desde os tempos mais antigos da humanidade, tendo mudado apenas a forma como esse ato é encarado. Atualmente, constitui-se como um problema de saúde pública mundial desde o ano de 2010, de acordo com a Organização Mundial da Saúde. O objetivo desta pesquisa foi verificar se havia diferença significativa entre os escores de homens e mulheres quanto as dimensões do suicídio. Trata-se de um levantamento descritivo, comparativo e de abordagem quantitativa. Foi realizada com a participação de 390 estudantes universitários de uma IES do interior da Paraíba, 61% dos estudantes eram do sexo feminino, escolhidos pelo método não-probabilístico por conveniência de amostragem. Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário sociodemográfico, e a *escala Multi-atitudinal de Tendência ao Suicídio.* Os resultados do teste *t* mostraram que as médias entre homens e mulheres não apresentaram diferença estatística significativa em nenhuma das quatro dimensões do instrumento. Estes dados podem ser contrastados com os da literatura, que aponta diferenças significativas de gênero associadas à ideação suicida. Estudos afirmam que sujeitos do sexo feminino apresentam um índice maior de ideação suicida do que os do sexo masculino. A tentativa de suicídio nas mulheres é carregada pelo peso da culpa, seja pelo abandono conjugal, traição ou pela vida que deixa de fazer sentido. Resultante do rigor de uma cultura patriarcal que induz à alienação e acomodação do sentido do ser, que impulsiona uma sensação de vazio e impotência.

Palavras-chave: Ideação suicida, gênero, suicídio.

DIAGNÓSTICO DE PROBLEMAS PSICOLÓGICOS E IDEAÇÃO SUICIDA: UM ESTUDO COMPARATIVO

Giovani Amado Rivera (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, giovani.amado@gmail.com)
Andréia Lílite de Souza Leite (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Claudio Vinicius Fernandes Lourenço (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Jecyane Ertha Gomes Pereira (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Gabrielly Batista Gomes (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. Ideação suicida se refere aos pensamentos de autodestruição e ideias suicidas, englobando desejos, atitudes e planos que o indivíduo tem para dar fim à própria vida. Grande parte dos suicidios registrados são consequências de sujeitos com transtornos psicológicos, tais como depressão, ansiedade generalizada, transtorno bipolar ou do pânico. O objetivo desta pesquisa foi verificar se havia diferença significativa entre pessoas que afirmavam ou não ser diagnosticadas com algum problema psicológico quanto a ideação suicida. Trata-se de um levantamento descritivo, comparativo e de abordagem quantitativa. Foi realizado com a participação de 390 universitários de uma IES localizada no interior da Paraíba, 14,7% relataram diagnostico de problema psicológico. Realizou-se um teste *t* entre as dimensões de suicídio e estes dois grupos. Os resultados mostraram que houve diferença significativa em duas dimensões, *atração pela vida*, e *repulsão pela vida.* Os problemas psicológicos estão associados a mais de 90% dos casos de suicídio. Além disso, não são só as doenças mentais que se relacionam com os comportamentos suicidários, mas também as características psicológicas associadas a essas doenças como pensamentos negativos, impulsividade, agressividade, baixa autoestima, sentimento de culpa e ausência de sentido para viver. A ideação suicida também tem sido relacionada com défices de funcionamento comportamental e emocional, como, os sintomas depressivos e sujeitos com baixa autoestima, permanecendo durante o início da idade adulta. Podemos concluir que a presença do diagnóstico de problemas psicológicos pode estar associada a pensamentos suicidas, e indivíduos em situação de fragilidade psicológica podem eventualmente desenvolver ideações e atos suicidas.

Palavras-chave: Ideação suicida, problemas psicológicos, suicídio.

ESPIRITUALIDADE E SAÚDE MENTAL NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO E DE SUA EXISTÊNCIA

Mayara Cristina de Araújo Dantas (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, mayaradantas.psi@gmail.com)
Marcos Vitor Costa Castelhano (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Délis Sousa Benevides (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Sara Rayane Souza do Nascimento (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. A espiritualidade é uma temática ampla e complexa, uma vez, que sua rede de significados se associa a diversas áreas do conhecimento, como a filosofia, religiões e as ciências, entre elas a Psicologia. Esse elemento, dentro da Psicologia da Religião, é voltado à ideia de essência que é construída durante toda a vida do sujeito, ligada a diversos âmbitos de sua existência, entre eles a saúde mental. Em virtude disso, esse trabalho visou elaborar uma reflexão sobre a relação entre a espiritualidade e a saúde mental, a partir de uma revisão narrativa de estudos coadunados a este tema, visualizando não esgotar os conteúdos relacionados, mas sim, trazer esse tema sob uma perspectiva psicológica. Dessa forma, a espiritualidade não deve limitar-se a conotação religiosa exposta pelas diversas doutrinas, pois este fator é visualizado de maneira científica e sistemática e refere-se a diversos pontos e características edificadas durante a existência do indivíduo, influenciando no seu bem-estar, autoestima, qualidade de vida, crenças e atitudes. Partindo deste princípio, a espiritualidade e a saúde mental são dois elementos indissociáveis para a formação do indivíduo, pois fundamenta a existência e seus comportamentos, desde como atuar perante as contingências apresentadas, até na construção de sua autodefinição enquanto ser humano. Portanto, esta temática é de demasiada pertinência para a construção de um novo fazer psicológico, uma vez que objetiva enxergar o sujeito perante novas perspectivas, indo além das visualizações mecânicas e nosológicas do homem, propondo buscar sua essência, valorizando sua subjetiva capacidade de edificar a existência.

Palavras-chave: Espiritualidade, psicologia, saúde mental.

IDEAÇÃO SUICIDA EM ESTUDANTES DE MEDICINA E SUA RELAÇÃO COM O PERÍODO ACADÊMICO

Giovani Amado Rivera (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, giovani.amado@gmail.com)
Gabrielly Batista Gomes (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Andréia Lílite de Souza Leite (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Claudio Vinicius Fernandes Lourenço (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Jecyane Ertha Gomes Pereira (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. Diferentes aspectos vêm sendo indicados à associação de ideação suicida, revelando-se este como um construto multidimensional. Tal conceito compreende aspirações, atitudes ou projetos que o sujeito tem para colocar fim a própria vida. Achados contemporâneos apontam que as taxas de suicídio verificadas entre estudantes de medicina, são muito mais significativas do que as observadas entre a população em geral, configurando-os como população de risco. Diante disso, objetivou-se com este estudo verificar os níveis de ideação suicida em acadêmicos de medicina e sua relação com o período acadêmico. Para tal, foi utilizada uma abordagem de pesquisa quantitativa, sendo a amostra formada por 305 acadêmicos do curso de medicina do sertão da paraíba. Os instrumentos utilizados foram o *Questionário de Ideação Suicida (QIS)* e um questionário sociodemográfico. Comparando-se os resultados do escore total do questionário de ideação suicida em relação ao período acadêmico do estudante, os resultados obtidos apontam que os estudantes do ciclo clínico (*M* = 18,4; *DP* = 31,9) obtiveram escores mais elevados em relação aos internos (*M* = 16,0; *DP* = 26,7) e em comparação aos que obtiveram os índices mais baixos que foram os estudantes do ciclo básico (*M* = 10,4; *DP* = 17,6), com valor considerado significativo (p=0,03). Conhecer as causas e os fatores de risco associados, bem como explorar suas implicações na saúde e na qualidade de vida dos estudantes contribuirão para uma maior eficácia das intervenções de modo a auxiliar a frustrar tentativas de suicídio e promover saúde mental aos futuros médicos.

Palavras-chave: Ideação suicida, período acadêmico, estudantes de medicina.

BURNOUT EM ACADÊMICOS DE MEDICINA: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O ENSINO PÚBLICO E PRIVADO

Giovani Amado Rivera (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, giovani.amado@gmail.com)
Gabrielly Batista Gomes (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Andréia Lílite de Souza Leite (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Claudio Vinicius Fernandes Lourenço (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Jecyane Ertha Gomes Pereira (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. A Síndrome de *Burnout* caracteriza-se como uma resposta prolongada ao estresse acentuado, seja na vida profissional ou acadêmica. O médico tem sido elemento constante de pesquisas psicológicas e sociológicas. Presume-se que a gênese do *burnout* pode estar sendo introduzida ao longo do processo de formação deste profissional quando o esgotamento e a estafa emocional passam a ser a regra, e uma gama de situações desfavoráveis costumam emergir. Desse modo, o objetivo deste estudo foi comparar os níveis de *burnout* entre acadêmicos de medicina oriundos de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas do sertão paraibano. Trata-se de uma abordagem de pesquisa quantitativa, sendo a amostra composta por 305 acadêmicos do curso de medicina. Os instrumentos utilizados foram o *Maslach Burnout Inventory/ Student Survey* (MBI-SS) e um questionário sociodemográfico. Os resultados obtidos evidenciaram que para os fatores de *burnout*, na dimensão exaustão emocional os estudantes advindos de instituições privadas obtiveram escores mais elevados, porém considerados não significativos (p=0,45). No que se refere a dimensão descrença, os estudantes de IES pública obtiveram maiores escores (*M* = 2,1; *DP* = 1,6) com resultados considerados significativos (p=0,00) e em relação a eficácia profissional, também houve significância estatística com médias superiores para aqueles estudantes oriundos de instituições privadas (*M* = 4,4; *DP* = 1,2). As informações e os dados gerados nesta pesquisa servirão para discutir as questões de saúde mental que fazem interface com o período universitário referenciando a assistência universitária como direito dos estudantes e compromisso social das instituições.

Palavras-chave: Síndrome de *Burnout*, IES, acadêmicos de medicina.

SUICÍDIO: O ÚLTIMO ADEUS DO SOFRIMENTO

Osório Queiroga de Assis Neto (M., Centro Universitário de Patos - UNIFIP, osorioneto@fiponline.edu.br)
Antônio Vinicius de Araújo Rodrigues (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Evllen Maia Andrade (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Maria das Neves Severo de Lira (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. O suicídio está entre as três principais causas de morte no mundo, e com essa reflexão pretende-se através desta pesquisa, levar a comunidade cientifica algumas ponderações a cerca desta problemática. O presente artigo tem como objetivo investigar na literatura as causas e fatores que levam o sujeito a cometerem o suicídio e suas formas de sofrimento, bem como este tema se configura como problemática na atualidade. Além disso, buscou-se a analisar o sofrimento das famílias que sofrem com a perda pelo suicídio. Usou-se como metodologia uma pesquisa do tipo, revisão de literatura narrativa. O seu campo de estudo foi realizado através de artigos científicos publicados em sites confiáveis, tais como: o google acadêmico, scielo, LILACS, MEDLINE, Pubmed e wobof Science, livros e artigos no período de 2004 a 2016; Entre os principais resultados alcançados com este estudo está no fato de que atualmente o suicídio ocupa entre a segunda e terceira causa de morte mundial entre adolescentes, constituindo-se num grave problema de saúde pública. Sendo considerado o fato de que além do suicídio em si, há outro problema a ele ligado: o elevado número de pessoas que tentam o suicídio. Conclui-se que o suicídio é considerado como um fenômeno complexo e multidimensional, diante das suas condições biológicas, sociológicas, psicológicas, interpessoais, culturais e existenciais.

Palavras-chave: Suicídio, família, empatia.

BIOÉTICA E DIREITOS HUMANOS: QUAL O LIMITE DOS ESTUDOS CIENTÍFICOS EM SERES HUMANOS?

Pierre Gonçalvez de Oliveira Filho (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, pierre_subjetividade@yahoo.com.br)
Délis Sousa Benevides (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Marcos Vitor Costa Castelhano (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Bruna Martins Benvinda Wanderley (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Clara Keely Monteiro Silva (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. A bioética é considerada uma reflexão interdisciplinar que visa intervir e difundir seus conhecimentos relacionados a vida e ao viver, esse espectro não se limita a uma única perspectiva ou teoria, que é ampla em relação a suas vertentes e óticas, discorrendo sobre diversas temáticas, entre elas, os estudos científicos em seres humano e o limite desta prática. Dessa forma, através das normas e reflexões partidas dos Direitos Humanos, consolidadas ao fim da Segunda Guerra Mundial, a bioética visa compreender qual a melhor forma de realizar estudos científicos em seres humanos, objetivando evitar atrocidades em nomes das ciência que ocorreram naquele período. O presente trabalho teve como objetivo fazer relação entre a bioética e Direitos Humanos. Para tanto, foi realizada uma pesquisa narrativa nos bancos de dados Google Acadêmico e Scielo. Os resultados encontrados indicaram que essa vertente reflexiva procura visualizar cada questão ética em sua totalidade, objetivando a construção de uma ciência eficiente e coesa, em que, respeite o sujeito em sua subjetividade e como cidadão dotados de direitos e deveres. Portanto, a bioética não nega a importância dos estudos científicos em seres humanos em sua totalidade, mas rejeita qualquer desenvolvimento metodológico que não respeite o sujeito à partir da ótica dos direitos humanos. Demonstrando a pertinência desta temática, que se enquadra de maneira significativa nas questões acadêmicas atuais e seus limites morais e éticos, existem temáticas que são indispensáveis quando se fala em bioética, salientando que existem direitos que precisam ser assegurados na realização de qualquer pesquisa.

Palavras-chaves: Bioética, direitos humanos, estudos científicos.

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO E AS REPERCUSSÕES PSICOLÓGICAS VIVENCIADAS POR PROFISSIONAIS NO AMBIENTE HOSPITALAR

José Anderson Galdino Santos (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, anderson-jpb@hotmail.com)
Moisés Barbosa Oliveira (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Anuska Bandeira Costa Paiva (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. Com o processo de urbanização e industrialização, observa-se claramente a necessidade do aporte das ciências humanas nas atividades de trabalho. Para a psicologia, o trabalho é uma categoria para pensar o homem e pensar em condições que possibilitem a garantia de direitos humanos em sua atuação profissional. Objetivos: Relatar as repercussões psicológicas e sociais vivenciadas por profissionais no ambiente hospitalar. Método: Trata-se de um estudo tipo revisão da literatura, realizado na base de dados Pepsic. Para busca, utilizou-se os seguintes descritores: saúde do trabalhador, estresse psicológico, violência e hospital, durante o mês de setembro de 2019, mediante os critérios e inclusão e exclusão. Resultados: Os trabalhadores tem sentido repercussões negativas, como o medo do desemprego, precarização do trabalho, redução dos direitos trabalhista, bem como a multifuncionalidade dos trabalhadores, como também tensões e conflitos nas relações interpessoais e o Assédio Moral no Trabalho. O AMT causa efeitos destrutivos na vida da pessoa que vivenciou, bem como no coletivo profissional e familiar. O AMT pode causar o desinteresse pela atividade desenvolvida e o agravamento de doenças já existentes, além de sérios problemas psicológicos, como: pensamentos repetitivos e confusos, medo, choro, ressentimento, mágoa, solidão, melancolia, apatia e tristeza profunda. Considerações finais: O assédio moral no trabalho tem trazido prejuízos na organização do trabalho e na atuação do profissional envolvido, merecendo destaque e incentivo além de discussões no ambiente de trabalho.

Palavras-Chave: Saúde do trabalhador, estresse psicológico, violência, hospital.

BIOÉTICA E PSICOLOGIA: REFLEXÕES A CERCA DA EUTANÁSIA E O DIREITO DE MORRER

Pierre Gonçalves de Oliveira Filho (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, pierre_subjetividade@yahoo.com.br)
Anna Beattriz Sousa da Silva (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Ana Camila Amorim Simões (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Fransuellen Oliveira Leite Siqueira Campos (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Jacicleia Cândido Costa (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. Nos últimos anos, as discussões sobre os temas limites vida-morte - Eutanásia causaram dilemas que forçaram a ética a renascer com toda força. A Eutanásia possibilita a um paciente com doença incurável e em estado terminal, ou seja, sem que haja expectativa de vida maior possa ter uma morte rápida e sem dor, através de medicamentos letais ou desligamento de aparelhos que prolongam a vida. Sendo assim, o objetivo deste artigo é provocar reflexões sobre o papel da Psicologia diante desta temática, assim como, analisar se os direitos humanos podem assegurar também ao sujeito o direito de morrer. Sendo assim, este é um estudo de revisão bibliográfica, onde foram utilizados sites de busca, como PePSIC e SCIELO. Como resultado desta pesquisa considerou – se a importância de se discutir enquanto Psicólogos ao nos posicionarmos a favor ou contra a Eutanásia, que é preciso pensar não só no direito do sujeito, mas também nas consequências que esse direito traz para a sociedade, assim como também salientar a importância da Psicologia neste contexto ético e social. Conclui-se então a partir dos estudos aqui contemplados a importância de um novo olhar sore os fazeres da Psicologia como ciência e profissão.

Palavras-chave: Bioética, direitos humanos, eutanásia, psicologia.

AVALIAÇÃO DO TRANSTORNO DISMÓRFICO CORPORAL: ESTUDO EXPLORATÓRIO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Giovani Amado Rivera (M., Centro Universitário de Patos - UNIFIP, giovani.amado@gmail.com)
Israely Ferreira Felipe Do Bonfim (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Tayline Galdino Torres (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. O Transtorno Dismórfico Corporal (TDC) trata-se de um problema psíquico em que o indivíduo apresenta uma preocupação obsessiva com alguma parte do corpo, que pode ser real ou imaginária. O objetivo desse trabalho é verificar características do TDC em uma amostra de estudantes universitários. O estudo trata-se de uma pesquisa do tipo quantitativa, descritiva e exploratória. Utilizou-se um questionário de cunho sociodemográfico e a Escala Piloto de Avaliação do Transtorno Dismórfico Corporal EA-TDC, desenvolvido por Ramos (2004). A pesquisa foi realizada com uma amostra de 60 estudantes, sendo 73,3% do sexo feminino e 26,7% do sexo masculino, com idade variando de 18 a 41 anos (M=21,2; DP=3,7). Com relação a isto, 60% eram de instituições privadas e 40% pública. Sendo 66,7% da área de saúde, 18,3% de humanas e 15% de exatas. A escala de TDC possui 3 dimensões, a saber: Fator 1, Preocupação com o imaginado acentuadamente excessiva, Fator 2, Preocupação significativa e prejuízo social e funcional e Fator 3, Ansiedade por se alimentar. Os resultados mais significativos foram observados quando a amostra foi dividida por área, tendo aqueles de humanas apresentado resultados mais acentuados em relação aos de saúde e exatas, nos fatores 1 (p=0,05) e 3 (p=0,00). No fator 2 os resultados foram próximos da significância (p=0,07). Conclui-se que esse estudo é importante pelo fato de apresentar resultados significativos. Percebe-se que a literatura referente ao TDC em relação a estudantes universitários é escassa, sendo esse estudo de importância para pesquisas futuras e precaver possíveis causas do TDC.

Palavras-chaves: Transtorno dismórfico corporal, preocupação, universitários.

O LUGAR DO DOENTE MENTAL NA SOCIEDADE: UM DEBATE QUE SE FAZ NECESSÁRIO

Alana Cristina de Sousa Alencar Silva (M., Centro Universitário de Patos - UNIFIP, alencar.alana@hotmail.com)
Maria das Neves Severo de Lira (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Kariane Camargo de Oliveira (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Cinthya Kelly Braga Maia (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Karina Estefâni Alexandrino (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. Inspirado nos movimentos mundiais e na crise do modelo de atenção psiquiátrica, surge no Brasil, na década de 1970, o movimento da Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial, cujo objetivo consistia em romper o modelo asilar clássico. Esses movimentos surgiram a partir da mobilização popular e profissionais do campo da saúde mental, que impulsionaram a construção de novas políticas públicas e práticas inovadoras no cuidado em saúde mental. Essa passagem foi marcada por resistências culturais, sociais e econômica, desenvolvendo um processo de ressignificação da saúde mental, da assistência e da garantia de direitos desses sujeitos. Em busca por igualdade e reinserção do doente mental em sociedade. Realizou-se uma revisão bibliográfica, onde objetivou estabelecer a interlocução entre o lugar do 'louco' na contemporaneidade e a reinserção social destes indivíduos, seus direitos e seu espaço como cidadão. Destarte ressaltou-se alguns pressupostos para fundamentar essa reflexão, como: 1) barreiras culturais voltadas ao doente mental; 2) inserção do usuário na cultura e em redes de relações sociais; 3) garantia de direitos e Política Pública. Frente ao exposto, conclui-se que ainda há exclusão e ausência de Políticas Públicas para essa população marginalizada, por parte de familiares, profissionais e os poderes públicos, necessitando que o cuidado seja centrado na capacidade subjetiva do usuário, enxergando o indivíduo para além do seu diagnóstico.

Palavras-chave: Políticas públicas, reinserção social, garantia de direitos.

UM GRITO DE SOCORRO, TRÁFICO DE PESSOAS E A BUSCA PELOS DIREITOS HUMANOS

Pierre Gonçalves de Oliveira Filho (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, pierre_subjetividade@yahoo.com.br)
Jardson Araújo Ramalho (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Bianca Karoline Souza Carvalho (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Rita de Kássia Souza Silva (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Ana Izabel Martins de Souza Alvino (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. O tráfico de pessoas é a terceira atividade econômica ilegal mais lucrativa do mercado negro, estando atrás somente do tráfico de armas e das drogas ilícitas. Trata-se de um comercio de seres humanos que ter por finalidade a escravidão sexual, trabalho forçado, exploração sexual comercial, tráfico de drogas, extração de órgãos e tecidos, barriga de aluguel. Destarte, o objetivo do presente trabalho foi estabelecer uma relação direta com os Direitos Humanos na perspectiva como papel fundamental da luta sobre o contexto de enfrentamento do tráfico humano. Para tanto, realizou-se um estudo do tipo bibliográfico a partir de artigos disponíveis no Scielo, e estes foram analisados de maneira integrativa. Os principais resultados indicam extrema necessidade de garantia dos Direitos Humanos, bem como os princípios bioéticos que fundamentam a autonomia dos sujeitos onde os mesmo são levados sem seu consentimento e obrigados a realizar tais atos, seja relação sexual, trabalho escravo dentre outros, quebrando também os princípios da beneficência e não maleficência já que suas condições são precárias, podendo causar danos psicológicos, sociais e físicos aos sujeitos, expondo-o a diversos perigos principalmente a DSTs. E por fim, o princípio da justiça onde há a quebra dos direitos da vida, da dignidade, e da autonomia sobre seu corpo e liberdade. Diante disto, conclui-se que todos os sujeitos expostos neste âmbito de exploração têm seus direitos Humanos sistematicamente violados.

Palavras-chave: Tráfico humano, direitos humanos, liberdade.

EUTANÁSIA: CONVERSAÇÕES COM A BIOÉTICA E CONCEITUAÇÕES DA MORTE E DO MORRER

Pierre Gonçalves de Oliveira Filho (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, pierre_subjetividade@yahoo.com.br)
Sara Rayane Souza do Nascimento (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Erlania Rodrigues Ferreira (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Layris Almeida de Queiroga (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Iara Caroline Henrique Araújo (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo: Desde os primórdios a raça humana busca o sentido da vida tentando entender o mistério da morte e o morrer. O fato é que a morte sempre existiu e sempre existirá tão natural e tão parte da vida como o próprio viver, mas aceitá-la é também admitir a fragilidade e a finitude da natureza humana. Ao passar dos anos o processo da morte foi configurando conceituações cada vez mais distintas, os avanços científicos e a prolongação artificial da vida tornam o último ato ainda mais dificultoso. A este modo, o objetivo desse trabalho visou pontuar conceituações da morte e do morrer a partir de um panorama da bioética e como ela é encarada atualmente na perspectiva da eutanásia. Para essas colocações foram realizadas de formas integrativas um estudo bibliográfico a partir de artigos disponíveis no Scielo. O termo "eutanásia", a ação ou omissão que por intenção provoca a morte a fim de eliminar a dor, vem ganhando um grande espaço em discussões que permeiam os direitos humanos entre o viver e o morrer. A eutanásia configura-se como o fim da dor através de uma morte "boa e fácil". O pensar a esse termo é concebido de forma mista e sustentado em pilares éticos de direito a vida e a morte, mas atingir um ponto de equidade entre esses dois pressupostos é ainda um longo caminho, suas fundamentações são embasadas em princípios éticos e os indivíduos expostos a tais situações podem e devem contar com uma rede de apoio multidisciplinar de médicos e psicólogos, profissionais que devem sempre garantir a integridade, a dignidade e a autonomia desses sujeitos seja qual for a decisão.

Palavras-chave: Eutanásia, direito a vida, direito à morte.

A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Alana Cristina de Sousa Alencar Silva (M., Centro Universitário de Patos - UNIFIP, alanasilva@fiponline.edu.br)
Andrezza Clementino Vicente (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Mariana Santana Fernandes (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Rayane Maria Soares Palmeira Ferreira (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. A violência contra a mulher consiste em um problema social grave, que compromete as relações sociais em geral e pode ser considerado como problema de saúde pública, devido aos significativos agravos que causa na saúde física e mental da mulher. Esse tipo de violência contra a mulher se caracteriza como uma violação dos direitos humanos, com isso, a prevenção e enfrentamento são de extrema necessidade no combate a violência e garantia dos direitos. O estudo tem como objetivo expor à importância da inclusão da temática da violência contra as mulheres nas Políticas Públicas e a necessidade de buscar estratégias de enfretamentos para a diminuição dos índices de violência contra essa população. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, onde foram utilizados sites de busca, como PEPSIC e SCIELO, através dos descritores: mulher, violência, Políticas Públicas, direitos humanos. Como resultado foi possível identificar que apesar da existência de serviços especializados no enfrentamento da violência contra a mulher, as mesmas ainda não estão imunes a novas violências, e a sociedade ainda busca alternativas para atender a demanda dessas mulheres, oferecendo através das implementações das Políticas Públicas a garantia de direitos que lhes são negados. Faz-se necessário 'repensar' as políticas implementadas, os métodos usados no combate ao enfrentamento, tecendo hipóteses de atuação mais eficazes, que implantem estratégias que coíbam as práticas de violência contra a mulher por vezes, estimuladas pela falta de resolubidade no combate a violação dos direitos das mulheres.

Palavras-chave: Violência, mulher, políticas públicas, garantia de direitos.

DESAFIOS DA POPULAÇÃO LGBTQ+ AO ACESSO AS POLÍTICAS PUBLICAS DE SAÚDE: UMA REVISÃO BIBLIOGRAFICA

Pierre Gonçalves de Oliveira Filho (M., Centro Universitário de Patos - UNIFIP, pierrefilho@fiponline.edu.br)
Andrezza Clementino Vicente (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Danúbia Laisa Souza Pereira (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Mariana Santana Fernandes (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Rayane Maria Soares Palmeira Ferreira (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. A saúde é um direito de todos e é dever do estado garantir acesso igualitário aos serviços da rede pública de saúde. Devido a isso, se faz necessário repensar sobre a situação atual e o cumprimento desse direito frente a grupos marginalizados pela sociedade como a comunidade LGBTQ+. Conquistas significativas nas políticas podem ser consideradas durante os últimos anos como, por exemplo, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) (Portaria nº 2.836 de 1º de dezembro de 2011). Entretanto, certos comportamentos de profissionais da área demonstram a falta de informação e manutenção das políticas implantadas, especialmente no atendimento ao paciente LGBTQ+, que por vezes são tratados com indiferença devido a sua orientação ou gênero. Por essa razão este trabalho apresenta como objetivo identificar as dificuldades que a comunidade LGBTQ+ enfrenta nas políticas públicas de saúde no Brasil. Trata-se de uma revisão bibliográfica, utilizando sites de busca, como BAGOAS, LILACS e SCIELO, através das palavras-chave: comunidade LGBTQ+, políticas públicas, saúde, direitos humanos. Como resultado foi possível identificar, nos artigos publicados com o tema que, diante das lutas e desafios perpetuados pela comunidade LGBTQ+ eles ainda são notados como sujeitos marginalizados, insuficientes para terem sua integralidade psicológica, física e sua autonomia moral. O movimento possui um caráter reivindicatório, uma luta pela cidadania e a busca por políticas publicas que atenda a comunidade, objetivando maior visibilidade social e empoderamento, com isso é de extrema importância à capacitação dos profissionais da saúde para melhor atender essa comunidade.

Palavras-chave: Saúde, comunidade LGBT, direitos.

POLÍTICAS PÚBLICA PARA IDOSOS: A TERAPIA COMUNITÁRIA X IMPLEMENTAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Alana Cristina de Sousa Alencar Silva (M., Centro Universitário de Patos - UNIFIP, alanasilva@fiponline.edu.br)
Bruno Araújo da Silva (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Mariana Santana Fernandes (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. A terapia comunitária é um espaço onde os sujeitos compartilham experiências de vida e relatam sobre o enfretamento das dificuldades encontradas ao longo de suas histórias. Em se tratando de idosos, que façam parte de grupos terapêuticos comunitários, os profissionais de psicologia, por serem agentes implicados no cuidado através da escuta, podem ser agentes interlocutores para a gestão em saúde para trazer à tona um diagnóstico diferencial. Antecipando intervenções de promoção e prevenção em saúde dessa população e garantindo o direito ao acesso à Política Pública de Saúde. O objetivo do estudo é mostrar a importância da psicologia na terapia comunitária como uma nova tecnologia de programa de saúde. Cujo propicia qualidade de vida aos idosos oferecendo a garantia de direitos em saúde. Para tanto, foi feito uma revisão bibliográfica, na base de dados Scielo, a partir dos descritores: terapia comunitária e saúde, considerando artigos oriundos do campo da terapia comunitária. Os resultados encontrados, demonstram que a terapia comunitária além de ser uma tecnologia de cuidado, traz benefícios em gastos financeiros para os gestores. Pois uma vez detectando os problemas de saúde, seja ele físico ou psíquico, ações pautadas na promoção e prevenção em saúde podem ser desenvolvidas pela equipe multiprofissional. Conclui-se então, que a terapia comunitária pode ter eficácia na qualidade de vida dos idosos e que é preciso ampliar programas desse nível no Sistema Único de Saúde para oferecer um cuidado mais ampliado a essa população.

Palavras-chave: Política pública, terapia comunitária, direito do idoso.

PSICOLOGIA DA SAÚDE NA INTERVENÇÃO DO EVELHECIMENTO

Tessya Hyanna Almeida Oliveira (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, tessyahyanna@outlook.com)
Tamyny da Costa Lucena (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. Envelhecer levanta diversas questões, tais como mudanças físicas e orgânicas, condições de dependência, processos de luto e até perdas cognitivas. Esses fatores não trabalhados de forma adequada podem desenvolver quadros de doenças psicológicas e distúrbios emocionais. O ambiente familiar, associado ao meio de prevenção de doenças psicológicas, como as políticas públicas no que envolve psicólogos, é de extrema importância no que se refere ao amparo da pessoa idosa. Diante do exposto, o presente trabalho objetivou investigar as publicações cientificas referentes à importância do psicólogo no processo de envelhecimento. Para execução do estudo, foi realizada uma pesquisa cientifica pela busca nos bancos de dados PubMed e Google Acadêmico, entre os anos de 2014 a 2019, tendo como descritores "Psicologia", "Envelhecimento" and "Idosos'", no idioma português. Sendo considerados validos os artigos que apresentassem esses termos no título e/ou resumo. Os resultados obtidos evidenciam que no Brasil a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) que busca promover a saúde da pessoa idosa, bem como manter o seu direito às políticas públicas. Os psicólogos da saúde estão inseridos para além da categorização dos indivíduos atendidos, buscar compreender e intervir nos processos psicossociais que estes fazem parte. Diante do exposto, conclui-se que o direito do idoso está assegurado em distintos instrumentos legais e políticas públicas como: Planos, Estatuto, Leis e outros atos oficiais, entretanto, sua implementação depende tanto de recursos financeiros, quanto dos profissionais multidisciplinares para estabelecerem propostas e recursos adequados de diferentes áreas para sua efetivação, principalmente do psicólogo que tem papel fundamento no processo psicológico da pessoa idosa.

Palavras-chave: Envelhecimento, psicologia da saúde, direitos humanos.

RESILIÊNCIA E ESPIRITUALIDADE EM MULHERES MASTECTOMIZADAS

Daniela Ribeiro Barros (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, daniela_ribeiro_barros@hotmail.com)
Aparecida Oliveira Silva (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Gildevan Estrela Dantas (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. A mastectomia é o procedimento cirúrgico da retirada total ou parcial da mama. Para as mulheres, vivenciar a mastectomia é reconstruir uma identidade por vezes dilacerada visto que a tensão provocada pela mutilação causa sofrimento psíquico. Diante de tamanho sofrimento, evidencia-se a importância de se ofertar o suporte psicólogo durante o processo de tratamento do câncer, contribuindo para a reestruturação dos pacientes, além de garantir os direitos humanos voltados à saúde da mulher. Considerando a relevância do tema e sua pertinência para as discussões em psicologia, a presente pesquisa teve como objetivo compreender o papel da espiritualidade e da resiliência no processo terapêutico de mulheres mastectomizadas em uma cidade do sertão da Paraíba. Este estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Participaram desse estudo 7 mulheres, com idade entre 32 e 55 anos. Os dados foram coletados por meio de um questionário cujas respostas foram analisadas por meio da análise de conteúdo. Os resultados apontaram que a resiliência e a espiritualidade estão ganhando espaço no enfrentamento do câncer. Também foi possível perceber que a espiritualidade contribuiu no grupo investigado para alimentar sentimentos de resiliência, ajudando a enfrentar a doença e aceitar suas possíveis consequências, como a mastectomia. Conclui-se, portanto, que tanto a resiliência quanto a espiritualidade são de suma importância para a recuperação de mulheres mastectomizadas.

Palavras-chave: Mastectomia, resiliência, espiritualidade, direitos humanos.

AVALIAÇÃO DO ESTADO MENTAL EM IDOSOS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Layrtthon Carlos de Oliveira Santos (D, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, layrtthonsantos@fiponline.edu.br)
Andreza Soares Gomes (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Brenda Kaiany da Silva Moura (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)
Lívia Maria Cavalcante Freitas (Centro Universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. Este estudo aborda a avaliação do estado mental em idosos, através de uma pesquisa exploratória, para o melhor entendimento da funcionalidade do idoso dentro do mercado de trabalho a partir da tecnologia assistiva. Neste trabalho, o objetivo principal é avaliar as funções cognitivas em idoso, bem como se adaptam as novas tecnologias que dão assistência em suas necessidades. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa e quantitativa, utilizando entrevistas e o teste Mine Exame do Estado Mental (MEEM) para obtenção dos dados. O estudo desenvolveu-se na cidade de Patos-PB, com vinte idosos com mais de sessenta e cinco anos, sendo onze do sexo feminino e nove do masculino. A partir dos dados coletados observou-se nos resultados que os idosos não conhecem a tecnologia assistiva, no teste a maioria dos idosos não correspondeu à pontuação desejada e na entrevista foi observado que eles enfrentam dificuldades nas atividades diárias. Assim sendo, concluiu-se que o envelhecimento é um processo natural do desenvolvimento em que há um comprometimento das funções cognitivas e por isso é preciso ter seus direitos garantidos e as tecnologias assistivas para auxiliar em suas atividades.

Palavras-chave: Idoso, funções cognitivas, tecnologias assistivas, trabalho.

Introdução

O processo de envelhecimento é o ciclo biológico da vida que todo ser humano, desde seu nascimento está exposto a viver. Apesar disso, a velhice pode ser construída de acordo com a singularidade de cada sujeito, levando-se em consideração o contexto social que este se insere, além de suas experiências pessoais subjetivas (Lima & Viegas, 1988).

Contudo a insistência no biológico faz com que o processo de envelhecimento, também conhecido como "idade madura" ou "terceira idade", seja visto como algo negativo. Isso é considerado, pois as perdas de capacidades físicas e cognitivas são comuns no envelhecimento, ocorrendo assim um declínio nos processos mentais, tais como: atenção, memória e compreensão da orientação temporal e espacial (Cancela, 2007).

Com relação aos Direitos Humanos que estebalecem a garantia do direito dos idosos, com bases em princípios de independência, participação, dignidade, assistência e auto-realização, é preciso destacar a importância do envelhecimento ativo como um direito fundamental. Isso declara a igualdade de oportunidades em que há tratamento em todas as fases da vida de acordo com o envelhecimento (Keinert & Rosa, 2009).

Com o declínio das capacidades funcionais, o idoso vai perdendo sua independência e autonomia o que causa também uma perda da qualidade de vida, tudo isso ocorre devido ao comprometimento cognitivo. Dessa forma, levando em consideração o estágio da enfermidade, o declínio cognitivo pode comprometer a realização de atividades sociais e ocupacionais (Machado, Ribeiro, Cotta, & Leal, 2011).

Sendo assim, várias alternativas têm sido propostas com intuito de atender aos idosos fragilizados e dependentes. A Tecnologia Assistiva (TA), se refere a vários tipos de dispositivos de auxílios estratégicos, que tem como foco principal reduzir o impacto da disfunção física, ao prover conexões entre as limitações funcionais do indivíduo e também as demandas do meio físico (Andrade & Pereira, 2009).

Diante do exposto, é possível notar a relevância do presente estudo para entender como o envelhecimento modifica as funções cognitivas e como os idosos lidam com essas modificações, e para que a sociedade compreenda que é um processo natural do desenvolvimento humano.

Objetivo

O objetivo do presente estudo é avaliar as funções cognitivas em idosos, analisar a atenção, a memória, identificar a orientação espacial e temporal, como a idade avançada influencia na vida do idoso e observar como as tecnologias aprimoram o trabalho do idoso.

Método

Delineamento de hipóteses:

Foi realizado um estudo de campo, de natureza qualitativa e quantitativa. Foram elaboradas as seguintes hipóteses: H1) Com a idade avançada há um declínio na atenção,

memória e orientação espacial, dificultando o idoso a praticar as Atividades de Vida Diárias (AVDs), e H2). Com a idade avançada há um maior uso das tecnologias assistivas.

Participantes

A amostra escolhida para realizar o estudo foram 20 idosos com mais de 65 anos, sendo onze do sexo feminino e nove do masculino. Assim, a maioria dos idosos foi do sexo feminino (55%), casada (55%) e com ensino fundamental (70%).

Instrumentos

Para coletar os dados foi utilizada entrevista com questões sobre as atividades da vida diária e sobre as tecnologias assistivas. Utilizou-se ainda um questionário demográfico e o Mini Exame do Estado Mental (MEEM) que consiste em uma bateria simples de 20 testes, totalizando 30 pontos, e gasta 5 a 8 minutos para ser feito.

Procedimentos e aspectos éticos

A pesquisa foi feita de forma presencial, em que os próprios pesquisadores realizaram a entrevista e o teste MEEM pessoalmente, foi feita no município de Patos-PB, os horários variavam, algumas foram feitas pela manhã e outros à tarde com duração de 15 a 20 minutos. Sobre os procedimentos éticos, antes de sua realização, o projeto passou pelo Comitê Ético, do UNIFIP- Centro Universitário, e foi realizada após autorização da coordenação do curso de Psicologia, levando em consideração os aspectos éticos que envolvem as pesquisas com seres humanos, de acordo com Resolução nº 510/2016, expedida pelo Conselho Nacional de Saúde. Tal instrumento normativo assegura os direitos e deveres que dizem respeito à ética na pesquisa com seres humanos. Com isso, os participantes autorizavam a utilização das respostas fornecidas para fins da pesquisa e são esclarecidos de que podem desistir de participar a qualquer momento sem dano algum.

Análise dos dados

Para tabulação e análise dos dados, utilizou-se o SPSS (versão 23) para análises descritivas e inferenciais. O Iramuteq foi utilizado para, analisar os dados qualitativos, ou seja, as questões abertas da entrevista.

Resultados

Resultados sobre as Tecnologias Assistivas

Com as questões da entrevista, observaram resultados sobre Tecnologia Assistiva (TA). Na questão em que se perguntava se os idosos sabiam o que é TA, os vinte participantes disseram que nunca tinham ouvido falar nesse termo. Na questão que indagava se o idoso utiliza alguma TA, oito disseram que sim, e doze que não. Na questão sobre o conhecimento dos direitos em usar as TA, sete participantes disseram sim, e treze não. Sobre se a TA facilita as atividades diárias do idoso, dezenove idosos disseram sim e apenas um respondeu que não.

Resultados do MMEM

O MEEM tem como intuito avaliar a prevalência de distúrbios cognitivos e em ensaios clínicos de medidas secundárias de eficácia de medicação (Gorenstein et al, 2015). Com o teste do Mine Exame do Estado Mental (MEEM), foi realizada também uma estatística descritiva para observar a Média (*M*) e o Desvio-Padrão (*DP*) das respostas. Assim sendo, estes foram avaliados através das pontuações das respostas obtidas, que foram comparadas a um escore avaliativo relacionado ao grau de escolaridade. A seguir observa-se na Tabela 1 a pontuação dos sujeitos e na classificação é demonstrado se eles estão correspondendo ao escore ou não.

Tabela. 1

Pontuações do MEEM

Sujeito	Pontuação	Classificação
1	26	25 pontos para idoso com um a quatro anos de estudo (Ensino Fundamental). O sujeito corresponde à avaliação do escore obtido sobre suas funções cognitivas.
2	18	25 pontos para idoso com um a quatro anos de estudo (Ensino Fundamental). O sujeito não corresponde à avaliação do escore obtido sobre suas funções cognitivas.
3	29	25 pontos para idoso com um a quatro anos de estudo (Ensino Fundamental). O sujeito corresponde

		à avaliação do escore obtido sobre suas funções cognitivas.
4	25	20 pontos para analfabetos. O sujeito corresponde à avaliação do escore obtido sobre suas funções cognitivas.
5	19	25 pontos para idoso com um a quatro anos de estudo (Ensino Fundamental). O sujeito não corresponde à avaliação do escore obtido sobre suas funções cognitivas.
6	16	20 pontos para analfabetos. O sujeito não corresponde à avaliação do escore obtido sobre suas funções cognitivas.
7	23	20 pontos para analfabetos. O sujeito corresponde à avaliação do escore obtido sobre suas funções cognitivas.
8	20	25 pontos para idoso com um a quatro anos de estudo (Ensino Fundamental). O sujeito não corresponde à avaliação do escore obtido sobre suas funções cognitivas.
9	21	25 pontos para idoso com um a quatro anos de estudo (Ensino Fundamental). O sujeito não corresponde à avaliação do escore obtido sobre suas funções cognitivas.
10	19	25 pontos para idoso com um a quatro anos de estudo (Ensino Fundamental). O sujeito não corresponde à avaliação do escore obtido sobre suas funções cognitivas.
11	19	25 pontos para idoso com um a quatro anos de estudo (Ensino Fundamental). O sujeito não corresponde à avaliação do escore obtido sobre suas funções cognitivas.
12	28	29 pontos para aqueles com mais de 11 anos de estudo (ensino superior). O sujeito não corresponde à avaliação do escore obtido sobre suas funções cognitivas.
13	22	25 pontos para idoso com um a quatro anos de estudo (Ensino Fundamental). O sujeito não

		corresponde à avaliação do escore obtido sobre suas funções cognitivas.
14	26	29 pontos para aqueles com mais de 11 anos de estudo (ensino superior). O sujeito não corresponde à avaliação do escore obtido sobre suas funções cognitivas.
15	26	25 pontos para idoso com um a quatro anos de estudo (Ensino Fundamental). O sujeito corresponde à avaliação do escore obtido sobre suas funções cognitivas.
16	25	25 pontos para idoso com um a quatro anos de estudo (Ensino Fundamental). O sujeito corresponde à avaliação do escore obtido sobre suas funções cognitivas.
17	26	25 pontos para idoso com um a quatro anos de estudo (Ensino Fundamental). O sujeito corresponde à avaliação do escore obtido sobre suas funções cognitivas.
18	27	25 pontos para idoso com um a quatro anos de estudo (Ensino Fundamental). O sujeito corresponde à avaliação do escore obtido sobre suas funções cognitivas.
19	21	20 pontos para analfabetos. O sujeito corresponde à avaliação do escore obtido sobre suas funções cognitivas.
20	19	25 pontos para idoso com um a quatro anos de estudo (Ensino Fundamental). O sujeito não corresponde à avaliação do escore obtido sobre suas funções cognitivas.
Total 20	Média = 22,75; DP = 3,810	De acordo com a média, entende-se que grande parte dos idosos não conseguiram corresponder as perguntas propostas no teste. Sendo que quatorze não corresponderam às expectativas do teste e seis conseguiram.

Resultados da entrevista

As questões abertas da entrevista tiveram seus resultados analisados pelo Iramuteq, onde foi realizada a nuvem de palavras que mostra as palavras que são mais ditas pelos participantes na entrevista.

Sobre a questão das Atividades de Vida Diárias (AVDs), pode-se perceber algumas respostas na figura a seguir.

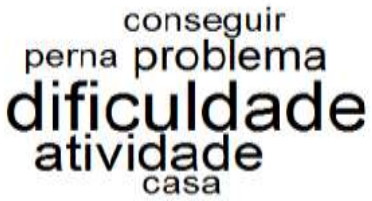

Figura 1. Atividades de Vida Diárias

Fica claro com esta figura que muitos idosos fazem as atividades diárias com dificuldades e problemas, com a palavra "dificuldade" aparecendo de forma maximizada, o que demonstra ter sido mais frequente nas repostas dos idosos.

Outra questão foi sobre se os idosos faziam atividade física, e na figura abaixo é visto a frequência das palavras que foram respondidas pelos participantes, como: não, praticar, caminhada, atividade. O que mostra baixa prática de atividades físicas.

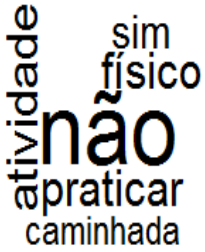

Figura 2. Atividade Física.

Por fim, a última questão analisada foi sobre se os participantes usavam alguma tecnologia, muitos afirmaram que sim, que achavam bom o uso da tecnologia, e que tinham celular. O que pode ser visto na figura da nuvem de palavra da questão.

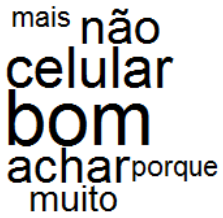

Figura 3. Uso da tecnologia.

Discussão

Este estudo auxilia no melhor entendimento do processo de envelhecimento, pois foi possível compreender que o idoso tem suas características diferentes e seu estilo de vida que influencia na sua saúde mental e física. Contudo, fica evidente que de fato o envelhecimento é um processo natural do ser humano que acarreta declínios nas funções cognitivas. No entanto, através das entrevistas e do Mine Exame do Estado Mental (MEEM), ficou claro que idosos com idade mais avançada que outros nem sempre tinham dificuldades em responder as questões, cada participante demonstrava características diferentes.

Através do MEEM, foi avaliado a partir dos itens, aspectos ligados à memória, atenção, orientação espacial e à linguagem dos participantes. De acordo com a média, entende-se que uma vez que grande parte dos idosos não conseguiram responder as perguntas do teste, quatorze não corresponderam às expectativas e seis conseguiram, há um comprometimento das referidas capacidades mentais.

Considerações finais

Diante de tudo que foi exposto, pode-se entender que a idade avançada é uma fase da vida importante, e o idoso precisa de seus direitos respeitados e de uma melhor assistência a sua qualidade de vida através da tecnologia. É preciso salientar que as entrevistas possibilitaram notar como os idosos tem pouco conhecimento sobre a tecnologia e seu uso. É de extrema importância ressaltar que a TA é uma tecnologia que auxilia a vida do idoso diariamente, mas poucos sabem do que se trata. Por fim, este estudo possibilita entender a necessidade do idoso e como a tecnologia é útil em sua vida e também pretende expandir o contexto das Tecnologias Assistivas (TA).

Referência

Andrade, V. S. de, & Pereira, L. S. M. (2009). Influência da tecnologia assistiva no desempenho funcional e na qualidade de vida de idosos comunitários frágeis: uma revisão bibliográfica. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, *12*(1), 113–122.

Cancela, D. (2007). O Processo de Envelhecimento: Trabalho realizado no Estágio de Complemento ao Diploma de Licenciatura em Psicologia pela Universidade Lusíada do Porto. *Psicologia PT: O portal dos psicólogos.*

Gorenstein, C., Wang, Y.-P., & Hungerbühler, I. (2015). *Instrumentos de Avaliação em Saúde Mental*. Artmed Editora.

Keinert, T. M. M., Rosa, T. E. C. (2009). Direitos humanos, envelhecimento ativo e saúde da pessoa idosa: marco legal e institucional. *Envelhecimento e Saúde.*

Lima, A., & Viegas, S. (1988). A diversidade cultural do envelhecimento: a construção social da categoria de velhice. *Psicologia VI*, 1:149-138.

Machado, J. C., Ribeiro, R. de C. L., Cotta, R. M. M., & Leal, P. F. da G. (2011). Declínio cognitivo de idosos e sua associação com fatores epidemiológicos em Viçosa, Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, *14*(1), 109–121.

UM DEBATE ÉTICO ACERCA DA DOAÇÃO E TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS

Pierre Gonçalves de Oliveira Filho (M., Centro Universitário de Patos - UNIFIP, pierre_subjetividade@yahoo.com.br)
Jaylane Maria de Oliveira Medeiros (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Kryslaine Roselita Pereira Rodrigues (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Maria Fernanda Gouveia Olinto (Centro Universitário de Patos–UNIFIP)
Rossana Andrade Sousa (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo: A doação de órgãos apesar de ser algo tão importante para dar continuidade a vida, em pleno século XXI ainda é um tabu diante da sociedade, visto que torna-se desconhecida para alguns ou até mesmo recusada por outros que impõe suas questões religiosas e pessoais a frente das necessidades do sujeito que está exposto a essa situação. Mesmo avançando na medicina em todos os países, ainda encontra-se um grande desafio frente a temática, visto que, a quantidade de órgãos que estão disponíveis não são suficientes para suprir a demanda presente. Contudo, o Brasil se encontra em segundo no ranking das políticas de transplantes, sendo mais de 90% ofertado pelo sistema público de saúde, essa conjuntura obtém uma consonância com a bioética, visto que é um estudo interdisciplinar entre Saúde, Ciências Biológicas e os direitos vinculados a ética da vida. Nesse sentido, a mesma parte de quatro princípios, que são eles: autonomia, justiça, beneficência e não maleficência, princípios estes que vão contribuir para que os sujeitos tenham garantia de seus direitos e que as ciências tecnológicas e médicas não ultrapassem os limites que ponham em risco a vida humana. Os direitos humanos entra nesse contexto quando busca defender, garantir e promover igualdade e integridade na vida dos sujeitos, bem como respeitar a ética, moral, e dignidade de todos. O estudo se caracterizou como bibliográfico do tipo qualitativo, utilizando livros, artigos e utilizando-se das normas da APA. Diante da exposição, é claro a importância desta temática escassa e pouco evidenciada na literatura.

Palavras-chave: Bioética, doação e transplante de órgãos, direitos humanos.

Introdução

Em aspectos gerais, o transplante de órgãos consiste em uma técnica utilizada pela medicina com o objetivo de retirar um órgão ou tecido de pessoas que apresentam doenças crônicas ou em estágio final e substituí-lo por outro que ofereça boas condições de vida, em casos específicos o doador pode fornecer vivo, quando ocorre a morte encefálica que consiste em uma parada absoluta e irrecuperável do encéfalo, já em outras demandas tão somente quando o sujeito chega a óbito.

Segundo a Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (2012), os registros de transplantes ocorrendo no contexto mundial estão crescendo consideravelmente, no Brasil desde 1964 até os dias atuais, já são computados mais de 75.600 casos. Mas, o número de cidadãos que participam da lista de espera por um órgão é preocupante, no ano de 2012 aproximadamente 30.547, sendo realizado apenas 3.703 no semestre inicial do ano citado.

A doação de caráter voluntário resplandece a ação de doar como um ato solidário e positivista, onde é gerado através do livre arbítrio de sujeito ou familiares, o que gera uma visão de reconhecimento na sociedade. Conforme Goldim (1998), este exprime que a lei 9434/97 gerou uma diferença significativa na forma de autoridade de decisão do indivíduo. A lei abordada refere-se à liberdade do indivíduo de escolher colocar e retirar quando for de sua vontade, a declaração para ser um doador em seus documentos.

Diante do que foi citado, é primordial citar a bioética nesse contexto, onde encontra-se inserido nessa temática os dilemas morais, científicos e sociais. A ética da vida, tem como eixo a compreensão e resolução de constatar a melhor forma para resolver as questões de valores e direitos humanos, tendo como condição primordial a defesa da dignidade humana.

Vale ressaltar que, a pesquisa referente a doação e transplante de órgãos ocasiona um benefício entre a medicina, a bioética e a psicologia nos seus vários contextos. Sabe-se que o transplante em pleno século XXI ainda é visto como um assunto que abarca o preconceito e resistências partindo principalmente dos próprios familiares que não aceitam devido as convicções religiosas, desconfiguração do cadáver ou até mesmo por não possuir conhecimento suficiente acerca do caso, pode-se citar a morte encefálica como exemplificação, onde mesmo com a comprovação que não existe mais fluxo sanguíneo no cérebro, os responsáveis acreditam que ainda assim há uma possibilidade de torná-los a vida.

Objetivo

Nesse direcionamento, os objetivos deste trabalho é realizar uma revisão bibliográfica sobre a doação e transplante de órgãos, e colaborar como maior grau de aprendizagem frente a

essa temática que encontra-se escassa tanto na literatura como em trabalhos científicos, sendo está uma pesquisa de cunho exploratório e descritivo. Bem como, abordar o papel da psicologia juntamente aos princípios que rege a bioética, visto que possui uma consonância com os direitos humanos em proteger e promover a integridade do ser humano.

Método

O referente estudo é de caráter qualitativo e exploratório, pois o mesmo utilizou-se de dados bibliográficos sobre questões que tratam da doação e transplantes de órgãos, suas dificuldades e tabus que envolve a sociedade, bem como a importância de falar sobre o assunto, incluindo também o histórico desse tema abordado. Baseado em Gil (2008) um estudo exploratório se caracteriza deste modo pois possibilita familiaridade com o tema abordado, tornando-o mais compreensível, do mesmo modo que envolvem a literatura.

Procedimento para coleta dos dados

Os procedimentos técnicos para a elaboração deste trabalho foram adquiridos por meio de diferentes métodos de pesquisa como: estudos realizados e artigos publicados. Foram utilizados livros, referenciais, além do auxílio das normas da APA, entre outros métodos.

Bioética e Direitos Humanos: um caminho percorrido até a doação

A Bioética possui um caráter eminentemente multidisciplinar, que, segundo Mendes (1993), esta pode ser compreendida como um estudo sistemático da conduta do ser humano, à luz das ciências referidas à vida e aos cuidados da saúde, no qual, essas condutas são examinadas segundo os princípios e valores morais.

Tendo em vista que a Bioética está intimamente relacionada com os valores morais e à conduta humana, como relatado acima, pode-se dizer que esta serve de campo para reflexões e discussões de questões que podem auxiliar o indivíduo a tomar decisões e ter um posicionamento mais embasado e mais concreto. Conforme traz Oliveira (1997), o objetivo

mais geral da Bioética seria a procura por benefícios e a garantia da integridade do ser humano, tendo como base o princípio básico da defesa da dignidade humana.

Em síntese, a Bioética no Brasil é fundamentada de acordo com o Modelo de Princípios, onde esses princípios seriam a Autonomia, a Beneficência, a Não-maleficência e a justiça (Ministério da Saúde, 1996). Assim como a Bioética é importante em temáticas com Clonagem, Ideologia de Gênero e Eutanásia, com a Doação e o Transplante de Órgãos não seria diferente. A doação de órgãos precisa ocorrer através de um doador, e, ser um doador de órgãos está diretamente relacionado aos valores e princípios que sujeito possui, de acordo com sua cultura e o ambiente no qual este se encontra inserido. Além disso, é necessário que este indivíduo tenha conhecimento pleno do assunto, para assim, exercer sua autonomia.

No que discerne à autonomia, Correia (1995) relata que esta está referida ao indivíduo e a sua capacidade de decidir, além de exigir da sociedade respeito pelas decisões individuais. Para que algo seja decidido, é necessário que haja conhecimento e entendimento acerca do assunto para que o processo de análise seja realizado de forma mais completa da realidade, reduzindo, desta forma, os erros consequentes de uma conduta ou atitude insensata ou impensada, que por muitas vezes, é irreversível.

O princípio da beneficência refere-se ao dever de ajudar às outras pessoas, de fazer o bem em prol de seus interesses, sendo este, dos princípios mais conhecidos. A beneficência refere-se à obrigação de garantir o bem-estar do indivíduo e de desenvolver informação para tornar mais fácil, no futuro dar essa garantia (Correia, 1995). Ao maximizar o bem do outro, possivelmente pode-se reduzir o mal. Em síntese, este princípio se baseia em não causar danos, ou, causar o mínimo de danos possíveis.

Quanto ao princípio da não-maleficência, este envolve o dever de rejeitar fazer qualquer mal, de não causar danos ou colocar o outro em risco. Consiste em evitar qualquer situação que signifique riscos para outrem e verificar se o modo de agir não está prejudicando individual ou coletivamente (Caponi, Leopardi & Caponi, 1995).

O princípio da Beneficência implica em contrapor a ação de doar com seus possíveis danos, tendo em vista que o benefício é para outro ser humano. A ética, preocupa-se então, com os riscos para o doador, seja pela anestesia ou pelo procedimento cirúrgico. Essa questão refere-se principalmente à Não-Maleficência, princípio que deve sobrepor-se ao da Beneficência, em caso de impasses (Kipper, Oselka & Ayer, 2007).

O princípio da justiça está relacionado à distribuição coerente e adequada de deveres e benefícios sociais, ou seja, uma distribuição justa. Toda atenção, cuidado e sistema de saúde devem ser justos. A distribuição equitativa e universal dos benefícios dos serviços de saúde são garantidos por este princípio (Correia, 1995).

Referindo-se ao princípio da justiça, este está relacionado a uma grande demanda, mas com escassez de órgãos, o que causa enormes filas de espera, em casos de doador falecido. Já no que concerne ao princípio da autonomia, deve haver as informações sobre todo o procedimento, tanto os benefícios como as possíveis complicações físicas e psíquicas, sem oferecer falsas expectativas ao paciente (Vivas & Marrone, 2005).

Quanto ao transplante de doador cadáver, é importante ressaltar que, quando um ser humano morre, pode haver esperança de vida para outros, através do transplante de órgãos que ainda funcionam. Essa situação gera questionamentos que se atenuam com os critérios confiáveis para a definição atual de morte encefálica, que têm respaldo nas determinações internacionais da Resolução nº 1480/97 (Conselho Federal de Medicina, 1997). O transplante de órgãos está ligado ao aprimoramento de técnicas cirúrgicas e ao avanço da biotecnologia (Parizi & Silva, 1998). De acordo com o passar do tempo, a Ciência e Tecnologia estão avançando consideravelmente, acarretando junto a esses avanços, notáveis transformações sociais. Naturalmente, o impacto das inovações científicas e tecnológicas tem sido objeto de debate tanto pelo seu potencial de danos, como também, pelas suas implicações éticas e sociais (Goldim, 1997).

A Declaração dos Direitos Humanos integra os princípios que expressam regras, as quais, elencam o respeito pela dignidade humana, ética, moral, direitos humanos e liberdades

fundamentais (ONU, 2005). Essas regras abarcam a temática sobre doação e transplante de órgãos, fazendo eclodir a aplicação da ética em ciências biológicas para orientar as condutas no campo dos transplantes (Dallari, 2004).

Transplante no Brasil e a Importância da Psicologia nessa Temática

O transplante de órgãos e tecidos não é uma ideia recente da medicina, apesar de ter sido reconhecido como uma técnica médica comum e frequente nos hospitais mundiais somente nas últimas décadas (Catão, 2004).

Segundo Coltri (2015, p. 121), "transplante é a operação cirúrgica na qual um órgão, tecido ou parte do corpo humano é retirado de um doador e implantado em outro ser humano, hospedeiro (receptor)". Dessa forma, esse procedimento conta com algumas formalidades e consentimento do doador e em alguns casos da família do mesmo. Tais procedimentos seguem orientação da Resolução do Conselho Federal de Medicina - CFM nº 1.480/97, determinando que no Brasil seja considerado PD cadáver quando se constatar a morte encefálica, consequente do processo irreversível de dano cerebral, por causa conhecida, confirmada através da realização de exames clínicos e complementares, durante intervalos de tempo variáveis (Conselho Federal de Medicina, 1997).

Com ênfase na taxa de doação, o Brasil é o segundo país do mundo em número de transplantes, com média nacional de 14,2 doadores por um milhão de habitantes, sendo que ocorreram 20.934 transplantes em 2014. Esse número caiu no primeiro trimestre de 2015, pois 43% das famílias entrevistadas não autorizaram a doação de órgãos. Particularmente na Paraíba, após uma queda no número de doações no ano de2013, o número de doadores voltou a crescer na medida do possível em 2014, subindo 15,7% (de 36,9 pmp em 2013, para 42,7 pmp em 2014). Entretanto, a taxa de doadores efetivos caiu 40% (de 4,5 pmp em 2013, para 2,7 pmp em 2014). A não autorização familiar se encontra ainda com percentual elevado, tendo subido de 58% em 2013 para 64% em 2014 (Associação Brasileira de Transplante de Órgãos, 2014).

No que diz respeito a essa queda nos percentuais de doação, Pessini (2005) relata que com a falta de órgãos disponíveis para transplante, muitos pacientes buscam outras formas de conseguir, viajando para outros países, numa busca angustiante de salvar a própria vida, e dessa forma vemos que as pessoas não estão muito interessadas em questões éticas, como por exemplo, saber de que modo o órgão foi obtido, muitas vexes resultando em uma doação "remunerada".

A maioria dos pacientes compradores de órgãos de seres humanos vivos são de países como Canadá, Japão, Itália, Estados Unidos, Israel e dos estados do Golfo Pérsico, que se dirigem aos países da América do Sul, Turquia, China, índia e Rússia, com a finalidade estabelecer contato com um "doador" através de intermediários ou agenciadores, que atuam de forma agressiva e desrespeitam a dignidade da pessoa humana (Friedman, 2003). Ou seja, além da situação limitada e angustiante que os pacientes se encontram, nas enormes listas de espera, ao buscar pelos seus próprios meio ainda se deparam com as condições apresentadas por esse mercado negro.

Segundo Villey (2007), assim como o poder de polícia, os tribunais também consideram o tráfico de órgãos um crime globalizado, e que as autoridades são obrigatoriamente ligadas na busca pela proteção ao direito à saúde. A Lei 9.434/97, art. 15 trata da comercialização de órgãos humanos, a pessoa que comprar ou vender órgãos ou partes do corpo está sujeita as penas. O crime de tráfico de órgãos é o mais globalizado e, o mercado negro e modifica e ganha novas formas, a questão a ser defendida é a violação desses direitos
(Villey, 2007).

O direito à vida é protegido pelas normas, e a proteção aos direitos fundamentais configura uma as principais missões do Estado de Direitos Constitucionais, o problema é que o comércio de órgãos ilegal vai crescendo cada vez mais, à medida que são envolvidas pessoas com disponibilidade de grandes somas de dinheiro.

A descoberta de uma doença crônica provoca no paciente diversos sentimentos que podem causar sofrimento emocional frente às mudanças que o mesmo precisará enfrentar na

vida pessoal, profissional e social. Essas mudanças podem causar danos temporários ou permanentes nas relações psicossociais, afetando a qualidade de vida dos pacientes. Em sua pesquisa sobre a atuação do psicólogo junto ao paciente renal crônico, Farias (2012) afirma que cabe a esse profissional buscar entender o que está envolvido na queixa do paciente com uma visão ampla do caso, auxiliando o paciente no enfrentamento desse processo, bem como oferecendo suporte à família e à equipe de saúde. Sendo assim, diante da complexidade do tratamento, é de suma importância que as equipes de transplante atuem de forma multidisciplinar. O psicólogo no transplante de órgãos vai integrar a equipe de especialistas, buscando permitir uma percepção ampla do paciente e buscando recursos que facilitem em um momento de crise ou na melhor adesão do tratamento, é importante que o profissional tenha conhecimentos específicos para melhor acompanhar o paciente.

Conclusão

Diante do que foi exposto nesta pesquisa, fica evidente a necessidade de conhecer quais são as colaborações de alguns autores a respeito de como acontece os procedimentos da doação e transplante de órgãos, bem como, a significância da bioética e dos direitos humanos, visto que são primordiais para a consecução de pensamento e aprendizado de alunos do curso de Psicologia.

Discutiu-se sobre a importância da bioética relacionado aos direitos humanos, onde nesse seguimento entende-se que é dever dessa temática abarcar demandas como: avanços tecnológicos, ciências médicas, de modo que todos os recursos sejam movidos pela ética da vida. Corroborou-se que a partir dos estudos sobreposto a prática, a relevância de questionar sobre os mesmos, possibilitando o desenvolvimento e a consequente aprendizagem dos leitores.

Portanto, é visto com clareza que uma das problemáticas mais abordadas é o que se remete a escassez de órgãos para suprir as necessidades de todos os pacientes que estão postos a fila de espera, havendo uma desigualdade nas solicitações e disponibilidades. Vale ressaltar

que, torna-se preocupante a questão de pacientes com situações agravadas não possuírem o tempo necessário para que haja uma oportunidade quanto a demora para um atendimento, bem como, a falta de conhecimento sobre o tema e o quanto as religiões influenciam nos fatores de aceitação e compreensão.

Por fim, verificamos o quão é imprescindível para a ampliação do aprendizado discorrer sobre temáticas tão escassas porém de grande contribuição para a sociedade e evolução da vida humana, tornando-se necessário não só para estudantes, mas para qualquer cidadão que preza pela oportunidade de viver. Todavia, é notório o valor da psicologia nesse contexto, pois a mesma pode contribuir tanto com o auxílio e clareza para os desconhecedores deste enredo como também com o apoio psicológico no processo do adoecer.

Referências

Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO). (2012). Dados numéricos da doação de órgãos e transplantes realizados por estado e instituição no período: janeiro a junho de 2012. *Registro Brasileiro de Transplantes.*

Associação Brasileira de Transplante de Órgãos. (2014). Dimensionamento dos Transplantes no Brasil e em cada estado. *Registro Brasileiro de Transplantes*.

Brasil, Conselho Federal de Medicina. (1997). Resolução nº 1.480/97, de 21 de agosto de 1997. Critério da morte encefálica. *Diário Oficial da República Federativa de Brasília, DF.*

Catão, M.O. (2004). *Biodireito: transplantes de órgãos humanos e direitos de personalidade.* São Paulo: Madras.

Coltri, M.V. (2005). *Aspectos Ético-legais da Doação e Transplante de Órgãos, Tecidos e partes do corpo humano.* São Paulo: Atheneu.

Caponi, G.A., Leopardi, M.T., & Caponi, S.N.C. (1995). *A saúde como desafio ético.* Florianópolis: Sociedade de Estudos em Filosofia e Saúde.

Correia, F.A. (1995). Alguns desafios atuais da bioética. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, Rio de Janeiro.

Dallari, D.A. (2004). *Direitos humanos e cidadania.* São Paulo: Moderna.

Friedman, E.A. (2003). Payment for donor kidneys: pros and cons. Kidney International: published online 15 February 2006. *Los Angeles*.

Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa.* 4. ed. São Paulo: Atlas.

Goldim, J.R. (1997). *Bioética e Interdisciplinaridade.* Acesso em 29 de setembro de 2019, retirado de: https://www.ufrgs.br/bioetica/biosubj.htm

Goldim, J.R. (1998). *Consentimento presumido para doação de órgãos: A situação brasileira atual.* Acesso em 24 de setembro de 2019, retirado de: http://www.bioetica.ufrgs.br/trancpre.htm

Kipper, D.J., Oselka, G.W., &Ayer, R. (2007). *Bioética clínica*. São Paulo: Idéias&letras.

Mendes, A.C., Silva, J.V., &Dallari, S.G. (1993). *Bioética e direito: aspectos da disciplina legal dos transplantes.* Bioética, São Paulo.

Ministério da Saúde (BR). (1996*). Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa envolvendo seres humanos.* [Resolução nº 196/96 Brasília (DF)]; Acesso em 28 de setembro de 2019, retirado de: http://www.ufrgs.Br/hcpa/gppg/res19696.htm

ONU (Organização das Nações Unidas). (2005). *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*. Acesso em 28 de setembro de 2019, retirado de: http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001461/146180por.pdf

Vivas, I.M.M.D., & Marrone, P.M.D. (2005). *Ética em transplante de órgãos.* RevMedInt Med.

Villey, M. (2007). *O Direito e os Direitos Humanos*. Martins Fontes.

MORTALIDADE POR SUICÍDIO EM PESSOAS IDOSAS NO SERTÃO PARAIBANO NO PERÍODO DE 1996 A 2017

Josevânia da Silva (D, Universidade Estadual da Paraíba,
email: josevaniasco@gmail.com)
Débora Priscila Ferreira da Silva Gomes (Universidade Estadual da Paraíba)
Wesley Kayke de Sousa (Universidade Estadual da Paraíba)

Resumo. O processo de envelhecimento da população é um fenômeno que acarreta importantes implicações sociais, justificando a necessidade de avaliar as condições de vida e saúde integral dessa população. Nesse contexto, é importante atentar para a saúde mental das pessoas idosas. O presente artigo tem como objetivo analisar o perfil sociodemográfico e características das circunstâncias dos óbitos das vítimas de suicídio com idades igual ou superior a 60 anos, residentes no Sertão Paraibano, no período de 1996 a 2017. A concretização do estudo foi possível mediante levantamento de dados oriundos das Declarações de Óbitos, coletados através do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Os dados foram analisados com o auxílio do Microsoft Excel. O perfil sociodemográfico das vítimas aponta para a predominância de suicídios nos seguintes grupos: sexo masculino, cor parda, estado civil casado. Os óbitos ocorreram com mais frequência nos domicílios. O Enforcamento foi o método mais empregado. O ano de 2015 foi o ano com maior número de registros. A microrregião de Cajazeiras abarcou a maioria dos óbitos. Há necessidade de estudos de abordagem qualitativa para melhor apreensão do fenômeno em tela.

Palavras-chaves: Envelhecimento, suicídio, vulnerabilidade, sertão paraibano.

Introdução

A população idosa é a que mais cresce no Brasil. O fenômeno do envelhecimento populacional demanda a melhor estruturação de políticas públicas de saúde, já que o crescimento demográfico entre as pessoas idosas deve ser acompanhado pelo desenvolvimento de estudos e ações planejadas que visem a melhoria das condições de vida e saúde biopsicossocial (Minayo, & Cavalcante, 2010; Silva, Saldanha, Rabelo, Fernandes-Eloi & Araújo 2019). É prioritário atentar para a qualidade de saúde mental da população idosa, visando detectar e intervir sobre situações sofrimento psíquico

O suicídio é considerado um problema de saúde pública. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que ocorram mais de 800 mil suicídios por ano em todo mundo. As taxas de suicídios são mais elevadas entre as pessoas de 70 anos ou mais, tanto para o sexo masculino como feminino, em todas as regiões do mundo (OMS, 2014).

A palavra suicídio tem origem no latim, derivada da junção das palavras *sui* (si mesmo) e *caederes* (ação de matar). A expressão *sui caedere*, portanto, significa cair ou morrer pela própria mão (Gonçalves, 2018). De acordo com a OMS, suicídio corresponde ao "ato deliberado, intencional, de causar a morte a si mesmo, ou em outras palavras, um ato iniciado e executado deliberadamente por uma pessoa que tem a clara noção de que dele pode resultar a morte, e cujo desfecho fatal é esperado" (OMS, 1998 apud Bertolote, 2012, p.21).

Em toda variedade de definições existentes sobre o fenômeno, a intenção de morrer é um elemento crucial (Minayo, 2013). Assim, o comportamento suicida "é todo ato pelo qual um indivíduo causa lesão a si mesmo, qualquer que seja o grau de intenção letal e de conhecimento do verdadeiro motivo desse ato" (Salimon-Santos & Ávila, 2018, p.379).

De acordo com o Mapa da Violência 2014, na década de 2002 a 2012, o estado da Paraíba apresentou o maior crescimento das taxas de suicídio (142,9%) entre as demais unidades da federação (Trigueiro, 2017). O Sertão Paraibano, em 2010, apresentou o coeficiente de mortalidade mais alto (4,8/100 mil) em comparação com as demais mesorregiões: Mata Paraibana (3,8/100 mil), Agreste Paraibano (4,3/100 mil) e Borborema (3,3/100 mil). O índice de suicídio no Sertão da Paraíba ultrapassou, inclusive, a taxa estadual (4,1/100 mil).

Os índices mais elevados estão entre os idosos, alcançando uma taxa de 25,2/ 100 mil na Região de Saúde de Sousa, em 2015, enquanto na Região de Saúde de João Pessoa o dado correspondente é de 3,9/ 100 mil. Desse modo, a construção do presente panorama considerou dados sociodemográficos sobre a população com 60 ou mais, a fim de realizar uma construção do perfil das vítimas e conhecer as circunstâncias em que ocorrem a maior parte dos suicídios.

A investigação acerca do suicídio em pessoas idosas é pertinente no campo da Psicologia da Saúde, especialmente pelo interesse na prevenção de sua ocorrência e na promoção de saúde (Ribeiro, 2011). A Psicologia da Saúde está comprometida com ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, além de pautar teorias e intervenções psicológicas para melhoria do bem-estar dos indivíduos, dos grupos e das comunidades (Teixeira, 2013).

Nesse ponto, cabe ressaltar o conceito de vulnerabilidade, o qual "designa um conjunto de aspectos individuais e coletivos relacionados à maior suscetibilidade de indivíduos e comunidades a um adoecimento ou agravo e, de modo inseparável, menor disponibilidade de recursos para sua proteção" (Ayres & França-Junior, 2012). Nesta perspectiva teórica, a manifestação do adoecimento expressa fragilidades oriundas do meio sociocultural no qual vive o indivíduo em questão e a coletividade, que é igualmente exposta ou vulnerável ao mesmo conjunto de condições (Ayres, França-Júnior, Calazans, & Saletti-Filho, 2009). No contexto do suicídio, as ações preventivas devem considerar aspectos de ordem estrutural, de organização comunitária, construção de cidadania e conquista de direitos humanos e sociais como parte indissociável das ações.

Objetivo

Analisar o perfil sociodemográfico e características das circunstâncias dos óbitos das vítimas de suicídio com idades igual ou superior a 60 anos, residentes no Sertão Paraibano, no período de 1996 a 2017.

Método

Tratou-se de pesquisa documental, entendendo que documentos são importantes fontes de informações, as quais quando devidamente analisadas contribuem para a compreensão de determinado assunto e para a construção de conhecimento. De acordo com Flores (1994 apud Silva, Damaceno, Martins, Sobral & Farias, 2009), através da pesquisa documental é possível ao investigador realizar um conjunto de transformações, operações e verificações por meio das análises dos documentos, objetivando atribuir um significado relevante em relação a um problema de investigação.

O lócus da pesquisa foi o banco de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Por meio da seleção de óbitos por suicídios (X-60 ao X-84) na faixa etária de 60 anos ou mais, ocorridos no Sertão Paraibano, entre os anos de 1996 a 2017.

O Sertão da Paraíba abrange ao todo sete microrregiões: Itaporanga, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Piancó, Sousa, Patos e Serra de Teixeira. A seleção do período de 1996 a 2017 diz respeito à totalidade de informações conforme a 10ª Lista da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID – 10) publicada pela OMS.

Tratou-se de informações de acesso público e irrestrito, não tendo sido necessária a aprovação no Comitê de Ética de Pesquisa. Após a coleta no SIM/DATASUS, os dados

foram analisados por meio estatística descritiva (frequência e proporção) através do programa Microsoft Excel 2010.

Resultados e Discussões

Os resultados evidenciaram que a totalidade de suicídios em idosos na Paraíba, no período compreendido entre 1996 e 2017, foi equivalente a 505 registros. Desse número, a maior parte das ocorrências (176) foi registrada no Sertão Paraibano, representando 35% de todos os suicídios no estado, nos últimos 22 anos. Conforme, pode-se verificar na figura abaixo.

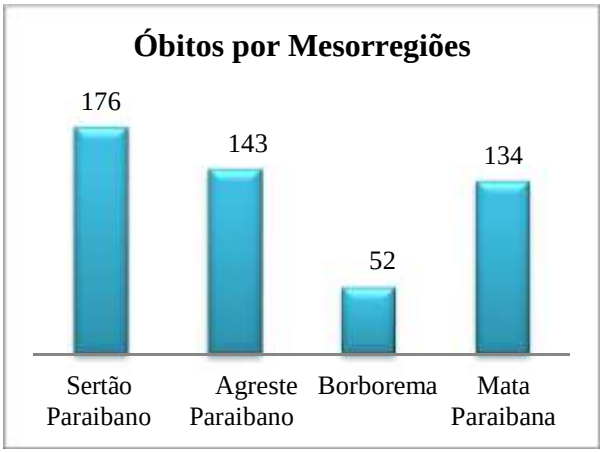

Figura 1. Ocorrências dos suicídios de acordo com as mesorregiões

A quantidade de óbitos foi superior nas vítimas do sexo masculino (82%). Apenas 18% das vítimas eram do sexo feminino. A razão entre os sexos aponta que para cada quatro homens que se suicida, ocorre um óbito no grupo de mulheres.

Figura 2. Proporção dos óbitos de acordo com o sexo das vítimas

O resultado encontrado corrobora dados de pesquisas e da literatura, que demonstram o predomínio de suicídios no sexo masculino em todas as faixas etárias, no Brasil e no mundo. Fato que aponta para a letalidade dos métodos escolhidos para autoagressão utilizados pelos homens. (Bertolote, 2012; Minayo & Cavalcante, 2015; Cassorla, 2017; Lovisi, Santos, Legay, Abelha & Valencia, 2009; Brasil, 2017a).

Em ambos os sexos, o segmento etário de 60-69 anos foi o que apresentou a maior proporção de óbitos, uma vez que 49% dos homens estavam nessa faixa de idade; enquanto nas mulheres a proporção foi de 63%. Outro dado importante mostrou que os suicídios entre os homens se elevam ainda mais no grupo de vítimas com 80 anos ou mais, equivalendo a 88% dos óbitos no grupo supracitado.

Na variável Cor/Raça, foi evidenciado que o grupo de vítimas de cor parda (57%) foi o mais numeroso entre as demais definições, seguido pelo grupo de cor branca (35%). Entre as demais categorias, 3% eram de cor preta e 1% da cor amarela. Em 4% dos casos cor/raça das vítimas foi declarada ignorada.

Figura 3. Proporção das vítimas conforme o critério Cor/Raça das vítimas

De acordo com a classificação do IBGE, é considerada parda qualquer pessoa gerada a partir de alguma miscigenação. A definição da cor parda gera imprecisão, uma

vez que inclui cinco misturas de cores: mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça (Alves, 2010), impedindo uma análise mais aprofundada conforme a variável cor/raça das vítimas.

Quanto ao meio empregado para a realização do suicídio, foi observada o uso de quatro métodos: 72% das vítimas utilizaram o enforcamento; disparos de armas de fogo causaram 10% dos óbitos; uso de pesticidas foi verificado em 6% dos casos. Outros levantamentos e estudos ratificam a frequência desses métodos em suicídios consumados (Pinto, Assis, & Pires, 2012; Costa, 2018; Cunha, Baptista & Carvalho 2016). De acordo com o sexo, o enforcamento foi utilizado por 71% dos idosos e por 75% das idosas. O segundo método mais utilizado entre os homens foi disparo de arma de fogo (12%), enquanto do grupo de mulheres foi a inalação de fumaça, fogo e chamas (13%). Resultado semelhante foi encontrado em Botega (2015).

Verificou-se, ainda, que a maioria das vítimas estava casada na circunstância do suicídio (51%). Tal resultado foi verificado entre as vítimas do sexo masculino (53%) e entre as vítimas do sexo feminino (44%). O segundo maior grupo entre todas as vítimas foi o de solteiros (18%). O grupo de vítimas em situação de viuvez foi o terceiro mais frequente (14%) no geral. Entre os homens, o percentual de viúvos que se suicidaram foi equivalente a 11%, entre as mulheres, esse percentual se eleva para 25% das vítimas.

Os resultados acerca do estado civil das vítimas apontam para uma maior incidência da mortalidade por suicídio entre pessoas casadas. Verificou-se, nesse aspecto, divergência com outros estudos demográficos (Brasil, 2006; Minayo & Cavalcante, 2012)

que sinalizam para maior frequência de óbitos entre as vítimas solteiras, viúvas e separadas.

De acordo com os meses do ano, o mês com maior número de ocorrências foi Dezembro. Além disso, verificou-se que 57% dos casos ocorreram entre os meses de Julho a Dezembro. Há menos óbitos, portanto, nos meses de Janeiro a Junho, os quais totalizam 43% das ocorrências.

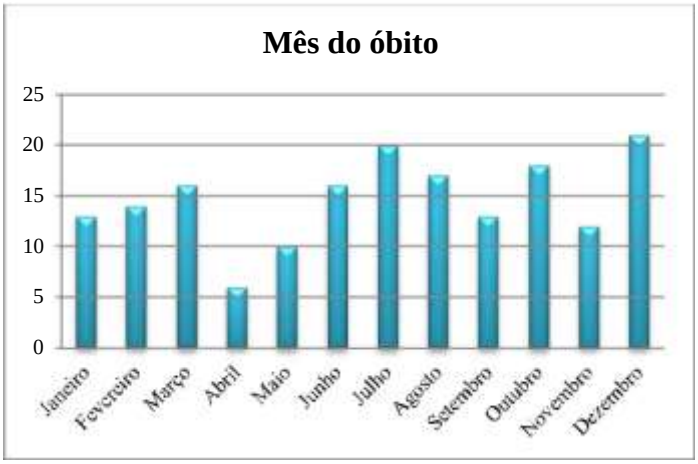

Figura 4. Distribuição dos óbitos de acordo com os meses do ano

Conforme o ano do óbito, os registros têm aumentado ao longo dos 22 anos estudados. Tendo apresentado no ano de 2015 o maior número de ocorrências com 18 óbitos. Para se compreender melhor a tendência de crescimento, os anos de 2008 a 2017 representam 74% de todas as ocorrências verificadas.

Considerando o local da ocorrência, grande parte dos suicídios ocorreu no domicílio das vítimas: 73% dos homens e 78% das mulheres. A residência das vítimas é comumente o local onde ocorrem os suicídios (Minayo & Cavalcante, 2012; Botega, 2015; Brasil, 2017b). Dentre as vítimas, 10% delas recebeu assistência médica, vindo a falecer no hospital. Encontrou-se que a proporção de mulheres que obtiveram socorro (16%) foi maior que entre os homens (9%).

Conforme se pode visualizar na figura abaixo, a microrregião de Cajazeiras foi a que registrou maior número de ocorrências de suicídios em pessoas idosas ao longo dos

22 anos analisados. Ademais, as microrregiões que compreendem a região conhecida como Alto Sertão, quais sejam: Catolé do Rocha, Sousa e Cajazeiras registraram mais ocorrências. Tais dados sugerem uma suscetibilidade maior na região.

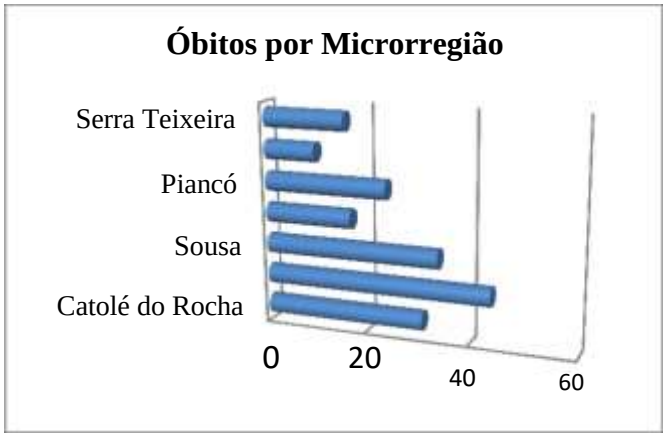

Figura 5. Distribuição dos óbitos nas microrregiões

Considerações Finais

O expressivo número de suicídios em idosos assinala a necessidade de um questionador sobre políticas de atenção à população idosa no Sertão da Paraíba. Acredita-se, também, que a capacitação de profissionais para detecção, encaminhamento e intervenção mediante o comportamento suicida no âmbito dos serviços públicos poderá colaborar na diminuição das taxas de suicídios em idosos.

É reconhecida a existência de limitações em um estudo baseado em informações secundárias oriundas dos Atestados de Óbito. Deparou-se, por exemplo, com o desconhecimento da condição de escolaridade das vítimas em 61% dos casos, fato que inviabilizou conhecer melhor esse importante aspecto para a caracterização dos contextos sociais das pessoas.

Por fim, ressalta-se a importância da realização de estudos mais abrangentes acerca das vivências subjetivas das pessoas idosas no Sertão Paraíba, para compreender

condições concretas que geram processos de vulnerabilidade ao adoecimento psíquico e comportamento suicida.

Referências

Ayres, J. R. C. M., Júnior, I. F., Calazans, G. J, & Filho, H. C. S. (2009). O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. Em Freitas, C. M., Czeresnia, D. *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões e tendências* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

Ayres, J. R., Paiva, V. & França Jr, I. (2012). Conceitos e práticas de prevenção: da história natural da doença ao quadro da vulnerabilidade e direitos humanos. Em Paiva V, Ayres J. R., Buchalla C. *Vulnerabilidade e Direitos Humanos: prevenção e promoção da saúde* (pp. 71-94). Curitiba: Juruá Ed.

Bertolote, J. M. (2012). *O suicídio e sua prevenção*. São Paulo. Editora Unesp.

Brasil, Ministério da Saúde. (2006). *Prevenção do Suicídio: Manual dirigido a profissionais das equipes de Saúde Mental*.

Brasil, Ministério da Saúde. (2017a). *Agenda de Ações Estratégicas para a Vigilância e Prevenção do Suicídio e Promoção da Saúde no Brasil – 2017 a 2020*.

Brasil, Ministério da Saúde. (2017b). *Perfil epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio no Brasil e a rede de atenção à saúde*. Boletim Epidemiológico – Secretaria de Vigilância em Saúde. Volume 48 N° 30 - ISSN 2358-9450.

Cassorla, R. M. S. (2017). Suicídio: Fatores inconscientes e aspectos socioculturais: uma introdução. São Paulo. Blucher.

Costa, A. L. S. (2018). Suicídio entre pessoas idosas: o que sabemos e o que podemos fazer. Em Angerami, V. A. (org.) (2018). *Sobre o Suicídio: a psicoterapia diante da autodestruição*. Belo Horizonte. Editora Artesã.

Cunha, F. A, Baptista, M. N, Carvalho, L. F. (2016). Análise documental sobre os suicídios ocorridos na região de Jundiaí entre 2004 e 2014. *Salud & Sociedad 7*(2), 212-222.

Gonçalves, B. (2018) Sobre o Desespero. IN Angerami, V. A. (org.) (2018). *Sobre o Suicídio: a psicoterapia diante da autodestruição*. Belo Horizonte. Editora Artesã.

Lovisi, G. M., Santos, S. A., Legay, L., Abelha L., Valencia, E. (2009). Análise Epidemiológica do Suicídio no Brasil entre 1980 e 2006. *Revista Brasileira de Psiquiatria* 31(Supl II):S86-94.

Minayo, M. C. de S. (2013). Suicídio no Brasil: mortalidade, tentativas, ideação e prevenção. In Njaine, K., Assis, S. G., Constantino, P. *Impactos da Violência na Saúde*, 311-331. Rio de Janeiro: EAD ENSP.

Minayo, M. C. de S., Cavalcante, F. G. (2015). Tentativas de suicídios entre pessoas idosas: revisão de literatura (2002/2013). *Ciência & Saúde Coletiva*, *20*(6), 1751-1765.

Minayo, M. C. de S., Cavalcante, F. G. (2010). Suicídio entre pessoas idosas: revisão de literatura. *Revista de Saúde Pública*. *44*(4), 750-757.

Minayo, M. C. de S., Cavalcante, F. G. (2012). Autópsias psicológicas e psicossociais de idosos que morreram por suicídio no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, *17*(8), 1943-1954.

Organizacion Mundial de la Salud. (2014). *Prevención del suicidio: un imperativo global*. Washington (DC): OPAS.

Pinto, L. W.; Assis, S. G., Pires., T. O. (2012). Mortalidade por suicídio em pessoas com 60 anos ou mais nos municípios brasileiros no período de 1996 a 2007. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(8): 1963-1972.

Salimon-Santos, A. V., Ávila, L. A. (2018). Psicoterapia e Comportamento Suicida: Possibilidades e Desafios de Práticas Singulares e Integradas às Redes de Atenção

em Saúde. Em Angerami, V. A. (org.) *Sobre o Suicídio: a psicoterapia diante da autodestruição*, pp. 370-400. Belo Horizonte. Editora Artesã.

Silva, J., Saldanha, A. A. W., Rabelo, D. F., Fernandes-Eloi, J., Araújo, L. F. (2019). Velhices em contextos rurais e processos de vulnerabilidades. Em Cerqueira-Santos, E., Maia, L.(orgs.). *Preconceito e exclusão social: estudos em psicologia no Brasil*, pp. 340-372. Teresina: EDUFPI.

Silva, L. R. C., Damaceno, A. D., Martins, M. C. R, Sobral, K. M., Farias, I. M. S. (2009). *Pesquisa Documental: Alternativa Investigativa na Formação Docente*.

Trigueiro, A. (2017). *Viver é a melhor: a prevenção do suicídio no Brasil e no mundo* – 3ª ed. 1ª reimp., rev. São Bernardo do Campo, SP: Correio Fraterno.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E REDESIGNAÇÃO SEXUAL: CONTRIBUIÇÕES DA ÉTICA E DA BIOÉTICA

Pierre Gonçalves de Oliveira Filho (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, pierre_subjetividade@yahoo.com.br)
Stephane Figueiredo de Sousa (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Natali de Lima Bandeira de Figueiredo (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Nayra Laiany Dantas de Lacerda (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Sâmia Pinto Ferreira Azevêdo (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo A cirurgia de redesignação sexual é um direito garantido pelo Sistema Único de Saúde Brasileiro – SUS de acordo com Portaria Nº 457 em 19 de agosto de 2008. sendo baseada na alteração de características sexuais, é um processo de grande impacto na vida de transexuais, uma decisão tão importante é respaldada de vários acompanhamentos, dentre eles, o psicológico, que tem a seu favor a avaliação psicológica. Buscando compreender os fenômenos psíquicos através de embasamentos teóricos e, com isso, contribuindo na tomada de confiança para a ocorrência ou não deste procedimento, a avaliação psicológica se apresenta como uma das etapas essenciais para sua ocorrência. Contudo, outro ponto também é de suma relevância em todo o processo: a ética e bioética. Nesta perspectiva, o objetivo desse estudo foi discutir a ética no processo de avaliação psicológica na conjuntura da redesignação sexual. O presente trabalho é de natureza qualitativa, bibliográfica dos últimos 5 anos de cunho explicativo, que, diante das investigações em fontes diversas, certifica a importância da ética no que se diz respeito não só a prática profissional do psicólogo, mas também em sua responsabilidade e compromisso com os direitos humanos.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica, redesignação sexual, ética, saúde.

Introdução

Sendo uma nomenclatura popularmente conhecida e constantemente debatida por estar inserida na polêmica discussão de gênero, o termo “transgênero” se refere às pessoas que não se identificam com o seu sexo biológico, mas sim a um gênero oposto. Levando isso em conta, a cirurgia de redesignação sexual, ou cirurgia de mudança de gênero, é realizada em pessoas tanto do gênero masculino quanto feminino com o objetivo de adequar ou adaptar os órgãos genitais, além de outras características físicas, de acordo com o que o indivíduo considera a sua identidade de gênero.

A transexualidade foi definida por John Money e Robert Stoller, na metade do século XX, como transtorno de gênero, vista ainda pela ótica de diagnóstico psiquiátrico (Lima & Cruz, 2016). Muito se evoluiu em relação à visão acerca dos indivíduos que não se identificam com seu corpo e gênero biológico e buscam modificá-los de acordo com suas preferências de gênero autodeclarado, porém, como tudo que foge dos padrões sociais, desnaturalizando as "regras" de identidade de gênero, ainda existem muitas barreiras a serem ultrapassadas, principalmente as baseadas no conservadorismo, fazendo com que os indivíduos transexuais enfrentem o estigma social que os afetam, devido a constante projeção padrão de gênero binário.

A primeira cirurgia de mudança de sexo registrada no Brasil foi motivo de grande polêmica, levando o autor a ser preso, alegado pelo Conselho Federal de Medicina de ter cometido "lesões corporais". No Brasil, até o ano de 1997, a cirurgia de redesignação sexual era proibida, contudo, através da Resolução 1.482, a cirurgia foi aprovada, mesmo que muitas pessoas ainda recorressem a clínicas clandestinas, colocando em risco a saúde e, muitas vezes, a própria vida. A partir da liberação ética da cirurgia é dada ênfase a uma das exigências do Conselho Federal de Medicina, onde afirma que o indivíduo que irá passar pela cirurgia deve ter-se submetido à terapia por, no mínimo, dois anos, daí a importância do processo terapêutico e da avaliação psicológica em todo o tratamento (Lima, 2002).

Sendo considerada, de acordo com Anastasi e Urbina (2000), uma prática tão antiga como a própria história da humanidade, com relatos da sua utilização desde 3.000 A.C (mesmo que de forma primitiva), é inegável a relevância da avaliação psicológica para toda a humanidade e trazê-la ao contexto da cirurgia de redesignação sexual é levar em conta sua importância no processo de auxílio ao indivíduo que passará pelo procedimento cirúrgico, cabendo ao profissional contribuir para clarificar as ideias frente à cirurgia, de forma que o paciente se conscientize de forma convicta de estar fazendo o melhor pra si, através de um processo de autoconhecimento. É notório que tudo mencionado anteriormente vai muito

além de uma simples questão “física”. Sabe-se que o transexual, geralmente, enfrenta inúmeros desafios e que sofre um grande desconforto psíquico ao não se conformar com seu corpo biológico e, segundo Lopes (2009), isso faz com que a cirurgia de mudança de gênero se torne uma grande esperança.

O psicólogo, sendo agente promovedor da saúde e que deve compreender e respeitar o sujeito em toda sua totalidade, respeitando concomitantemente sua integridade, oferece, através da avaliação psicológica, preparação pros períodos pré e pós-cirúrgicos, desde a questionar as motivações do paciente em relação ao processo cirúrgico até analisar a clareza do indivíduo em relação aos processos invasivos, isto é, o sujeito é levado em conta de maneira holística. Como ressaltam Coelho e Sampaio (2012), os profissionais de psicologia, através da avaliação psicológica, podem auxiliar em inúmeros aspectos, mas que a decisão final em relação às intervenções deve partir do próprio sujeito. Claro que não se deve descartar a importância do atendimento multidisciplinar, onde diversas equipes, de inúmeras áreas do conhecimento, atendem o sujeito de forma integral, contribuindo, cada uma, com um rico conjunto de conhecimentos e técnicas diversas.

A avaliação psicológica é uma prática garantida por lei de execução restrita somente ao psicólogo, ela busca compreender os fenômenos psíquicos através de embasamentos teóricos, e, para que a sua aplicação decorra de forma válida e benéfica, se faz necessária à ética. Sabe-se que o psicólogo possui um código de ética profissional que estabelece padrões de comportamentos esperados diante da sua responsabilidade perante os indivíduos e a sociedade, contudo, em que aspectos a ética se faz presente no processo de avaliação psicológica em que os transexuais estão inseridos? Como o psicólogo pode atuar de forma ética frente às questões envolvidas para a realização da cirurgia de redesignação sexual? Qual o papel da ética no que se diz respeito à redesignação sexual?

Objetivo

Discutir a ética e a bioética no processo de avaliação psicológica na conjuntura da redesignação sexual.

Método

O presente trabalho é de natureza qualitativa, bibliográfica de cunho explicativo. Segundo Gil (1999) a pesquisa bibliográfica se estabelece através um material já produzido e externado, desenvolvido basicamente de artigos científicos, livros e revistas. O presente trabalho teve como base 12 artigos que abordavam o assunto em questão nos últimos 10 anos. Alguns bancos de periódicos tais como SciElo, Issuu, ResearchGate e Jus foram consultados. As palavras chave que nortearam a busca foram Avaliação Psicológica, Redesignação Sexual, Ética e Saúde.

Ainda de acordo com Gil (1999) a pesquisa de caráter qualitativo-explicativa aprofunda-se na investigação de um fenômeno reconhecendo os fatores que contribuem ou determinam para o acontecimento do mesmo. De início, realizou-se um levantamento de publicações acerca do tema com o intuito de fundamentar teoricamente o trabalho e auxiliar nas discussões acerca do estudo. As análises foram feitas através da junção das principais contribuições teóricas sobre o tema estudado, adquiridas através de sites diversos na internet, SciElo, revistas eletrônicas, etc. Foram incluídos neste trabalho as informações consideradas necessárias para o entendimento sobre o tema estudado, como caráter excludente para a escolha de materiais, foi feita a leitura de diversos trabalhos e foram descartados os que não apresentavam a perspectiva do assunto. A apresentação dos dados se dá através da formação de textos reflexivos, tendo em vista a coleta de dados realizada manualmente em fontes variadas para a obtenção de explicações acerca do tema.

Resultados e Discussões

No que se diz respeito aos desafios sociais dos transexuais, em um estudo de Sampaio & Coelho (2012), os mesmos discorrem sobre o tema analisando os processos de redesignação sexual como sendo um processo difícil e conflituoso, onde os mesmos enfrentam diversos desafios em suas vidas, incluindo os desafios sociais, profissionais, familiares e até mesmo a aceitação individual, motivo esse pelo qual o indivíduo passa por determinado sofrimento psíquico (corpo, mente e alma).

O sofrimento psíquico começa a partir do direito violado do indivíduo que ao se analisar, percebe uma incompatibilidade entre sua anatomia e sua identidade, o que o leva a buscar uma maneira de corrigir e acabar com o conflito tanto interno como externo, e isso é facilmente percebido ao se analisar as informações disponibilizadas pelo Ministério da Saúde (2010), que por sua vez preconiza que qualquer pessoa que busque o serviço de saúde que tenha como queixa principal a "incompatibilidade entre o sexo anatômico e o sentimento de pertencimento ao sexo oposto ao do nascimento" tenha então um atendimento humanizado com base no acompanhamento terapêutico buscando ajudar o referido indivíduo a se inserir novamente no meio social.

Tamanho desacordo entre a sua fisionomia física e de identidade leva o indivíduo a submeter-se a tratamentos tais como hormonioterapia, o que por sua vez pode ocasionar alterações consideráveis em alguns aspectos, como, por exemplo, na aparência e na voz, o que por sua vez resulta em divergência em relação a sua identidade civil e que consequentemente restrinja muitas vezes a participação do (a) transexual na vida social e profissional, gerando um intenso sentimento de rejeição social, familiar, pessoal, entre outros. No que diz respeito às estratégias de enfrentamento dos conflitos e à necessidade de acompanhamento psicológico, os estudos de Sampaio & Coelho (2012), apresenta um dos entrevistados que estava sendo acompanhado em tal processo e que o mesmo reconhece o papel primordial e essencial do psicólogo no tocante ao suporte e apoio durante essa difícil

transição. Os entrevistados acreditam que a terapia pode auxiliar nas tomadas de decisão em relação às intervenções sobre o corpo:

> "claro que não é o psiquiatra, o psicólogo que vai dizer o que eu sou, mas ele pode também te preparar pra cirurgia" (Flávio). Flávio reconhece a importância tanto do acompanhamento psicológico pré-cirúrgico das pessoas que foram indicadas ou recusadas à cirurgia, quanto do acompanhamento pós-cirúrgico." (p. 645).

Se todos têm o direito de decidir o que fazer com o próprio corpo, seja de fazer uma tatuagem onde bem desejar, colocar um *piercing* ou submeter-se a algum tipo de cirurgia, tal como uma cirurgia corretiva (mastoplastia), qual seria o embargo legal para que não se realizasse, por exemplo, uma mastectomia ou uma histerectomia?

De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais **5.**ª edição (DSM-5), há claras evidências científicas de que não se trata de doença mental, o que por sua vez não justifica a normativa do Ministério da Saúde que considera o referido transtorno como uma patologia psiquiátrica e que tem como tratamento a adequação do sexo ao gênero, em outras palavras, demover o individuo da ideia inicial de incompatibilidade entre anatomia e sexo, e convencê-lo de que a sua concepção é equivocada, um fruto de uma condição patológica, e que de fato precisa de tratamento médico para devolvê-lo à condição tida como "normal".

A avaliação psicológica, por sua vez, é de suma importância, pois a mesma pode atestar se a pessoa tem de fato condições psicológicas e mentais adequadas para se submeter a esse tipo de cirurgia, que é de caráter definitivo e irreversível. Se o referido vai passar por uma transformação física de tamanho porte, a mente do mesmo precisa estar sintonizada com este tipo de mudança, para que então o mesmo alcance a tão almejada compatibilidade entre o sexo anatômico e o sentimento de pertencimento ao sexo oposto ao do nascimento.

Diante de tal cenário, a ética é fator essencial para um processo saudável que é a garantia de que os direitos do indivíduo serão preservados. Em um estudo realizado por Galli e Vieira (2013) com o objetivo analisar os significados atribuídos por mulheres transexuais à cirurgia de redesignação sexual, é salientado acerca das expectativas criadas sobre as mudanças proporcionadas na vida dos transexuais pela cirurgia de transgenitalização, constata-se através dos relatos a visão de melhoria em todas as dimensões vivenciadas pelas transexuais, e, que mesmo com a cirurgia não sendo sucedida, como é o caso de Silvia Helena, com um acompanhamento psicoterápico apropriado é possível obter a auto realização. Em outro estudo, Lionço (2009) afirma que esses sujeitos buscam mudança em toda a maneira de viver, o que vai além de uma alteração cirúrgica, enfatizando como uma postura ética é determinante para uma repercussão positiva.

Como já mencionado, a ética no âmbito profissional do psicólogo se dá pelos princípios éticos assumidos por ele e que são propostos pelo Código de Ética Profissional, a prática é caracterizada pela compreensão de ser humano e resulta em "impacto direto na vida das pessoas, uma vez que abre ou mesmo restringe possibilidades, desmistifica ou mistifica, amplia ou restringe o campo de atuação de seus usuários, dependendo das opções adotadas pelo psicólogo e da forma como este interpreta os resultados obtidos." (Anache & Reppold, 2010).

Outro ponto que discorre neste cenário é o da bioética, mas o que viria a ser a bioética? Quais as suas implicações legais sobre o assunto? Em linhas gerais, a bioética é o estudo da vida e da sua preservação, bem como o asseguramento dos direitos inerentes a condição de ser vivo, dando todo o direito de preservar sua vida e escolher a maneira como bem entenda de vivê-la. Diante do exposto, destaca-se a consideração com o princípio da autonomia, em que cada indivíduo tem o direito de tomar decisões acerca do seu modo de vida, bem como do seu modo de ser, seja em relação a sua mente ou ao seu corpo, tendo em

vista seu conhecimento sobre as consequências e riscos com a realização da cirurgia (Brauner & Graff, 2012).

A bioética sempre buscará ser uma forma de exercer o profissionalismo de forma benéfica ao indivíduo, respeitando-se, assim, o princípio da beneficência e envolvendo "não apenas a atitude de impedir e remover danos e prover benefícios, mas também equilibrar os possíveis bens e os possíveis danos de uma ação." (Jungles, 1999, como citado em Brauner & Graff, 2012). Logo, diante de tudo já exposto, compreende-se o quão valoroso é o papel da avaliação psicológica diante de todo o processo, seja ele diante da tomada de decisão até o período após a efetuação da cirurgia, e, mais que isso, conclui-se a relevância da ética e bioética para um desenvolvimento saudável e realizador para os indivíduos transexuais.

Considerações finais

Com este trabalho foi possível realizar um breve estudo sobre as publicações acerca do tema redesignação sexual sob a ótica da avaliação psicológica e, juntamente, levando em conta o papel da ética nesse contexto. Sendo assim, foi possível clarificar sobre o tema, buscando de maneira objetiva esclarecer da forma mais holística possível como a cirurgia de redesignação sexual pode ser abordada de diferentes perspectivas, onde o papel da pré e pós avaliação psicológica é fundamental, assim como levar em conta os aspectos éticos, que propõem uma prática benéfica para os transexuais, levando em conta a qualidade de vida dos indivíduos que passarão pelo procedimento. Com tudo que já foi discutido, é possível ter ideia do grande sofrimento psíquico que passam as pessoas que não se identificam com o próprio corpo e buscam procedimentos cirúrgicos. Sendo assim, é perceptível que o assunto é, em sua grandiosidade e abrangência, polêmico, controverso e merecedor de estudos mais aprofundados para uma melhor compreensão. Sendo um campo novo e ainda muito inexplorado em vários aspectos, o presente trabalho visa abrir caminhos para futuras

pesquisas para uma melhor elucidação do tema e o entendimento das questões relativas à redesignação sexual e os seus impactos na vida dos indivíduos envolvidos nessa questão.

Referências

Anache, A. A. & Reppold, C. T. (2010). Avaliação Psicológica: Implicações Éticas. Avaliação Psicológica: Diretrizes na Regulamentação da Profissão. Conselho Federal de Psicologia, Brasília, DF. 1.e.d.

Anastasi, A & Urbina,S. (2000). Testagem Psicológica. Porto Alegre: Artes médicas. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 22(4), 197-198.

Brauner, M. C. C & Graff, L. (2012). Aspectos Bioéticos da Cirurgia de Redesiganção Sexual Sob a Ótica da Realização do Direito Fundamental a Saúde. *Direitos Fundamentais & Justiça.* Nº. 18. p. 149-168.

Coelho, M. & Sampaio, L. (2012, Abril 04). Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. *SciELO - Scientific Electronic Library Online.* Recuperado em Outubro 24, 2019,de: https://www.scielosp.org/article/icse/2012.v16n42/637-649/

Galli, R. A. & Vieira, E. M. (2013). Corpos Mutantes, Mulheres Intrigantes: Transexualidade e Cirurgia de Redesignação Sexual. *Psicologia: Teoria e Pesquisa.* v. 29. n.4. 447-457.

Gil, A. C. (1999). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. *Atlas* (São Paulo). 5.e.d.

Lima, A. (2002, Maio). Cirurgia para mudança de sexo, o novo Código Civil proíbe?. Recuperado em Outubro 24, 2019, de: https://jus.com.br/artigos/3375/cirurgia-para-mudanca-de-sexo-o-novo-codigo-civil-proibe

Lima, F. & Cruz, K. (2016). The hormonization process and the production of health care in male transexuality. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n.23, pp. 162-186.

Lionço, T. (2009). Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. [Versão eletrônica]. Rev Saúde Coletiva, 19(1),43-63.

Lopes, J. (2009). TRANSEXUALIDADE: Reflexos da Redesignação Sexual [Web page]. Recuperado em Novembro 24, 2019, de: http://www.ibdfam.org.br/assets/upload/anais/229.pdf

Resolução nº 457, de 19 de agosto de 2008. Dispõe da garantia da cirurgia no Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde. Recuperado em Outubro 02, 2019, de: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html

Sampaio, L.L.P.; Coelho, M.T.Á.D. Transsexuality: psychological characteristics and new demands on the healthcare sector. Interface - Comunic., Saude, Educ., v.16, n.42, p.637-49, jul./set. 2012.

O PROCESSO DE HOSPITALIZAÇÃO NO IDOSO E OS DANOS CAUSADOS

Alana Cristina de Sousa Alencar Silva (M., Centro Universitário de Patos – UNIFIP, alanasilva@)fiponline.edu.br)
Maria de Fátima Lima de Lacerda (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Maria Ritta Alves de Araújo (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. Considerando a entrada e permanência do idoso no ambiente hospitalar por questões do processo de adoecimento, faz-se necessário ter em conta que a permanência prolongada deste nesse ambiente, pode acarretar fatores estressores dos quais podem implicar diretamente no processo de restabelecimento de sua patologia. Grande parte dessa população encontram-se debilitados e, ao deparar-se com o diagnóstico, tratamento, quebra da rotina e pessoas que não fazem parte do seu dia-a-dia, tendem a relacionar e sentir o ambiente hospitalar e sua equipe, como um lugar estressante e focado 'apenas' na causa do seu processo de adoecimento. Nesse sentido, o presente estudo buscou através de uma revisão sistemática da literatura, verificar os impactos e danos que são ocasionados nos idosos pelo processo de hospitalização. Dentre eles, a literatura, destaca: estresse intenso, quadros de ansiedade e rompimento de sua rotina. Esclarece, ainda, que não foram encontrados muitos artigos no período proposto de 2015 a 2019. Os dados foram coletados pelo Google Acadêmico, Scielo e Lilacs. Com isso, sugere-se que possam ampliar as pesquisas teóricas e práticas relativas ao tema, para que seja possível conhecer mais amplamente sobre o processo de hospitalização no idoso e seus danos. Com o intuito de se pensar em prevenção e promoção em saúde dessa população para que seja possível retardar esse processo de hospitalização na vida de idosos.

Palavras-chave: Hospitalização, danos, idoso, políticas públicas, direitos.

Introdução

O Brasil tem passado por um acelerado processo de envelhecimento da população, o que já contabiliza mais de 20 milhões de idosos, os quais constituem cerca de 11% do total da população brasileira. Calcula-se que essa quantidade, tresdobre até 2050 (Coutinho, Samúdio, Andrade, Coutinho, & Silva 2015).

Hodiernamente, os especialistas em pesquisas acerca do envelhecimento, referem-se a três categorias de indivíduos mais velhos: os idosos jovens, os idosos velhos e os idosos mais velhos. A expressão idosos jovens comumente concerne as pessoas de 65 a 74 anos, as quais costumam estar ativas, cheias de vida e fortes. Já os idosos velhos, de 75 a 84 anos, e os idosos mais velhos, de 85 anos ou mais, são aqueles que possuem maior predisposição

para a debilitação e para o adoecimento, e podem ter dificuldade para exercer determinadas tarefas do cotidiano (Lopes, Araújo & Nascimento, 2016).

A velhice é uma fase da vida com atributos e princípios únicos, em que a pessoa passa por alterações, tanto na estrutura fisiológica, no metabolismo, no equilíbrio bioquímico, na imunidade, na nutrição, nos mecanismos funcionais, nos aspectos emocionais, intelectuais, bem como, na própria comunicação. Ao passar do tempo, o corpo torna-se frágil, concedendo ameaças à qualidade de vida, dos quais os acontecimentos provocam elevados danos na saúde (Coutinho et al., 2015).

Nesse sentido, tendo em vista a entrada e permanência do idoso no ambiente hospitalar por motivo das questões de vulnerabilidade da saúde, faz-se necessário ter em conta que a permanência nesse ambiente, na maioria das vezes, esses idoso tendem a relacionar o ambiente hospitalar, e sua equipe, como um lugar estressante e excepcionalmente focado em sua doença (Melo, 2013).

Concerne ressaltar que no modelo de saúde atual, o paciente é considerado como a patologia que o afeta, o que ocasiona um determinado distanciamento entre paciente e profissional de saúde, já que nenhum vínculo afetivo é construído. Como resultado disso, a permanência do idoso nesse ambiente hospitalar tão mecanizado, origina quadros de ansiedade e estresses intensos (Bernardo, Salgueiro, Silva, Lopes, & Sobrinho, 2018).

Com intuito de progressivamente transformar o panorama desse modelo mecanicista, foi instituída a Política de Humanização da Assistência à Saúde, a qual possui como atributo humanizar as práticas e cuidados de saúde, potencializando, a qualidade de atenção que é prestada ao paciente. Este deixa de ser notado como um corpo doente, e passa a ser assistido de modo integral. O vínculo entre paciente e profissional em saúde é firmado, o que pode influenciar bastante na qualidade de vida desse paciente no decorrer do internamento (Barbosa, Meneguim, Lima, & Moreno, 2013).

Diante disso destaca-se acerca dos Direito Humanos os quais são os direitos fundamentais a todos os seres humanos, sem que tenha discriminação de raça, cor, gênero, idioma, nacionalidade ou por qualquer outra razão. A legislação que assevera esses direitos é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assentida em 1948 na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU, 1948). Em seu parágrafo VII esta propõe que: "Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação" (Oliveira & Haracemiv, 2016).

As autoras supramencionadas ainda reiteram que todo cidadão, incluindo o idoso, precisa ter seus direitos respeitados; direito a uma velhice digna, direito à saúde de qualidade, direito à educação (quando o mesmo não teve acesso na idade correta), direito à uma alimentação saudável, direito à moradia, direito ao lazer e muitos outros direitos que pode-se mencionar, entretanto sobretudo ao direito de ser respeitado, de não sofrer nenhuma tipo de discriminação ou preconceito.

Em face desse contexto, a Psicologia atua como apaziguadora dos danos psicológicos decorrentes da internação hospitalar e do processo de adoecimento, objetivando fortalecer os recursos psíquicos do indivíduo, de sua família e de sua rede social relevante, em prol da promoção da saúde, na sua definição mais ampla e absoluta, em um constante diálogo com os outros componentes da equipe e fazendo valer a garantia de direito dos idosos face ao processo de hospitalização (Santos & Soares, 2015).

Objetivos

Objetivo geral

Verificar por meio de uma revisão sistemática da literatura os impactos e danos ocasionados nos idosos pelo processo de hospitalização.

Objetivos específicos

Identificar quais as mudanças que ocorrem na rotina dos idosos hospitalizados e os impactos psicológicos acarretados em virtude do processo de hospitalização;

Averiguar o papel da psicologia frente a essa demanda.

Método

Foi utilizada a revisão sistemática de literatura, onde foram pesquisados artigos que apresentassem em seus conteúdos acerca dos danos causados pelo processo de hospitalização no idoso. Esse tipo de metodologia é base para o reconhecimento do atual conhecimento científico, colaborando para identificar o elemento e a diversidade interpretativa presente no eixo temático o qual se inclui a problemática em questão, para expandir, subdividir a análise interpretativa, do mesmo modo para constituir as abstrações e sínteses que qualquer pesquisa demanda contribuindo para a coesão nos argumentos do pesquisador (Ferenhof & Fernandes, 2016).

Com a finalidade de definir claramente a adequação da literatura encontrada para este artigo de revisão, foram incluídos artigos científicos nacionais que abordassem a temática no período de 2015 a 2019. Foram excluídos artigos não disponibilizados no formato fulltext, estudos duplicados disponíveis em mais de uma base de dados, artigos internacionais.

Os dados foram coletados pelo Google Acadêmico, Scielo e Lilacs. Assim, o estudo fez um levantamento bibliográfico na língua portuguesa, utilizando as seguintes palavras chave: “Danos”, “Idosos” e “Hospitalização”. Posteriormente, os artigos foram lidos e sintetizados, avaliando-se os aspectos de autoria, ano de publicação, desenho do estudo, e tipo de intervenção. Após a síntese dos textos, os artigos foram organizados em uma tabela. Deste modo, foram preenchidos com os atributos de cada estudo incluído, com o objetivo de facilitar a compreensão dos dados e o processo de análise.

Resultados e **Discussão**

A estratégia de pesquisa descrita que utilizou as palavras-chave “Danos”, “Idosos” e “Hospitalização”, no período específico de 2015 a 2019, publicados em Português, encontrou 3.405 artigos científicos publicados nas bases de dados estabelecidas para esta pesquisa, sendo: Scielo, 0; Google Acadêmico, 3.400; e Lilacs, 5. Analisando a partir dos critérios de inclusão e exclusão, foram descartados 43 estudos por estarem duplicados; 94 foram excluídos por serem livros ou citações; 38 artigos não estavam disponíveis no formato Full Text; 3.195 não abordarem no estudo a temática. Após a leitura dos artigos e exclusão do material não relacionado à temática, 35 estudos foram selecionados. Por fim, realizou-se uma leitura mais criteriosa e dois artigos cumpriram os critérios de inclusão, podendo ser visto na Figura 1.

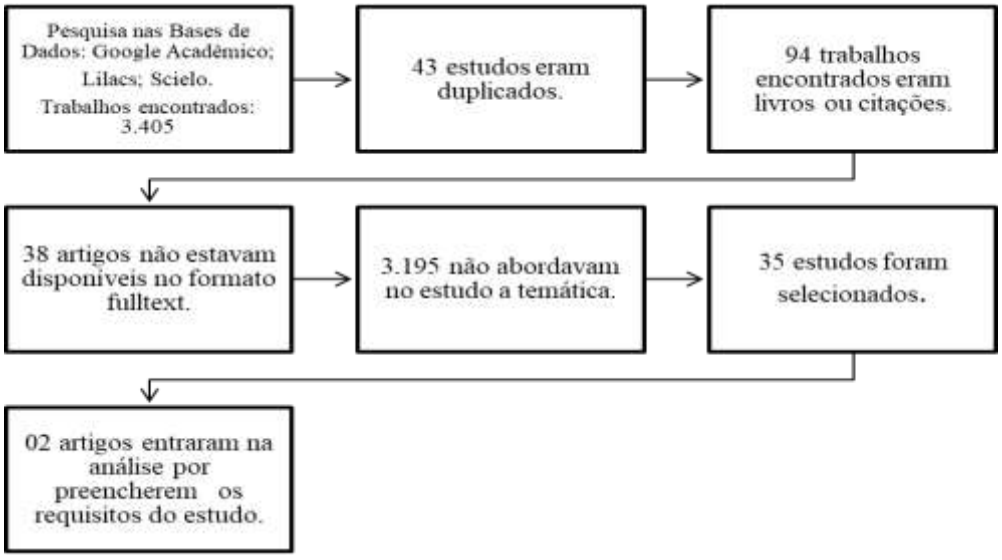

Figura 1. Esquema de fases das seleções dos artigos.

Fonte: Figura elaborada pelas autoras.

Tendo em vista a concepção dos artigos encontrados, foi possível detectar algumas variações e achados que confrontam com o tipo de pesquisa e os objetivos propostos neste estudo, assim como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1

Dados dos artigos selecionados

Referências	Titulo do artigo	Objetivo do artigo	Tipos de Pesquisa	Ano
Soares, N. N., & Martins Custódio, M. R.	Impactos emocionais da alteração da rotina em idosos hospitalizados	O objetivo deste trabalho é verificar se a alteração da rotina durante a hospitalização causa alguma alteração emocional no paciente.	Trata-se de um estudo de natureza quantitativa.	2015
Bernardo, J. M. S., Salgueiro, C. D. B. L., Silva, P. L., Lopes, J. C., & Sobrinho, A. B.	O cuidado ao idoso hospitalizado através da biblioterapia: um estudo de revisão integrativa da literatura	O presente artigo visou expor as vertentes relacionadas à biblioterapia como uma nova possibilidade de tratamento adjacente, considerando-se o tratamento convencional, mas associando este método para a obtenção de metas relacionadas ao bem-estar biopsicossocial do paciente idoso.	Trate-se de uma revisão integrativa de literatura.	2018

Fonte: Tabela elaborada pelas autoras.

O artigo intitulado “Impactos emocionais da alteração da rotina em idosos hospitalizados” destaca que o indivíduo adoece e necessita ficar hospitalizado, o afastamento do ambiente que está habituado e onde desenvolve suas práticas e sentimentos, acontece de modo brusco, rompendo com as rotinas que organizam sua vida e lhes concede sentidos. Contudo, na ocasião que se é afastado desse ambiente de maneira brusca e repentina sofrem intensos impactos tanto físicos quanto emocionais (Soares & Martins Custódio, 2015).

O referido artigo ainda aponta que o idoso hospitalizado manifesta comportamentos de desnorteamento, inquietação e resistência em se submeter ao tratamento, em razão da perda da capacidade de adaptação e à vulnerabilidade das funções individuais, ficando-se queixoso e relutante ao tratamento (Soares & Martins Custódio, 2015).

Diante dessa conjuntura, os autores Silva, Fernandes, Silva, Rodrigues e Oliveira (2015) corroboram afirmando que a hospitalização do idoso pode acarretar a incidência de fatos que debilitem ainda mais a sua saúde, diminuindo a capacidade funcional e a qualidade de vida, as quais são as principais ocasiões que podem chegar a acontecer no decorrer do período de internação do idoso.

No artigo denominado "O cuidado ao idoso hospitalizado através da biblioterapia: um estudo de revisão integrativa da literatura" ressalta que o idoso, tem sua rotina interrompida, o que relaciona o hospital a um ambiente de sofrimento. Além da proximidade da morte que o ambiente traz, pode ocasionar aflição e temor. Essa urgência, paralela à idade avançada, confirma a necessidade de uma prestação de assistência humanizada, e fica evidente a necessidade de tornar o processo de hospitalização menos traumatizante e mais acolhedor (Bernardo, Salgueiro, Silva, Lopes, & Sobrinho, 2014).

Diante dessas demandas, Santos e Soares (2015) em seu estudo destacam a relevância da atuação do psicólogo hospitalar, tendo em vista os impactos psicológicos incididos do processo de hospitalização. Deste modo, a intervenção psicológica tanto com o paciente, quanto com o familiar, é capaz de proporcionar melhores condições para que os mesmos possam se habituar e lidar de forma funcional com o tempo de internação.

Ainda conforme os autores supracitados a atuação do psicólogo hospitalar, de maneira conjunta com a equipe, precisa considerar os diferentes aspectos do ser humano, considerando o modelo biopsicossocial, de maneira a incluir uma prática contextualizada e que enxergue a totalidade do cuidado. Por fim, Bernardo et al., (2018) acrescente que o paciente que recebe uma assistência absoluta, abragente e humanizada sai do ambiente hospitalar com uma percepção diferente acerca desse ciclo comum da vida, o qual é o adoecimento. Além de reduzir o estresse ocasionado pelas várias quebras de rotina esperenciadas ao longo do processo de hospitalização.

Considerações finais

O público idoso tem estado cada vez mais frequente nos hospitais, sendo essas hospitalizações comumente mais demoradas que as outras. Com isso, nota-se a relevância de trabalhar com as particularidades dessa população, buscando proporcionar um atendimento que seja capaz de atender todas as necessidades desse público.

Recomenda-se que a equipe multidisciplinar e interdisciplinar possa oferecer uma atenção articulada a esse paciente e fazer com que os tempos de internação tornem-se reduzidos ao mínimo, dispondo de uma prática centrada na pessoa e não na doença.

Por fim, entende-se que os objetivos do estudo foram alcançados, entretanto foram verificadas algumas limitações, como a carência de estudos nacionais que pudessem esclarecer sobre o tema de maneira mais detalhada. Apesar de tais limitações, acredita-se que os achados aqui mencionados possam contribuir para uma reflexão mais ampla acerca da temática, bem como ainda que modesta e indiretamente, para a redução e/ou prevenção dos danos ocasionados aos idosos no processo de hospitalização.

Neste sentido, sugere-se que se possam ampliar as pesquisas teóricas e práticas relativas ao tema, buscando analisar estudos de casos reais, para que se possa conhecer mais amplamente sobre os danos causados pelo processo de hospitalização no idoso.

O idoso com qualidade de vida conservada, na maior parte das vezes, possui sua independência também mantida, tanto a autonomia corpórea, quanto a emocional. Para isto é fundamental elaborar novos projetos de assistência à saúde da população idosa, que sejam capazes de abarcar as diferenças nos estados de saúde desse grupo populacional, considerando seus aspectos e particularidades, de modo a antepor ações de saúde direcionadas para o idoso saudável, atrelados a programas habilitados para os já enfermos (Barbosa, et al., 2013).

Referências

Barbosa, G. C., Meneguim, S., Lima, S. A. M., & Moreno, V. (2013). Política Nacional de Humanização e formação dos profissionais de saúde: revisão integrativa. *Revista Brasileira de Enfermagem*, *66*(1), 123-127.

Bernardo, J. M. S., Salgueiro, C. D. B. L., Silva, P. L., Lopes, J. C., & Sobrinho, A. B. (2018). Reflexões sobre o cuidado ao Idoso Hospitalizado através da Biblioterapia: Um Método Terapêutico Humanizado nos Hospitais. *Revista de psicologia*, *12*(40), 1037-1050.

Coutinho, M. L. N., Samúdio, M. A., Andrade, L. M., Coutinho, R. N., & Silva, D. M. A. (2015). Perfil sociodemográfico e processo de hospitalização de idosos atendidos em um hospital de emergências. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, *16*(6), 908-1005.

Ferenhof, H. A., & Fernandes, R. F. (2016). Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método ssf. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, *21*(3), 550-563.

Lopes, M. J., Araújo, J. L., & Nascimento, E. G. C. (2016). O envelhecimento e a qualidade de vida: a influência das experiências individuais. *Revista Kairós: Gerontologia*, *19*(2), 181-199.

Melo, V. M. D. (2013). Mediação de leitura: a biblioterapia como fator para a inclusão social de idosos residentes em ILPIs. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/88821/000913423.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 de Setembro de 2019.

Santos, N. R. P., Soares, M. V. (2015). Intervenção psicológica em uma unidade de pacientes idosos, portadores de doenças crônicas: relato de experiência. *Anais CIEH, 2* (1), 1-10.

Silva, W., Fernandes, A. M., Silva, J. K. B., Rodrigues, M. M. D., & Oliveira, J. S. (2015). Perfil de idosos hospitalizados em uma unidade de clínica de um hospital universitário. *Anais CIEH*, *2*(1).

Soares, N. N., & de Martins Custódio, M. R. (2015). Impactos emocionais da alteração da rotina em idosos hospitalizados. *Encontro: Revista de Psicologia*, *14*(21), 9-23.

Oliveira, F. E., & Haracemiv, S. M. Chaves. (2016). Cidadania e direitos humanos dos idosos: desafios curriculares na educação básica. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_gestao_ufpr_francismaraestevao.pdf. Acesso em: 01 de outubro de 2019.

PSICOLOGIA EDUCACIONAL

MODALIDADE: GRUPOS DE DISCUSSÃO

PLANTÃO PSICOLOGICO NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA GARANTIA DE DIREITOS

Daniela Ribeiro Barros (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, daniela_ribeiro_barros@hotmail.com)
Danielle Maria Gomes de Lima (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. O sofrimento psíquico acompanha o desenvolvimento da humanidade, atingindo todas as classes sociais, cerceando do indivíduo a liberdade de viver de modo saudável e ajustado, necessitando, portanto, de ajuda. No entanto, para as camadas mais pobres, o suporte psicológico se torna reduzido, já que os custos são caros para esse público. Nesse direcionamento, considerando que o acesso à saúde é um direito de todos, e como forma de garantir os direitos humanos às populações mais pobres, buscou-se, por meio do plantão psicológico, ofertar auxílio ao público menos favorecido economicamente. O terapeuta em plantão psicológico apoia e provoca a descoberta do impensado, acolhe e respeita a diversidade, evidencia a instabilidade do sujeito, colocando-se à disposição da clientela de forma aberta para a diversidade das demandas que surgirem. Durante o atendimento, o plantonista procura entrar em contato com as potencialidades inerentes ao cliente e, a partir de uma relação sem julgamentos, baseada na escuta atenta e empática, contribui para o desenvolvimento de suas potencialidades. Considerando a necessidade de inserção da psicologia nas camadas mais populares com a urgente tarefa de reduzir o sofrimento psíquico e garantir o direito à saúde no seu conceito mais amplo, o presente estudo relata a experiência da prática do plantão psicológico em uma escola pública da cidade de Matureia - PB. Os plantões ocorrerem semanalmente durante um mês, cujos atendimentos foram supervisionados semanalmente pela docente da disciplina Aconselhamento Psicológico da UNIFIP, dando suporte técnico à acadêmica. Foram atendidos 4 estudantes de 13 a 16 anos de idade que, espontaneamente, buscaram o atendimento psicológico ofertado. Os atendimentos eram realizados numa sala reservada da escola e não tinham um tempo previsto para finalizar, dependendo da necessidade de cada adolescente. Além disso, as pessoas poderiam voltar na semana seguinte, caso fosse necessário. Como resultados, evidenciou-se que as principais demandas apresentadas pelos participantes contemplaram relatos de tentativas de suicídio, sofrimento psíquico, estado de vulnerabilidade social e queixas de depressão. Tais demandas refletem o intenso sofrimento que esse público adolescente está vivenciando em silêncio, sem nenhum tipo de suporte, acentuando sua condição de vulnerabilidade social. Por meio da escuta psicológica ofertada, os participantes eram acolhidos de modo empático, atento e respeitoso, o que contribui para o autoconhecimento, autonomia, autodeterminação, crescimento pessoal e a consequente mudança do cliente, assegurando-lhes suporte e busca de dignidade. Por meio desse trabalho evidencia-se a importância do psicólogo inserido no contexto escolar, mais especificamente no serviço público, para melhor compreender e intervir nos processos que constituem as relações entre os indivíduos, atuando como um mediador da conquista de direitos por parte do público atendido. Por fim, além de contribuir ao dar suporte psicológico aos participantes, a prática do plantão possibilitou a discente uma ampla visão sobre o aconselhamento psicológico e despertou reflexões sobre a formação em psicologia voltada para a práxis sem fronteiras, contemplando a comunidade, possibilitando a inclusão de sujeitos de direitos, contribuindo, ainda ao fornecer subsídios para mediar problemas sociais, respeitando os aspectos éticos relacionados à profissão.

Palavras-chave: Plantão psicológico, aconselhamento, escola pública.

O PSICÓLOGO ESCOLAR NA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS NA ADOLESCÊNCIA

Daniela Ribeiro Barros (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, daniela_ribeiro_barros@hotmail.com)
Joane Kelly da Silva Rodrigues (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Jaine Felix da Silva Clemente (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Maria Luiza de Sousa Paulo (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. O consumo de substâncias psicoativas existe desde os primórdios da história do homem. Droga psicoativa é toda substância química que, ao ser ingerida, modifica funções do sistema nervoso central. O aumento do uso de drogas no Brasil torna esse tema uma grande preocupação, tornando-se fundamental sua discussão pelos profissionais da saúde, educação e assistência social. Tendo em vista que a saúde é um direito de todo ser humano, é de suma importância que o psicólogo se atente para essa temática e viabilize formas para abordá-la na sua *práxis*, contribuindo, dessa forma, para assegurar a garantia de direitos da população. Com isto, o objetivo desse estudo é descrever uma intervenção realizada com adolescentes por meio da informação e reflexão a respeito deste tema, abordando riscos e efeitos negativos do uso abusivo de drogas. Foi realizado em uma escola estadual de ensino fundamental localizada na cidade de Itaporanga- PB, com 26 alunos sendo 11 do sexo feminino e 15 do sexo masculino, estudantes do 8° ano e com faixa etária entre 12 a 14 anos. A intervenção desenvolveu-se por meio de uma roda de conversa e partiu da seguinte mensagem: "Dizem que você tem que usar para fazer parte do grupo.. Eles querem você no grupo ou querem mostrar poder sobre você?". A dinâmica tinha por objetivo promover uma reflexão sobre a persuasão grupal para o uso de drogas e o seu uso por aqueles que querem se tornar populares. A proposta foi incentivar os alunos a criarem uma propaganda que explorasse significados positivos para o não usar drogas e significados negativos para quem faz o uso. Foram formados quatro grupos e cada um recebeu uma cartolina que continha uma frase pela metade, para que, as ideias fossem completadas. Eis um exemplo das frases utilizadas: "Uma vida sem drogas não significa apenas se manter afastado das drogas, mas...". Num segundo momento cada equipe apresentou sua propaganda para a turma. Como resultados, foi observado que no início da intervenção os participantes apresentaram dificuldade para argumentar sobre o assunto, mas, no decorrer desta, passaram a dialogar mais livremente a respeito do tema e defenderam o que foi proposto. O trabalho desenvolvido foi bastante satisfatório para que as estagiárias de psicologia pudessem identificar as representações de adolescentes a respeito do uso de drogas, além de entender a prática do psicólogo no contexto escolar no que tange à promoção à saúde e à educação por meio da prevenção e conscientização sobre temas relevantes, resguardando os direitos de crianças e adolescentes no contexto escolar.

Palavras-chave: Adolescente, drogas, direitos humanos, psicólogo escolar.

COMPORTAMENTOS DE INDISCIPLINA E DESATENÇÃO EM CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES

Jucirleia Ferreira de Medeiros Chaves (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, jucirleia@gmail.com)
Mychaell Douglas de França Sousa (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Pâmella Araújo de Lucena (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. A desatenção e a indisciplina são comportamentos observados frequentemente no processo de educação formal. O aluno tido como indisciplinado tem dificuldade de cumprir as regras postas pela escola e, muitas vezes, apresenta comportamentos de desatenção, caracterizando um perfil que contraria as expectativas do professor e da instituição escolar. Tendo em vista a necessidade de compreender melhor tal problemática no âmbito da Psicologia Escolar e Educacional, além do estudo teórico, a prática de observação sistemática constitui uma estratégia importante que torna possível o planejamento de intervenções eficazes. Considerando o exposto, este trabalho objetivou relatar a experiência de prática observacional desenvolvida na disciplina de Prática Assistida I do Curso de Psicologia, com foco nos comportamentos de desatenção e indisciplina em crianças pré-escolares e suas implicações. Para tanto, realizou-se quatro sessões de observação sistemática em uma sala de crianças pré-escolares, utilizando-se a técnica de registro continuo cursivo e observação focal, considerando os comportamentos de uma criança para cada observador. As sessões de observação ocorreram semanalmente, com duração de 40 minutos, observando-se critérios éticos e de sigilo. Ao analisar as observações, pode-se inferir alguns apontamentos. No quesito da indisciplina, o Sujeito 1 (S1) mostrou comportamentos explicitamente agressivos direcionados às crianças da sala, desferindo socos, gritos e apertando os colegas sem autorização. De maneira lúdica, a criança representou cenas de tiroteio e de lutas em relação aos colegas de classe. A postura da professora foi a de retirar temporariamente a criança do meio social. Já o Sujeito 2 (S2) também apresentou comportamentos de indisciplina, principalmente quando se tinha a necessidade de permanecer sentada, saindo diversas vezes de seu lugar, correndo pela sala de aula, deitando no chão e indo para debaixo das carteiras. Um outro ponto observado foi o fato de S2 não ter desenvolvido a fala de modo condizente com sua faixa etária, sendo suas ações, em sua maioria, realizadas em silêncio. S2 também apresentou comportamentos de desatenção em sala de aula, fazendo sempre algo diferente daquilo que era pedido pelas professoras. Pôde-se perceber também uma estigmatização, por parte das professoras, como uma "aluna impossível", fazendo com que, em muitas situações, S2 não tivesse espaço para manifestar qualquer ação, sendo sempre alvo de reclamações. Ao serem realizadas todas as observações, os observadores desenvolveram uma intervenção, com o intuito de estimular o auto reconhecimento corporal, a interação social entre os sujeitos e a empatia. Esta experiência permitiu compreender a necessidade de refletir não somente sobre indisciplina e desatenção, mas também sobre a postura do professor promover, além de aprendizagens formais, o acesso aos direitos humanos fundamentais, especialmente no sentido de tratar a criança em sua integralidade, evitando rótulos e exclusão. No tocante à Educação Infantil, ressaltam-se as práticas fundamentadas no tripé educar, cuidar e brincar, atendendo as especificidades dessa faixa etária e evitando a escolarização precoce que pode fomentar comportamentos de indisciplina e desatenção. Aponta-se como sugestão a realização de pesquisas que utilizem outras metodologias, tais como a observação participante, visando aprofundar os resultados e possibilitar melhor compreensão do fenômeno.

Palavras-chave: Pré-escolares, desatenção, indisciplina.

PLANTÃO PSICOLÓGICO: SUPORTE EMERGENCIAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA

Daniela Ribeiro Barros (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, daniela_ribeiro_barros@hotmail.com)
Alane Pereira Madalena (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. O plantão psicológico é um tipo de intervenção psicológica com atendimento imediato que ajuda a pessoa a lidar melhor com suas questões, promovendo reflexões, suporte e acolhimento no momento exato de sua urgência, sem estabelecimento de duração de tempo. Trata-se de uma modalidade de atendimento psicológico em bastante evidência, cuja prática aproxima o saber psicológico da comunidade, promovendo saúde e educação ao público atendido, contribuindo para a garantia de direitos. Deste modo, o objetivo dessa prática foi de promover um serviço de plantão psicológico no contexto escolar. A intervenção foi realizada em uma escola pública estadual da cidade de Itaporanga, PB durante um mês, totalizando 12 plantões. Inicialmente foi solicita a autorização da diretora da instituição para a realização da prática, por meio de uma carta de apresentação. Os atendimentos psicológicos realizados eram supervisionados semanalmente pela docente da disciplina de Aconselhamento Psicológico da UNIFIP. Os atendimentos eram ofertados para toda a escola, mas a procura se deu apenas pelo público de estudantes, totalizando 12 adolescentes, de ambos os sexos, com idade entre 11 e 17 anos. O material utilizado consistiu de uma ficha para registro dos atendimentos e de cartazes para divulgação dos plantões. Dentre os atendimentos realizados, optou-se por detalhar o caso de um rapaz de 15 anos, cuja demanda inicial era automutilação. O garoto relatou que ficava a maior parte do tempo sozinho em seu quarto, local onde se automutilava e afirmou que procurava vídeos no *youtube* sobre como se suicidar, argumentando que fazia isso por não ter o que fazer na maior parte do seu dia, nem com quem conversar. Relatou desesperado que era membro de grupos de suicídio no *whatsapp* e que já havia tentado sair deles várias vezes, mas era adicionado novamente e que outras pessoas também mandavam vídeos para o seu contato privado. Falou que pensou em se suicidar por enforcamento na sala da sua casa, mas desistiu. Disse que a sua família tem conhecimento sobre suas ideações, mas não dá importância, sendo negligenciado de atenção. Relatou que à noite não consegue dormir porque ao deitar-se os pensamentos de morte vêm à sua na mente e por isso chora muito. Com base nesse relato de intenso sofrimento psíquico e risco de morte a estudante plantonista orientou o adolescente para que conversasse com os pais ou com a diretora da escola para informar o que estava se passando, além de encaminhá-lo para acompanhamento psiquiátrico e psicológico, o mais rápido possível. Por fim conclui-se que a prática do plantão psicológico foi bastante significativa para a formação acadêmica em psicologia, e, principalmente por possibilitar a expansão do trabalho do psicólogo para além dos consultórios, atingindo um público invisível que provavelmente nunca teria acesso ao serviço psicológico devido a suas condições econômicas. Por fim, conclui-se que trabalhos dessa natureza contribuem grandemente para a promoção à saúde mental, garantindo o direito à saúde e a valorização dos direitos humanos, além de ampliar o campo de atuação do aconselhamento psicológico cuja modalidade ainda é desconhecida e muitas vezes confundida com a psicoterapia.

Palavras-chave: Plantão psicológico, escola, aconselhamento psicológico, suicídio.

PLANTÃO PSICOLÓGICO EM UMA ESCOLA PRIVADA DO SERTÃO DA PARAÍBA

Daniela Ribeiro Barros (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, daniela_ribeiro_barros@hotmail.com)
Lília Laísa Silva dos Santos (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Ranyele Thais dos Santos (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. O plantão psicológico está relacionado a um momento de escuta, acolhimento, o qual o sujeito tem a liberdade de procurar pelo serviço no momento em que sente a necessidade, tendo a finalidade de aceitar os indivíduos independente da problemática apresentada. Lida com o aqui e agora vivenciado pelo participante, auxiliando-os a enfrentar os seus próprios desafios, o profissional utiliza a escuta empática para dar suporte aos seus atendimentos, relacionando teoria e prática. Este relato de experiência teve como objetivo vivenciar a prática do plantão psicológico em uma escola privada da cidade de São Bento no sertão da Paraíba. Participarão da pesquisa 10 adolescentes cursando a partir do 7º ano do ensino fundamental, com idades que variavam de 11 a 14 anos, de ambos os sexos. Utilizando para prática um cartaz de divulgação do serviço, informando dia, horário e local do atendimento, ficha para registro dos atendimentos, contendo local, sexo, idade e demanda do atendimento. De acordo com os aspectos éticos, foi levada uma carta de apresentação das acadêmicas, assinada pela direção da escola. Em virtude de se tratar de um público de menores de 18 anos, tal documento já solicitava também a autorização da escuta psicológica com esse público, assegurando o sigilo e a identidade dos participantes, e o conteúdo abordado nos atendimentos. Durante os atendimentos optou-se por apresentar mais detalhadamente um caso de Maria (nome fictício), uma estudante de 12 anos de idade e teve duração de 1h45min, sendo realizado o ponto crucial do plantão psicológico, escuta emergencial, por meio desta a mesma entra em contato com as suas dificuldades, reconhecendo seus e limites de acordo com a situação falada e assim buscando encontrar estratégias de enfrentamento para tal situação. A mesma sofreu abusos sexuais aos nove anos de idade, não tem um bom relacionamento com a mãe, que o mesmo acarreta para que ela não tenha um bom rendimento escolar, por motivos quaisquer, sofre agressões por parte da mãe. Retrata que existia uma confiança estabelecida com o seu pai, que veio a falecer vítima de acidente automobilístico, e foi a partir desse fato que começou a sentir inferior e sem possibilidades de crescimento por essa falta, e a não aceitação pois tinha significado em sua vida. Todos esses fatores foram decorrentes para que tentasse suicídio e se automutilasse, sendo a única maneira que encontrava de estar junto ao seu pai, e logo em seguida traz que imaginava que se cometesse o deixaria triste. Possui fatores de identidade corporal, não sendo satisfeita com seu corpo, por vezes se ver gorda sem expectativas de uma visão melhor, ficou evidente que a prática do plantão psicológico foi significativa na referida instituição possibilitando a cliente entrar em contato com suas dificuldades buscando estratégias para lidar, a qual veio a corroborar com a literatura, a prática proporcionou uma oportunidade de aprendizagem valiosa.

Palavras-chave: Plantão psicológico, escuta, escola, adolescente.

HABILIDADES DE VIDA COM ADOLESCENTES NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA PESQUISA-INTERVENÇÃO

Irismar Batista de Lima (E, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, irismarbatista@hotmail.com)
Maria Luiza de Sousa Paulo (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Elayne Maria Santos de Medeiros (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. Habilidades de vida se referem a um conjunto de habilidades importantes para o manejo saudável de questões cotidianas que contribuem para um desenvolvimento emocional e interpessoal satisfatório. O desenvolvimento das habilidades de vida é considerado uma estratégia efetiva para auxiliar o adolescente em sua vida, principalmente nesse contexto da adolescência, visando favorecer uma melhor condição de enfretamento nas quais sejam adaptativas entre os jovens. Nesta perspectiva, a instituição escolar tem sido apontada como palco privilegiado para a realização de intervenções de tal natureza, destacando-a como espaço de proteção, na qual deve atuar como dinâmica distributiva de saberes, culturas, conhecimentos e competências, levando em consideração a concepção da educação como direito fundamental de natureza social. Diante disso, o objetivo desse trabalho é descrever uma intervenção psicológica que foi realizada para o desenvolvimento de habilidades de vida em adolescentes no contexto escolar, como também capacitar adolescentes e preparar multiplicadores para incorporar estas habilidades em suas práticas profissionais, desenvolvendo o autoconhecimento, a empatia, a amizade, o melhoramento das relações, como também a resolução de problemas e a melhor coesão do grupo. O estudo se propôs a alguns aspectos teóricos metodológicos em psicologia, como: pesquisa de campo, abordagem qualitativa, pesquisa etnográfica, pesquisa-intervenção e técnica de observação participativa. O ensino de Habilidades de Vida foi desenvolvido na cidade de Patos/PB, privilegiando-se o contexto escolar, com alunos do Ensino Médio de uma escola cidadã integral, especificamente a turma "3º ano C". Participaram do estudo vinte e seis adolescentes de ambos os sexos, entre 16 e 24 anos. O projeto foi realizado em dez encontros semanais, especificamente na quarta feira e com duração de duas horas cada, totalizando vinte horas de intervenção, tempo este subdividido em diversas intervenções, desde o mapeamento institucional, às observações, identificação das demandas, aplicação do projeto, encerramento das atividades e debates entre os estagiários e a supervisora. Considera-se que a realização do estágio possibilitou um maior conhecimento de uma das áreas de atuação da Psicologia, a Psicologia Escolar, assim como possibilitou uma maior reflexão acerca do papel do psicólogo escolar/educacional, o qual baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Dentro dessa experiência riquíssima foi possível ampliar olhar na direção da complexidade do conjunto de práticas que constituem a vida diária escolar, complexidade esta que muda o significado dos comportamentos que os adolescentes apresentam nesse contexto e quais instrumentos, medidas e intervenções devem direcionar. Um dos grandes propósitos foi de promover essas habilidades de vida na escola, desenvolvendo o conhecimento, o pensamento crítico acerca de mundo. Pode-se observar ao longo do percurso desse trabalho de forma positiva, onde os objetivos foram alcançados, proporcionando mudanças na rotina dos adolescentes a partir da incorporação de habilidades no seu cotidiano, aumento do conhecimento sobre as habilidades, assim melhorando a qualidade das relações interpessoais e aumentando sua competência social no exercício da cidadania.

Palavras-chave: Habilidades de vida, adolescência, psicologia, educação.

ESCOLA INCLUSIVA E O AUTISMO: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Stéphane Figueiredo de Sousa (E, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, stephanefigueiredo@yahoo.com)
Moisés Barbosa Oliveira (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Ana Claúdia Araújo Batista (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Anne Caroline Lima Souza (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Pollyana Bezerra de Azevedo Ribeiro (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é considerado uma síndrome comportamental, de múltiplas etiologias, podendo manifestar-se de diferentes formas e intensidades, de ordem neurobiológica. Por ser diagnosticada durante a infância, coincide com o período escolar. O objetivo foi relatar a observação da rotina de estudantes com deficiência em sala de aula da educação infantil no ambiente escolar. Trata-se de um estudo de campo, tipo relato de experiência, com abordagem qualitativa. A pesquisa de campo foi desenvolvida em uma Escola de ensino privado, localizada no município de Patos/PB. Cada criança teve a identificação por um codinome, com nome de planetas, para que não houvesse a identificação (Netuno, Marte e Júpiter). O presente relato de experiência refere-se a observação realizada em um grupo de estudantes com idade compreendida de 4 a 5 anos com déficit de aprendizagem. A experiência foi dividida em 2 momentos: inicialmente, o contato com a coordenadora pedagógica para a verbalização das ações que seriam realizadas. O segundo, a apresentação dos acadêmicos à professora e ao ambiente de observação. Neste momento, os estudantes ficaram posicionados no canto da sala de aula para a observação da interação social e verbalização do aluno com seus pares no ambiente escolar e a observação de sua interação nas atividades pedagógicas propostas pelo professor. Na observação da interação social e verbalização, verificamos que Netuno é portador da Síndrome de Asperger. Identificamos comportamentos fora do padrão como: movimentos repetitivos de coçar as pernas, costas, olhos, joelhos e apresenta olhar fixo. Com relação a Marte, ele mantém as pernas cruzadas em cima da carteira, e fica separado do restante do grupo com mais dois colegas. Observa-se que ele gosta de desenhar. Inicia um desenho, vai até a professora e continua a desenhar. Sempre fala sozinho e não participa do momento de oração, mas sempre prossegue com seus desenhos e não obedece a ordens, ao ser pedido pela professora para pegar a Bíblia. Júpiter apresenta um comportamento de coçar as pernas e movimentar a mão direita com frequência. Interrompe a atividade, falando antes de sua vez. Apresenta o hábito de passar a língua nos lábios e gesticular com a boca. Ao acertar a pergunta feita pelo professor de música, coça as genitálias. Quando não acerta, vai ao quadro e apaga a pontuação da atividade realizada. Por ver que seu time perdeu, chora e gruta com os colegas. A atitude adotada pela professora foi abaixar-se, olhar nos olhos dele e consolá-lo. Durante a aula, os estudantes passaram por atividades programadas, tais como: atividade artística cultural e o processo de escolarização. A turma continha 15 alunos matriculados, destes, 2 apresentavam TEA, com diagnóstico confirmatório e um deles, apresentava indícios, mas a família recusou-se a fazer o diagnóstico. O presente trabalho apresenta de forma breve a experiência de parte de um estágio curricular sobre crianças com déficit de aprendizagem no ensino fundamental I. O processo de observação desenvolveu nos acadêmicos maior habilidade observacional, social e comportamental.

Palavras-chave: Abordagem cognitivo-comportamenal, socioeducação, crianças.

ESSE MENINO É AGRESSIVO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PRÁTICA DE OBSERVAÇÃO E INTERVENÇÃO EDUCACIONAL

Juliana Fonsêca de Almeida Gama (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, julianafgama@gmail.com)
Maria Eduarda de Souza Crispim (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Mariana Moreira de Araújo Canuto (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Tatiane dos Nascimento Cabral (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. A agressividade vem sendo largamente estudada. As pesquisas sobre o tema envolvem desde as influências de determinadas condições ambientais que propiciam o desenvolvimento do comportamento agressivo, a exemplo da privação de alimento ou espaço físico, a retirada do afeto, dos cuidados parentais, a dor física ou psicológica, a exposição frequente e/ou por longos períodos à agressividade, até suas formas variadas de apresentação e intervenções que atenuem suas consequências. Tais pesquisas indicam também, que os comportamentos agressivos têm surgido com ampla representatividade nas escolas, local de aprendizagem e de aquisição de normas e valores, onde os alunos constroem a sua personalidade e uma identidade própria, mas também palco vital de tensões, conflitos e agressões. Visando uma apropriação ainda mais aprofundada sobre essa temática, observou-se que muito as produções de Skinner (1974) e de Bandura (1973) têm a dizer, bem como as definições dos Manuais de Diagnósticos dos Distúrbios Mentais (DSM) e a perspectiva psicanalítica de Freud. Relacionando, pois, as teorias ao contexto histórico atual, surgiu o seguinte questionamento em uma aula de Prática Assistida I, nas FIP: terá a agressividade aumentado em proporção e intensidade ou temos nos tornado mais sensíveis e trazido à tona sua visibilidade social? Diante deste questionamento, propusemo-nos a realizar uma atividade de observação sistemática em um espaço educacional, com o objetivo de identificar a agressividade de uma criança no âmbito escolar, avaliar sua frequência e suas consequências. Uma vez cumprido o objetivo geral, propusemo-nos, ainda, a realizar uma intervenção, cujo objetivo foi promover uma boa relação interpessoal entre as crianças, bem como, ressaltar as qualidades e a importância do diálogo e do respeito ao próximo. A prática de observação do comportamento infantil foi realizada com uma criança do sexo masculino, com seis anos de idade, estudante do Pré-II do Ensino Fundamental, em uma instituição de ensino particular do município de Patos/PB. Através da técnica de Registro Contínuo Cursivo, observou-se que, no primeiro encontro, a crianças isolou-se, evitando contato com os demais sujeitos e permaneceu em silêncio. No segundo encontro, foi possível analisar que a criança se encontrava moderadamente agressiva, manifestando comportamentos típicos da agressividade de forma episódica, o que acarretava um vínculo desfavorável com os envolvidos no ambiente. No terceiro e no quarto dia de observação constatou-se correspondência ao objetivo por terem sido observados uma série de comportamentos sequenciais de cunho agressivo, desde atirar materiais escolares nos colegas, até a prática de atos diretos que se reverteram em atitudes que prejudicaram as pessoas que estavam ao redor, mas, sobretudo, a própria criança. Com base nas observações, foi preparada uma intervenção envolvendo diálogo, interação e compreensão entre os pares. Além disso, trabalhando as relações interpessoais, apostou-se não apenas em diminuir os conflitos entre os alunos ou melhorar a aprendizagem escolar, mas também em prepará-los ou criar condições para que lidem com outras questões cotidianas. Com a realização deste estudo concluiu-se que o papel da escola perpassa o ensino de conteúdos sobre disciplinas, mas também, a urgência do trabalho com relação aos vínculos sociais estabelecidos ao longo da vida.

Palavras-chave: Agressividade, comportamento, escola, relações interpessoais.

DIVERSIDADE SEXUAL EM UM AMBIENTE ESCOLAR: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

Daniela Ribeiro Barros (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, daniela_ribeiro_barros@hotmail.com).
Hugo Horácio de Lucena (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Maria Hortência Nóbrega de Sousa (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Bianca Rodrigues Maia (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. Esse trabalho trata-se de um conjunto de atividades desenvolvida na escola, visando promover um conhecimento mais amplo sobre o tema diversidade sexual com adolescentes, dando ênfase que a diversidade sexual não é somente as práticas sexuais, mas sim todos os elementos que abarcam a sexualidade humana. A argumentação da sexualidade incluída na grade curricular da escola não é uma novidade, porém, as políticas públicas federais relacionadas ao tema sim, principalmente voltada para o campo escolar. E por mais que já houvesse discussões sobre essa inclusão, ainda não estava sendo relacionada com a diversidade sexual. Dessa forma, a discussão dessa temática no ambiente escolar é relevante pois permite identificar preconceitos existentes que necessitam serem trabalhados. Durante a década de 90 e o início do século XXI, aconteceram transformações importantes no cenário das discussões acerca da homossexualidade, gerando mudanças na visibilidade da questão, com a ampliação de projetos nos campos legislativos, dos tribunais e na área do direito em geral. Mediante a isso, o principal objetivo desse estudo foi observar a percepção dos alunos do 9º ano acerca do tema diversidade sexual. A pesquisa trata-se de uma pesquisa-ação qualitativa exploratória na qual as observações realizadas nesse estudo foram por meio da observação participante. A pesquisa foi realizada numa escola municipal de ensino fundamental do município de São José de Espinharas – PB. Participaram da pesquisa 19 alunos com faixa etária de 11 a 16 anos, na qual 11 são do sexo masculino e 8 do sexo feminino. Todos fazem parte do 9º ano do ensino fundamental que se dispuseram a participar das atividades propostas. Foram utilizadas, para análise da pesquisa, duas dinâmicas educacionais e um momento de exposição do tema, ambas atividades distribuídas em três momentos. Os resultados apontaram uma desenvoltura positiva dos discentes frente aos assuntos abordados sobre gênero e orientação sexual, mostrando-se participativos e interessados em aprender sobre os conceitos. Mostrando que, é importante ampliar o debate sobre sexualidade, gênero, sexismo, uma série de questões mais amplas e que são fundamentais para a superação de um ambiente homofóbico. Mais que isso, é preciso estabelecer um ideário de uma sociedade democrática, pública e inclusiva. É preciso reconhecer que a diversidade é legítima. Diante desse estudo, podemos perceber a importância que se tem desse assunto ser debatido no âmbito escolar. E como se faz necessário cada vez mais intervenções nas escolas, estudos acadêmicos e produções científicas nessa área para que novas políticas públicas educacionais sejam criadas e executadas no ambiente educacional.

Palavras-chave: Diversidade sexual, dinâmicas, escola.

PSICOLOGIA E ONG's: UMA ANÁLISE SOBRE O ENCONTRO DE AMBAS NA CONTEMPORANEIDADE

Jucirleia Ferreira de Medeiros Chaves (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, jucirleia@gmail.com)
Grazielle Lopes da Silva (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Isla Suzany Batista Guedes de Oliveira (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Joicy Luedja Soares Pinto (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Kariane Camargo de Oliveira (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. O papel das organizações não governamentais (ONGs) na sociedade vem crescendo gradativamente considerando seu papel frente à constituição, desenvolvimento e proteção de indivíduos que enfrentam processos de exclusão social. Este trabalho teve por objetivo analisar as possibilidades do fazer psicológico, sua *práxis* no contexto educacional e sua interface na contemporaneidade com as (ONGs). Trata-se de um relato de experiência articulado à disciplina de Estágio Básico II do Curso de Psicologia do UNIFIP. Tomando uma ONG do município de Patos-PB como campo de estágio, foram desenvolvidas três visitas de observação e uma intervenção com adolescentes ao final do quarto dia de estágio. Temáticas como desenvolvimento, processo de aprendizagem, relações interpessoais, construção de laços afetivos, constituição da personalidade e relação grupal do sujeito foram refletidas pelos alunos estagiários, proporcionando um novo olhar para o contexto educacional, que não se encerra nos muros das instituições tradicionais de ensino, mas que se desenrola a partir do encontro entre sujeitos, pautado nas relações políticas, econômicas, culturais e sociais que os cercam. Este é o caso da ONG visitada, pois as crianças e adolescentes que a frequentam tem diariamente a oportunidade de aprender não apenas conteúdos formais, mas especialmente se desenvolverem enquanto cidadãos. Nesse sentido, destaca-se o lugar da Psicologia nesse contexto que pode adotar como norte os princípios que baseiam uma educação libertadora, respaldada no compromisso com a emancipação social das classes e grupos minoritários e marginalizados da sociedade. De acordo com o trabalho de vivência realizado na ONG, o mesmo se justifica como de estrema importância para a ampliação do acesso aos direitos das comunidades populares. A Psicologia Escolar crítica percebe os fenômenos escolares não como resultado de processos individuais, mas se volta à circulação de significados e sentidos que marcam o processo de aprendizagem. Considera, pois, esse processo intersubjetivo em sua complexidade e adota uma perspectiva institucional, voltando-se para uma visão de homem que se constrói dialeticamente a partir das relações que estabelece com os demais sujeitos e com o meio em que vive. Após a análise dos dados obtidos e respaldando-se nas referências consultadas, entendeu-se que a articulação teórico-prática é fundamental para a formação do profissional de psicologia, não devendo deixar escapar as ONGs enquanto espaço de formação humana e empoderamento das classes populares. A atuação do psicólogo escolar nesse campo deve buscar a concretização de uma educação social com potencial de transformação, negando estereótipos que inferiorizam os sujeitos e desacreditam de seu potencial de crescimento.

Palavras-chave: Atuação do Psicólogo, educação, organizações não governamentais.

TRABALHANDO A MOTIVAÇÃO EM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Daniela Ribeiro Barros (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, daniela_ribeiro_barros@hotmail.com)
Jaine Felix da Silva Clemente (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Josefa Leticia Loureço dos Santos (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. A educação de qualidade é essencial durante a formação pessoal e acadêmica dos indivíduos, contribuindo para que a sociedade tenha acesso a melhores oportunidades de vida, a condições dignas de moradia, à saúde física e mental. Por meio do conhecimento se alcança a transformação, se oportuniza a igualdade, garantindo-se os direitos humanos. Nesse direcionamento, o conhecimento psicológico aplicado ao contexto escolar contribui de forma positiva para reduzir os índices de sofrimento psíquico, para promover a inclusão social e para formar cidadãos críticos e protagonistas da sociedade em que vivem. Nesse direcionamento, o presente resumo tem como propósito expor a práxis realizada no Estágio Supervisionado Básico II em Psicologia Educacional e Desenvolvimento Humano. O Trabalho foi desenvolvido por meio do acompanhamento temporário de uma turma de segundo ano do ensino médio, em uma escola cidadã da rede pública localizada na cidade de Patos PB. Num primeiro momento, através de dinâmicas de grupo, as estagiárias identificaram as principais demandas presentes nos adolescentes da turma e buscaram estimular a reflexão sobre os temas mais elencados durante os encontros. Em momentos posteriores desenvolveram intervenções psicológicas com esse público. A principal demanda apontada pelos participantes foi a falta de motivação para suas atividades e desse modo, optou-se por trabalhar temas relacionados a esta, como resiliência, relacionamento interpessoal, empatia, autoeficácia, força do grupo e cooperação, para, ao final, relacioná-los ao tema central. As estagiarias iniciaram a intervenção com a leitura de um poema de Bráulio Bessa. Em seguida, dividiu-se os participantes em duplas para que discutissem cada estrofe e refletissem sobre a mensagem presente no poema. Como resultados, verificou-se a boa adesão dos participantes à atividade proposta, o seu engajamento, união, participação coletiva e colaborativa. Ao final desse encontro, os participantes confeccionaram bilhetes com mensagens motivacionais respondendo a duas perguntas, ‘’ como eu sou? ’’ e “o que eu quero me tornar?’’ Todos os bilhetes demonstraram mensagens surpreendentes e que traziam de forma clara, a expectativa de ter uma carreira acadêmica, bem como crescimento pessoal e profissional. Além disso, evidenciou-se que os alunos trouxeram para a discussão os temas que foram trabalhados desde o início das intervenções passadas, apontando que o trabalho desenvolvido pelas estagiárias estava surtindo um efeito positivo naquele público, contribuindo para o fortalecimento de vínculos, para a garantia de direitos do adolescente, bem como para a formação em psicologia. Conclui-se que a motivação é um tema muito importante para ser discutido com o público adolescente no ambiente escolar e sua discussão contribui tanto para a melhoria do processo educativo, como para o crescimento pessoal do aluno e, portanto, necessita ser abordado com mais frequência no contexto escolar. Por meio do trabalho da motivação com adolescentes é possível transformar vidas, apresentando-lhes oportunidades antes inimagináveis, contribuindo, portanto, para que busquem um lugar digno na sociedade, com direitos e deveres contemplados.

Palavras-chave: Motivação, adolescente, direitos humanos, ensino médio, estágio.

MODALIDADE: RESUMO SIMPLES

TRAÇOS DE PERSONALIDADE E AUTOESTIMA EM DISCENTES DA ÁREA DE EXATAS EM INSTITUIÇÃO PRIVADA

Alana Alencar Silva (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, alanasilva@fiponline.edu.br)
Jakeline Débora Brito Vasconcelos (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Larissa Barbosa da Nobrega (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. A personalidade pode de alguma forma influenciar a forma como as pessoas colorem e interpretam eventos de vida. Segundo pesquisas, estudantes com baixa autoestima, emocionalmente instáveis e com menores habilidades sociais avaliam o ambiente como sendo mais hostil e com menos oportunidades. A presente pesquisa teve como objetivo identificar e compreender os níveis de autoestima e personalidade de estudantes da área de exatas de instituição de ensino privada. O estudo é de cunho descritivo e abordagem quantitativa, que contou com uma amostra composta por 50 discentes. Foram aplicados um Questionário Sociodemográfico para compreender a relação do rendimento acadêmico e o projeto de vida dos estudantes e a Escala de Auto Estima de Rosenberg, adaptação da *Rosenberg Self-Esteem Scale* (RSES). Os dados foram processados pelo programa *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM-SPSS), e os resultados indicaram que há uma correlação de traços de personalidade e autoestima em discentes da área de exatas com relação à má performance acadêmica e o planejamento do seu projeto de vida profissional. Sinalizando para a necessidade de uma atenção mais particularizada com esta população. Sugerindo que paradigmas pedagógicos devam ser repensados no campo acadêmico. A realização de estudos dessa natureza contribui para que discentes da área de exatas, tenham suporte adequado durante a vida acadêmica e que possíveis frustrações e fragilidades de autoestima, que possam causar adoecimento, possam ser minimizadas. Contribuindo assim, com a garantia de direitos para as particularidades dessa população e possibilitando a qualidade de vida e bem-estar psicológico.

Palavras-chave: Autoestima, personalidade, discentes, direitos.

MODALIDADE: TRABALHOS COMPLETOS

A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E PRIVADO DA CIDADE DE PATOS - PB

Layrtthon Carlos de Oliveira Santos (D, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, layrtthon.oliveira@gmail.com)
Vinícius Silveira Leite (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Esther Sabrina de Lucena Macose de Sales (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Tais Carneiro Gomes (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Kryslaine Roselita Pereira Rodrigues (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. O presente estudo teve como principal objetivo verificar o acesso, a permanência e o atendimento especializado para os alunos com deficiência na Educação Superior, para assim analisar as estruturas dessas instituições tanto nos aspectos físicos como também no contexto geral. O estudo realizado foi do tipo exploratório, descritivo com abordagem quantitativa, sendo executado em 4 faculdades (duas públicas e duas privadas) da cidade de Patos-PB. Para tanto contou-se com uma amostra de 120 participantes, com idades entre 18 e 33 anos (*M*= 20,68; *DP*= 2,716), a maioria do sexo feminino (67,5%) solteira (71,1%), católica (70%) de classe média (49,2%), que responderam a *um questionário* (desenvolvido para a presente pesquisa), a *Escala de Atitudes Sociais em Relação à Inclusão – ELASI* e questões demográficas. Observou-se que a média das atitudes sociais frente à inclusão das universidades privadas foi minimamente maior (*M*= 2,55; *DP*= 0,03) do que a média das universidades públicas (*M*= 2,53; *DP*= 0,02), contudo, tal diferença não foi significativa estatisticamente [$t(118) = 0,493$; $p = 0,623$]. Logo, concluiu-se que os participantes tanto das universidades privadas como das públicas são igualmente inclusivos.

Palavras-chave: Acessibilidade, faculdade, inclusão.

Introdução

A educação no Brasil, ao longo de sua história, compreendia três graus de ensino, sendo estes primário, secundário e superior, porém, atualmente, de acordo com o Título V – Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino, da Lei nº 9.394/96, a educação brasileira se organiza nos seguintes níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e Nível Superior (Cavalcante, 2000).

Conforme o artigo escrito por Cavalcante (2000), existem diversas categorias de instituições que oferecem ensino superior no país. Podendo estas serem privadas, públicas, à distância ou presenciais, possuindo variados graus de abrangência e/ou especialização,

onde os candidatos devem ter o ensino médio completo e terem sido aprovados em processo seletivo.

A maioria dos estudantes ingressantes no ensino superior, ingressam nas universidades, com expectativas consideradas positivas em relação ao curso de graduação escolhido. A incoerência entre estas expectativas e o que a universidade efetivamente pode oferecer uma fonte de dificuldades refletida na adaptação, na satisfação e no sucesso acadêmico (Berdie, 1966; Soares & Almeida, 2001). Levando em consideração, por muitas vezes, a ocorrência de greves ou falta de estrutura para atender às demandas destes alunos, podendo, então, causar frustração.

Nas últimas décadas, o ensino superior vem sofrendo diversas modificações, trazendo, desta forma, a necessidade de que as universidades tenham uma nova organização que venha englobar e trazer novos significados, tendo estes a influência na maneira de produção da sociedade, criando e difundindo seus valores, promovendo a melhoria da condição humana em suas múltiplas dimensões (Cardoso, 2004).

Tendo em vista a necessidade de adaptação, o ensino superior busca abarcar em sua grade curricular matérias que mesclem a teoria com a prática, tendo como objetivo formar profissionais mais competentes em seu âmbito de trabalho. É de suma importância haver projetos e ações de extensão inclusos nestas grades. Quando estes projetos e ações são desprezados, “perde-se assim a possibilidade de criar história, recomeça-se frequentemente do zero, desrespeitando-se trajetórias já executadas, mas não escritas” (Cerqueira, 1997, p. 58).

O ensino superior deve possuir uma didática adequada, na qual o professor desta categoria tenha completa segurança e clareza ao ministrar o conteúdo aos seus alunos. Este professor necessita não só apenas do conhecimento da área que pretende lecionar, mas também de habilidades pedagógicas para tornar o aprendizado eficaz, dentre elas é de grande importância tornar o ambiente inclusivo (Castanho e Freitas, 2011).

O termo inclusão está relacionado a diferentes contextos, e não é uma preocupação que se aplica somente ao governo, pois implica todo o envolvimento da sociedade em busca de melhorias. Incluir de forma geral, significa inserir pessoas que foram excluídas em alguma circunstância, seja por causa da sua condição socioeconômica, raça, orientação sexual, ou por possuir alguma deficiência. Se, por um lado, práticas de acessibilidades são desenvolvidas para atender esta demanda, por outro, muitos casos de exclusão ainda são registrados no contexto social (Lopes & Rech, 2013).

A exclusão existe desde os primórdios da humanidade, onde em certas épocas era comum que pessoas portadoras de alguma doença, fossem discriminadas e humilhadas, ficando restritas do convívio com a sociedade. Da mesma forma, acontecia com as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência, pois eram vistas como anormais (Straub, 2014). Neste contexto, Maciel (2000, p. 51) diz que: "A literatura clássica e a história do homem refletem esse pensar discriminatório, pois é mais fácil prestar atenção aos impedimentos e às aparências do que aos potenciais e capacidades de tais pessoas".

Dentro deste contexto de inclusão, é necessário considerar a questão da qualificação profissional de pessoas deficientes. Esta qualificação irá possibilitar ao deficiente o desenvolvimento das suas habilidades e a preparação para a carreira profissional. Neste sentido, muitas organizações estão empregadas no processo de recrutamento e seleção de pessoas com deficiência para determinado cargo. Entretanto, críticas são feitas em relação a determinadas empresas que possuem um caráter terapêutico, e com isso, não há o devido preparo para os deficientes no que diz respeito ao mercado de trabalho. Uma vez que, deve-se considerar as relações e condições favoráveis aos portadores de deficiência (Philereno, 2015).

No Brasil, o quadro nacional de inclusão ainda é insuficiente comparado a outros países, isto explica o porquê de inúmeras pessoas ainda estarem restritas a uma

educação adequada ou ao mercado de trabalho. Nessa perspectiva, políticas de inclusão foram criadas para garantir a cidadania e os direitos de pessoas com alguma desigualdade social (Brasil, 2005). Assim, Sobrinho (2010) afirma que, o governo juntamente com a sociedade, deveria constituir estratégias de inclusão com o intuito de acabar com a desigualdade que ainda assola a educação brasileira.

A educação superior, declaram Castanho e Freitas (2011), é o caminho para a aquisição de conhecimentos, promovendo o convívio social e troca de saberes. Além disso, se configura como um meio para o mercado de trabalho. As universidades e as demais instituições educacionais são responsáveis por assegurar uma educação igual para todos, onde junto com as ações afirmativas, permite aos menos favorecidos algo que lhes é de direito. Nesta perspectiva, a construção de um ambiente democrático é um aspecto fundamental no ensino superior, promovendo o direito à cidadania. As dificuldades para inserir estas pessoas na educação são nítidas e começaram ainda no início da vida escolar, quando se chega ao ensino superior estas dificuldades só aumentam. Para amenizar estes impasses foi criado o sistema de cotas, dentro dele existe as cotas para pessoas portadoras de deficiência. Com este sistema houve uma facilitação na inserção, o que não implica dizer que tem uma inclusão destas pessoas neste espaço, o que acaba sendo um facilitador para que estas pessoas desistam do curso sem que o concluam (Ferrari & Sekkel, 2007).

De acordo com Castanho e Freitas (2011):

> "Diante das dificuldades enfrentadas pelos alunos com necessidades eduacionais especiais que frequentam o ensino superior, é indispensável que a universidade ofereça uma educação de qualidade, pois antes de lhes ser garantido um direito, plenamente reconhecido, é um dever do estado implementar ações que favoreçam não só o seu ingresso, como sua permanência e saída do ensino superior" (p.95).

É necessário considerar a qualificação do docente inserido na sala de aula. O educador por sua vez, fornece conhecimento e segurança para o aluno, fazendo com que ele

desenvolva um pensamento flexível. Em relação à educação inclusiva, o mesmo precisa de capacitação e preparação para administrar salas com alunos portadores de deficiência (Castanho & Freitas, 2011). Para que ocorra de fato a educação inclusiva é necessário que os professores revejam suas atitudes, adaptem suas aulas, isto pode ser passado por meio de capacitações, entretanto os investimentos para que se trabalhe esses pontos são bastante escassos (Ferrari & Sekkel, 2007).

Objetivo

Diante do exposto, nota-se que, na atualidade, cresce a discussão sobre a inclusão na sociedade geral e um ponto a ser destacado é justamente o ensino superior que se encontra cada vez mais como requisito para um emprego de boa qualidade. Assim, o presente estudo tem como objetivo principal verificar as atitudes sociais em relação à inclusão, a permanência e o atendimento especializado aos alunos com deficiência na educação superior, para assim analisar as estrutura dessas instituições tanto nos aspectos físicos como também nos contexto geral.

Método

Participantes

A Pesquisa realizada foi exploratória, descritiva, com abordagem quantitativa. O estudo ocorreu em 4 instituições de ensino superior das redes pública (50%) e privada (50%) na cidade de Patos, Paraíba. A amostra foi caracterizada como não-probabilística por conveniência, composta por 120 participantes (30 de cada instituição), sendo 81 participantes do sexo feminino (67,5%) e 39 do sexo masculino (32,5%) com idades entre 18 e 33 anos (M=20,68*; DP*= 2,716), a maioria solteira (71,1%), católica (70%) de classe média (49,2%), fazendo parte dessa pesquisa estudantes, maiores de idade e que se disponibilizem a participar e sendo excluídos os estudantes que forem menores de idade e que não sejam estudantes de faculdade.

Instrumentos

Utilizou-se para coleta de dados a *Escala de Atitudes Sociais em Relação à Inclusão* – ELASI. A ELASI é um instrumento de pesquisa produzido pelo Grupo de Pesquisa "Diferença, Desvio e Estigma" da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Marília, obedece aos critérios referentes à padronização e confiabilidade, com o objetivo de medir as atitudes sociais frente à inclusão de forma científica. Esta escala contem 35 itens e cada um dos itens possui cinco alternativas que exibem o grau de concordância ou discordância em relação ao enunciado variando de 1 (concordo inteiramente) a 5 (discordo inteiramente).

Outro instrumento utilizado foi um questionário demográfico, para caracterização da amostra, incluindo ainda questões como o acesso, a permanência e o atendimento especializado para alunos com deficiência na Educação Superior, tendo como propósito analisar as opiniões dos alunos em relação à inclusão de alunos com deficiência na universidade.

Coleta de dados e aspectos éticos

A presente pesquisa foi realizada após autorização da coordenação do curso de Psicologia, considerando os aspectos éticos que envolvem as pesquisas com seres humanos, de acordo com Resolução nº 510/2016. Aqui, também resguarda-se pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo que esse enfatiza a liberdade de escolha e de desistência sem nenhum prejuízo, e também ressalta o sigilo nas informações e do anonimato dos participantes.

Para obtenção da coleta de dados, primeiramente visitou-se as instituições a fim de obter permissão para a pesquisa. No questionário foram descritos os objetivos da mesma e todos os procedimentos envolvidos, assim como enfatizado o caráter voluntário e sigiloso. Para a participação ser consciente, os participantes leram e assinalaram o que corresponde ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Com isso, os participantes autorizaram a

utilização das respostas para fins da pesquisa e com a consciência de que podem abandonar a pesquisa a qualquer momento sem nenhum ônus.

Finalmente, houve então a aplicação do questionário contendo os instrumentos do estudo. Os mesmos foram aplicados em estudantes que estiverem nas universidades no horário da visita e que se disponham a participarem.

Análise dos dados

Após a coleta de dados, os resultados obtidos foram tabulados, categorizados, e organizados. O escore total final dos participantes será obtido pela soma das notas atribuídas aos 35 itens da ELASI. Nos questionários foram comparadas as frequências das respostas dos estudantes de faculdades pública x privada.

Resultados

Analisando as frequências das respostas do questionário, notou-se que quanto às estruturas que facilitam o acesso aos ambientes, 50% dos participantes das faculdades públicas relataram a existência, enquanto nas privadas 100% relataram o mesmo. Nas faculdades públicas, 45% dos participantes informaram a existência de estruturas que facilitam a utilização dos espaços, já nas faculdades privadas 96,7% dos participantes.

Nas capacitações dos profissionais que dão aula em libras foram relatadas a existência deles por 13,3% dos participantes das faculdades públicas e em 43,3% das faculdades privadas. E quando questionada a própria colaboração para a inclusão 86,7% dos participantes da rede pública relataram fazer as ações e na rede privada foram 91,7% dos participantes. Para finalizar o questionário com a questão sobre inclusão dentro da própria sala de aula 70% dos estudantes que participaram do estudo e são de faculdades públicas relataram a opção “sim” para as perguntas e 88,3% dos participantes que estudam em instituições privadas fizeram o mesmo.

Ao realizar um *teste t* de amostras independentes no *software* SPSS (versão 21), observou-se que a média das atitudes sociais frente à inclusão nas universidades privadas

foi minimamente maior (*M*= 2,55; *DP*= 0,03) do que a média nas universidades públicas (*M*= 2,53; *DP*= 0,02), contudo, tal diferença não foi significativa estatisticamente [*t* (118)= 0,493; *p* = 0,623]. Assim, conclui-se que os participantes tanto das universidades privadas como das públicas são igualmente inclusivos. No entanto, deve-se considerar que a média de inclusão encontra-se no ponto médio entre 1 e 5, logo, em ambos os grupos não há uma alta pontuação de atitudes favoráveis à inclusão.

Discussão

A pesquisa realizada indicou a completa necessidade de incluir alunos portadores de deficiência nas instituições de ensino privado e público, havendo desta forma, nas instituições de ensino privado visitadas uma melhor estrutura em relação à acessibilidade de cadeirantes e portadores de deficiência visual em relação às instituições de ensino público.

Como relatado acima, o sistema de cotas para deficientes facilitou o ingresso destas pessoas nas instituições de ensino superior (Ferrari & Sekkel, 2007), entretanto, observa-se que entre os alunos, o número de portadores de deficiência é bastante reduzido, apesar de a pesquisa ter indicado que os alunos não portadores costumam praticar a inclusão.

Segundo Castanho e Freitas (2011), é um dever do estado oferecer uma educação inclusiva de qualidade, assim, motivando os alunos com necessidades especiais a permanecerem na universidade. Contudo, na prática, notou-se uma má efetivação destes deveres, onde a estrutura destas universidades não compatibiliza com a precisão desta teoria.

Comparando as universidades públicas e privadas, pôde-se perceber que ambas possuem suas particularidades relacionadas à inclusão, apesar de não serem completamente inclusivas no sentido estrutural, observando-se nas instituições privadas uma estrutura mais adequada para incluir e promover a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais, tais como rampas, corrimãos, banheiros adaptados, sessão em braile na biblioteca.

Já nas universidades públicas, observou-se que a inclusão ocorre mais no contexto comunicativo, havendo tradutores para deficientes auditivos e surdos, como também, disciplinas de libras, buscando a inclusão destes alunos e uma melhor convivência entre os deficientes e não deficientes.

Como foi exposto, é de total importância a educação inclusiva no ambiente educacional, como o intuito de que os alunos portadores de deficiência possam ter o mesmo direto que os alunos que não possuem deficiência. Dado que, é no ambiente educacional onde o aluno desenvolve suas capacidades juntamente ao processo de aquisição da aprendizagem, por isto que é significativo uma educação de qualidade.

Considerações finais

Através dos resultados do presente artigo, se consolida o quão é necessário discutir e pesquisar sobre formas de inclusão no ambiente educacional. Pois é visto que há diferenças entre instituições públicas e privadas em questões de estrutura que permita a acessibilidade e profissionais capacitados para atender os portadores de deficiência.

Os resultados do estudo foram alcançados, sendo assim, conclui-se que a educação inclusiva acontece por meio de inúmeros contextos, como em estruturas, qualificações de profissionais e entre estudantes, sendo fundamental o envolvimento de todos para que aconteça uma educação de qualidade para quem possui alguma limitação.

O estudo demonstrou-se limitado no que se refere a amostra, por não ser amplamente trabalhada, sugere-se, então, que em estudos futuros visem uma representatividade maior, para que os resultados obtidos possam ser generalizados para a população.

Referências

Berdie, R. F. (1966). Expectativas, experiências e percepções da faculdade. *Journal of College Student Personnel,12,*186-188.

Brasil. (2005). Documento subsidiário da política de inclusão. Ministério da educação. Secretária de educação especial: Brasília.

Cardoso, A.M.R. (2004). A Educação Resgata a Humanidade Perdida do Homem?.

Fórum Crítico da Educação. *Revista do ISEP*. 2, 179-190.

Castanho, D. M., Freitas, S. N. (2011). Inclusão e prática docente no ensino superior. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, p. 85-92, nov. ISSN 1984-686X. Disponível em : <http://periódicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4350>. Acesso em: 18 set. 2018.

Cavalcante, J. F. (2000). *Educação Superior: conceitos, definições e classificações*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Cerqueira, L. M. (1997). *A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores*. Instituto de Medicina Social/UERJ.

Dias Sobrinho, J. (2010). Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação & Sociedade*, *31* (113), 1223–1245. https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400010.

Ferrari, M. A. L. D., Sekkel, M. C. (2007). Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. Psicol. cienc. prof. [online]. Vol. 27, n.4, ISSN 1414-9893.

Lopes, M. C., Rech, L. T. (2013). Inclusão, biopolítica e educação. Educação.

Maciel, M. R. C. (2000). Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. *São Paulo em Perspectiva*, *14*(2), 51–56. https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000200008

Philereno, D. C., Sartor, N., Rotta, C., Krewer, E. J., & de Oliveira, S. M. (2015). Qualificação das pessoas com deficiência para o mercado de trabalho: um estudo de caso em Caxias do Sul - RS. *ISSN*, *22*(1), 20.

Soares, A. P. C., & Almeida, L. S. (2001). *Transição para a universidade: apresentação e validação do questionário de expectativas acadêmicas* (QEA). Em B. D. da Silva & L. S. Almeida (orgs), Actas do VI Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia, Ill, (pp. 899-909). Centro de Estudos em Educação e Psicologia. Universidade do Minho: Braga.

Straub, R. O. (2014). *Psicologia da saúde: uma abordagem biopsicossocial* (3ª ed). Porto Alegre.

PERSONALIDADE E COPING EM PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO

Larisse Helena Gomes Macêdo Barbosa – (D, Universidade Cruzeiro do Sul - São Paulo, larissehelena@hotmail.com)
Ericarla Verônica Almeida Dias (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Evelyn Dayane De Farias Sousa (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Isaac Rodas Araújo (Universidade Federal da Paraíba – UFPB)
Paula Roberta Souza Silva (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. Cada indivíduo interpreta o mundo a partir de suas histórias e experiências, tendo uma relação direta com a forma que ele reage as situações. Um agente estressor pode ser extremamente forte ou não representar ameaça alguma, tudo depende de como as pessoas interpretam a situação e das habilidades de enfrentamento do indivíduo. Com isso, observou-se a necessidade de entender quais as técnicas de enfrentamento são mais utilizadas no âmbito escola e qual sua relação com traços de personalidade, haja vista que é um local com vários fatores favoráveis para o desenvolvimento do estresse. O presente estudo avaliou o uso de *coping* e traços de personalidade em professores atuantes no ensino médio em escolas de rede pública da Paraíba. Para tanto, utilizou-se o *Big Five* e o *inventário de estratégias de enfrentamento de Folkman e Lazarus* com 45 indivíduos com idade média de 38 anos. Ao fim da pesquisa, encontrou-se correlação significativa entre os fatores de personalidade e as estratégias de *coping*.

Palavras-chave: *Coping*, estresse, personalidade, professor.

Introdução

O ser humano está submetido a mudanças significativas em diferentes setores de sua vida, podendo ocorrer com muita rapidez, requerendo uma capacidade adaptativa do indivíduo para que o mesmo possa se ajustar as mudanças. Para que essa adaptação ocorra, o indivíduo precisará mobilizar energia física, mental e social. Entretanto, pode ocorrer acentuadas incongruências entre a relação da sua adaptação e a velocidade que as mudanças ocorrem, causando assim um possível estresse (Junior & Lipp, 2008).

No seu cotidiano, o professor passa por várias situações que podem ser vistas como variáveis que contribuem para um desequilíbrio mental e físico, desencadeando um processo de estresse. Além disso, alguns professores demonstram incompatibilidade com os seus postos de trabalhos, que podem ser: o ambiente social ou físico da escola, o tipo de gestão, as operações de trabalho, a forma como o professor administra seu tempo, a organização do trabalho pedagógico e o controle do processo ensino-aprendizagem (Junior & Lipp, 2008).

Além disso, no Brasil, alguns estudos encontraram relação entre a exaustão emocional e variáveis organizacionais, da natureza do trabalho e do indivíduo (Tamayo & Tróccoli, 2002).

Contudo, existem estratégias de *coping* que o indivíduo pode utilizar para lidar com o estresse de forma positiva. Neste caso, o sujeito poderá desejar controlar a situação, procurar um tempo para refletir e, posteriormente, agir sobre ela. Assim, o indivíduo enfrentará o problema pensando em estratégias para resolver o problema da melhor forma possível. Nessa situação, o professor tentaria controlar a situação de forma ativa, afirmando-se, agindo, controlando as suas emoções (Alves & Oliveira, 2008).

De acordo com Antoniazzi, Dell'Aglio e Bandeira (1998), no início do século, alguns pesquisadores relacionaram o *coping* com os mecanismos de defesa, onde o indivíduo seria motivado interna e inconscientemente como forma de lidar com conflitos agressivos e sexuais. Na década de 1960, com a segunda geração de pesquisadores, surgiu uma nova perspectiva em relação ao *coping*, conceituando-o como um processo transicional do ambiente e a pessoa, com ênfase nos processos, tanto quanto em traços de personalidade. Os traços de personalidade que se relacionam mais com o coping são: autoestima, rigidez, *lócus* de controle e otimismo.

Em consonância com isso, Lazarus e Folkman (1984) propõe 8 fatores básicos para analisar o *coping:* confronto, pessoas que produzem esforços agressivos de alteração da situação, podendo até mesmo acrescentar grau de hostilidade e risco envolvido; afastamento, utilizado por pessoas que usam de esforços cognitivos para o desprendimento e minimização da situação; autocontrole, onde ocorre a regulações dos seus próprios sentimentos e ações; suporte social, indivíduos que procuram suporte tangível, informativo e emocional; aceitação de responsabilidade, reconhecer o próprio papel na situação e tentar recompor o problema; fuga e esquiva é uma estratégia para tentar evitar e fugir do problema; resolução de problema são esforços focados no problema buscando resolver a situação; e

reavaliação positiva, onde ocorre a criação de significados positivos, podendo apresentar dimensão religiosa (Kristensen, Schaefer, & Busnello, 2010).

Nos últimos anos, o interesse pelo estudo da personalidade tem tomado proporções maiores. Grande parte desse interesse renovou-se devido a criação do *Big Five* (cinco grandes fatores), que deriva da Teoria dos Traços e constitui um avanço no campo dos estudos da personalidade. Cinco dimensões humanas são descritas nesse modelo, sendo elas: Indivíduos com escores altos em *Neuroticismo* apresentam ideias irreais, a sofrimentos psicológicos, baixa tolerância à frustração e respostas de coping não adaptativas, enquanto que indivíduos mais equilibrados emocionalmente; *extroversão*, revelam pessoas falantes, ativas, sociáveis, otimistas e afetuosas; a *socialização*, apresenta pessoas que tendem a ser afáveis, bondosas, generosas, prestativas e altruísticas; a *realização* indica comportamentos no sentido da organização, persistência, controle e motivação para alcançar objetivos altruísticos e *abertura* são obtidos por indivíduos curiosos, imaginativos e criativos, que se divertem com novas ideias e valores não convencionais (Bueno, Oliveira, & Oliveira, 2001).

A personalidade pode influenciar na saúde por meio do efeito do *coping*, ou seja, pessoas com determinados traços ou características de personalidade tentem a enfrentar seus problemas de determinada maneira, fazendo com que essa forma de enfrentamento específica repercuta em sua saúde (Diniz & Zanini, 2010).

Objetivos

Correlacionar os fatos de personalidade e estratégias de enfrentamento em professores do ensino médio, identificando os traços de personalidade de professores do ensino médio e correlacionando-os com as estratégias de *coping* dos mesmos.

Método

Amostra

Contou-se com a participação de 45 professores atuantes no ensino médio da rede pública do sertão paraibano.

Instrumentos

Foram utilizados para este estudo uma escala para avaliação da personalidade baseada na teoria do *Big Five,* versão brasileira experimental, utilizada para avaliar os 5 fatores de personalidade (extroversão, amabilidade, realização, neuroticismo e abertura a experiência) respondido em uma escala de 1 – concordo totalmente a 5 – discordo totalmente e o *inventário de estratégias de enfrentamento de Folkman e Lazarus,* uma escala de auto relatos de 46 itens que identifica estratégias de enfrentamento divididas em 8 fatores (confronto, afastamento, autocontrole, suporte social, aceitação da responsabilidade, fuga e esquiva, resolução de problema e reavaliação positiva) e foi respondido identificando a frequência com que se usa cada estratégia: 0 - nunca usei, 1 – usei de alguma forma, 2 – usei algumas vezes e 3 – usei muitas vezes.

Procedimento

Inicialmente, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Faculdade Integrada de Patos. Após aprovação, as pesquisadoras responsáveis entraram em contato com a instituição, solicitando a participação na pesquisa. Em seguida, as pesquisadoras foram até a instituição em horário agendado e aplicaram os testes citados acima em um tempo de 30 minutos.

Análise dos dados

Os dados serão computados e analisados através do programa SPSS, versão 21. Serão realizadas estatísticas descritivas (média, desvio padrão, porcentagens) e inferenciais (correlação).

Aspectos Éticos

Todos os procedimentos éticos foram respeitados, considerando o disposto na Resolução 196/96. CNS/MS). O projeto foi executado apenas após a aprovação do Comitê de Ética. Vale ressaltar que ele não possui nenhum dano ao participante e que apenas

participaram aqueles que, voluntariamente, desejaram, podendo declinar da pesquisa no momento que desejarem.

Resultados

A amostra desse estudo foi construída com 45 professores da rede pública de educação sendo deste total, 26 participantes do sexo feminino (57,8%) e 19 do sexo masculino (42,2%). Destes, 17 são solteiros (37,8%), 20 casados (44,4%) e 8 divorciados (17,8%). Em relação a religião, 3 participantes são católicos (80%), 4 evangélicos (8,9%), 2 espiritas (4,4%) e 3 afirmaram não possuir religião (6,7%).

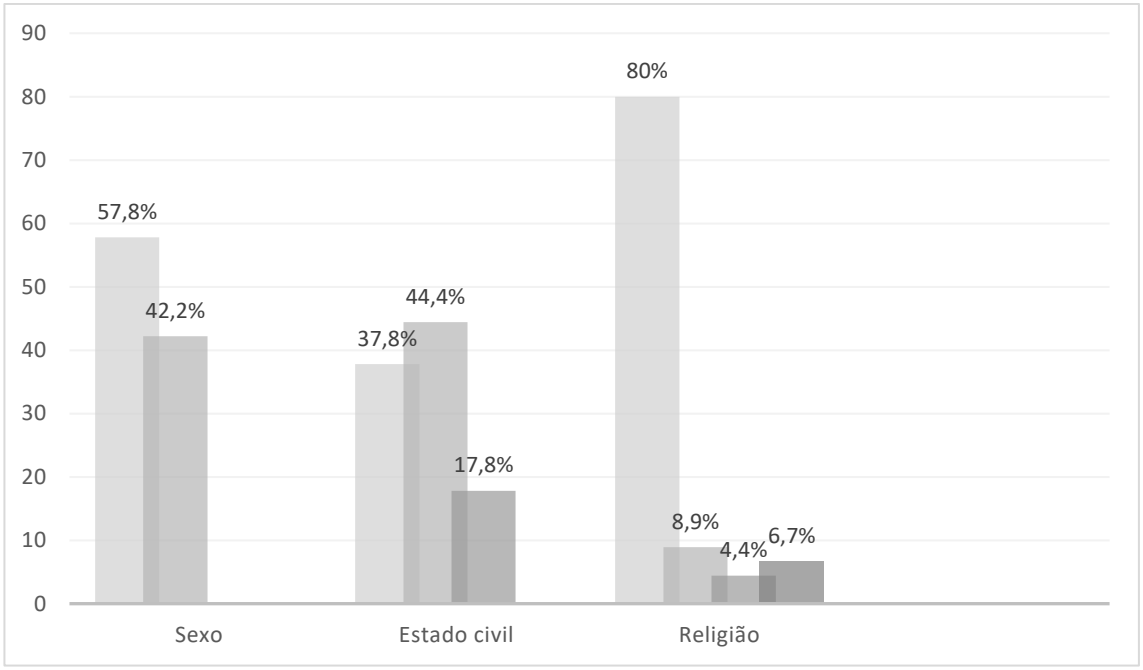

Gráfico 1. Dados sociodemográficos qualitativos

Em relação a faixa etária, encontramos a média de 38 anos, com desvio padrão de 10,5. O grau de religiosidade, medido em uma escala de 0 a 5, sendo 0 nada religioso e 5 muito religioso, obteve-se uma média 4 com desvio padrão 5,2. Referente ao tempo de profissão, a média foi 14,6 com desvio padrão 9,1. Por último, em relação a horas de trabalho semanais, a média foi 45,4 com desvio padrão de 11,9.

Tabela 1

Dados sociodemográficos quantitativos.

	Media	Desvio padrão
Idade	38	10,5
Grau de religiosidade	4	5,2
Tempo de profissão	14,6	9,1
Horas de trabalho semanais	45,4	11,9

Com intuito de identificar os traços de personalidades mais frequentes em professores do ensino médio, foi realizada uma estatística descritiva para encontrar a média de cada um dos 5 fatores. Após isso, obtivemos tal resultados: extroversão teve média 3,9 com desvio padrão de 0,7; amabilidade teve média 4,2 com desvio padrão de 0,5; realização teve média 4,2 com desvio padrão de 0,5; abertura a experiência teve média 4,1 com desvio padrão de 0,5; e, por fim, neuroticismo teve média de 3,4 com desvio padrão de 1,0. Observa-se que amabilidade (4,2) e realização (4,2) são os traços mais frequentes nesses profissionais.

Tabela 2

Média e desvio padrão dos 5 fatores de personalidade

	Media	Desvio Padrão
Extroversão	3,9	0,7
Amabilidade	4,2	0,5
Realização	4,2	0,5
Abertura	4,1	0,5
Neuroticismo	3,4	1,0

Ainda foi realizada uma estatística descritiva para encontrar a média e desvio padrão dos 8 fatores dados para as técnicas de enfrentamento. Foram encontrados os seguintes

resultados: confronto com média 1,0 e desvio padrão 0,5; afastamento com média 1,3 e desvio padrão 0,4; autocontrole com média 1,5 e desvio padrão 0,6; suporte social com média 1,7 e desvio padrão 0,4; aceitação com média 1,9 e desvio padrão 0,4; fuga e esquiva com média 1,5 e desvio padrão 0,8; resolução do problema com média 1,8 e desvio padrão 0,5; e, por último, reavaliação positiva com média 1,8 e desvio padrão 0,4. Nota-se que as técnicas de enfrentamento mais usadas foram a aceitação (1,9), resolução do problema (1,8), reavaliação positiva (1,8) e seguido de suporte social (1,7).

Tabela 3

Dados frequências das estratégias de enfrentamento

	Média	Desvio Padrão
Confronto	1,0	0,5
Afastamento	1,3	0,4
Autocontrole	1,5	0,6
Suporte social	1,7	0,4
Aceitação	1,9	0,4
Fuga e esquiva com média	1,5	0,8
Resolução do problema	1,8	0,5
Reavaliação positiva	1,8	0,4

Após as análises descritas realizadas para verificar a homogeneidade dos dados sociodemográficos dos grupos e identificar os traços de personalidade e estratégias de enfrentamento mais frequentes, foram realizadas estatísticas inferenciais com o objetivo de correlacionar os fatores de personalidades com as técnicas de enfrentamento. De início, foi realizado o teste de normalidade para amostras maiores que 30, o Kolmogorov-Smirnov, e foi verificado a maior parte das variáveis (realização, neuroticismo, confronto, afastamento, autocontrole, fuga e esquiva e resolução do problema) não apresentaram distribuição normal

com p > 0,05. Em seguida foi usado o teste de Spearman para correlacionar os fatores de personalidade com as estratégias de *coping.* Obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 4

Analise inferencial de correlação de Spearman utilizada para correlacionar personalidade e coping

	Extroversão	Amabilidade	Realização	Abertura	Neuroticismo
Confronto	0,22	0,13	0,33	0,48**	0,21
Afastamento	0,25	0,25	-0,15	0,15	0,00
Autocontrole	-0,01	0,00	-0,10	-0,02	0,22
Suporte social	0,37*	0,17	0,15	0,31**	-0,00
Aceitação	0,16	0,30*	-0,10	0,09	0,09
Fura e esquiva	0,01	0,18	0,29	0,00	0,32*
Resolução do problema	0,45**	0,13	0,17	0,08	-0,31*
Reavaliação positiva	0,50**	0,33*	0,08	0,19	0,06

Leva-se em consideração apenas as correlações com significância menor que 0,05, estas estão sendo representadas pelos asteriscos, onde um identifica que o resultado é significante e dois que é altamente significante. Logo, observa-se que há correlação entre confronto e abertura com ρ = 0,48, suporte social e extroversão com ρ = 0,37 e abertura com ρ = 0,31, aceitação e amabilidade com ρ = 0,30, fuga e esquiva e neuroticismo com ρ = 0,31, resolução do problema e extroversão com ρ = 0,45 e neuroticismo com correlação negativa de ρ = - 0,31, e por fim, reavaliação positiva e extroversão com ρ = 0,50 e amabilidade com ρ = 0,33.

Discussão

A partir da análise feita e exporta acima, pode-se observar que há correlação positiva de ρ = 0,48 entre pessoas que utilizam da estratégia de confronto para enfrentar uma situação de estresse e a abertura a experiências. Isso quer dizer que quanto mais aberto a experiências a pessoa for, mais fácil da mesma usar o confronto como estratégia. Ou seja, pessoas imaginativas, criativas e curiosos, tendem a produzir esforços agressivos para alterar a situação.

Suporte social teve correlação positiva de ρ = 0,37 com extroversão e de ρ = 0,31 com abertura. Logo, pessoas que procuram resolver a situação a partir de suportes tangíveis, emocionais e informativos, tendem a ser mais falantes, ativas, sociáveis, otimistas e afetuosas, além de serem criativos e curiosos. Além disso, pessoas com caracterizas do traço de extroversão, também tendem a gerar esforços focados no problema para resolver a situação, haja vista que resolução do problema e extroversão tem correlação positiva de ρ = 0,45, e cria significados positivos para o problema, já que reavaliação positiva e extroversão tem correlação positiva de ρ = 0,50.

É possível afirmar que indivíduos que encontram pontos positivos no problema e reconhecem seu papel na situação e tenta recompor o problema, são pessoas afáveis, bondosas, generosas, prestativas e altruísticas, tendo em vista que amabilidade se correlacionou positivamente com aceitação (ρ = 0,30) e reavaliação positiva (ρ = 0,33).

Por fim, neuroticismo teve correlação positiva (ρ = 0,31) com fuga e esquiva, ou seja, pessoas que evitam e fogem do problema são indivíduas com ideias irreais, sofrimentos psicológicos e baixa tolerância à frustração. Por outro lado, quanto menor os traços de neuroticismo, mais focado e esforçado para resolver o problema o indivíduo será, podemos afirmar isso porque este traço de personalidade se correlacionou negativamente (ρ = - 0,31) com resolução do problema.

Referências

Alvez, M. N., & Oliveira, E. A. M. (2008). O efeito do desemprego no stress e coping dos professores do 2º ciclo. *Psicologia, saúde & doenças, 9,* 335 347.

Antoniazzi, A. S., Dell'Aglio, D. D., & Bandeira, D. S. (1998). O conceito de coping: uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia, 3,* 273-294.

Bueno, J. M., Oliveira, S. M. S. S., & Oliveira, J. C. S. (2001). Um estudo correlacional entre habilidades sociais e traços de personalidade. *Psico-USF,3,* 31-38.

Coleta, A. S. M. D., & Coleta, M. F. D. (2008). Fatores de estresse ocupacional e coping entre policiais civis. *Psico-USF, 13,* 59-68.

Diniz, S. S., & Zanini, D. S. (2010). Relação entre fatores de personalidade e estratégias de coping em adolescentes. *Psico-USF, 15,* 71-80.

Junior, E. G., & Lipp, M. E. N. (2008). Estresse entre professoras do ensino fundamental de escolas públicas estaduais. *Psicologia em Estudo, 13,* 847- 857.

Kristensen, C. H., Schaefer, L. S., & Busnello, F. B. (2010). Estratégias de coping e sintomas de stress na adolescência. *Estudos de Psicologia, 27,* 21-30.

Seidl, E. M. F., Tróccoli, B. T., & Zannon, C. M. L. C. (2001). Análise Fatorial de Uma Medida de Estratégias de Enfrentamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 17,* 225-234.

Tamayo, M. R., & Tróccoli, B. T. Exaustão emocional: relações com a percepção de suporte organizacional e com as estratégias de coping no trabalho. *Estudos de Psicologia, 7,* 337-746.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

MODALIDADE: GRUPOS DE DISCUSSÃO

PLANTÃO PSICOLÓGICO NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA GARANTIA DE DIREITOS

Daniela Ribeiro Barros ((M, Docente do Centro Universitário de Patos - UNIFIP, daniela_ribeiro_barros@hotmail.com)
Danielle Maria Gomes de Lima (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. O sofrimento psíquico acompanha o desenvolvimento da humanidade, atingindo todas as classes sociais, cerceando do indivíduo a liberdade de viver de modo saudável e ajustado, necessitando, portanto, de ajuda. No entanto, para as camadas mais pobres, o suporte psicológico se torna reduzido, já que os custos são caros para esse público. Nesse direcionamento, considerando que o acesso à saúde é um direito de todos, e como forma de garantir os direitos humanos às populações mais pobres, buscou-se, por meio do plantão psicológico, ofertar auxílio ao público menos favorecido economicamente. O terapeuta em plantão psicológico apoia e provoca a descoberta do impensado, acolhe e respeita a diversidade, evidencia a instabilidade do sujeito, colocando-se à disposição da clientela de forma aberta para a diversidade das demandas que surgirem. Durante o atendimento, o plantonista procura entrar em contato com as potencialidades inerentes ao cliente e, a partir de uma relação sem julgamentos, baseada na escuta atenta e empática, contribui para o desenvolvimento de suas potencialidades. Considerando a necessidade de inserção da psicologia nas camadas mais populares com a urgente tarefa de reduzir o sofrimento psíquico e garantir o direito à saúde no seu conceito mais amplo, o presente estudo relata a experiência da prática do plantão psicológico em uma escola pública da cidade de Matureia-PB. Os plantões ocorrerem semanalmente durante um mês, cujos atendimentos foram supervisionados semanalmente pela docente da disciplina Aconselhamento Psicológico da UNIFIP, dando suporte técnico à acadêmica. Foram atendidos 4 estudantes de 13 a 16 anos de idade que, espontaneamente, buscaram o atendimento psicológico ofertado. Os atendimentos eram realizados numa sala reservada da escola e não tinham um tempo previsto para finalizar, dependendo da necessidade de cada adolescente. Além disso, as pessoas poderiam voltar na semana seguinte, caso fosse necessário. Como resultados, evidenciou-se que as principais demandas apresentadas pelos participantes contemplaram relatos de tentativas de suicídio, sofrimento psíquico, estado de vulnerabilidade social e queixas de depressão. Tais demandas refletem o intenso sofrimento que esse público adolescente está vivenciando em silêncio, sem nenhum tipo de suporte, acentuando sua condição de vulnerabilidade social. Por meio da escuta psicológica ofertada, os participantes eram acolhidos de modo empático, atento e respeitoso, o que contribui para o autoconhecimento, autonomia, autodeterminação, crescimento pessoal e a consequente mudança do cliente, assegurando-lhes suporte e busca de dignidade. Por meio desse trabalho evidencia-se a importância do psicólogo inserido no contexto escolar, mais especificamente no serviço público, para melhor compreender e intervir nos processos que constituem as relações entre os indivíduos, atuando como um mediador da conquista de direitos por parte do público atendido. Por fim, além de contribuir ao dar suporte psicológico aos participantes, a prática do plantão possibilitou a discente uma ampla visão sobre o aconselhamento psicológico e despertou reflexões sobre a formação em psicologia voltada para a práxis sem fronteiras, contemplando a comunidade, possibilitando a inclusão de sujeitos de direitos, contribuindo, ainda ao fornecer subsídios para mediar problemas sociais, respeitando os aspectos éticos relacionados à profissão.

Palavras-chave: Plantão psicológico, aconselhamento, escola pública, direitos humanos.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA E GESTÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Layrrthon Carlos de Oliveira Santos (D, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, layrtthonsantos@fiponline.edu.br)
Fernanda de Souza Pereira (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Maria Luiza da Silva Mendes (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Júlia Maelly Pimentel Gusmão de Oliveira (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Danielle Maria Gomes de Lima (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. Dentre os diversos campos de conhecimento da Psicologia encontra-se a Psicologia Organizacional e do Trabalho. Esta pode ser reconhecida como um campo de atuação interdisciplinar que busca compreender os fenômenos organizacionais. Considerando essa área e sua ampla gama de possibilidades de atuação profissional para o Psicólogo, faz-se necessário obter conhecimentos nesse campo de trabalho e conhecê-la melhor na prática. O presente trabalho relata a experiência em estágio básico supervisionado em Psicologia e Gestão em uma empresa especializada em serviços de informática. As intervenções foram realizadas com uma gestora e funcionários da empresa, de ambos os sexos e com idades variando entre 26 e 40 anos. O primeiro contato foi realizado em virtude da apresentação da empresa, tendo como objetivo conhecer a estrutura física do ambiente de trabalho, o funcionamento da organização e o histórico empresarial. Em seguida a partir do diálogo com a gestora foi feito um levantamento de possíveis intervenções a partir de sugestões vindas da gestão, e uma breve explicação sobre o papel do psicólogo nas organizações. No segundo encontro foram realizadas as entrevistas com os funcionários acerca do clima organizacional. Esse encontro foi de extrema importância para a demarcação das intervenções a serem realizadas e para a elaboração dos documentos necessários para o uso posterior. No terceiro encontro os documentos foram repassados à gestora para análise visando atingir uma coerência entre o regimento produzido pelos estagiários e os princípios gerais da organização. No último encontro foi feita a devolutiva e a primeira parte da intervenção foi feita com a gestora onde foi ressaltada a importância da liderança no ambiente de trabalho e como esta visão poderia contribuir para o clima organizacional. Em seguida, a intervenção foi feita direcionada para os funcionários sendo iniciada com uma dinâmica de quebra-gelo onde eles tiveram espaço para falar sobre pontos positivos e negativos uns dos outros e dando sugestões de como poderiam melhorar. Posteriormente foram apresentadas as regras de convivência, explicando sobre condutas no ambiente de trabalho. Também foram apresentadas as advertências, mostrando os tipos (verbal, escrita, suspensão e demissão) e explicando que devem ser aplicadas em casos de descumprimento das regras do contrato. Em seguida, foi apresentada a folha de ponto manual mostrando que serve como uma ferramenta documental que protege tanto o empregado quanto o empregador em eventuais disputas judiciais. A proposta do funcionário do mês foi apresentada mostrando o respectivo quadro e a folha de avaliação mensal e o que é preciso seguir para se tornar um funcionário do mês, trabalhado a questão motivacional no ambiente de trabalho. Conclui-se que a execução dos planejamentos para com a empresa foi dificultada devido o tempo limitado considerando o número de demandas que surgiram. Apesar disso, se pôde encarar essa experiência como uma importante oportunidade de se pôr em prática o aprendizado adquirido até então acerca do campo organizacional.

Palavras-chave: Estágio, psicologia organizacional, gestão.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA E GESTÃO

Tessya Hyanna Almeida Oliveira (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, tessyahyanna@outlook.com)
Caio Serafim Felix dos Santos (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Ingrid Gomes Santos Diniz (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Ingrid Oliveira Soares (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Paula Magna Almeida Minervino (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. Desde o século XIX ocorreram diversas mudanças e desenvolvimento na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho, visando assim o bem-estar tanto da empresa/organização quanto do trabalhador e sua saúde. Direitos foram estabelecidos no que diz respeito a descanso, cuidados a saúde física, mental, onde é papel da organização estabelecer promoção e prevenção ao bem-estar dos colaboradores. O presente trabalho relata a experiência do estágio básico supervisionado em Psicologia e Gestão em uma organização de microcrédito da cidade de Patos-PB, sem fins lucrativos, criada em 2005. As intervenções foram realizadas com os Agentes de crédito, ocupação responsável por captar e acompanhar os clientes, fazer cobranças e renovar créditos. O primeiro contato foi realizado com a apresentação da empresa, tendo como objetivo conhecer a estrutura física, funcionamento da organização e histórico empresarial. Em seguida, a partir do diálogo com a direção foi explicado o papel do psicólogo organizacional e do trabalho e debatido sobre possíveis demandas, sob a ótica da gestão. O segundo encontro foi realizado com os agentes de créditos, participantes escolhidos através da gestão, com aplicação de entrevista semiestruturada com o objetivo de concluir a demanda. No terceiro encontro foi apresentada a gestão o diagnóstico organizacional, fechado a demanda e elaboração do Projeto de intervenção. No quarto encontro foi realizada a intervenção, tendo como temática principal: estresse excessivo, tensões físicas e psicológicas que acontecem em função de alcançar o cumprimento de metas previamente determinadas e resistência a mudança. O quinto e último encontro foi marcado pelo Feedback das estagiarias para a gestão e entrega de relatório final. Sendo assim, conclui-se que a execução do estágio enriquece e auxilia as organizações parceiras, proporcionando benefícios e favorecimento do clima organizacional, bem como a execução e vivência para os acadêmicos de Psicologia.

Palavras-chave: Psicologia organizacional, trabalho, estresse.

A IMPORTÂNCIA DA ESCOLHA PROFISSIONAL FRENTE AOS DESAFIOS ATUAIS

Tessya Hyanna Almeida Oliveira (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, tessyahyanna@outlook.com)
Jaine Felix da Silva Clemente (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Maria Luiza de Sousa Paulo (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Elayne Maria Santos de Medeiros (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Josefa Leticia Loureço dos Santos (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. Escolher qual carreira seguir frente à diversidade atual e dificuldades econômicas é um dos desafios de jovens, adultos e idosos no processo de (Re) Orientação profissional. A orientação vocacional tem se destacado como uma ferramenta essencial para todo aquele que busca adentrar no mercado de trabalho, favorecendo a inclusão social, sendo essencial para a promoção humana. Esse processo auxilia os sujeitos na identificação em várias áreas do conhecimento, principalmente, naquelas em que possuir maior facilidade, e nelas acabe se reconhecendo, podendo assim, desenvolver mais satisfatoriamente suas potencialidades. Dito isso, a escolha profissional converte-se em um agir no mundo. Diante do exposto, o presente estudo objetivou realizar uma orientação vocacional com estudantes do ensino médio. Para a realização da pesquisa, participaram 15 estudantes, sendo 10 do sexo feminino e 5 do sexo masculino de uma escola pública localizada no interior do Sertão da Paraíba que estavam cursando em 2° ano do Ensino Médio. Os instrumentos utilizados foram: questionário de identificação de escolha profissional, técnicas de dinâmica de grupo e texto reflexivo, com o intuito de identificar as aptidões e aspectos da escolha frente à profissão escolhida. Para dar início, as facilitadoras fizeram uso de uma dinâmica de apresentação, conhecida como dinâmica do sorvete. A mesma é utilizada de forma inicial durante processos de orientação e segmentos e objetiva discutir o processo de escolha como um ato de coragem, e que assim, implica assumir riscos e responsabilidades. No decorrer do encontro discutiu-se a respeito de mercado e campo de trabalho, escolha profissional, influências do meio sócio cultural, e ressaltou-se a importância que a escolha profissional assume, pois acaba sendo uma escolha de suma importância na vida dos sujeitos. O meio social no qual o sujeito está inserido deve ser levado em consideração durante todo processo, pois é preciso pensar e cogitar além, assim tendo a necessidade de estimular os sujeitos, a refletirem constantemente, visando obter um melhor autoconhecimento. Os resultados obtidos evidenciam que a minoria da amostra tinha ideia sobre a sua vocação profissional, todavia, após a aplicação das técnicas de orientação vocacional, observou-se no momento do feedback, um retorno de informações positivas, atingindo o objetivo do trabalho. Diante do exposto, conclui-se que o trabalho norteou os estudantes sobre o campo profissional, autoconhecimento, alinhamento das habilidades e características pessoais e profissionais, já que passamos grande parte dos nossos dias envolvidos com nossas atividades laborais, desta forma, o caminho profissional que escolhermos trilhar será primordial para a construção do sentido da nossa vida. Esse trabalho também proporcionou às acadêmicas de psicologia conhecer a prática do Psicólogo na realização de orientação vocacional.

Palavras-chave: Orientação vocacional, autoconhecimento, trabalho.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: PSICOLOGIA E GESTÃO NA EMPRESA SAKE

Tessya Hyanna Almeida Oliveira (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, tessyahyanna@outlook.com)
Alane Pereira Madalena (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Laís Emanuelle dos Santos Leal Araújo (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Lília Laísa dos Santos (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Mayale Santos Nóbrega (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. A Psicologia organizacional e do trabalho é conceituada como uma fragmentação da psicologia que se preocupa com o estudo do comportamento dos sujeitos aplicado ao trabalho, às relações, as organizações e a produtividade. Os psicólogos organizacionais e do trabalho encontram-se implicados em estudos acerca de como funciona a dinâmica dos funcionários, bem como, na aplicação de princípios da psicologia nesses estudos para auxiliar as empresas a alcançarem o sucesso, visto que dentre as coisas mais importantes da vida de uma pessoa está o trabalho, que é um fator crucial para a definição da identidade do indivíduo, que se molda a cada transformação da sociedade. O presente estudo relata a experiência do estágio básico supervisionado em Psicologia e Gestão realizado no restaurante Sakê, especializado na culinária brasileira, japonesa e chinesa, situado no município de Patos, interior da Paraíba. O processo teve início com a apresentação da proposta no dia 28/02/2019 e prosseguiu com encontros nos dias 21/03, 28/03, 16/04 do ano corrente, e as atividades encerraram-se no dia 09/05/2019 sempre visando a disponibilidade da empresa para nos receber. Para a realização deste estudo contou-se com a participação dos 10 funcionários do restaurante, sendo a proprietária do estabelecimento, um gerente, um caixa, um sushiman, um cozinheiro chefe e dois ajudantes, duas garçonetes e uma copeira. As atividades desenvolvidas no Estágio Supervisionado Básico IV foram divididas em cinco etapas com objetivos previamente definidos. Sendo assim, por meio dos dados obtidos através das observações e aplicação do questionário, viabilizou às estagiárias realizarem um diagnóstico situacional da empresa afim de identificar as demandas e compreender melhor a realidade vivenciada por seus colaboradores, podendo intervir nas seguintes demandas: criação de missão, visão e valores, formulação de um organograma da empresa, explanação sobre hierarquia e comunicação, através de uma vivência. Conclui-se que o presente estudo sobre o relato de experiência do estágio em Psicologia e Gestão foi de suma importância para ampliar a visão das estagiárias sobre essa grande área de concentração do psicólogo, e sua atuação neste âmbito, bem como, a integração da teoria com a prática. Atribuindo a esse enriquecimento dos conhecimentos, a empresa Sakê acolheu de forma única e singela as estagiárias e todos os aspectos que as mesmas apresentaram para uma possível mudança na organização visando melhorias no ambiente, comunicação e bem-estar dos funcionários. Dentre tantos aspectos positivos, o mais motivador e realizador refere-se à disseminação eficaz sobre o papel deste profissional nessa área ainda pouco conhecida na sociedade, o que se notou entre os funcionários da empresa.

Palavras-chave: Psicologia organizacional, trabalho, comunicação, hierarquia.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE CURSOS TÉCNICOS EM PATOS – PB

Tessya Hyanna Almeida Oliveira (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, tessyahyanna@outlook.com)
Shayanne Rodrigues Diniz (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Ranyele Thais dos Santos (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo: A Psicologia Organizacional e do Trabalho pode ser definida como uma área de exercício interdisciplinar que procura entender os fenômenos organizacionais que se manifestam em torno de um conjunto de conteúdos relacionados ao bem-estar do homem As organizações são conjuntos sociais complexos que buscam a melhoria do ambiente de trabalho e entender fenômenos relacionados à vida do trabalhador em seu contexto pessoal e profissional procurando promover seu bem-estar nesse ambiente**.** Essa área tem por objetivo envolver a diversidade atual do campo, propondo a existência de duas grandes estruturas de fenômenos que envolvem aspectos psicossociais: as organizações, enquanto ferramenta social formadora de coletivos humanos e o trabalho, como exercício básico do ser humano reprodutor de sua própria existência e da sociedade. A satisfação no ambiente de trabalho é um estado emocional em que a emoção parte do parecer dos princípios do indivíduo. Por se atribuir um estado emocional, a satisfação compreende dois fenômenos: a alegria (satisfação) e o sofrimento, desprazer (insatisfação). A satisfação no trabalho pode produzir consequências tanto para o indivíduo como para a organização, afetando aspectos comportamentais e a saúde física e mental do trabalhador. Este relato de experiência teve como objetivo vivenciar a prática do Estágio Básico IV- Psicologia e Gestão em uma instituição privada de cursos técnicos na cidade de Patos-PB e ressaltar a saúde mental do trabalhador, hierarquia organizacional e satisfação no ambiente de trabalho, sendo pontos cruciais para o desenvolvimento da instituição e melhoria na desenvoltura das atividades desenvolvidas na instituição. Participaram da pesquisa os colaboradores e diretor da instituição. Foram utilizados diários de campo, folhas de papel ofício A4, folhas pautadas e caderno para anotações, canetas esferográficas, prancheta para auxiliar na escrita e segurar o material. A princípio, houve um trabalho de observação do espaço e do funcionamento da instituição em que se buscou adentrar no ambiente e perceber como era o processo de trabalho dos colaboradores da instituição. Observou-se uma grande discrepância em relação à hierarquia e por esse motivo foi trabalhado esse tema posteriormente com todos os colaboradores, com intuito de estabelecer uma visão mais ampla de resolução de problemas. Foi elaborado um plano de intervenção, realizando palestra educacional sobre as temáticas: Saúde Mental no Trabalho e a importância de estar bem com o nosso corpo e com a nossa mente. Sendo assim, essa vivência foi de suma importância para os colaboradores e estagiários, que vivenciaram a prática do Estágio Básico IV – Psicologia e Gestão.

Palavras-chave: Psicologia organizacional, saúde mental, hierarquia, satisfação.

CLIMA ORGANIZACIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA E GESTÃO

Tessya Hyanna Almeida Oliveira (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, tessyahyanna@outlook.com)
Raema Barros Lucena Higino (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Lídia Moreira Dantas (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Nariana de Castro Pereira (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Noana de Castro Pereira (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo: O Clima Organizacional consiste no ambiente interno de uma empresa, incluindo subordinados, supervisores e direção. O relacionamento entre as pessoas do trabalho deve ser saudável para que a empresa também esteja com saúde. Este assunto está ligado diretamente com a satisfação do trabalhador e seus resultados na corporação. O presente estudo relata a experiência do estágio básico supervisionado em Psicologia em uma instituição de ensino superior do Sertão da Paraíba. Foi realizada uma pesquisa de clima organizacional que contou com a participação de funcionários de diferentes setores da instituição que responderam a um questionário de 63 itens baseado na Escala de Clima Organizacional de Siqueira (2008). Os resultados foram analisados por meio de uma estatística descritiva, obtendo a demanda a ser trabalhada na intervenção final. Pode-se identificar que os funcionários sofrem de certa pressão por parte da chefia, a qual foi trabalhada a liderança na intervenção final do processo de estágio. Por fim, a partir da pesquisa teórica e prática, foram colhidas informações sobre o Clima Organizacional como fator contribuinte para a satisfação dos colaboradores e resultados eficazes para as organizações. Concluindo, todos os chefes de setores absorveram positivamente as informações e reflexões propostas na intervenção e ressaltaram a importância de momentos reflexivos como estes que lhes permitia repensar sobre suas práticas no cotidiano, e a cada dia se aperfeiçoar mais para contribuir com um bom clima organizacional da empresa da qual eles fazem parte.

Palavras-chave: Psicologia organizacional, trabalho, clima organizacional, liderança.

A IMPORTÂNCIA DE TÉCNICAS DIDÁTICAS NA MONITORIA DE PSICOLOGIA

Débora Najda de Viana Medeiros (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, deboranajda11@yahoo.om.br)
Erlania Rodrigues Ferreira (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Marco Vitor Costa Castelhano (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo: A monitoria acadêmica contribui na formação do estudante, seja a partir da perspectiva intelectual como também no aspecto relacional. O programa de monitoria institucional possibilita que sejam desenvolvidas habilidades e competências, obtendo um contato mais próximo com a docência e a área da Psicologia Organizacional e do Trabalho – POT. Nesse sentido, o objetivo do presente relato é apresentar a importância do uso das técnicas didáticas/vivenciais na monitoria do componente curricular Psicologia Organizacional. O uso de técnicas didáticas contribui para a reflexão e o fortalecimento das atividades, sendo possível observar que por meio do grupo de discussão, dinâmicas de grupo, entre outras, tem aumentado o interesse pelo componente, assim também como a melhoria nos resultados das avaliações, contribuindo para um processo de ensino e aprendizagem a partir de maneiras efetivas, mediadas pela ação dos monitores e das técnicas didáticas. Foi observado ainda que com o grupo de monitorados, a monitoria revelou também a credibilidade de propiciar novos saberes, não reforçando a mera ação de recapitular conteúdos específicos. Conclui-se que o uso das técnicas se torna para a monitoria de Psicologia Organizacional de uso indispensável, vindo ao encontro das necessidades do estudo, além de um momento de socialização e troca de informações, visto que tanto o monitor quanto o aluno aprendem.

Palavras-chave: Bem-estar, didática, monitoria.

IMPORTÂNCIA DO LÍDER NO CLIMA ORGANIZACIONAL

Jucirleia Ferreira de Medeiros Chaves (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, jucirleia@gmail.com)
Raema Barros Lucena Higino (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Lídia Moreira Dantas (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Italo Haiff Sá de Oliveira (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Noana de Castro Pereira (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. As empresas estão cada vez mais preocupadas em adquirir líderes que motivem a sua equipe de forma a obter os resultados almejados e um clima organizacional saudável. Nesse sentido, para manter um bom clima é importante avaliar o estilo de liderança exercida pelo gestor. Compreende-se que a liderança é o processo de conduzir um grupo de pessoas. Um líder necessita da habilidade de motivar e influenciar os liderados para que contribuam voluntariamente e da melhor forma para alcançar os objetivos da organização. Assim, cada líder possui seu estilo próprio de liderança, e este vai influenciar o tipo de clima presente em sua organização. Diante disso, o trabalho em questão objetivou relatar a experiência de uma intervenção realizada a partir do resultado de uma pesquisa de clima organizacional em uma instituição de ensino superior no sertão paraibano, vivenciada a partir do estágio supervisionado na área de Psicologia Organizacional, no qual participaram todos os líderes dos setores administrativos da instituição. Na intervenção foram realizadas dinâmicas e roda de conversa acerca dos mitos e verdades sobre a liderança e como se tornar um melhor líder. Dessa forma, conclui-se que os líderes aceitaram as propostas das dinâmicas e da roda de conversa, bem como a importância de procurar estabelecer um bom clima organizacional na empresa para que haja melhorias na execução do trabalho e na qualidade de vida dos trabalhadores.

Palavras-chave: Liderança, psicologia organizacional, trabalho, clima organizacional.

MODALIDADE: RESUMOS SIMPLES

PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL EM UMA EMPRESA DE INFÓRMATICA

Layrrthon Carlos de Oliveira Santos (D, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, layrtthonsantos@fiponline.edu.br)
Fernanda de Souza Pereira (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Maria Luiza da Silva Mendes (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Júlia Maelly Pimentel Gusmão de Oliveira (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Danielle Maria Gomes de Lima (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. A administração de Recursos Humanos exerce um papel fundamental dentro das organizações e para compreender os aspectos que influenciam na motivação para a manutenção do desempenho eficiente dos colaboradores, o clima organizacional surge enquanto um conjunto de propriedades essenciais a serem mensuradas. Trata-se da atmosfera psicológica que envolve a relação entre empresa e funcionário e as condições que caracterizam o nível de satisfação de ambos, influenciando a saúde mental e qualidade de vida no trabalho, o que relaciona a temática a uma discussão a nível dos direitos humanos. Deste modo, o presente estudo teve como objetivo investigar os aspectos relacionados ao clima organizacional de uma empresa do ramo da informática no interior da Paraíba. Para a realização da pesquisa participaram 6 funcionários da organização, de ambos os sexos, com idades entre 26 e 40 anos. O instrumento utilizado foi uma entrevista semiestruturada com questões sobre clima organizacional. Nos resultados das entrevistas com os funcionários foram identificadas demandas como motivação; comunicação; missão, visão e valores; cargos e funções. Percebeu-se também que todos os funcionários apresentaram atitudes positivas em relação ao contexto do seu trabalho. Em virtude dos dados mensurados, destaca-se a importância da pesquisa de clima organizacional enquanto ferramenta na manutenção e ajuste na dinâmica da organização.

Palavras-chave: Clima organizacional, empresa, psicologia.

A IMPORTÂNCIA DO CARÁTER DA LIDERANÇA PARA A QUALIDADE DE VIDA DOS COLABORADORES NAS ORGANIZAÇÕES

Tessya Hyanna Almeida Oliveira (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, tessyahyanna@outlook.com)
Délis Sousa Benevides (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Bruna Martins Benvinda Wanderley (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Marcos Vitor Costa Castelhano (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. A liderança é um fator determinante dentro de qualquer empresa, influenciando positiva ou negativamente o grupo diante do seu contexto, afetando sua dinâmica em diversos âmbitos, entre eles a qualidade de vida dos membros presentes em determinado ambiente. Existem diversas formas de liderança e estas apresentam seus pontos positivos e negativos que variam perante suas abordagens e maneiras de atuar no contexto organizacional, cambiando de abordagens mais autoritárias às mais democráticas, estabelecendo como as relações tendem a desenvolver-se a partir das contingências impostas, podendo gerar ou não o bem-estar dos colaboradores neste ambiente. Sendo assim, o presente estudo objetivou analisar a importância do caráter da liderança para a qualidade de vida dos colaboradores nas organizações. Para isto, realizou-se uma pesquisa cientifica buscando nos bancos de dados PubMed e Google Acadêmico, nos últimos cinco anos, tendo como descritores "Liderança + Qualidade de Vida + Organizações". Os resultados evidenciam a liderança como um elemento essencial para gestão de qualquer empresa, devido ao líder ter um papel significativo na influência dos empregados, objetivando aspectos organizacionais e administrativos, como no desenvolvimento de um ambiente harmonioso almejando uma relação fidedigna entre os sujeitos ali presentes, promovendo produtos e resultados integrados ao rendimento econômico e qualidade de vida no trabalho. Assim, conclui-se que através do desenvolvimento metodológico e teórico sobre a influência do líder sobre seu grupo organizacional, pôde-se englobar maneiras de gerar uma relação amistosa e harmoniosa nas organizações, promovendo a qualidade de vida na perspectiva do trabalho, visualizando a estrutura em suas múltiplas facetas.

Palavras-chave: Liderança, qualidade de vida, organizações.

O QUE ESCOLHER? ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL COM JOVENS DO ENSINO MÉDIO

Tessya Hyanna Almeida Oliveira (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, tessyahyanna@outlook.com)
Erlania Rodrigues Ferreira (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Layris Almeida de Queiroga (Centro Universitário de Patos – UNIFIP
Iara Caroline Henrique Araújo (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Luiza Kelly Soares do Nascimento (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo: A psicologia organizacional é ampla, diversa e uma de suas finalidades é a orientação profissional, na qual possibilita ao sujeito a oportunidade de saber em qual profissão seguir, facilitando-lhe a clareza sobre seu futuro profissional. Desse modo, o presente trabalho teve como objetivo realizar orientação profissional com estudantes, a fim de tirar suas dúvidas e norteá-los ao possível próximo passo. Para a realização da pesquisa participaram 40 alunos do terceiro ano do ensino médio do Instituto Educacional Vera Cruz, localizado no interior do Sertão da Paraíba. Inicialmente foi aplicado um questionário com o objetivo de identificar as dúvidas frente à escolha profissional. Dos 40 estudantes, 15 ressaltaram que já sabiam as futuras profissões escolhidas. A sequência se deu com os 25 que estavam em dúvida, solicitado o e-mail de cada participante para que fossem passados os resultados da compilação de dados colhida através do teste. Os instrumentos utilizados foram: questionário de identificação de escolha profissional, técnicas de dinâmica de grupo, texto reflexivo e teste de orientação profissional. Os resultados obtidos evidenciaram que a minoria da amostra tinha ideia sobre a sua vocação profissional, todavia, no momento do feedback após a aplicação dos instrumentos, observou-se um retorno de informações positivas. Portanto, conclui-se que a orientação profissional é uma ferramenta eficaz para a descoberta de potencialidades inexploradas ou a reafirmação de tendências já escolhidas pelo sujeito para determinada função profissional, além de servir como norte para que consigam definir quais serão seus objetivos após a conclusão do ensino médio.

Palavras-chave: Orientação vocacional, autoconhecimento, mercado de trabalho.

INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS E SUA INTERFACE NAS ORGANIZAÇÕES DE TRABALAHO DIANTE DO ASSÉDIO MORAL

Débora Najda de Viana Medeiros (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, deboranajda11@yahoo.com.br)
Moisés Barbosa Oliveira (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Ana Claudia Araújo Batista (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. o assédio moral é caracterizado como um comportamento abusivo, intencional e frequente que ocorre no ambiente de trabalho com o objetivo de constranger, humilhar e desqualificar o sujeito ou grupo e ameace a integridade pessoal e profissional. Esse estudo teve como objetivo informar as intervenções psicológicas quanto ao assédio moral no trabalho. Trata-se de um estudo de revisão da literatura realizado na base de periódicos da *Pepsic,* através dos descritores: saúde do trabalhador, estresse psicológico e assédio moral no trabalho, durante o mês de setembro de 2019. Foram incluídos artigos publicados nos últimos cinco anos, em português e disponíveis na íntegra. Os resultados apontaram que as intervenções que buscam a melhoria do clima psicológico no trabalho mais recomendadas são: prevenção ao assédio moral através da educação de trabalhadores e líderes, vinculando normas adequadas de comportamento social na organização, informações sobre o assédio entre trabalhadores, criação de grupos de discussão e capacitação do profissional dos setores de recursos humanos. A *European Agency for Safety and Health at Work* recomenda algumas práticas: liberdade, por parte dos trabalhadores, para escolher o modo de realizar o seu trabalho; difundir os objetivos organizacionais; desenvolvimento de lideranças; clareza na descrição de funções e tarefas; desenvolvimento de política organizacionais positivas; desenvolvimento de programas e políticas que combatam esse tipo de problema na organização. O trabalho do psicólogo em organizações de trabalho deve ser baseado no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador, estresse psicológico, assédio moral,trabalho.

TRABALHO INFORMAL: QUAIS OS MEUS DIREITOS? A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA

Tessya Hyanna Almeida Oliveira (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, tessyahyanna@outlook.com)
Débora Najda de Viana Medeiros (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Shayanne Rodrigues Diniz (Supervisora do Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Jakeline Débora Brito Vasconcelos (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. O trabalho viabiliza meios de sobrevivência para o ser humano, sendo fonte de prazer e/ou sofrimento e sem a preparação específica e adequada, muitos indivíduos são expulsos do mercado de trabalho. Desempregados, estes trabalhadores ficam marginalizados, e muitas vezes, são conduzidos à informalidade, sem as garantias e os direitos reservados aos trabalhadores formais. Diante do exposto, o presente estudo objetivou analisar os impactos do trabalho informal para a vida do sujeito trabalhador. Para execução do estudo, foi realizada uma pesquisa cientifica pela busca nos bancos de dados Google Acadêmico e Scielo, entre os anos de 2014 a 2019, tendo como descritores "Trabalho Informal" + "Direitos Humanos" and "Psicologia'". Os resultados obtidos evidenciam que vários tipos de trabalhadores compõem a economia informal, trabalham para pessoas física ou jurídica, que não cumprem as leis trabalhistas. Outros trabalham por "conta própria", não possuem empregador. Seja como for, regra geral, os trabalhadores não possuem qualquer direito trabalhista, sendo estes trabalhadores completamente desprotegidos pelo ordenamento jurídico, mas, que geram renda e contribuem para economia social. Diante do exposto, conclui-se que a psicologia do trabalho pode ser designada como campo de compreensão e intervenção sobre o trabalho e as organizações, visando analisar a interação das múltiplas dimensões que caracterizam pessoas, grupos e organizações, com a finalidade de construir estratégias e procedimentos que promovam, preservem e reestabeleçam o bem-estar. O interesse dos psicólogos ao se apropriarem do trabalho como objeto de estudo e de intervenção tem o escopo de compreender suas implicações na construção da subjetividade do indivíduo.

Palavras-chave: Trabalho informal, direitos humanos, psicologia.

A NOVA GRAMÁTICA DO MUNDO DO TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES NA SAÚDE MENTAL

Jucirleia Ferreira de Medeiros (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, jucirleia@gmail.com)
Délis Sousa Benevides (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Marcos Vitor Costa Castelhano (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. O trabalho é considerado uma atividade consciente e tipicamente humana que está intrinsecamente relacionada à construção da sociedade e ao desenvolvimento do sujeito. Cada vez mais o trabalho ganha espaço na vida do homem, assumindo contornos muitas vezes instáveis e precarizados, o que constitui um obstáculo a vivências de prazer e autorrealização. O presente estudo buscou relacionar trabalho e saúde mental diante das novas configurações do mundo do trabalho, constituindo-se como uma revisão de literatura narrativa, a qual permite construir uma contextualização para o problema, sendo que a seleção e interpretação dos estudos podem contemplar a subjetividade dos autores. Desse modo, avaliou-se que o trabalho se insere como variável essencial para compreender a qualidade de vida, influenciando fatores como identidade, relações sociais e bem-estar. Entende-se que a área de Saúde Mental e Trabalho é decisiva para a formulação de políticas públicas que contemplem a prevenção, promoção, tratamento e reabilitação da saúde do trabalhador. Diante das diversas dificuldades que marcam o novo mundo do trabalho, como o desemprego, a terceirização e o trabalho informal e temporário, considera-se que a Psicologia deve se posicionar de modo a enfrentar, através da articulação teórico-prática, a precarização do trabalho, a partir da estruturação de um novo padrão civilizatório, em que mais valha "viver" do que trabalhar e produzir ou, melhor dizendo, em que trabalhar e produzir impulsionem a autorrealização, a sociabilidade, o respeito pela natureza e, enfim, a própria vida.

Palavras-chave: Psicologia, saúde mental, trabalho.

OS GRUPOS OPERATIVOS NO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES INTERPESSOAIS NO ÂMBITO EMPRESARIAL

Jucirleia Ferreira de Medeiros (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, jucirleia@gmail.com)
Marcos Vitor Costa Castelhano (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Délis Sousa Benevides (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Ilmara Batista da Silva (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. Os grupos operativos são um conjunto de pessoas reunidas através de constantes de tempo e espaço, desenvolvendo a partir de suas representações internas uma relação específica e construindo mutuamente suas habilidades no nível individual e coletivo, expressas através de tarefas a objetivação de uma determinada finalidade. Dessa forma, dentro do contexto empresarial, esses grupos visam gerar uma relação construtiva, atenuando preconceitos e estereótipos, além de gerar uma relação mais coesa entre colaboradores; promovendo através dessas múltiplas experiências, a construção de um ambiente harmonioso. Para Pichón Riviere, a diversidade empregada pela dinâmica dos grupos operativos é pertinente, uma vez que promove o estabelecimento de um vínculo fidedigno reconhecendo as características próprias de cada sujeito em seu espectro individual e coletivo, além de descobrir e aperfeiçoar habilidades que serão úteis para o indivíduo e a empresa da qual faz parte. Este estudo configurou-se como uma revisão sistemática realizada em fontes como o Google Acadêmico, Scielo e PePSIC, considerando artigos dos últimos cinco anos, escritos em língua portuguesa, visando mapear a produção científica sobre tal temática no Brasil. A avaliação dos resultados permitiu perceber que não existem muitos estudos que dão conta da realização de grupos operativos como estratégia empresarial. Assim, sugerem-se a realização de novos estudos no contexto brasileiro, com vistas a inspirar práticas que possam, através do Grupo Operativo, desenvolver habilidades interpessoais entre os colaboradores.

Palavras-chave: Empresa, grupos operativos, habilidades.

TRABALHO E ASSÉDIO MORAL: QUAL O PAPEL DA PSICOLOGIA?

Jucirleia Ferreira de Medeiros (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, jucirleia@gmail.com)
Délis Sousa Benevides (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Marcos Vitor Costa Castelhano (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Ilmara Batista da Silva (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. O assédio moral é considerado qualquer tipo de humilhação e/ou constrangimento ocasionado de maneira repetitiva e prologado, podendo gerar um dano significativo perante a vítima. Tal temática é bastante recorrente no contexto trabalhista, âmbito que são direcionados às principais ocorrências de abuso. Partindo deste pressuposto, a Psicologia, enquanto ciência consolidada, visa através de seus princípios éticos valorizar o sujeito diante de sua totalidade, promovendo a qualidade de vida, bem-estar e segurança no trabalho. Este estudo buscou discutir a importância do psicólogo na prevenção do assédio moral no contexto laboral, por meio da realização de uma revisão de literatura narrativa, que não propõe a esgotar as fontes de consulta, mas sim gerar uma reflexão sobre o tema. Com isso, percebeu-se que o psicólogo tem o dever de gerar intervenções que difundam conhecimentos perante a temática do assédio moral, sensibilizando os sujeitos e fomentando interlocuções entre os coletivos, com vistas à promoção de um ambiente saudável no local de trabalho que atente à defesa dos direitos dos cidadãos. Portanto, o assédio moral, mesmo que seja temática recorrente no âmbito trabalhista, muitos de seus casos encontram-se na invisibilidade, demonstrando a pertinência da Psicologia no aprofundamento deste assunto, diante de seus conhecimentos e práticas.

Palavras-chave: Assédio moral, psicologia do trabalho, prevenção.

TRABALHO, TERCEIRIZAÇÃO E DESGASTE MENTAL

Jucirleia Ferreira de Medeiros (M, Docente do Centro Universitário de Patos – UNIFIP, jucirleia@gmail.com)
Délis Sousa Benevides (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Marcos Vitor Costa Castelhano (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Ilmara Batista da Silva (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. Pensar o binômio terceirização-precarização do trabalho, expondo a reestruturação produtiva como fenômeno fecundo às condições materiais e imateriais que justificam o desmonte dos direitos trabalhistas conquistados a duras penas, constitui um eixo de discussão importante na Psicologia do Trabalho. Este trabalho é de natureza bibliográfica, com delineamento narrativo, objetivando compreender os impactos da terceirização na saúde mental do trabalhador. Nesse sentido, os textos consultados permitem indagar por que os avanços tecnológicos e científicos não têm cumprido o papel de favorecer a inclusão socioeconômica das parcelas mais expressivas da humanidade. Tem-se como possibilidade de análise o fato de que o mercado é o eixo da sociedade, sendo que a acumulação de capital e lucro tem mais força do que o cuidado com a saúde dos indivíduos e a preservação ambiental. Nessa conjuntura, a regulação social do trabalho é neutralizada, já que o trabalho contemporâneo, em muitas circunstâncias, tem assumido uma configuração patogênica. Tal fato se explica pelo surgimento de uma rede de novas relações de trabalho precarizadas, tecida a partir de algumas dimensões: vínculos de trabalho e relações contratuais frágeis; organização e condições de trabalho que estipulam metas e ritmos incompatíveis com descanso e convivência social saudável; precarização da saúde dos trabalhadores, que, vendo-se em situação instável no mercado de trabalho, terminam se submetendo a condições degradantes de trabalho; fragilização do reconhecimento social; e o enfraquecimento dos sindicatos, o que minimiza o enfrentamento desse modelo (in)suportável a saúde e realização do trabalhador.

Palavras-chave: Saúde mental, terceirização, trabalho.

O CONTEXTO HISTÓRICO DO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: ESCOLHA OU NECESSIDADE?

Tessya Hyanna Almeida Oliveira (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, tessyahyanna@outlook.com)
Bruna Martins Benvinda Wanderley (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Marcos Vitor Costa Castelhano (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Délis Sousa Benevides (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. O contexto histórico é algo fundamental para qualquer área ou situação, levando o sujeito a entender o caminho de determinado conteúdo e o que houve do seu início até os dias atuais. Na psicologia organizacional não seria diferente, área da psicologia que se dedica a entender os fenômenos do comportamento humano que acontecem no contexto laboral, sendo de extrema importância para o sujeito, saber qual profissão seguir. Diante disto, o presente estudo teve como objetivo descrever os traços históricos do processo de evolução da orientação profissional ao longo de sua trajetória, exibindo de forma clara, compreensível e detalhada o seu percurso até os dias atuais. Para execução do estudo, foi realizada uma pesquisa cientifica pela busca nos bancos de dados Google Acadêmico e Scielo, entre os anos de 2014 a 2019, tendo como descritores "Orientação Profissional" + "Contexto Histórico" and "Psicologia'". Os resultados evidenciaram que no processo de Orientação profissional estão contidas as informações necessárias para que satisfaça a busca pelo conhecimento dos estudantes, sejam eles de qualquer área de estudo e/ou atuação. Essas informações serão preenchidas através de fontes históricas na área da psicologia, como depoimentos, livros, documentos, jornais, reportagens, entrevistas. Diante do exposto, conclui-se que o interessado buscará preencher as dúvidas dos sujeitos que explorem as informações contidas e também possui como um dos seus objetivos auxiliar na ampliação dos conhecimentos destacados, servindo como guia àqueles que tenham interesse nos mais detalhados episódios que formaram e continuam formando a cada dia o processo de seleção e orientação profissional.

Palavras-chave: Psicologia, orientação profissional, contexto histórico.

ESTRESSE NO TRABALHO: CONHECENDO O CONCEITO

Jucirleia Ferreira de Medeiros (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, jucirleia@gmail.com)
Délis Sousa Benevides (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Marcos Vitor Costa Castelhano (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Pamella Hellen de Medeiros Soares (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. O presente estudo constitui-se como uma revisão de literatura do tipo narrativa, que buscou compreender o conceito de estresse no contexto laboral. No campo de estudos em Saúde Mental e Trabalho, uma das abordagens mais importantes é a da Teoria do Estresse, que pode ser compreendido como uma reação física e/ou psicológica do organismo ao ser confrontado por uma dada situação. Trata-se de um processo e não de uma reação pontual. Tudo o que venha a desencadear a quebra da homeostase interna é entendido por estressor, que tanto podem ser internos como externos. Vale lembrar que a percepção de um evento como estressor ou não vai depender da história de vida do ser humano, de suas crenças e valores, inclusive porque características pessoais, desenvolvidas desde a infância, podem potencializar o estresse ou colaborar com a resistência maior em relação a estressores. É importante destacar que o estresse não é originalmente ruim, mas uma defesa sadia do organismo que lhe exige adaptação a situações estressoras. Somente quando o estresse atinge níveis mais elevados é que vai desencadear sintomas como desânimo, apatia, hipersensibilidade emotiva, podendo até mesmo contribuir com a etiologia de úlceras, câncer, psoríase, vitiligo, entre outros quadros. Defende-se a realização de mais pesquisas voltadas à compreensão dos mecanismos pelos quais o estresse atua no trabalho, o que pode fomentar ações que melhorem a qualidade de vida do trabalhador.

Palavras-chave: Estresse, trabalho, qualidade de vida.

LOJA VIRTUAL: COMO TRABALHAR COM O INSTAGRAM PARA FINS COMERCIAIS

Débora Najda de Viana Medeiros (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, deboranajda11@yahoo.com.br)
Erlania Rodrigues Ferreira (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Layris Almeida de Queiroga (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Iara Caroline Henrique Araújo (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)
Luiza Kelly Soares do Nascimento (Centro Universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo: Dentro da Psicologia Organizacional existem algumas ênfases e uma delas é a psicologia do consumidor, sendo uma área de conhecimento que se dedica a investigar o comportamento dos compradores, além de mostrar a percepção das pessoas em relação a decisões de consumo como seus clientes se sentem em relação à marca, serviço ou produto. Ela usa essas informações para entender quais são os fatores que influenciam a decisão do consumidor e o que o leva a escolher um fornecedor específico de determinado produto ou serviço. Vivemos em um mundo onde tudo gira em torno do consumo e meios de produção. As pessoas, cada vez mais, sentem-se induzidas à compra, nisso, este estudo tem como objetivo informar sobre o produto (como trabalhar com o Instagram para fins comerciais) e colher dados para saber se as pessoas se interessavam e compraria o mesmo. Participaram desse trabalho 20 pessoas, sendo 5 do sexo feminino e 15 do sexo masculino, com idades compreendidas entre 18 a 47 anos. Foi utilizado e apresentado um slide que continha informações acerca do produto. Diante disso, houve a entrada das pessoas na sala para ouvir essas informações e após esse momento responderam um questionário estruturado com perguntas de avaliação e satisfação do produto e dados sociodemográficos. Os resultados obtidos foram analisados, e apontaram que 14 pessoas comprariam o produto e 6 disseram que não comprariam. Portanto, foi possível perceber que o consumo é existente e que cada dia mais as pessoas procuram essa ferramenta também para o seu benefício.

Palavras-chave: Loja virtual, Instagram, consumo.

PSICOLOGIA SOCIAL

MODALIDADE: GRUPOS DE DISCUSSÃO

HUMANISMO NA SAÚDE MENTAL: QUEBRANDO TABUS E PRECONCEITOS SOBRE O ADOECIMENTO MENTAL

Pierre Gonçalves de Oliveira Filho (M, Centro universitário de Patos - UNIFIP, pierre_subjetividade@yahoo.com.br)
Gustavo Firmino Costa (Centro universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. O adoecimento mental é um dos mais desafiadores problemas do nosso século. No Brasil, o adoecimento mental é a terceira maior causa de afastamento de profissionais dos seus ambientes de trabalho, segundo a tese "O Cotidiano do Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora", de Francesca Stephan e Edelvais Keller. O adoecimento mental traz consigo uma série de complicações e dilemas que vão além do transtorno em si, questões atreladas ao preconceito, a falta de acolhimento e a incompreensão das pessoas que fazem parte dos círculos sociais ao redor do sujeito, são algumas destas complicações que causam danos e afetam o indivíduo de diferentes maneiras, principalmente em sua autoestima e autoimagem. O presente resumo traz um relato de experiência realizado a partir de uma oficina com estudantes universitários e profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial da cidade de Patos que aconteceu durante o I Seminário de Saúde Mental e Luta Antimanicomial, promovida pelo projeto de extensão multidisciplinar "Capacitá Saúde Mental", articulada ao curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário de Patos (UNIFIP), ocorrido no dia 13/05/2019. Naquela oportunidade houve um intenso debate sobre tabus e preconceitos construídos sobre os sujeitos em adoecimento mental, com ênfase no debate sobre a depressão e suas implicações motivadas pela discriminação social. Foram compartilhados relatos de caso dos profissionais e a discussão aconteceu em diferentes perspectivas teóricas entre os facilitadores e o público participante da oficina sobre atitudes de enfrentamento aos preconceitos criados sobre o adoecimento mental e sobre o processo de superação do sujeito adoecido acerca destas formas de discriminação veladas. Também foi discutida a atuação e funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) com o objetivo de mostrar o trabalho e as propostas de acolhimento para os sujeitos que enfrentam situações de adoecimento mental. Foram apresentados relatos de usuários dos CAPS ao redor do Brasil sobre as oportunidades e atividades desempenhadas nos centros e relatos de sujeitos que vivenciaram o modelo de internação em hospitais psiquiátricos. Os debates foram feitos entre estudantes de diversos cursos da UNIFIP, bem como com profissionais da rede pública de saúde mental do município de Patos que atuam nos diferentes equipamentos: CAPS i, CAPS AD e CAPS II neste mesmo município. Na ótica da superação dos preconceitos sobre o adoecimento mental, o debate pode contribuir para a troca de experiências e de informações sobre o tema, além de possibilitar um processo continuo de conscientização e capacitação de profissionais, usuários do CAPS e seus familiares e pessoas interessadas no assunto a lidar com questões referentes ao adoecimento mental, não só em uma melhor compreensão sobre os transtornos em si como também na compreensão das consequências do preconceito e da discriminação para os sujeitos que estão sendo atendidos. É de fundamental importância para o sujeito em sofrimento psíquico à compreensão e o entendimento de seu transtorno por parte das pessoas que lhe rodeiam, seja em seus círculos sociais, profissionais ou de cuidado à saúde.

Palavras-chave: Capacitá, CAPS, tabus, preconceito, depressão.

UMA REFLEXÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS ACERCA DA MOTIVAÇÃO EM ESTUDANTES QUILOMBOLAS

Irismar Batista de Lima (E, Centro universitário de Patos - UNIFIP, irismarbatista@hotmail.com)
Danielle Maria Gomes de Lima (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Angélica Maria Ferreira de Vasconcelos (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Francisca Marta Linhares Monteiro (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. O Projeto na comunidade remanescente de quilombo Serra Feia - PB é uma ação da Extensão Universitária Direitos Humanos e Inclusão, do curso de Psicologia da UNIFIP, baseada na troca de experiências, solidariedade, apoio social e no diálogo junto às famílias dessa comunidade que está no município de Cacimbas-PB. Durante o projeto foi elaborada uma pesquisa-ação sobre motivação de estudantes quilombolas realizada na Escola Municipal de Ensino fundamental I e II Joaquim Cassiano Alves, a única existente na comunidade. Esse trabalho teve como objetivo analisar o significado e as formas que a educação pode assumir no contexto da singularidade territorial quilombola para motivar os estudantes a refletir sobre os seus direitos, e para procurar novas oportunidades na educação, como exemplo o ensino superior. Realizamos uma pesquisa qualitativa de campo, tendo intervenção e observação participante, e também a contribuição da professora coordenadora da extensão, para orientar os estudantes de psicologia da UNIFIP. Foram desenvolvidas atividades teóricas e práticas, através da construção de um mapa mental sobre profissões, realização de dinâmicas, lanche, debate sobre motivação, Roda de conversa sobre direitos humanos, raça e etnia. A partir das observações visamos a formação continuada dos alunos mediante os seus sonhos, expectativas, animo, incentivos e desafios que cada um tem em questão a conclusão dos estudos do ensino médio para uma formação superior ou técnica. Vale salientar que no contexto educacional não é somente um aspecto próprio que vem do aluno, ela também é mediada pelo ambiente no qual o indivíduo se encontra inserido. Nesse sentido, este trabalho visa abordar as possíveis contribuições do contexto cultural da comunidade quilombola no processo de ensino e aprendizagem, considerando os saberes escolares oriundos das atividades que os alunos realizam em seu cotidiano como um fator de inclusão e de motivação do indivíduo nesse processo. Para tanto, foi apresentado aos alunos a situação educacional e histórica do Quilombo de Serra Feia – PB, com o intuito de observar quais relações podem ser estabelecidas entre a vivência cultural dos alunos dessa localidade e a motivação educacional, e como este fato pode contribuir para que os alunos tenham um melhor aproveitamento na aprendizagem, e possam assim, procurar por condições favoráveis após o termino do ensino. A intervenção visou apoiar a comunidade nas questões ligada as suas lutas por melhores condições de vida, ajudar na compreensão e enfrentamento dos determinantes sociais e estruturais que provocam sua exclusão, bem como possibilitar ao estudante extensionista um maior contato com a realidade social da população, oferecendo-lhes subsídios teóricos e metodológicos necessários para um trabalho centrado nos direitos humanos, no apoio social e no desenvolvimento da comunidade, capacitando-os socialmente frente às possibilidades de uma intervenção horizontal, solidária, afetiva e inovadora, baseada nos princípios da educação popular, para que assim tenham cada vez mais claros os desafios que precisam ser enfrentados na sua futura vida profissional e na luta dos seus direitos sociais.

Palavras-chave: Direitos humanos, motivação, quilombo, educação.

SONHOS, PRECONCEITOS E AUTONOMIA: OLHARES DOS USUÁRIOS DO CAPS II SOBRE SUA REALIDADE

Pierre Gonçalves de Oliveira Filho (M, Centro universitário de Patos - UNIFIP, pierre_subjetividade@yahoo.com.br)
Iara Caroline Henrique Araújo (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Erlania Rodrigues Ferreira (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Layris Almeida de Queiroga (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Luiza Kelly Soares do Nascimento (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são serviços que substituíram os hospitais psiquiátricos com o objetivo de executar um trabalho mais integrado e respeitando a subjetividade e os direitos dos doentes mentais. O presente trabalho constitui-se em um tem a principal função de discutir e relato de experiência vivenciada na disciplina Estágio Básico e os pontos observados no campo de estágio, por alunos do sexto período do curso de psicologia das FIP no CAPS II adulto, na cidade de Patos-pb. A metodologia utilizada constitui-se em um estudo de campo com observação. Nesse contexto de luta contínua pela reforma psiquiátrica, percebemos a importância e a eficácia do modelo terapêutico pautado em um novo olhar para além do transtorno e além muros, incentivando a adaptação ao convívio em sociedade. As oficinas, o convívio social e supervisão psicológica são pilares importantes para o funcionamento do CAPS. Pudemos observar que o principal instrumento de trabalho do psicólogo é a visão através da subjetividade do sujeito e o olhar holístico considerando o contexto histórico e político. O desafio sempre presente nos estágios de psicologia é o de exercer a postura crítica quando em contato com o contexto apresentado e as demandas solicitadas em cada contexto, sempre exercitando uma visão holística, compreendendo a produção histórica dos campos. As estratégias criadas para a possível solução de problemas indicam o começo da desconstrução necessária na formação dos estudantes de Psicologia que é proporcionado, muitas vezes, pelos estágios supervisionados. Após as observações, uma intervenção foi realizada pelos estagiários sob orientação da supervisora de campo, a intervenção foi a técnica do barbante, com o objetivo de formar uma teia entre eles e perguntar para cada um sobre seus sonhos e relatar algum momento de foram vítimas de preconceito. O principal sonho relatado foi o desejo de conseguir um trabalho, pois muitos deles não conseguem pelo simples fato de frequentar o CAPS. Foi relatado também casos de demissão e até mesmo frases desmotivadoras que eles já ouviram como “você não seria capaz de se manter produtivo em um emprego”. Após isso, foi feito uma discussão diante do que foi exposto. Por fim, os objetivos foram alcançados, tendo como resultado uma ampla visão sobre o equipamento, exercitando a escuta empática proporcionada pela dinâmica, trazendo conosco uma experiência significativa onde foi possível repensar sobre a condição do doente mental na sociedade e das políticas de saúde mental do município pensamentos e opiniões limitantes e elaborar um novo olhar sobre o CAPS.

Palavras-Chave: CAPS, reforma psiquiátrica, oficina, estagio, sonhos, preconceito.

VALORIZAÇÃO DA VIDA NO CONTEXTO ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO SERTÃO PARAIBANO

Gleidson Diego Lopes Loureto (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, diegoloureto.dl@gmail.com)
Carlos Ben-Hur Duda Azevedo (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Maria Fernanda de Sousa Costa Nogueira (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. O mês de setembro tem se tornado um momento intenso de conscientização para a prevenção do suicídio no Brasil, além do Dia Mundial de Prevenção do Suicídio, no dia 10, a campanha do Setembro Amarelo tem reunido diversas instituições e entidades, tal como a sociedade em geral, afim de uma mobilização sobre a valorização da vida, desenvolvendo atividades e dando suporte as pessoas associadas a fatores de risco ou em sofrimento psíquico. Nesse sentido, o período tem se tornado um importante momento de discussão, de incentivo ao diálogo sobre o tema e também de proposição e execução de atividades direcionadas à prevenção do suicídio. Considerando esse contexto e as demandas de uma comunidade escolar em uma cidade do sertão paraibano, foram desenvolvidas ações alusivas ao Setembro Amarelo em uma escola da rede estadual, no município de Santa Luzia, Paraíba. O presente trabalho relata as experiências oriundas de atividades de conscientização e prevenção do suicídio em jovens, desenvolvidas em setembro de 2019, na referida escola. Tais ações foram desenvolvidas por dois acadêmicos do curso de Graduação Psicologia do Centro Universitário UNIFIP-Patos. “Qual o valor da vida?” foi o título dado à programação realizada, tendo como público alvo os adolescentes do ensino médio estudantes da escola. Na oportunidade, foram reunidos cerca de 300 alunos, com faixa etária de 14 a 19 anos, e demais membros da comunidade escolar. As atividades realizadas foram planejadas a partir da demanda da instituição, que já tendo registrado casos de suicídio, relatam o sofrimento dos jovens com indicativos de ansiedade, depressão, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, dentre outros. Com vistas a promover o debate na comunidade escolar e conscientizá-la sobre alguns fatores de risco, foram desenvolvidas ações em uma grande roda de conversa, utilizando recursos audiovisuais e artísticos, concernentes à dramatização de algumas situações. Após a apresentação da proposta, um professor da escola promoveu reflexões acerca do dia-a-dia e da responsabilidade de todos sobre a vida uns dos outros, nos diversos âmbitos da existência, destacando o impacto que tais ações apresentam na vida de seus pares. Em seguida, realizou-se uma discussão, moderada pelos acadêmicos, sobre bullying e a caracterização dos tipos de violência circunscritos nesse fenômeno. Os acadêmicos também desenvolveram uma breve apresentação sobre a depressão, elucidando os principais sintomas e mitos da doença. Os recursos de dramatização foram utilizados para a execução de dinâmicas, contando com a participação dos alunos, com vistas a elucidar os impactos da violência verbal no agressor e no agredido, tal como na encenação de situações de exclusão, preconceito e discriminação sociais e influências de relações tóxicas. Por fim, apresentaram-se as principais vias para recorrer à ajuda em geral e nas situações de tentativas de suicídio. Considera-se que tais atividades contribuíram para o acesso à informação e para a mobilização da promoção da saúde mental e prevenção do suicídio na comunidade escolar, a partir da integração dos participantes nas ações e do acesso a um espaço de discussão sobre os temas.
Palavras-chave: Saúde mental, suicídio, adolescentes, roda de conversa.

ANALISANDO A DINÂMICA DE UM GRUPO DE USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS:RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jucirleia Ferreira de Medeiros Chaves (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, jucirleia@gmail.com)
Crisnielen da Silva Ribeiro (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Joabison Gonçalves da Silva (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. Os CAPS surgem no Brasil a partir de um movimento de revolta contra a decadência dos hospitais psiquiátricos. Todavia, foi só a partir da aprovação e sanção da Lei nº 10216 de Paulo Delgado, em 2001, que se deu sua consolidação. Dentro dos serviços de atenção psicossocial surgem, em 2002, os CAPS ad, voltados ao atendimento de pacientes com dependência de substâncias psicotrópicas como álcool e outras drogas. Como preconiza o Ministério da Saúde, eles devem oferecer um tratamento terapêutico que seja individualizado, além de condições de repouso, desintoxicação ambulatorial, oficinas terapêuticas, entre outros. No que concerne ao campo dos direitos humanos, os CAPS ad se constituem ainda como importantes ferramentas para a inserção dos usuários em sociedade, estimulando seu convívio e contribuição ativa, além de ser uma importante rede de apoio tendo em vista o impacto dos psicotrópicos na alteração dos comportamentos, percepção, consciência e humor. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo identificar como ocorre a dinâmica de um grupo de usuários de álcool e outras drogas, identificando possíveis problemáticas enfrentadas pelo grupo e como se dá as interações deste com os profissionais e demais colaboradores do apoio. Justifica-se pela importância de se trazer para o centro das discussões acadêmicas o papel fundamental dos CAPS ad na potencialização do usuário/grupo enquanto colaborador pertencente a uma sociedade, conhecendo também os desafios ainda enfrentados e, dessa forma, se apropriar dessa realidade fomentando o aprofundamento de discussões e descobertas que podem se estender em transformações na realidade social. Trata-se, portanto, de um estudo com delineamento exploratório, desenvolvido em um CAPS ad de uma cidade do sertão da Paraíba. Para atingir o objetivo proposto, foram realizadas três visitas durante três semanas consecutivas e, ao final, uma dinâmica interventiva. A técnica para coleta de dados empregada foi a observação participante, utilizando-se de diários de campo para registro de informações. O número de usuários presentes nos dias em que ocorreram as visitas variou de três a seis. Como resultados, constatou-se que a dinâmica do grupo funciona de acordo com atividades propostas no calendário semanal e este pode variar, a depender das condições em que os usuários chegam até o apoio no dia. Nos dias em que as visitas ocorreram foram realizadas atividades com educadores físicos, psicopedagoga e reprodução de filme, mas há ainda oficinas terapêuticas e passeios. Todavia, algumas atividades foram paralisadas por falta de recursos. Como relataram alguns usuários, os passeios foram suspendidos por falta de transporte e o futebol pela falta de bola. A dinâmica interventiva proposta chamada de “mãos entrelaçadas” objetivou estimular a resiliência e ressaltar a importância do trabalho em grupo. A relação observada entre os usuários e os profissionais é de cooperação e confiança. Desse modo, pode-se constatar a importância dos CAPS ad como estratégia fundamental pela qual os sujeitos podem ser assistidos pela rede, enquanto cidadãos, bem como o papel da Psicologia de contribuir com esse processo, no sentido de garantir aos usuários o acesso aos direitos socioassistenciais.

Palavras-chave: CAPS AD, direitos humanos, psicologia.

O LUGAR DA CRIANÇA NEGRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Jucirleia Ferreira de Medeiros Chaves (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, jucirleia@gmail.com)
Felipe Wallace Araújo da Silva (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Rebeca Arruda Lira Campos (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. O racismo estrutura desigualdades que são impostas à população negra do país, determinando condições sociais desfavoráveis que se perpetuam intergeracionalmente, inclusive atingindo o contexto educacional. O presente trabalho é um relato de experiência desenvolvida na disciplina de Prática Assistida I do Curso de Psicologia do UNIFIP – Centro Universitário, cujo objetivo foi observar crianças negras, de sete a onze anos de idade, em uma escola pública municipal de Patos-PB. Foi utilizado o método de observação focal e cursiva, que consiste na observação contínua e ininterrupta dos acontecimentos, utilizando linguagem científica e obedecendo à sequência temporal em que ocorrem. Realizaram-se quatro observações semanais, durante o recreio, mais uma intervenção ao final. A intervenção consistiu na exposição de um mural com desenhos animados de personagens negros, uma banca com livros sobre cultura africana, desenhos a serem coloridos pelas crianças e o *doll test* (teste da boneca). Os desenhos de colorir tinham o objetivo de constatar o conceito de "cor de pele". Algumas crianças optaram pelo salmão para colorir a pele dos personagens, enquanto outras utilizaram o marrom ou cores mais escuras, por exemplo. O *doll test*, com bonecas, foi utilizado para realizar uma dinâmica sobre a percepção social da negritude e autoestima. O teste apresenta perguntas do tipo "que boneca é feia?", "que boneca é bonita?", "que boneca é boa?", e "que boneca é má?". O teste é simples e pode ser feito por qualquer pessoa, servindo para avaliar a percepção social do negro na sociedade. A maioria das crianças atribuiu características negativas à boneca negra e positivas à boneca branca. A realidade observada foi relacionada à teoria de Vygotsky (sócio histórica), segundo a qual o homem não é um ser de todo pronto, pois nasce com funções elementares básicas e se constrói enquanto sujeito em suas relações interpessoais, que são atravessadas por elementos sociais e culturais. O lugar da criança negra na Educação Básica é um tema ainda a ser discutido com mais amplitude. Devido aos processos históricos racistas e escravocratas que marcam a estrutura cultural brasileira, é árduo o caminho a ser trilhado, cabendo ao psicólogo ter implicação ética perante tal demanda, compreendendo o ser humano em sua totalidade e considerando as contradições e obstáculos que o processo sócio histórico acarreta na vida do ser humano, especialmente no que tange à questão racial. As crianças negras carecem de maior atenção e representatividade, de modo que haja uma contrapartida ao racismo, fazendo com que a criança tenha alternativas e internalize elementos positivos da negritude para construir sua subjetividade de forma saudável. Trata-se de uma tarefa que engloba escola, família e sociedade, com destaque para o papel das políticas públicas que devem concretizar ações afirmativas e de valorização à negritude.

Palavras-chave: negro, educação, representatividade, racismo, infância.

INTERAÇÃO ENTRE USUÁRIOS EM OFICINAS TERAPÊUTICAS DE UM CENTRO DE ATENÇÃO PSISCOSSOCIAL – CAPS

Jucirleia Ferreira de Medeiros Chaves (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, jucirleia@gmail.com)
Sanção Ramalho Medeiros (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Alícia Maria Macena de Deus (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Brenda Lima de Araújo (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Maria Hortência Nóbrega de Sousa (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. Entre os principais recursos implementados como alternativas terapêuticas aos manicômios, destacam-se os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que se constituem como um serviço de saúde aberto e comunitário do Sistema Único de Saúde (SUS) que tem como objetivo estabelecer cuidados em saúde mental na perspectiva de atendimento integral e territorial, prezando pela permanência dos indivíduos na sua comunidade, além de cooperar com a formação de vínculos estáveis e a garantia dos direitos de cidadania. O presente estudo trata-se de uma pesquisa-ação, desenvolvida em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade de Patos-PB, com o objetivo de observar as vivências dos usuários que frequentam as oficinas do serviço substitutivo de saúde mental. Trata-se de um relato de experiência de observação, vinculada à disciplina Prática Assistida II do Curso de Psicologia do UNIFIP. Foi desenvolvido com os pacientes que frequentam as oficinas terapêuticas, contando com a participação de cerca de 30 usuários, de ambos os sexos, com idades variando entre 20 e 65 anos. Dessa forma, as observações se deram sem pretensões preestabelecidas, deixando que os próprios usuários fossem demonstrando demandas a serem aprofundadas, até que se realizasse a intervenção. Mediante isso, foram realizados três encontros de observação e um para a intervenção, a partir do desenvolvimento de uma oficina que resgatou, com o uso de imagens relacionadas à profissão, relacionamento conjugal e sociedade, as memórias afetivas e percepções dos usuários. Foi possível perceber, no próprio discurso dos usuários, que existe um pensamento representado socialmente, em virtude do preconceito sobre a loucura, que incapacita a pessoa com transtorno mental, excluindo-as das atividades sociais, o que leva os usuários a apontarem o CAPS como o local em que são acolhidos e aceitos em suas especificidades. Diante disso, pode-se observar a importância de um olhar atencioso para com os usuários do CAPS, pois ficou nítido que fatores familiares e sociais afetam diretamente o bem-estar dos mesmos em suas atividades, sonhos e metas na sociedade. É de suma importância conhecer as emoções e potencialidades dos usuários para uma melhor inclusão desses indivíduos na sociedade, buscando compreender como os usuários podem realizar diversas funções na sociedade, apesar de suas limitações. Entende-se que as práticas dos CAPS devem se basear no respeito aos direitos humanos dos usuários, em consonância à Política de Saúde Mental, estimulando a liberdade e o direito de cada usuário de ser escutado e reconhecido em suas especificidades. Nesse sentido, a Psicologia um papel fundamental: pautar-se em uma ética de solidariedade cidadã que enfrenta o preconceito e busca derrubar os obstáculos da exclusão, resistindo a possíveis retrocessos, a partir de uma prática sensível aos direitos daqueles que ainda são marginalizados pela sociedade.

Palavras-chave: CAPS, loucura, direitos humanos, saúde mental, psicologia.

PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS: CONSTRUINDO CAMINHOS A PARTIR DE UMA INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

Jucirleia Ferreira de Medeiros Chaves (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, jucirleia@gmail.com)
Hugo Horácio de Lucena (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Ilmara Batista da Silva (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. Buscando contemplar as demandas das classes menos favorecidas, na década de 1970, a Psicologia Comunitária começa a se firmar como possibilidade de atuação para o psicólogo, colaborando com a deselitização da profissão e buscando efetivar o acesso aos direitos humanos para todos. Dessa forma, foi-se estabelecendo um contato mais próximo com a comunidade, levando a uma ampliação do campo de atuação da Psicologia para além de clínicas, escolas e indústrias. Este trabalho objetivou relatar duas intervenções realizadas por alunos do curso de Psicologia vinculados ao projeto de extensão "Direitos Humanos em todo lugar", envolvendo mães que frequentam reuniões da pastoral da criança. Tais intervenções consistiram em discutir como os vínculos familiares podem ser fortalecidos através de práticas parentais baseadas no diálogo, no respeito, no exemplo e na empatia. A importância desses momentos reside no fato de que o conhecimento de estratégias de educação não violentas e baseadas no apoio e na atenção às necessidades da criança, está relacionado ao direito da criança e do adolescente de serem educados numa perspectiva mais harmoniosa, segundo preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Por isso, foram desenvolvidas duas intervenções junto às mães das pastorais, atingindo cerca de 30 mulheres e desenvolvendo, em ambos os encontros, uma roda de conversa seguida de uma técnica utilizando cartões (vermelhos e verdes), com o intuito de fazer com que as mães interagissem e compartilhassem suas experiências pessoais, assimilando melhor os conceitos apresentados. Foi verificado ainda uma timidez das participantes no início das intervenções, timidez essa que deu espaço a uma gama de discursos sobre experiências vividas no decorrer da apresentação da dinâmica dos cartões. A técnica consistia na apresentação de um exemplo prático do cotidiano das mães com seus filhos, para que estas pudessem julgar se a postura apresentada estava ou não adequada. Ao final das seções, foi desenvolvida uma técnica para destacar a importância do apoio do grupo para o enfrentamento dos obstáculos do cotidiano. Nas duas seções as mães participaram ativamente, esclarecendo dúvidas e relatando exemplos vivenciados. Ao final deste trabalho, viu-se a importância de intervenções dessa natureza, que permitam esclarecer que a agressão contra crianças e adolescentes é crime e que educá-las com respeito e firmeza é um caminho possível e um direito humano constitucional. Ademais, considera-se necessário maior investimento no desenvolvimento de estudos sobre tal temática, pois operacionalizar estratégias que reflitam práticas educativas parentais democráticas é uma urgência não só para a família, mas também para toda a sociedade.

Palavras-chave: práticas educativas parentais, psicologia comunitária, direitos da criança e do adolescente.

ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA PREVENÇÃO

Jucirleia Ferreira de Medeiros Chaves (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, jucirleia@gmail.com)
Maria Aparecida Alves de Oliveira (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Joane Kelly da Silva Rodrigues (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Ana Carolina Bezerra Ramos (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. O relato apresentado refere-se a uma vivência articulada ao projeto de extensão "Direitos Humanos em Todo Lugar", do Curso de Psicologia do UNIFIP, tendo sido desenvolvida no município de Quixaba-PB. A vivência aconteceu em torno do dia 18 de maio, data em que se reforça o combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, a partir de campanhas informativas e de sensibilização. No caso do projeto de extensão, ocorreram dois momentos de intervenção com o objetivo de prevenir casos de assédio e exploração sexual: o primeiro em uma creche na zona rural do referido município, envolvendo vinte crianças na faixa etária de idade entre quatro e oito anos, abordando de forma dinâmica o tema. Realizaram-se atividades lúdicas que estimulavam o reconhecimento e respeito às partes do corpo da criança, seguidas de uma roda de conversa, que contou com a participação ativa das mesmas. O abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes constituem uma violação dos direitos básicos do cidadão, pois envolve atividades impróprias para a idade cronológica, desenvolvimento físico, psicológico e social do menor. A exploração sexual acontece quando crianças e adolescentes são usados com a intenção de obter lucro ou benefício de qualquer espécie. Já o abuso sexual não implica em retorno financeiro, limitando-se a práticas de caráter erótico, tais como carícias nas partes íntimas do menor, beijos na boca ou fotografias da criança expondo nudez, por exemplo. Toda criança já nasce com direitos que precisam ser assegurados e respeitados, devendo receber atenção da família e de toda a sociedade. O segundo momento envolveu adolescentes de uma escola pública do município, a partir de palestra, roda de conversa e aplicação de técnica de dinâmica de grupo. Os adolescentes foram especialmente sensibilizados quanto às formas de abuso e exploração sexual pelas mídias digitais. Considera-se a experiência enriquecedora para os extensionistas pela oportunidade de levar conhecimentos acerca do tema de uma forma dinâmica para que as crianças e os adolescentes possam compreender o que pode e o que não pode com relação ao seu próprio corpo. A violência sexual impõe uma violação aos Direitos Humanos e traz prejuízos ao desenvolvimento sadio da sexualidade de crianças e adolescentes. Logo, constitui-se como uma possibilidade de atuação à psicologia comunitária, área que orienta às ações do referido projeto de extensão.

Palavras-chave: Exploração sexual, abuso sexual, crianças, escola, psicologia.

O DESENVOLVER DA IDADE ADULTA AVANÇADA E A SUA REPRESENTAÇÃO SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Wolfraniad Pinheiro Dias de Sa (M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, volffraniad@hotmail.com)
Jakeline Débora Brito Vasconcelos (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Larissa Barbosa da Nobrega (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. O envelhecimento é definido como um processo progressivo, no qual ocorrem alterações biológicas, funcionais, psicológicas que com o passar do tempo tendem a determinar uma acentuada perda da capacidade que o indivíduo possui de se adaptar ao meio. O presente estudo apresenta um relato de experiência que visou conhecer e debater acerca da consciência do idoso sobre o processo de envelhecimento, sua representação social e a garantia de seus direitos. Trata-se de um estudo exploratório, descritivo, com abordagem qualitativa. Contou-se com a participação de uma idosa de aproximadamente 92 anos, solteira, residindo a 5 anos em Instituição de longa permanência, do bairro Jatobá, em Patos/Paraíba. Como instrumento utilizou-se uma entrevista semiestruturada visando coletar informações. Os dados coletados foram agrupados e analisados através da análise de conteúdo, sendo solicitada a autorização prévia mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os resultados obtidos constataram que a idosa apresentava baixo grau de escolaridade, possui o benefício da aposentadoria e a representação social que possui a respeito é a de que o envelhecimento acontece de forma positiva e natural, considerando importante a participação da família nessa fase da vida. A idosa atribui sentimentos como aceitação, mudanças e naturalidade, tendo conhecimento e consciência das políticas públicas e de assistência social e desenvolvimento humano a eles destinadas. Conclui-se que se faz relevante que haja mais estudos voltados para a conscientização das mudanças relativas ao envelhecimento, e sobre tudo que prega a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em relação à garantia de direitos na idade adulta avançada.

Palavras-chave: Idoso, envelhecimento, desenvolvimento, direitos humanos.

PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS

Jucirleia Ferreira de Medeiros Chaves (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, jucirleia@gmail.com)
Jully Candeia Diniz (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Lilyan Dias de Medeiros Amorim (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Tereza Sade Roberto Araújo Almeida (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. Historicamente, a exclusão social tem envolvido diversas populações e grupos marginalizados, seja por suas características físicas ou comportamentais, o que vem implicando em múltiplas formas de violência física e simbólica. Lutas sociais em prol dos direitos da pessoa com deficiência culminaram na proposta de inclusão, que passou a ser um direito legitimado pela lei e, portanto, devendo ser implementado em todas as instâncias sociais. No que tange ao contexto escolar, a política de educação especial na perspectiva inclusiva passou por diversas adaptações, buscando a participação ativa do aluno com deficiência nas atividades escolares para possibilitar o acesso, permanência e sucesso na sua trajetória acadêmica. Nesse sentido, destacam-se as contribuições das políticas públicas e da Psicologia Escolar Educacional, enquanto área de atuação e produção teórica. Por isso, o presente trabalho articulou os conhecimentos adquiridos nas disciplinas de Psicologia e Educação, Psicologia do Desenvolvimento II (Adolescência) e Psicologia e Políticas Públicas Educacionais, relatando uma intervenção realizada pelos estudantes do terceiro período curso de psicologia do UNIFIP numa escola pública de ensino fundamental do município de Patos-PB. Tal intervenção contou com a participação de 24 alunos que compõe a turma do 7º ano da referida instituição, com o objetivo de favorecer a reflexão sobre a inclusão de pessoas com deficiência no contexto escolar, buscando assim atenuar preconceitos e discriminações pelos demais membros da comunidade escolar. Para tanto, fora desenvolvida uma oficina alusiva à temática a partir de técnicas de dinâmicas de grupo, restringindo capacidades visuais e motoras dos alunos para demonstrar as dificuldades tidas por aqueles que apresentam tais limitações, de modo a exercitar a empatia entre os mesmos. Em virtude do que foi observado, primeiramente pôde-se notar um comportamento disperso dos adolescentes em relação ao conteúdo exposto, porém no decorrer da intervenção estes passaram a interagir demonstrando as dificuldades vivenciadas em forma de diálogo e refletindo sobre como as pessoas com deficiência são vistas pela comunidade. Os adolescentes foram indagados sobre estratégias que eles consideravam capazes de melhorar as relações em sala de aula no sentido de facilitar a inclusão. Nesse sentido, os mesmos apontaram que estratégias que favorecem o diálogo e a reflexão em sala de aula podem ter resultados positivos quanto à aceitação e valorização das diferenças na escola. Com isso, considera-se que, por meio da intervenção realizada, foi possível a consecução do objetivo proposto. Contudo, apesar de a sala de aula ser palco de relações interpessoais e tradução da diversidade, sabe-se que incluir verdadeiramente a pessoa com deficiência ainda constitui um desafio, inclusive para a Psicologia, sendo necessário buscar derrubar barreiras não apenas arquitetônicas, mas também, e sobretudo, atitudinais.

Palavras-chave: Educação inclusiva, pessoa com deficiência, psicologia.

ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO NA DELEGACIA DA MULHER: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Daniela Ribeiro Barros M, Centro Universitário de Patos – UNIFIP, daniela_ribeiro_barros@hotmail.com)
Nariana de Castro Pereira (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Noana de Castro Pereira (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo: O plantão psicológico constitui-se como uma prática da contemporaneidade, na medida em que promove uma abertura para o novo, o diferente e oferece um espaço de escuta a alguém que apresenta uma demanda psíquica, um sofrimento. O plantão oferece um acolhimento empático através do qual o indivíduo que sofre se sente verdadeiramente ouvido na sua dor, favorecendo para que este possa ressignificar o seu estar no mundo. Essa proposta de intervenção contribui de forma significativa para a garantia de direitos, já que trabalha com a saúde mental das pessoas em sofrimento que procuram pelo serviço. Nesse direcionamento, esse estudo tem como objetivo descrever a experiência de acadêmicos do curso de Psicologia em plantão psicológico desenvolvido na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), na cidade de Patos-PB. Os plantões psicológicos destinaram-se inicialmente para as mulheres em situação de risco, mas se ampliaram também para os colaboradores da delegacia, que demonstraram interesse pelos atendimentos. Totalizaram-se 5 participantes atendidos no plantão psicológico com idade entre 11 a 70 anos, de ambos os sexos. Os plantões ocorreram semanalmente durante um mês cujos atendimentos eram supervisionados pela professora da disciplina de Aconselhamento Psicológico. O material utilizado consistiu de uma ficha para registro dos atendimentos e cartaz para divulgação. Como resultados, percebeu-se que os sujeitos que recorreram à delegacia da mulher buscavam exclusivamente por amparo jurídico e não psicológico. Já os profissionais atendidos apresentaram queixas relacionadas à sobrecarga emocional, refletindo no seu trabalho. Outro aspecto que ficou evidente nesse trabalho foi o reduzido número de demandas, podendo ser causado pela falta de informação sobre o serviço ofertado. Ressalta-se que a prática psicológica nas Instituições de Segurança Pública ainda é bastante reduzida, contribuindo negativamente para a promoção do sofrimento psíquico, já que não acolhe a dor do cidadão que possui seus direitos subtraídos. Por fim, os momentos vivenciados na prática do Plantão psicológico possibilitaram a aproximação com o sofrimento do outro. Através dos acolhimentos realizados e dos casos expostos em supervisão, percebeu-se a necessidade da maior efetividade desse serviço em diferentes contextos, pautado no cuidado e na ética como um dos fatores primordiais na escuta. O Plantão psicológico estando na grade curricular, do curso de Psicologia, aproximou os graduandos do exercício profissional, pois possibilitou durante os acolhimentos, perspicácia e cuidado nas ações e nas palavras. Por fim, acredita-se que o saber psicológico necessita estar inserido em todos os contextos onde se evidencia subtração de direitos dos cidadãos, sendo bastante importante na luta pela garantia desses direitos.

Palavras chaves: Plantão Psicológico, aconselhamento, delegacia da mulher, direitos humanos.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO SER ADOLESCENTE: INTERFACE DA PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS

Pierre Gonçalves de Oliveira Filho (M, Centro universitário de Patos - UNIFIP, pierre_subjetividade@yahoo.com.br)
Lídia Moreira Dantas (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Nayra Layane Dantas de Lacerda (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Natali de Lima Bandeira de Figueiredo (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Raema Barros Lucena Higino (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. A adolescência é um período de transições e mudanças significativas em vários aspectos, como por exemplo, na sua identidade, sexualidade, relações interpessoais, decorrentes muitas vezes da instabilidade, reorganização emocional, modificações físicas, puberdade e mudanças psicossociais que caracterizam esta fase. Desta forma, é comum a vivencia de diferentes conflitos, principalmente pelo adolescente ter uma representação de mundo diferente do seu círculo social, sendo que as representações sociais podem ser definidas como concepções, senso comum, imagens e visão de mundo que os indivíduos têm sobre a realidade social. Portanto, o presente estudo teve como objetivo trazer um relato das experiências vivenciadas dos estudantes de psicologia que fazem parte de um projeto de extensão em uma instituição de Ensino Superior em uma ONG do sertão paraibano. Foram realizados 6 encontros com um grupo em média 8 adolescentes entre 11 e 17 anos de idade, onde foram trabalhados temas como: representações sociais sobre a adolescência, autoconceito, imagem pessoal e a influência nas relações interpessoais. Pode-se identificar que os adolescentes tem dificuldade em relatar sobre como eles se percebem no mundo, o que os fazem ser quem são, contudo, temas relacionados às interações sociais envolvendo diferenças pessoais e conflitos surgiram significativamente. Conclui-se que são necessários estudos relacionados às representações sociais com os adolescentes, portanto, pensar sobre o papel da psicologia, na construção sobre uma representação de mundo que possa incluir os direitos humanos, com adolescentes é de grande relevância devido às turbulências que estes adolescentes vivenciam em seu cotidiano.

Palavras-chave: Representações; adolescentes; psicologia.

PSICOLOGIA E RURALIDADES: CONSTRUINDO CAMINHOS A PARTIR DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

Jucirléia Ferreira de Medeiros Chaves (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, jucirleia@gmail.com)
Kethily Maria Soares Leite (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Erlania Rodrigues Ferreira (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Layris Almeida de Queiroga (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Luiza Kelly Soares do Nascimento (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. A psicologia comunitária nos contextos rurais tem interesse em facilitar o desenvolvimento de atividades e ações coletivas a fim de que sejam desenvolvidas a partir da cooperação da comunidade gerando uma melhoria na qualidade dos vínculos estabelecido. Desde o seu surgimento no Brasil, nos anos setenta, esta área de atuação da Psicologia tem se colocado como um campo temático com forte apelo interdisciplinar e tradição de participação social e política. Adota-se como base teórica o entendimento da atividade humana como conceito amplo e categoria fundamental em Psicologia, alcançando a concepção de atividade comunitária e de sua análise como meio para compreensão da consciência de moradores de uma comunidade. Por outro lado, ressalta-se o posicionamento de se distanciar de práticas paternalistas, que levam à manutenção de consciências fragmentadas pelo idealismo e individualismo e impedem progressos tanto na ação quanto na consciência. Este trabalho teve como objetivo relatar a prática realizada por um grupo participante do projeto de extensão "Direitos humanos em todo lugar", desenvolvido numa comunidade rural do município de Quixaba-PB. Foram realizados quatro encontros com a finalidade de conhecer as experiências e vivências desta comunidade, intervindo assim com o desenvolvimento de ações como dinâmicas de grupo, rodas de conversa, visitas domiciliares e exposições explicativas sobre temas como ansiedade, depressão e alcoolismo, tendo sido estes manifestado o interesse pela própria comunidade. Sendo assim, é de suma importância pautar a eficácia de práticas como esta em contextos rurais, levantando questionamentos e informações validas à comunidade que não tem fácil acesso a essas atividades em diferentes contextos. Trata-se de levar a Psicologia, a escuta, a valorização do sujeito para espaços que antes eram excluídos, esquecidos. Acredita-se que os objetivos propostos foram alcançados, já que, nos encontros em grupo e nas visitas domiciliares, buscou-se promover o autoconhecimento das comunidades atendidas, refletindo sobre suas fragilidades e destacando a multiplicidade de talentos e atividades que abrigam, bem como foi enfatizada a diversidade, a participação política e o fortalecimento dos vínculos comunitários. Quanto à comunidade, conforme relato dos moradores em momentos de avaliação realizados, o projeto trouxe impactos significativamente positivos, pois permitiu otimizar a convivência em grupo, promovendo o debate sobre os direitos humanos e a importância da coesão do grupo para alavancar mudanças sociais. Em relação à academia, foi possível traçar diálogos teórico-metodológicos entre a práxis de Psicologia comunitária e a Educação em Direitos Humanos, fortalecendo o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, estreitando o vínculo da IES com a comunidade e fomentando novos questionamentos para futuras pesquisas.

Palavras-chave: Direitos humanos, psicologia, ruralidades.

MODALIDADE: RESUMOS SIMPLES

TRÁFICO DE MULHERES BRASILEIRAS FRENTE ÀVULNERABILIDADE SOCIAL

Pierre Gonçalves de Oliveira Filho (M, Centro universitário de Patos - UNIFIP, pierre_subjetividade@yahoo.com.br)
Esther Sabrina de Lucena Macose de Sales (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Tais Carneiro Gomes (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Vinícius Silveira Leite (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. O tráfico de mulheres configura-se como uma problemática atual. Nos últimos anos vêm crescendo acentuadamente, o que se faz pensar em formas de combate a esta desumanidade. Neste contexto, este conteúdo abrange pessoas, estados e nações de diferentes territórios. Seja por aliciamentos, ou falsas oportunidades de emprego, esta temática faz com que seja algo discutível tanto no cenário nacional como no internacional, por se tratar de questões que envolvem a violação dos direitos humanos. Perante o exposto, o presente trabalho tem como objetivo estudar o papel do psicólogo diante desta realidade. Sendo que, de início pesquisou-se os indicadores do porquê destas mulheres serem persuadidas tão facilmente, buscando entender os fatores da vulnerabilidade social, onde a grande maioria das vítimas são mulheres de uma etnia específica e classe social baixas. Portanto, o estudo busca através de uma revisão bibliográfica nos segmentos nacionais discutir a importância do assunto para a sociedade. Percebe-se então que os direitos destas mulheres estão sendo violados antes mesmo do tráfico acontecer, tendo em vista esta situação é necessário que a sociedade/governo busquem alternativas para atender às necessidades destas pessoas. Entretanto sabe-se que este mercado é muito forte e lucrativo, o que dificulta o combate, assim além das políticas para garantia dos direitos básicos são necessárias políticas que tratem especificamente o tráfico de pessoas. O profissional de psicologia trabalha nesta perspectiva prestando o apoio necessários a estas vítimas, as tornando-as novamente sujeitos de direitos e atuando em todo o contexto situacional.

Palavras-chave: Direitos, mulheres, tráfico humano.

UM GRITO POR SOCORRO: DEBATE SOBRE O SUICÍDIO NA COMUNIDADE LGBT+ E OS DIREITOS HUMANOS

Pierre Gonçalves de Oliveira Filho (M, Centro universitário de Patos - UNIFIP, pierre_subjetividade@yahoo.com.br)
Alice Marceli da Silva Nunes (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Fladson de Sousa Rodrigues (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Joabison Gonçalves da Silva (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Sandriele Vieira de Sousa (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. O suicídio é um ato humano de intenção complexa e inclui vários fatores que o faz representar um problema de saúde pública de escala global. Um grupo vulnerável a vir cometer o suicídio, são as Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais (LGBT+'s) que tem índices maiores que heterossexuais (Carvalho, Veloso, Ferraz, Monteiro, Barbosa e Lima 2019). Vários fatores podem contribuir para essas estimativas tais como a homofobia, que inclui formas de agressões verbais, físicas e sexuais, menores suportes sociais e emocionais. O suicídio pode também ser uma forma de lidar com a não aceitação de seus desejos. Esses aspectos fazem com que o suicídio não seja apenas uma questão limitada a saúde, quando se analisa os direitos da comunidade LBGT+, mesmo sabendo que houve um avanço, percebe-se que esses sujeitos são em muitos casos despersonalizados como sujeitos, pois, tem seus direitos mais básicos como casar ou a adoção dificultados ou até mesmo privados. Os trabalhadores da área da saúde nem sempre estão preparados para esse público, muitas vezes há uma visão muito estereotipada de como eles se comportam ou deveriam agir perante a sociedade, os julgamentos de reprovação baseando-se em contextos culturais e religiosos, fazendo uma discriminação sutil por falta de conhecimentos sobre o assunto ou ignorância, demandando-se ainda, em diferentes esferas da realidades, discussões sobre tal temática.

Palavras-chave: Ideação suicida, direitos humanos.

REVISÃO SISTEMÁTICA: AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO JURÍDICO

Stephane Figueiredo de Sousa (M, Centro universitário de Patos - UNIFIP, stephanefigueiredo@yahoo.com.br)
Layris Almeida de Queiroga (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Erlania Rodrigues Ferreira (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Iara Caroline Henrique Araújo (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Luiza Kelly Soares do Nascimento (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo: A avaliação psicológica no contexto jurídico exige que o psicólogo adapte seus procedimentos metodológicos às especificidades de cada caso de acordo com os autos dos processos, pois no Brasil não existe ainda instrumentos específicos para esse caso. Esse tipo de avaliação tem como principal função ajudar os agentes jurídicos em decisões acerca do réu em questão, seja ela criminal, civil ou do trabalho, proporcionando dados e informações que subsidiarão intervenções do Estado na vida do sujeito avaliado. O objetivo desta revisão sistemática foi refletir sobre o processo da avaliação psicológica no contexto jurídico, buscando compreender a área em si bem como conhecer os conceitos trazidos pela avaliação psicológica no sentido explicativo, visando captar que a avaliação psicológica nesse contexto é denominada de perícia psicológica por fornecer informações aos agentes judiciários advindas de investigações psicológicas, utilizando instrumentos e procedimentos da avaliação. Foram analisados os estudos publicados, artigos e livros encontrados pela ferramenta *Google Acadêmico*, entre os anos 2000 a 2014. Diante do exposto, os resultados evidenciaram que a psicologia tem avançado de forma significativa na busca por instrumentos e técnicas que possibilitem compreender os fenômenos psicológicos como sendo resultado de múltiplos fatores. Assim, o psicólogo não se limita apenas ao diagnóstico, ele analisa e interpreta os dados que obteve ao longo do processo de avaliação psicológica (informações sobre a queixa inicial, sintomas apresentados, dados da história clínica, observações do comportamento do paciente durante o processo psicodiagnóstico e os resultados de testes psicométricos e projetivos), de acordo com determinados critérios científicos e diagnósticos.

Palavras-chave: Avaliação psicológica; psicologia jurídica; avaliação psicológica no contexto jurídico.

A IMPORTÂNCIA DE SE DISCUTIR A PSICOLOGIA E A SUA INTERFACE COM OS DIREITOS HUMANOS

Jucirleia Ferreira de Medeiros Chaves (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, jucirleia@gmail.com)
Anna Beattriz Sousa da Silva (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Ana Camila Amorim Simões (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Fransuellen Oliveira Leite Siqueira Campos (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Jacicleia Cândido Costa (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. O desvendamento dos mecanismos subjetivos a partir dos quais se produzem a legitimação de desigualdades e a violação dos direitos humanos tem impulsionado reflexões no contexto da Psicologia que se apresentam como subsídio de caráter crítico e estimulador das lutas sociais. Diante disso, o objetivo do presente trabalho foi abordar a interface entre Psicologia e Direitos Humanos, provocando reflexões e incitando o debate sobre tal temática. Trata-se de uma revisão de literatura do tipo sistemática, tendo sido utilizados os sites de busca PePSIC e SCIELO, considerando trabalhos em português e publicados nos últimos cinco anos. Utilizou-se como palavras-chave para realizar a busca os termos Psicologia e Direitos Humanos. Como resultado desta pesquisa, verifica-se que tal interface ainda é pouco explorada, porém já se observa a importância de se discutir como a psicologia, enquanto ciência e profissão, se posiciona como parceira e defensora dos direitos humanos, destacando-se como saber e prática transformadores, que requer compromisso ético-político dos profissionais. Sugere-se a realização de novos estudos que aprofundem e consolidem esse campo de produção do conhecimento e área de atuação, respondendo às demandas sociais através de uma Psicologia com caráter cada vez mais de resistência, igualdade e justiça social.

Palavras-chave: Ciência, Direitos humanos, Psicologia, Profissão.

POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DOS DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO

Alana Cristina de Sousa Alencar Silva (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, alanasilva@fiponline.edu.br)
Anna Beattriz Sousa da Silva (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Ana Camila Amorim Simões (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Fransuellen Oliveira Leite Siqueira Campos (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Jacicleia Cândido Costa (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. A psicologia vem abrindo novos horizontes e a construção de uma nova identidade. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) vem promovendo diversas ações que enfatiza a importância de instrumentalizar os psicólogos que atuam nas políticas públicas com base na garantia dos direitos humanos. O objetivo deste estudo é provocar reflexões e apresentar as contribuições voltadas para os desafios da atuação profissional do psicólogo nas políticas públicas com base na perspectiva dos direitos humanos. Contudo, este é um estudo de revisão bibliográfica, que utilizou sites de busca como PePSIC e SCIELO, que priorizou as publicações do período de 2014 à 2019, que abordam a temática aqui discutida. Como resultado deste levantamento, considerou-se a importância de discutir sobre a Psicologia e as Políticas Públicas atreladas aos direitos humanos. Buscando enfatizar o protagonismo do sujeito e à garantia dos direitos humanos de cada indivíduo, assim como a atuação desafiadora do psicólogo nas políticas públicas. Concluí-se, a partir dos estudos aqui compilados, segundo Gonçalves (2017), a importância de um novo olhar sobre os fazeres da Psicologia como ciência e profissão nesse campo de atuação.

Palavras-chave: Psicologia, políticas públicas, direitos humanos.

A CURA GAY: UM DEBATE SOBRE A SEXUALIDADE HUMANA PELA PERSPECTIVA DA ÉTICA E PSICOLOGIA.

Pierre Gonçalves de Oliveira Filho (M, Centro universitário de Patos - UNIFIP, pierre_subjetividade@yahoo.com.br)
Bruno Araújo da Silva (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Grazielle López da Silva (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Isla Suzany Batista Guedes de Oliveira (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Ruama Oliveira da Silva (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. A sexualidade humana está relacionada com elementos da formação da personalidade, e do desenvolvimento da identidade sexual, incluindo a homossexualidade. Outrora a mesma era vista como algo normal, no qual foram descobertas gravuras na tumba do faraó Akhenaton, o mostrando em posições intimas com seu parceiro, porém desde 1948 foi categorizada como patologia pela Classificação Internacional de Doenças (CID), sendo retirado em 1993. No Brasil foi proposto o projeto da lei 4931/2016 que visava uma "reversão" da homossexualidade, o que levantou debates conflitantes sobre a “cura gay”, sendo realizadas discussões no campo da psicologia, entretanto por protestos o projeto foi revogado. Assim, o objetivo deste estudo foi debater a concepção da bioética e da ética da psicologia visando à aplicação de técnicas para a “reversão” da homossexualidade. O método utilizado foi uma pesquisa bibliográfica com artigos científicos provindos do portal Scielo. Diante disto, é importe debater questões como essas no espaço da psicologia, visto que se trata de ações de um profissional diante da vida do indivíduo, além de ser um esclarecedor da sexualidade e combater o preconceito e a discriminação, percebendo-se que essa temática está inserida em qualquer área que o psicólogo possa atuar.

Palavras-chave: Sexualidade humana, projeto cura gay, ética da psicologia.

ÉTICA NA ERA DO HIPERMODERNISMO: ANÁLISE DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA ATRAVÉS DA ÓTICA DE LIPOVETSKY

Pierre Gonçalves de Oliveira Filho (M, Centro universitário de Patos - UNIFIP, pierre_subjetividade@yahoo.com.br)
Délis Sousa Benevides (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Marcos Vitor Costa Castelhano (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. O hipermodernismo é uma perspectiva desenvolvida por Lipovetsky, baseada no fundamento que a sociedade atual é marcada pelo individualismo expressada nos diversos âmbitos, como economia, política, relações interpessoais e intrapessoais; afastando o indivíduo da felicidade e o aproximando da angústia. Com isso, a ética tida como o conjunto de valores e elementos sociais que influenciam e distorcem o comportamento humano, passa ser regido por uma ótica centrada no "eu", ou seja, tudo que é construído na civilização é destinado para o sujeito, afetando sua existência, pois influencia de maneira significativa a forma como ele irá enxergar o mundo e a si mesmo, desenvolvendo uma ótica autocentrada. O presente trabalho teve como objetivo fazer relação entre a ética na era do hipermodernismo através da ótica de Lipovetsky. Para tanto, foi realizada uma pesquisa narrativa nos bancos de dados Google Acadêmico e Scielo. Os resultados indicaram que a partir do grande desenvolvimento do individualismo presente na sociedade, as instituições que se direcionam para uma perspectiva coletivista tendem a perder força, existindo grande exemplos como, família, Estado, moda; isso demonstra que as relações entre os sujeitos de um mesmo grupo se constroem através da superficialidade. Entretanto, o individualismo e a ética, muitas vezes, entram em contradição, essa temática visa a reflexão e indagação sobre edificação ética nas sociedades atuais, além de como os valores que se dão de maneira autocentrada influenciam na constituição coletiva e subjetiva dos diversos meios sociais, levando em consideração as expressões e influências que guiam o hipermodernismo na atualidade.

Palavras-chaves: Ética, hipermordenismo, sociedade

FEMINISMO, EMPODERAMENTO E PSICOLOGIA: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS

Jucirleia Ferreira de Medeiros Chaves (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, jucirleia@gmail.com)
Marcos Vitor Costa Castelhano (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Délis Sousa Benevides (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Maria Eduarda de Souza Crispim (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. Nas últimas décadas, avançou-se no tocante aos direitos da mulher, considerando sua emancipação política, inserção no mercado de trabalho e maior independência em seus relacionamentos, inclusive, como reflexo das lutas de movimentos feministas, pleiteando o empoderamento feminino. Entretanto, apesar dos avanços, ainda existe uma desvalorização pertinente à condição de ser mulher no Brasil, que não se limita a questões propriamente econômicas, mas também a pautas de natureza política e ideológica, fundamentadas em uma cultura patriarcal e machista. Considerando o exposto, objetivou-se refletir sobre a condição da mulher na sociedade contemporânea à luz do saber psicológico. Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura do tipo narrativa, a qual não exige a utilização de critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica das fontes consultadas. Identificou-se que, no contexto da psicologia brasileira, a psicologia social tem contemplado perspectivas de gênero e feministas em seus estudos, com destaque para produções das décadas de 1970 e 1980. Sendo assim, a Psicologia através de seu dever ético, valoriza os sujeitos e sua integridade, destacando aspectos como liberdade, participação do sujeito na sociedade, respeito, autonomia e igualdade de gênero, valorizando a condição de mulher em suas contingências e superando barreiras que a limitem ou que diminuam seu direito de decisão. Portanto, o feminismo e o empoderamento são dois elementos fundamentais nas interlocuções entre Psicologia e Direitos Humanos, ressaltando a necessidade de ampliar tais discussões, em especial, contemplando o dever ético de construir uma sociedade mais justa e igualitária, valorizando a mulher e sua integridade.

Palavras-chave: Empoderamento, feminismo, psicologia.

REVISÃO NARRATIVA SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA À MULHER NO BRASIL

Amanda Nunes do Nascimento (G, Universidade Federal da Paraíba, amanda.nunnes@hotmail.com)
Ericarla Verônica Almeida Dias (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Isaac Rodas Araújo (Universidade Federal da Paraíba)

Resumo. A violência contra mulher é um fenômeno que se conjuga por fatores sociais, culturais e pessoais. Esse tipo de violência pode estar presente em todos os âmbitos da vida e se manifestar sob diferentes formas e inúmeras circunstâncias. Nesse sentido, tem-se a violência contra a mulher como violação de sua dignidade humana, eis que fere sua integridade física e psicológica. Assim, o presente estudo pretende realizar uma revisão narrativa demonstrando a evolução das políticas de proteção a mulher, seus avanços e processos, traçando um panorama do que tem acontecido nos últimos anos, a fim conhecer como a problemática vem sendo tratada. De acordo com o estudo realizado pode-se perceber que a violência contra mulher está cada vez mais presente na sociedade contemporânea, o que despertou uma discussão necessária acerca dos direitos da mulher, levando em consideração os conceitos fundamentais dos direitos humanos, como os direitos de liberdade e integridade. Diante disso, foram tomadas algumas medidas para que garantissem os direitos das vítimas, como a implementação da Lei Maria da Penha e a criação da Delegacia da Mulher. No entanto, apesar dos avanços que as medidas de proteção a mulher proporcionaram no cenário atual do Brasil, percebe-se uma falha na plena efetivação desses recursos para garantia dos direitos e da proteção às vítimas. É possível concluir que a violência contra a mulher não é uma situação privada que envolve apenas as pessoas que convivem no ambiente intrafamiliar, trata-se de uma grave questão social, que precisa mais ser abordada.

Palavras-chave: Violência, lei Maria da Penha, delegacia da mulher.

EM BUSCA DE SENTIDO: REFLEXÕES DAS VIVÊNCIAS DE FRANKL ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Mayara Cristina de Araújo Dantas (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, mayaradantas.psi@gmail.com)
Marcos Vitor Costa Castelhano (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Vinícius Silveira Leite (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Délis Sousa Benevides (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. Em sua obra Em Busca de Sentido, Vitor Frankl, revela suas vivências nos campos de concentrações nazistas e de que forma essas experiências influenciam em sua formação enquanto sujeito e na construção da Logoterapia. Mediante esse aspecto, procurou-se analisar as vivências de Frankl nos campos de concentração, a violação dos direitos humanos naquele contexto e a, ainda possível, configuração de sentido na vida mesmo nas condições mais adversas. Partindo de uma revisão narrativa da literatura, este estudo traz as ideias apresentadas na obra supracitada sob a perspectiva dos Direitos Humanos e não da psicologia clínica. Desse modo, as experiências vividas naquele contexto, remetem a crueldade e a privação das necessidades físicas e existenciais imprescindíveis para a manutenção da vida, mas também nos mostra como o sujeito, através de sua liberdade e responsabilidade, lida com as contingências apresentadas a ele e como a sociedade participa deste processo. Decantando a subjetividade do indivíduo e edificando a maneira única e irrepetível do homem de lidar com sua existência e os fatos e possibilidades relacionados a ela, objetivando atingir o indivíduo em seu âmago e o convidando a visualizar a sua vida através da ótica de sua subjetividade e papel social. Portanto, através das experiências desumanas dos campos de concentração é possível repensar sobre a vida e sobre a capacidade do sujeito de ressignificar a existência através de suas infinitas possibilidades, mas é emergente pensar sobre o papel das políticas de governo que se apresentam como condicionantes sociais, configurando o destino dos cidadãos.

Palavras-chave: Direitos Humanos, logoterapia, políticas públicas.

NÍVEL DE RELIGIOSIDADE E CRESCIMENTO PÓS-TRAUMÁTICO: UM ESTUDO CORRELACIONAL

Larisse Helena Gomes Macêdo Barbosa (D, Universidade Cruzeiro do Sul, Larissehelena@hotmail.com)
Jecyane Ertha Gomes Pereira (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Andréia Lílite de Souza Leite (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Claudio Vinicius Fernandes Lourenço (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Gabrielly Batista Gomes (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. Esta pesquisa objetivou correlacionar o nível de religiosidade com as cinco dimensões do *Inventário de crescimento pós-traumático*. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quantitativa, do tipo correlacional. Utilizou-se uma amostragem não probabilística por conveniência, em que 214 participantes fizeram parte. A idade variou entre 18 e 54 anos; 81% foi do sexo feminino; e 46% consideraram-se muito religiosos. A coleta de dados foi online, e os participantes, contatados a partir de redes sociais, responderam ao Inventário de crescimento pós-traumático e um questionário sóciodemografico. Os dados foram tabulados e analisados pelo SPSS-22.0. Foi realizado uma correlação de Pearson para chegar ao resultado, que mostrou que *mudança espiritual* se correlacionou positivamente com o nível de religiosidade *(*r = 0,35; p < 0,001), assim como as dimensões *relação com os outros* (r = 0,15; p < 0,05) e *apreciação da vida* (r = 0,19; p < 0,05). Estes resultados evidenciam a importância da religiosidade no processo de crescimento pós-traumático, pois permite o fortalecimento das crenças, através de um aumento da presença divina, fazendo o sujeito encontrar conforto e significado para o seu sofrimento através de uma ligação mais profunda com questões existenciais. Mesmo considerando as limitações desta pesquisa, como o viés amostral, conclui-se que os resultados foram congruentes, e contribuem com evidencias cientificas aos estudos realizados na área.

Palavras-chave: crescimento pós-traumático; religiosidade; correlação.

TEMPO DE LUTO E CRESCIMENTO PÓS-TRAUMÁTICO: UM ESTUDO CORRELACIONAL

Larisse Helena Gomes Macêdo Barbosa (D, Universidade Cruzeiro do Sul Larissehelena@hotmail.com)
Andréia Lílite de Souza Leite (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Claudio Vinicius Fernandes Lourenço (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Jecyane Ertha Gomes Pereira (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Gabrielly Batista Gomes (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. Esta pesquisa objetivou correlacionar as cinco dimensões do *Inventário de crescimento pós-traumático* com o tempo de vivência da experiência lutuosa. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quantitativa, do tipo correlacional. Utilizou-se uma amostragem não probabilística por conveniência, que 214 participantes fizeram parte. A idade variou entre 18 e 54 anos; 81% foi do sexo feminino; e 46% consideraram-se muito religiosos; a média de tempo de luto foi de 38 meses (*DP* = 19,79) variando de 12 a 60 meses. A coleta de dados foi online, e os participantes, contatados a partir de redes sociais, responderam ao Inventário de crescimento pós-traumático e um questionário sociodemográfico. Os dados foram tabulados e analisados pelo SPSS-22.0. Foi realizado uma correlação de Pearson para chegar ao resultado, que mostrou que o tempo de luto se relacionou significativamente e negativamente com a dimensão *relação com os outros* ($p < 0,05$; $r = - 0,15$). Este resultado evidencia que quanto mais relações interpessoais, menor o tempo de luto, e está de acordo com a literatura, que mostra que o apoio social é um importante fator a ser considerado no crescimento pós-traumático, sendo este apoio provindo das relações familiares, grupo de amigos e sobretudo das pessoas que também vivenciaram o luto. Contudo, há um longo debate na literatura sobre a o tempo que seja necessário e adequado de vivencia desse fenômeno, portanto, mesmo considerando as limitações desta pesquisa, como o viés amostral, conclui-se que os resultados foram congruentes, e ajudam a fomentar discussões teóricas sobre o assunto.

Palavras-chave: luto; crescimento pós-traumático; correlação.

AS PIADAS E SEU PAPEL PARA CONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO ATRAVÉS DA ÓTICA PSICANÁLISE CLÁSSICA

Juliana Fonsêca de Almeida Gama (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, julianafgama@gmail.com)
Marcos Vitor Costa Castelhano (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Délis Sousa de Benevides (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. Freud buscou desbravar os mistérios do inconsciente levando em consideração as relações dos sujeitos e suas consequências. Nesse ínterim, um elemento abordado pelo teórico foi a linguagem, seus efeitos e suas variadas formas de apresentação como expressões de uma realidade psíquica. O chiste, o humor e o riso, por exemplo, podem, em acordo com a abordagem, ser consideradas como formas efetivas de linguagem e de se lidar com o mal-estar. Contudo, o humor, considerado por Freud como precioso e rebelde, ainda que possa ser expresso de forma saudável perante as exigências morais do superego, muitas vezes se apresenta com caráter pejorativo, preconceituoso. Diante dessa possibilidade de uso do humor e considerando a parcela do inconsciente nessa formação, este estudo teve como objetivo realizar uma revisão narrativa sobre a relação entre psicanálise, humor em forma de piadas e preconceito. Desta feita, observou-se que a psicanálise propõe uma leitura das piadas de forma correlacionada com a cultura e a subjetividade, supondo-se que há uma tendência relacional entre o comportamento e uma motivação específica inconsciente. Portanto, a partir da relação entre a piada e o preconceito, aponta-se, por parte do narrador em relação ao conteúdo da piada, uma íntima ligação, relacionada a um trauma, a busca pelo sentimento de pertença a grupos, ou ainda, uma projeção, ou seja, um ataque do sujeito a si mesmo. Conclui-se, a partir da relação psicanálise, inconsciente e a piada, a veracidade da "brincadeira" através latência do inconsciente, que vai além da literalidade do discurso cômico.

Palavras-chave: Piadas, preconceito, psicanálise.

REPERCUSSÕES PSICOLÓGICAS E SOCIAIS EM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Gleidson Diego Lopes Loureto (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, diegoloureto.dl@gmail.com)

Moisés Barbosa Oliveira (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Pollyana Bezerra de Azevedo Ribeiro (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Introdução: Desde a década de 70 que a violência vem se tornando um problema de saúde pública, principalmente, a violência contra a mulher, pelos números de morbidade e mortalidade significativos. A mulher que sofre violência doméstica perde um ano de vida saudável a cada cinco anos de violência sofrida, pois 1 em cada 5 dias de falta no trabalho é causado pela violência sofrida em suas próprias casas. **Objetivo:** Verificar as consequências da violência que acometem a mulher. **Método:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica em trabalhos publicados nos periódicos do *Scielo*. Adotou-se como critérios de inclusão: artigos publicados entre 2015 e 2019, no idioma português e disponíveis na íntegra. Utilizou-se os seguintes termos "violência doméstica" e "violência contra a mulher" **Resultados:** A violência contra a mulher é um problema de saúde pública que pode ocasionar implicações na vida social e na saúde, tanto física quanto psicológica. As consequências psicológicas e sociais que mais interferem na vida da mulher são: violência psicológica mediante o abuso verbal (intimidação, ameaça de espancamento tanto à mulher quanto aos filhos, rejeição de carinho e impedimento de amizades e de trabalhar); estresse pós-traumático (isolamento social, angústia, improdutividade profissional e qualidade de vida prejudicada); além dos efeitos psicossomáticos que agem diretamente sobre a saúde das mulheres, como as doenças autoimunes, alergias, mudanças hormonais, distúrbio do sono, comportamento inadequado e o surgimento de novas doenças. **Considerações finais:** Constatou-se através deste estudo que as mulheres acometidas pelo ato de violência apresentam consequências na saúde física, mental e social.

Palavras-chave: Violência doméstica; mulheres; identidade de gênero.

FEMINICÍDIO: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Pierre Gonçalves de Oliveira Filho (M, Centro universitário de Patos - UNIFIP, pierre_subjetividade@yahoo.com.br)
Cinthya Kelly Braga Maia (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Maria das Neves Severo de Lira (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Kariane Camargo de Oliveira (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Karina Estefâni Alexandrino (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. O racismo se manifesta das mais diversas formas no Brasil, desde a falta de representatividade da população negra nos espaços públicos, guetos de exclusão e pobreza, decorrendo a ser, uma das principais facetas da desigualdade, sendo assim, o sexo feminino um dos mais atingidos a esse cenário, sob concepções racistas e sexistas diante de imagens de um passado escravo, de corpo, procriação e/ou como um corpo que é objeto de prazer. Identificando que, por mais que os movimentos feministas, no Brasil, especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980, com o objetivo de politização e de conquistas, ainda são altos os números de violência contra as mulheres, sendo as mulheres negras com maior índice, comparada a mulheres brancas, referente a violência de assédio e abuso na infância, violência sexual, tráfico, exploração, violência por parceiro íntimo, feminicídio, dentre tantas outras, se viu necessário a realização desse estudo, que se pautou sob uma revisão da literatura, de cunho exploratório, que teve por objetivo identificar o racismo, como o mesmo atua e seus efeitos pejorativos a mulheres negras brasileira. Destacando-se que, ainda necessita-se de políticas eficientes de prevenção a violência, de modo a serem desenhadas e focalizadas, que venham a traçar e garantir o efetivo direito à vida e a segurança, não apenas as mulheres negras, mas a toda a população negra do Brasil.

Palavras-chave: Feminicídio, mulheres negras.

O SER MULHER NO NORDESTE DO BRASIL: UMA PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL DO JULGAMENTO OU PRECONCEITO

Osório Queiroga de Assis Neto (M, Centro universitário de Patos - UNIFIP, osorioneto@fiponline.edu.br)

José Enio dos Santos Sena (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Raíres Aline Feliciano Pereira Santos (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

José Eduardo da Silva Campos (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. O presente estudo teve como objetivo analisar as perspectivas do preconceito e julgamento contra a mulher brasileira e nordestina no cenário atual. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de revisão da literatura sistemática, utilizando-se dos dados eletrônicos do Google Acadêmico e Scielo, portando a presente pesquisa, critérios de inclusão e exclusão, tais como: a) A mulher como foco principal das pesquisas; b) Estudos coerentes ao tema, c) Pesquisa empírica na área. Os critérios de exclusão foram: a) Estudos incoerentes; b) Artigos que não condiziam com o objetivo do estudo; c) Livros. Para cada artigo estudado, foram selecionados os seguintes conhecimentos: referência, objetivos, formas de avaliação e resultados encontrados. Sendo discutido a importância dos estudos de gêneros em uma perspectiva social e jurídica da psicologia, e as contribuições da mesma, para possíveis soluções do preconceito à mulher, uma vez que se foi verificado, apesar da evolução, ainda preconceito ao papel e o ser feminino. Assim como também relatou a importância de algumas mulheres para as conquistas femininas tanto no mercado de trabalho quanto em aspectos políticos e jurídicos, abordando nomes como o da francesa Simone de Beauvoir e a nordestina Nísia Floresta. Destacando diante dos resultados obtidos com este estudo, que a mulher no Brasil, apesar dos aspectos jurídicos hoje empregados pela Constituição Federal Brasileira, ainda é constantemente submetida a diversas formas de violência e discriminação, fazendo com que prevaleça uma sociedade considerada “machista”.

Palavras-chave: Preconceito, mulher, psicossocial.

MODALIDADE: TRABALHOS COMPLETOS

ATRIBUTOS DESEJÁVEIS DO(A) PARCEIRO(A) IDEAL: COMPARANDO HOMENS E MULHERES DO SERTÃO PARAIBANO

Layrtthon Carlos de Oliveira Santos (D, Centro universitário de Patos - UNIFIP, layrtthonsantos@fiponline.edu.br)
Maria Aparecida Alves de Oliveira (Centro universitário de Patos – UNIFIP)
Maria Luiza de Sousa Paulo (Centro universitário de Patos – UNIFIP)
Elayne Maria Santos de Medeiros (Centro universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. Entender como concebem os relacionamentos amorosos, têm sido de grande interesse dentro das áreas da Psicologia, principalmente, com destaque nas perspectivas sociais e evolucionistas. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo principal comparar os atributos desejáveis do parceiro (a) ideal entre homens e mulheres do sertão paraibano. Participaram 99 estudantes universitários de ambos os sexos, sendo 50 homens e 49 mulheres, com idades entre 17 e 40 anos (*M*= 22,5; *DP*=4,3). Estes responderam a Escala de Atributos do Parceiro Ideal e um questionário demográfico. Os resultados indicaram que os homens dão mais importância às características físicas (dimensão atlética) do que as mulheres, enquanto estas priorizam características sociais (dimensão afetuosa) mais que os homens, sendo estas diferenças estatisticamente significativas, estando de acordo com as teorias abordadas. Por fim, conclui-se que os objetivos foram alcançados e que tais achados podem contribuir na composição de outros estudos sobre os relacionamentos amorosos dentro da Psicologia.

Palavras-chave: Atributos, relacionamentos, parceiro, psicologia.

Introdução

As mudanças ocorridas após a Revolução industrial provocaram alterações no comportamento humano, inclusive nos relacionamentos interpessoais entre o homem e a mulher, começou-se a dar importância ao papel feminino no mercado de trabalho e da inevitabilidade masculina no contexto familiar (Nogueira, 2008). Aproximadamente no século XIX até a primeira metade do século XX, o casamento era constituído sob a proteção das famílias, que buscavam interesses econômicos e políticos, tendo em vista que a autoridade da família escolhia o esposo para sua filha, não importando a opinião da mesma (Áries, 1978).

Apesar da seletividade com a intenção de fazer a escolha certa do (a) parceiro (a) ideal, é possível que sejam ainda poucos os casos em que se consegue a satisfação no

relacionamento conjugal, o que leva, diversas vezes, ao término da convivência entre os companheiros que um dia desejaram estar "para sempre" juntos (Gomes, 2011). Gomes (2011) aponta que a escolha do parceiro (a) ideal não tem sido foco de atenção apenas nos dias atuais. Porém, enquanto objeto de estudo no âmbito científico, esta tem se apresentado mais recente. Dando- se ênfase a duas das principais disciplinas que pretendem identificar e compreender padrões desta escolha: a *Psicologia Social* e a *Psicologia Evolucionista*.

Ao se falar em relacionamentos íntimos dentro de uma dessas áreas de estudo que a Psicologia propõe-se investigar, do ponto de vista da Psicologia Social, há de se pensar em aspectos que podem influenciar na escolha do parceiro ideal, como proximidade, semelhança e atração física, que possuem papéis fundamentais no surgimento da atração interpessoal. Segundo Michener, DeLamater e Myers (2005), a atração inicial por uma pessoa é influenciada por normas sociais, atração física e processos de troca interpessoal, enfatizando que cada cultura especifica os tipos de relacionamento que as pessoas podem ter.

Buss (2007) aponta que homens e mulheres fundamentados no histórico evolutivo da espécie e enfocando a função de cada sexo visando o sucesso evolutivo, diferenciam-se quanto ao processo de seleção de parceiros, onde cada um valoriza atributos diferentes no (a) outro (a).

Porém, é possível que não sejam apenas fatores biológicos (sexo masculino ou feminino) - apontado pela teoria evolucionista - ou concretos (dinheiro, aparência) que determinarão tais escolhas. Diante disso, propõe-se comparar para saber se há uma diferença na escolha de atributos desejáveis entre estudantes de nível superior que é de interesse deste presente estudo, demandando que sejam tratados mais detalhadamente.

Elementos históricos da escolha do (a) parceiro (a)

Na *antiguidade,* levava em conta o distanciamento do amor do espaço conjugal, a escolha do parceiro estava localizada na ordem familiar, ou seja, não se esperava o

sentimento de amor como um componente para união íntima entre duas pessoas. Além da influência de costumes, obrigatoriedade da lei e das regras ditadas pela Igreja (Levy, 2009). Na *idade média*, a seleção do parceiro ganha também uma influência de significação religiosa, a família era quem decidia com quem a mulher deveria se casar. Como citou Mazzarolo (2006), esta deveria prezar pela castidade, apresentando-se ao pretenso marido como pura no sentido de ainda não haver sido tocada sexualmente. Quanto às características de seu futuro marido, estas eram avaliadas pela família da moça que nada poderia opinar a este respeito

Na *Idade Moderna* não era índole para o vínculo matrimonial o afeto de amor entre os casais; o que ponderava para o possível casamento era a preservação de um conforto familiar constituído na mantença de economia dos dotes, onde a noção de proximidade não se revelava no presente (Ariés, 1978).

Na *Idade Contemporânea*, o filósofo Jean Jacques Rousseau em uma de suas obras "*Emílio ou da Educação*", disserta sobre o bom casamento e o bem-estar da família, tratando-se a alguns atributos que o jovem Emílio precisaria procurar na sua futura companheira (Rousseau, 1973). A garota já teria que ser disciplinada com o objetivo de tornar-se excelente esposa e mãe.

No *contexto pós-moderno*, com a revolução sexual, a mulher liberta-se da prática apenas de procriação, e passa a ganhar possibilidades de expansão de papéis e atuação social, deixando de ser vista somente como mãe e esposa. É ainda neste contexto que a mulher passa a esperar satisfação sexual no relacionamento conjugal (Giddens 1993). Verificando-se nos dias atuais novas configurações de relacionamentos íntimos, nos quais podem trafegar desde curta duração e longa duração ou estáveis.

Objetivo

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo principal comparar atributos desejáveis do parceiro ideal entre homens e mulheres na região do sertão paraibano.

Método

Delineamento

Trata-se de uma pesquisa de cunho quantitativo, do tipo comparativo. Para esta ocasião, foram elaboradas as seguintes hipóteses: (1) Homens dão mais importância para a dimensão atlética do que as mulheres e (2) Mulheres dão mais importância para a dimensão trabalhadora do que os homens.

Amostra

O estudo contou com a participação de 99 estudantes universitários de ambos os sexos, 50 do sexo masculino e 49 do sexo feminino, com idades entre 17 e 40 anos e média de 22,5 anos (*DP* = 4,3). Do total, destas 73 pessoas se declararam solteiras, 8 casadas. Quando perguntados se estavam em um relacionamento fixo, 45% dos participantes afirmaram que sim e 54% afirmaram que não. A amostra foi composta por método não probabilístico do tipo intencional.

Procedimento

A coleta foi realizada na própria instituição de ensino superior particular, em sala de aula, no turno da noite. Sendo as etapas da coleta divididas da seguinte forma: escolha dos cursos onde se realizou a explanação dos objetivos da pesquisa, após ter a permissão concedida foi explicado a metodologia de pesquisa e os universitários que se disponibilizaram preencheram o questionário e a escala individualmente. A coleta teve duração de 10 a 20 minutos.

Instrumentos

Para coletar os dados foram utilizadas perguntas sociodemográficas, com o intuito de caracterizar a amostra estudada, bem como realizar análises comparativas. Consta de perguntas referentes a idade, sexo e estado civil.

Para avaliação dos atributos, foi utilizado a Escala de Atributos do Parceiro Ideal (EAPI) como instrumento, que partiu da medida de Buss e Barnes (1986), compreendendo uma versão validada para o contexto brasileiro (Gouveia et al., 2010). Seus autores descreveram parâmetros psicométricos (validade fatorial e consistência interna) adequados. Está formada por 56 itens que descrevem características de uma pessoa com quem se pretende casar ou ter uma vida em comum, sendo respondidos em escala de cinco pontos, variando de 1 = Nada importante a 5 = Totalmente importante. Tais itens se agrupam em cinco componentes (Alfa de Cronbach e atributos específicos entre parênteses): *sociável* (0,79; *e.g.*, tolerante, atenciosa, discreta, determinada, gentil, compreensiva, solidária, sensível, paciente, decidida, livre e cúmplice), *tradicional* (0,77; *e.g.*, de boa família, admirada, poderosa, religiosa, elegante, possui bens, saudável, bem sucedida, vigorosa e caseira), *atlética* (0,79; *e.g.*, sexy, sarada, boa forma, sensual e bonita), *afetuosa* (0,74; *e.g.*, carinhosa, amável, companheira, alegre, amiga, apaixonada e acolhedora) e *batalhadora* (0,63; *e.g.*, trabalhadora, corajosa, sincera, responsável e estudiosa).

Análise de Dados

Utilizou-se para a análise dos dados o programa SPSS (*StatisticalPackage for the Social Sciences*; versão 22), onde análises de estatística descritiva (média, desvio-padrão e frequência) e análises de estatística inferencial para comparação de médias (teste t).

Resultados

A pesquisa foi realizada com estudantes universitários do Sertão Paraibano, no segundo semestre de 2018, onde efetuou-se vários Testes T, observando como variável antecedente o sexo dos participantes, e como variáveis critério as cinco dimensões de atributos desejáveis do(a) parceiro(a) ideal, percebendo tais diferenças. As estatísticas

descritivas para cada grupo nas dimensões e os referentes testes estatísticos são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1.

Importância dada aos atributos de parceiro(a) ideal por homens e mulheres.

	Homens		Mulheres			
ATRIBUTOS DESEJAVEIS	***M***	***DP***	***M***	***DP***	***t***	***p***
Afetuosa	4,37	0,49	4,58	0,36	-2,38	0,01
Atlética	3,35	0,98	3,01	0,79	1,90	0,06
Sociável	4,09	0,52	4,22	0,42	-1,31	0,19
Tradicional	3,27	0,66	3,38	0,70	-0,76	0,44
Batalhadora	4,36	0,55	4,35	0,47	0,16	0,87

Comparando as dimensões de atributos em relação ao sexo, notou-se que os homens pontuaram mais que as mulheres com diferença estatisticamente significativa apenas na dimensão atlética [$t(97) = 1,90$; $p < 0,05$]. Por sua vez, as mulheres fizeram maior pontuação que os homens nas dimensões tradicional, sociável e afetuosa, contudo com diferença estatisticamente significativa apenas para a esta ultima dimensão [$t(97) = -2,38$; $p < 0,05$].

Discussão

Em relação à relevância dada às dimensões dos atributos desejáveis segundo o sexo, os resultados apresentam diferenças que corroboram com os achados da Psicologia Evolucionista. Os homens valorizam atributos que enfocam qualidades reprodutivas das mulheres (atlética), enquanto estas valorizam atributos mais relacionados com os cuidados que os homens podem apresentar com elas e seus descendentes (afetuosa, sociável e tradicional; Buss, 1989, 2007; Buss & Barnes, 1986; Kenrick, Sadalla, Groth, & Trost, 1990).

Conquanto, apesar de observar diferença entre os atributos que se referem à possibilidade de ganho, recursos e bens materiais, esperava-se que a dimensão correspondente (batalhadora) fosse mais pronunciada por mulheres (Borrione & Lordelo, 2005; Gouveia et al., 2010), mas não foi o que aconteceu. Este achado precisará maior atenção, já que Buss (1989) descreve esta como uma particularidade principal que diferencia os sexos na maioria das culturas.

Considerações finais

O presente estudo procurou conhecer a relação entre os atributos desejáveis do(a) parceiro(a) ideal de homens e mulheres heterossexuais e se diferenciam em relação à importância dada a tais atributos. Confia-se que os objetivos tenham sido obtidos, a partir dos resultados anteriormente descritos. No entanto, não se desconsideram insuficiências da pesquisa, como, por exemplo, a amostra reduzida e de conveniência de participantes e a inclusão unicamente de medidas de autorrelato que, segundo a literatura, é dotada de vieses inerentes, de modo que as pessoas podem dissimular suas respostas estrategicamente a fim de demonstrar o que consideram socialmente desejável (Schmitt & Steyer, 1993). Todavia, considerando a consistência dos resultados com o que estabelece a literatura, parece notório sua contribuição, sobretudo em relação à especificidade regional da amostra utilizada, a respeito dos atributos do (a) parceiro (a) ideal.

Confia-se que o presente artigo proporcione uma contribuição à literatura em Psicologia, que tem oferecido ensaios e achados importantes a respeito das relações íntimas ou atratividade interpessoal. Pode-se destacar que este tema, no geral, tem sido maioritariamente fundamentado em perspectiva leiga, voltada para autoajuda, sem qualquer embasamento teórico-científico.

Contudo, em relação a pesquisas futuras, é preciso pensar na escolha do(a) parceiro(a) não apenas entre adolescentes e jovens adultos; observações feitas no cotidiano mostram casamentos tardios e pessoas que, em razão de separação ou viuvez, decidem

reconstituir família. Sendo necessário, portanto, perceber a relevância dada a atributos de um(a) parceiro(a) por parte destas pessoas. Isto é, buscar conhecer o que elas gostariam de encontrar em seu(sua) futuro(a) parceiro(a).

Referência

Ariés, P. (1978). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara.

Ariés, P., & Béjin, A. (1985). *Sexualidades ocidentais. São Paulo: Brasiliense.*

Borrione, R. T. &Lordelo, E. R. (2005). Escolha de parceiros sexuais e investimento parental: Uma perspectiva desenvolvimental. *Interação em Psicologia, 1*, 35-43.

Buss, A. H. (1989). Personality as traits. *American Psychologist, 44*, 1378-1388

Buss, D. M. (2007). The evolution of human mating. *Acta Psychologica Sinica, 39*, 502-512.

Buss, D. M., & Barnes, M. (1986). Preferences in human mate selection. *JournalofPersonalityand Social Psychology, 50*,559-570.

Buss, D. M. (1989). Sex differences in human mate preferences: Evolutionary hypotheses tested in 37 cultures. *Behavioral and Brain Sciences, 12*, 1-49.

Giddens, A. (1993). A transformação da intimidade: Sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. *São Paulo: UNESP*.

Gomes, A. I. A. S. B. (2011). *A escolha de parceiro (a) ideal por hetero e homossexuais: uma leitura a partir dos valores e traços de personalidade* (Tese de Doutorado). Universidade federal da Paraíba, Brasil.

Gouveia, V. V., Fonseca, F. M., Gouveia, R. S. V., Diniz, P. K. D., Cavalcante, M. F. B., & Medeiros, E. D. (2010). Correlatos valorativos de atributos desejáveis de um/a parceiro/a ideal. *Psicologia reflexão e crítica, 23*(1), 166-175.

Kenrick, D. T., Sadalla, E. K., Groth, G., & Trost, M. R. (1990). Evolution, traits and stages of human courtship: Qualifying the parental model. *Journal of Personality, 58*, 97-116.

Mazzarolo, I. (2006). Sexualidade, afetividade e maturidade na bíblia: Tópicos para estudo, debate e leitura de gênero. *Caminhos Goiânia, 4*, 297-316.

Michener, H. A., DeLamater, J. D., & Myers, D. J. (2005). *Psicologia social*. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning.

Nogueira, C. M. (2004). *A feminização no mundo do trabalho.* São Paulo, SP: Autores Associados.

Rousseau, J. J. (1973). *Emílio ou Da Educação* (2a.ed.). (S. Milliet, Trad.). São Paulo: Difusão Europeia do Livro (Obra original publicada em 1762).

Schmitt, M. J., & Steyer, R. (1993). A latent state-trait model (not only) for social desirability. *Personality and Individual Differences, 14*, 519-529.

AS INSTITUIÇÕES TOTAIS, A REFORMA PSIQUIÁTRICA E O CAPS

Larisse Helena Gomes Macêdo Barbosa (D, Universidade Cruzeiro do Sul- SP, larissehelena@hotmail.com)
Carolina Furlanetto Viana (Universidade Cruzeiro do Sul - SP)
Laura Franco de Souza Minussi (Universidade Cruzeiro do Sul - SP)

Resumo. O presente trabalho teve por objetivo conhecer o funcionamento de um CAPS, especificamente, pretendeu-se fazer uma comparação entre esse centro e uma instituição total. Para tanto, foi realizada uma visita técnica no CAPS III, localizado na zona sul da cidade de São Paulo. Utilizou-se como instrumentos a observação participante, bem como, uma entrevista semiestruturada elaborada tendo em vista os eixos de investigação, com perguntas voltadas: ao serviço e à estrutura; ao atendimento realizado; aos profissionais e à prática interdisciplinar; às relações com outros serviços de saúde, e, principalmente, às atividades desenvolvidas pelos usuários do CAPS. A entrevista foi realizada com a psicóloga da instituição. Como resultado, percebeu-se que as diversas atividades desenvolvidas no CAPS, ampliam as inúmeras possibilidades de vida e estreitamento de relações sociais, promovendo assim a inserção, proteção e suporte de grupo. Dessa forma, o CAPS III alcança os objetivos propostos pela reforma psiquiátrica e se afasta do conceito de instituição total.

Palavras-chave: Centro de Atenção Psicossocial, saúde mental, instituições totais.

Introdução

As raízes da psiquiatria têm a ver com controle e poder, a visão de Amarante (1998, *apud* Birmann, 1992) levanta a crítica do início da psiquiatria como encarceramento, morte e exclusão dos loucos a história da psiquiatria está relacionada com as instituições.

Segundo Amarante (1998) os internados eram encarcerados em jaulas, acorrentados e violentados no sec. XVIII, um dos hospitais psiquiátricos mais antigo do mundo, conhecido pela forma brutal como tratava os seus pacientes, fundado em 1247, Bethlem Royal Hospital of London, o hospital psiquiátrico ou manicômio, centro de práticas desumanas e assustadoras, o hospital trancafiava os pacientes em jaulas e permitia acesso do público, mediante pagamento de ingresso, como forma de entretenimento.

Muitas instituições foram montadas, o estado era persuadido a usar os impostos para construir mais e mais lugares, os psiquiatras por sua vez tinham que provar a sua profissão com tratamentos que curasse essas desordens, colocando como desordem emocional, algo

biológico. Mas esses tratamentos nada mais eram que uma forma de mascarar a tortura física e mental (Amarante & Nunes, 2018)

A partir do século XIX, há uma produção de uma percepção dirigida pelo olhar científico sobre o fenômeno da loucura, transformando-se em objeto de conhecimento pela constituição de medicina mental, trazendo a medicalização e terapeutização, marco histórico da prática médica psiquiátrica. Mais tarde surge Pinel, considerado pai da psiquiatria, reformulando o método utilizado para tratar os loucos. Trazendo um diagnóstico focado na observação prolongada, rigorosa e sistemática das transformações biológicas, mentais e sociais do paciente, que eram realizadas dentro no manicômio, que passou da condição de asilo onde se abrigava, para a condição de cura/tratamento. Não obstante, a forma de tratamento de Pinel foi logo ofuscada pelo emprego inadequado do tratamento, trazendo como consequência o aumento do interesse pela explicação e tratamento da loucura a partir de modelos organicistas. Surgindo assim, um modelo de manicômio pautado na exclusão social, destinados somente aos tidos como loucos, além de difundir o conceito que e estabelece a doença como problema de ordem moral (Figueirêdo, Delevati, & Tavares, 2014).

No Brasil, em 1852 foi criado o primeiro manicômio/hospital psiquiátrico, no Rio de Janeiro, com o nome de Hospício D. Pedro II na cidade do Rio de Janeiro. A Lei Federal de Assistência aos Alienados, foi promulgada em 1912, e teve como repercussão o ganho de status de especialidade médica autônoma aos psiquiatras, aumentando o número de instituições focadas no tratamento dos doentes mentais. Sendo possível identificar, nessa época, um crescimento de 213% da população internada em manicômio/hospital psiquiátrico do Brasil (Caponi, 2009; Ramminger, 2002).

Na Europa e nos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, começaram a surgir movimentos contrários a essa forma tradicional de tratamento da loucura. Como o o Movimento Institucional na França e as Comunidades Terapêuticas na Inglaterra, sendo

considerado o antecessor do movimento mais amplo da antipsiquiatria. Esses movimentos no geral defendiam perspectivas mais humanistas sobre a saúde mental (Figueirêdo et al., 2014).

No Brasil, a reforma ganha forças no ano de 1978 com o grupo pluralista: O Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), composto principalmente de integrantes do movimento sanitário que passaram a lutar também por uma reforma no modelo psiquiátrico brasileiro. Baseados na reforma psiquiátrica italiana, realizaram diversos congressos entre o ano de 1980 e 1990 (Brasil, 2005). Como consequência desses congressos no ano de 1989 o governo da cidade de Santos decidiu intervir no hospital psiquiátrico: Casa de Saúde Anchieta, depois de denúncias realizadas sobre os procedimentos realizados no seu interior (Figueirêdo et al., 2014).

Influenciados por esses congressos, no final da década de 1980, nasceram as os novos serviços com foco assistenciais, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS), concebendo a Reforma Psiquiátrica Brasileira, tendo como função proporcionar consultas médicas, atendimento psicológico, serviço social, terapia ocupacional, entre outros (Figueirêdo et al., 2014). Os Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), locais de atendimento psicológico e psiquiátrico que segundo Koda e Fernandes (2007) atuam principalmente no trabalho a prevenção, promoção da saúde mental, autonomia do usuário e qualidade de vida.

Este movimento foi crucial para a divulgação da urgência da reforma psiquiátrica brasileira e para a comprovação da eficácia da rede substitutiva. Desta forma, no mesmo ano foi apresentado ao congresso Nacional o projeto de lei que propunha a regulamentação dos direitos dos doentes mentais, assim como a extinção dos manicômios e hospitais psiquiátricos no Brasil. Somente em 2001 a lei foi aprovada no congresso impulsionando os movimentos para a reforma psiquiátrica. Nos anos seguintes, o governo voltou-se para essa

pauta criando uma linha de financiamento para a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e programas para a extinção progressivas dos leitos hospitalares. (Brasil, 2005)

Nessa mesma época é criado o programa "De Volta para Casa" que segundo Lima e Brasil (2014) tem como objetivo reinserir socialmente pessoas que estiveram internadas em hospitais psiquiátricos por um período de dois anos. Fortalece, neste período, os movimentos para a construção da rede substitutiva e extinção dos hospitais psiquiátricos, consolidando a reforma psiquiátrica como uma política estatal.

Brasil (2013) define o CAPS como sendo serviços de saúde, formado por uma equipe multidisciplinar, tendo como foco o atendimento de indivíduos, em sua área territorial, que se apresentam em sofrimento psíquico ou transtorno mental, incluindo as pessoas com transtornos decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. Esse atendimento pode se dar tanto em situações de crise como nos processos de reabilitação psicossocial sendo substitutivos ao modelo asilar.

Dessa forma, o CAPS enquadra-se numa rede assistencial externa intermediária entre o hospital e a comunidade. Atuando na prestação de serviços preferencialmente comunitário. Tendo como foco o entendimento da comunidade e a instrumentalização para o exercício da vida civil (Figueirêdo et al., 2014).

Objetivo

O presente trabalho teve por objetivo conhecer o funcionamento de um CAPS, especificamente, pretendeu-se fazer uma comparação entre esse centro e uma instituição total.

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, visando conhecer a realidade de um CAPS da Região Metropolitana de São Paulo. A visita técnica aconteceu no CAPS III localizado na zona sul da cidade de São Paulo. Para tanto, utilizou-se como instrumentos a observação participante, bem como, uma entrevista semiestruturada elaborada tendo em vista os eixos

de investigação, com perguntas voltadas: ao serviço e à estrutura; ao atendimento realizado; aos profissionais e à prática interdisciplinar; às relações com outros serviços de saúde, e, principalmente, às atividades desenvolvidas pelos usuários do CAPS, sendo esta entendida como impulsionadora para promoção da saúde mental dos usuários lá atendidos. No que se refere ao procedimento de coleta de dados, inicialmente realizou-se um contato através de e-mail para a colaboradoras e coordenadora da Coordenadoria Regional de Saúde Oeste, foi solicitado a visita técnica a um CAPS III, situado na região sul da cidade metropolitana de São Paulo. A coleta desses dados ocorreu no período de maio de 2019. Para que a visita técnica ocorresse foram exigidas informações como: lista nominal dos alunos participantes da entrevista, cronograma, professor (a) responsável pela disciplina, unidade que houve interesse em realizar a ação e descritivo das atividades previstas. A entrevista foi realizada com a psicóloga do CAPS e teve duração aproximada de 18 minutos.

Resultados

A visita técnica aconteceu em um CAPS III localizado na região sul da cidade de São Paulo. No que se refere a estrutura física, possui 6 leitos com capacidade para acolhimento noturno, sendo 3 leitos destinados a mulheres e 3 leitos destinados aos homens. Ainda no que se refere a estrutura física, possui diversas as salas onde ocorrem as atividades de marcenaria, rodas de psicoterapia, musicoterapia e sala de pintura, uma sala de TV, onde são apresentados filmes e possui um grande jardim, com uma horta, cuidada pelos usuários.

O CAPS tem uma equipe multidisciplinar, composta por 12 colaboradores. Todos trabalhando de forma integrada. Possuem o grupo grupos abertos denominados de reprodutivos e os fechados, chamados de grupos de referência. Estes últimos são grupos que normalmente tem alguns profissionais que são referências desses usuários, normalmente formada por um médico, para avaliação de questões relacionadas a medicação, e outras duas pessoas da equipe técnica. Nesses grupos de referência são pensados e discutidos o processo terapêutico, aspectos de vida, o que cada um está pensando quanto ao projeto de vida.

Nos grupos abertos, coletivos, são realizadas assembleias, onde são discutidos a organização dos serviços, melhorias, repensados serviços para articulações externas. As assembleias são espaços abertos para comunidade um espaço deliberativo onde se discute diferentes pautas. Nesse CAPS tem um grupo de futebol, com intuito de desenvolver atividades de interação, o grupo de música, denominado de *Musicalização*, onde têm diferentes instrumentos, um espaço de expressão musicalização, sempre com instrumentos que ficam disponíveis para os usuários. Outro grupo disponível é o *Desparafuso* que é um grupo de expressão poética normalmente se reúnem para fazer leituras de poemas, escrever poemas e textos coletivos.

A horta, é um grupo que está sendo formado, com intuito de fazer com que os usuários se apropriem mais do espaço. Atualmente tem um funcionário que cuida, os usuários ainda não têm a apropriação do cuidado e manutenção, mas espera-se, que a partir do momento que eles forem vendo o crescimento do plantio, comecem a serem protagonistas nesse cuidado e manutenção. Tem ainda, o grupo de crochê, liderado por uma auxiliar de enfermagem domina o crochê. Um grupo de yoga, que no momento da visita estava suspenso, pois a psiquiatra responsável se encontra de licença maternidade. E o grupo, corpo e movimento que é um grupo corporal que trabalha com bioenergética e faz uma parceria com o CAPS. Segundo a psicóloga entrevistada todos esses grupos, tem como uma das suas finalidades a promoção de encontros e criação de vínculos.

Outra a atividade o "Bate Pernas Sem Fronteiras" que é um espaço aberto, onde são discutidas e planejadas as saídas para além dos muros do CAPS. Já foram realizados vários passeios por São Paulo, recentemente os usuários foram a praia. Já alugaram um sítio onde os usuários passaram um dia diferente. Essas verbas para as saídas são adquiridas através de projetos, por exemplo, a venda de feijoadas.

O CAPS III oferece atendimento à população correspondente a sua área de abrangência, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo

acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares, sociais e afetivos. O trabalho preventivo e clínico tem como objetivo evitar ao máximo internações psiquiátricas priorizando o tratamento dos usuários próximos à comunidade.

Em conjunto com o usuário e seus familiares, elabora-se um Projeto Terapêutico focado em necessidades específicas que acompanham o usuário nos contextos do dia a dia. Desta forma amplia as inúmeras possibilidades de vida e estreitamento de relações sociais. Promove inserção, proteção e suporte de grupo. Desenvolve atividades com intuito de resgate e construção da autonomia, acesso à vida cultural, autocuidado, manuseio de medicação, inclusão pelo trabalho, entre outras atividades.

Discussão

Segundo Goffman (2005) uma instituição total é definida como:

> " …um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo levam uma vida fechada e formalmente administrada" (Goffman, 2005, pág 11).

Este aponta ainda que são características dessas instituições: I) Fechamento: Consiste em estabelecer uma barreira com o mundo externo, isolamento social. II) Ruptura com as esferas da vida do indivíduo, este trabalha, dorme e tem seu lazer no mesmo lugar, além disso todas as atividades são realizadas por todos os internos juntos, no mesmo horário e seguindo uma rotina pré-estabelecida pelos dirigentes. III) Divisão entre internos e equipe dirigente onde este último fica responsável pelo controle do primeiro, muitas vezes de forma hostil.

Ainda para Goffman (2005) dentro das instituições o interno sofre o processo de despersonificação e mortificação do eu através de diversos procedimentos adotados pela equipe dirigente de forma hostil, entre elas: Testes de obediência, confisco de bens pessoais, obrigação do uso de uniformes e etc. Além disso, dentro das instituições apresenta-se como método coercitivo o uso de prêmios e castigos nos internos para que esses se sintam

“motivados” para obedecer a autoridade local. No geral, as instituições totais oferecem grande sofrimento físico e psicológico aos internos, promovendo rebaixamento da sua saúde mental e traumas psíquicos graves e, muitas vezes, irreversíveis.

Estabelecendo um paralelo com as respostas fornecidas pela colaboradora do CAPS III, onde ocorreu a visita técnica, esse ambiente se afasta das instituições totais a medida em que apresenta uma equipe multidisciplinar que para que para Milhome e Oliveira (2007) se faz necessário decorrente da extrema complexidade do adoecer psíquico, que em sua maioria, envolvem eventos sociais, psicológicos, culturais, políticos, biológicos e sociais. Desta forma, precisa ser tratado a partir de ações integradas e contextualizadas da equipe multidisciplinar. Nesse contexto o CAPS visitado possui uma equipe composta por 12 profissionais, dentre eles, médicos, psicólogos, enfermeiros assistentes sociais e oficineiros.

Além disso, como relatado pela colaboradora, o CAPS III realiza diversas oficinas terapêuticas como: artes, música, marcenaria, entre outros, que para Brandão e Bomfim (2015) tem o propósito de promover a cidadania, expressão de liberdade e reinserção social respeitando a individualidade de cada sujeito. Ainda para os autores existe uma importância fundamental nas oficinas com geração de renda, isso porque, auxiliam o sujeito na reconquista do seu cotidiano e a inserção do mesmo no ambiente de trabalho, da mesma forma o CAPS apresentado oferece oficinas de marcenaria com remuneração para os assistidos.

Brandão e Bomfim (2015) enfatizam a importância da liberdade oferecida para os pacientes para que estes escolham quais atividades querem participar, promovendo autonomia e responsabilidade. No mais, as demais atividades corroboram para autonomia, responsabilidade e reinserção social dos assistidos.

Considerações finais

Este estudo possibilitou conhecer como está aplicada a Política Nacional de Saúde Mental no CAPS III – Zona Sul da cidade de São Paulo a partir da visão de uma de suas

colaboradoras. Por se tratar de um campo de estudos atual, há muito a ser pesquisado, principalmente em relação ao papel estratégico que o CAPS tem exercido na sociedade, ao superar a prática manicomial. A articulação da rede com serviços de promoção à saúde, acredita-se ser uma prática inserida no contexto social e que pode promover benefícios para todos os envolvidos nesse processo, como os profissionais e as pessoas que frequentam esse local e seus familiares.

Apesar da necessidade crescente de pesquisas na área, principalmente no que se refere a intervenções sociais, não foi constatado pelo grupo nenhuma necessidade da mesma na instituição visitada. Tendo em vista os conceitos apresentados neste trabalho, o CAPS III alcança os objetivos propostos pela reforma psiquiátrica e se afasta do conceito de instituição total.

Referências

Amarante, P., & Nunes, M. de O. (2018). A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. *Ciência & Saúde Coletiva*, *23*(6), 2067–2074.

Amarante, P. (1988). *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil.* 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Barros, D. D (1994). *Jardim de Abel: desconstrução do manicômio de Trieste.* São Paulo: EduUSP/Lemos.

Bonfim, Z. Á. C., B. I. R. (2015). *Os Jardins da Psicologia Comunitária: Escritos sobre a trajetória de um modelo teórico-vivencial North Charleston (USA)*, Amazon Books. 2ª Edição.

Brasil (2015). Ministério da Saúde. *Reforma Psiquiátrica e política de Saúde Mental no Brasil.* Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília.

Brasil. (2013). Ministério da Saúde. *Manual de Estrutura Física dos Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento: Orientações para Elaboração de Projetos de Construção de CAPS e de UA como lugares da Atenção Psicossocial nos territórios*. Brasília: Ministério da Saúde.

Goffman, E. (1961). *Manicômios, Prisões e Conventos.* 7. ed. São Paulo: Perspectiva. (Original inglês de 1961).

Koda, M. Y. & Fernandes, M. I. A. (2007). *A reforma psiquiátrica e a constituição de práticas substitutivas em saúde mental: uma leitura institucional sobre a*

experiência de um núcleo de atenção psicossocial. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23 (6).

Figueirêdo, M. L. R. DelevatI, D. M. Tavares, M. G. (2014). Entre loucos e manicômios: a história da loucura e a reforma psiquiátrica no Brasil. *Cadernos de Graduação*. Maceió, 2 (2), 121-136.

Laville, C. & Dionne, J. *A. construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: UFMG.

Lima, S. S., Brasil, S. A. (2014). *Do Programa de Volta para Casa à conquista da autonomia: percursos necessários para o real processo de desinstitucionalização.* Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 24.

Malhotra, N. (2001). *Pesquisa de marketing*. 3.ed. Porto Alegre: Bookman.

ATITUDES FRENTE AO SUÍCIDIO DE PESSOAS LGBT+ E HETEROSSEXUAIS: UM ESTUDO QUASE-EXPERIMENTAL

Layrtthon Carlos de Oliveira Santos (D, Centro Universitário de Patos, layrtthon.oliveira@gmail.com)
Ericarla Verônica Almeida Dias (Centro universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo: No mundo todo, cerca de um milhão de pessoas cometem suicídio por ano. O Brasil está entre os 10 países com mais mortes por suicídio. Além disso, as ideações e as tentativas de suicídio podem chegar a números 10 a 20 vezes maiores. Existe uma alta incidência de suicídios dentro da comunidade LGBT+, ocorrendo mais de mil só no Brasil anualmente. Salienta-se ainda que há uma atitude negativa em relação a pessoas LGBT+ na sociedade, assim como na própria família, podendo causar danos psicológicos nesses indivíduos. Diante disso, esta pesquisa objetivou comparar as atitudes frente ao suicídio de personagens descritos com diferentes orientações sexuais, a partir de um estudo quase-experimental com cenários. Para tanto, foram aplicados 250 questionários com indivíduos da população geral e analisados a partir do SPSS, utilizando estatísticas descritivas e inferenciais. Ao final da pesquisa, não se encontrou diferença significativa considerável nas atitudes dos indivíduos frente ao suicídio nos diferentes cenários, o que pode se dever ao fenômeno da desejabilidade social.

Palavras-chave: Atitudes, LGBT+, suicídio.

Introdução

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o suicídio é o ato intencional de um indivíduo buscar acabar com a própria vida. Este configura-se como uma questão importante de saúde pública em nível mundial, tendo em vista que cerca de um milhão de pessoas suicidam-se por ano, número este que pode chegar a mais de 1,5 milhões em 2020, sendo de 10 a 20 vezes maior em casos de tentativas de suicídio. Ainda hoje, estima-se que a cada suicídio, houveram 5 hospitalizações e 22 visitas aos serviços de emergência por tentativas de suicídio (Lovisi, Santos, Legay, Abelha, & Valencia, 2009).

O comportamento suicida pode ser influenciado por fatores biológicos, psicológicos e socioambientais, cada um com seu peso específico, e possivelmente, nenhum deles isoladamente pode ser capaz de explicar esse comportamento. O impacto desse ato na família, seja social, psicológico ou econômico, é imensurável (Navarro & Martinez, 2012).

Atualmente com a crescente visibilidade e a obtenção de direitos dos LGBT+, podemos pensar que o preconceito e a discriminação em relação a este público não são mais um problema. De fato, as atitudes frente aos LGBT+ têm se mostrado mais sutis e de caráter contemporâneo para se adaptar aos contextos sociais atuais. Entretanto, ainda veem-se atitudes mais preconceituosas de cunho mais tradicionais e hostis. Deste modo é indiscutível que o preconceito e a discriminação com essas pessoas ainda são bastante presentes na atualidade (Gato & Fontaine, 2012).

Segundo Conde (2016), estudos internacionais encontraram uma correlação entre o suicídio e a orientação sexual, indicando que a proporção de suicídios entre adolescentes gays é três vezes maior que heterossexuais. Mostrou também que em outras pesquisas, buscando obter mais dados que corroborassem com os supracitados, observou-se que os homossexuais têm realmente mais chances de tentarem suicídio, porém, os que se denominavam bissexuais, ou outros, estavam entre os mais vulneráveis. Isso pode ser explicado pelo fato de que a homossexualidade ainda é vista com muita estigmatização pela sociedade, incluindo a família.

Com isso, o sujeito é conduzido a viver uma vida inautêntica e que não condiz com seu verdadeiro eu, provocando vazio existencial, angústia e sofrimento. Além disso, constantemente os não heterossexuais passam por experiências de exclusão, agressão, indiferença, segregação, insultos, entre outros. Tudo isso pode ser um fator desencadeante da ideação suicida, podendo ser seguida do suicídio propriamente dito (Conde, 2016).

Ainda segundo Souza (2016), a taxa de suicídio entre jovens LGBT+ são significativamente maiores quando comparadas com a população em geral, haja vista que atualmente os jovens assumem sua sexualidade mais cedo, o que os leva a passar pela homofobia mais rapidamente. Por dia, três jovens cometem suicídio no Brasil, país no qual a taxa anual de suicídio de jovens LGBT+ ultrapassa a média internacional, sendo superior

a mil. Esses dados, revelam uma sociedade brasileira com atitudes hostis, na qual discriminam a pessoa LGBT+ e até mesmo negam sua existência.

Atitudes são formas avaliativas a respeito de algo ou alguém, podendo ser favoráveis ou desfavoráveis, refletindo a forma como alguém se sente em relação a alguma coisa. As atitudes possuem três componentes: cognição, ou seja, componente cognitivo; o afeto, que se refere aos sentimentos e emoções em relação a algo ou alguém; e o comportamento, referindo-se a forma de se comportar em relação a algum objeto atitudinal (Robbins, 2005).

As atitudes sociais podem predispor comportamentos em determinadas situações, derivadas de valores internalizados durante o desenvolvimento pessoal do indivíduo. Estas representam nossos gostos e desgostos referentes a determinadas situações, desempenhando funções especificas para cada pessoa e podendo servir de base para situações sociais. Como por exemplo, quando não se gosta de pessoas envolvidas com determinados grupos, há uma tendência maior de haver um comportamento negativo relacionado a tal grupo, haja vista que os elementos (cognição, afeto e comportamento) se influenciam mutualmente (Chahini, 2012).

Podemos amparar as afirmações acima através de duas teorias relacionadas ao processo atitude-comportamento, sendo elas: a Teoria da Ação Racional (TAR), na qual a relação atitude-comportamento pode ser influenciada pelas normas subjetivas, ou seja, pelo que os outros esperam que o indivíduo faça e pela decisão do mesmo em ceder e corresponder às expectativas; e a Teoria da Ação Planejada que adiciona como variável a facilidade que a pessoa acredita poder praticar tal comportamento (Freires, 2015)

Sabe-se que há uma atitude negativa em relação ao suicídio e atitudes estigmatizantes influenciam até mesmo no processo de atenção e tratamento recebido por esses pacientes nos setores de saúde, afetando o indivíduo e influenciando na busca por ajuda em ocasiões posteriores, além de ser um obstáculo para a adesão ao tratamento e eficácia do mesmo. As atitudes desfavoráveis em relação ao suicídio podem dar-se pelo fato

de vivermos em uma sociedade que rejeita a morte, mesmo sendo mortal, fazendo esta deixar de ser vista como um fenômeno natural e sendo considerada como um fracasso (Navarro & Martínez, 2012).

Outro exemplo válido é a homofobia, sendo este o construto atitudinal mais disseminado em relação a homossexualidade (Gato, Leme, & Leme, 2010). A homofobia refere-se às atitudes negativas direcionadas ao público LGBT+, podendo estas serem expressas de forma sútil ou flagrantes. Podemos citar cinco crenças organizadoras sobre a homossexualidade: religiosas, éticomorais, psicológicas, biológicas e psicossociais. Entretanto, um estudo realizado acerca da homofobia internalizada comprova a influência da religião no autojulgamento da pessoa LGBT+ (Santos, Araújo, & Negreiros, 2018).

Objetivos

Este estudo teve como objetivo verificar se há diferença significativa na atitude frente ao suicídio LGBT+ quando comparado ao suicídio heterossexual com uma amostra da população geral.

Método

Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo com abordagem quantitativa e quase-experimental.

Local de Estudo e Procedimentos

A coleta de dados foi realizada em ambiente virtual, *online*, através de questionários indexados na plataforma do *Google Forms* e divulgados por meio das redes sociais.

Participantes

Contou-se com a participação de 250 indivíduos da população geral com mais de 18 anos. As idades dos partícipes variaram entre 14 e 56 anos (M = 23,17; DP = 7,04), sendo a maioria do sexo feminino (81,6%), solteira (88,4%), católicos (46,4%), com ensino

superior incompleto (43,2%) e de classe média (31,2%). No tocante à orientação sexual, 29,2% relataram ser bissexuais, 18,4% homossexuais e 1,2% transexuais.

Aspectos Éticos

A pesquisa será realizada seguindo todos os procedimentos éticos, com base na resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Esta pesquisa foi realizada após a provação do projeto pelo Comitê de Ética competente. Visando respeitar os aspectos de não-maleficência, este estudo não apresentou nenhum dano aos indivíduos que participarem da pesquisa, ressaltando que os mesmos podem recusar a pesquisa a qualquer momento. Aqueles que aceitaram participar da pesquisa, foram informados sobre seu caráter voluntário, sigiloso e da possibilidade de desistência a qualquer momento sem prejuízos, bem como assinarão um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando sua participação bem como a utilização dos dados em publicações científicas.

Instrumentos

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizada uma adaptação da Escala de Atitude Frente ao Suicídio (Aquino, 2009). Este instrumento objetiva identificar o nível de favorabilidade dos sujeitos frente a três cenas que representam situações em que há algum tipo de comportamento suicida, baseado nos tipos de suicídio por Durkheim: egoísta, altruísta e anômico, após a descrição dos cenários, são apresentados seis itens distribuídos igualmente entre argumentos pró (por exemplo, o personagem deveria pensar que o suicídio pode ser justificado quando continuar vivendo impossibilita o cumprimento de um dever) e contra (por exemplo, o personagem deveria pensar que o suicídio é um ato de covardia) o suicídio de cada personagem, onde cada resposta são dadas em uma escala de 1 = Discordo totalmente a 5 = Concordo totalmente. Na ocasião deste estudo, os itens foram colocados para que os participantes respondessem a respeito de seis cenários onde são descritos indivíduos hipotéticos em determinada situação da vida, mudando apenas o sexo e a orientação sexual, sendo eles: homem heterossexual, homem gay, homem controle (sem

especificação de orientação sexual), mulher heterossexual, mulher lésbica e mulher controle (sem especificação de orientação sexual). A seguir é dado um exemplo de cenário:

Cenário: Homem gay

Pablo é um jovem gay que se encontra em uma condição complicada de sua vida. Na infância, sofreu *bullying* na escola por ser "diferente" da maioria dos outros meninos. O mesmo acontece em seu trabalho, sendo sempre motivo de piada dos colegas. Por ser considerado "estranho", foi excluído até mesmo de seu grupo da igreja. Seus pais se preocupam com o filho e sugerem que ele busque ajuda para "curar" sua condição. Frente a esta realidade que enfrenta, Pablo tem pensado constantemente em tirar sua própria vida, pois entende que não se encaixa na sociedade.

Na sua opinião, o que Pablo deveria fazer?

Ao final havia um pequeno questionário sociodemográfico, onde os entrevistados precisaram responder sua idade, sexo, estado civil, orientação sexual, orientação religiosa, com quem mora atualmente, grau de religiosidade e classe social, entre outras questões do gênero.

Analise de dados

Os dados obtidos foram computados e analisados através do SPSS, versão 22. Neste, foram desenvolvidas estatísticas descritivas (frequência, média e desvio-padrão) e inferenciais (ANOVA de amostras independentes).

Resultados e discussão

Buscou-se verificar as medidas de atitudes favoráveis e contrárias dos participantes em relação ao suicídio de personagens hipotéticos descritos nos cenários com diferentes orientações sexuais. Destaca-se que, no caso, o que era alterado no cenário era apenas o sexo e a orientação dos personagens. As Tabelas 1 e 2 apresentam as estatísticas descritivas das atitudes favoráveis e contrárias ao suicídio, respectivamente.

Tabela 1

Estatísticas descritivas das atitudes favoráveis ao suicídio dos personagens

Cenário	***M***	***DP***
Homem gay	1,65	0,83
Homem heterossexual	2,02	0,84
Homem controle	2,18	0,83
Mulher lésbica	2,01	0,65
Mulher heterossexual	1,69	0,57
Mulher controle	1,69	0,64

Os resultados da Tabela 1 mostram que o cenário em que houve maior atitude favorável ao suicídio foi o do personagem descrito como homem controle, isto é, sem definição de orientação sexual (M = 2,18; DP = 0,83), enquanto a atitude favorável menor foi para o cenário de homem gay (M = 1,65; DP = 0,83).

Uma Análise de Variância (ANOVA) foi realizada a fim de comparar as médias entre os cenários. Observou-se uma diferença nas atitudes favoráveis ao suicídio em razão das diferentes orientações sexuais [F (5,244) = 3 ,80; p < 0,05]. Um teste *posthoc* de Bonferroni mostrou que precisamente as diferenças estatisticamente significativas estão entre as condições homem controle e homem gay (p < 0,05) e mulher heterossexual e homem controle (p < 0,05).

Tabela 2

Estatísticas descritivas das atitudes contrárias ao suicídio dos personagens

Cenário	***M***	***DP***
Homem gay	3,20	1,00
Homem heterossexual	2,96	1,13
Homem controle	2,88	0,99
Mulher lésbica	2,74	0,98
Mulher heterossexual	2,71	0,97
Mulher controle	2,74	1,04

No que tange às atitudes contrárias ao suicídio dos personagens com diferentes orientações sexuais descritos nos cenários, a medida mais alta foi para a condição homem gay (M = 3,20; DP = 1,00) e a menor para a mulher heterossexual (M = 2,71; DP = 0,97). No entanto, não foi verificada na ANOVA qualquer diferença estatisticamente significativa entre as condições [F (5,244) = 1,39; p = 0,228].

Finalmente, cabe levar em conta que a escala de respostas da medida utilizada para mensurar as atitudes frente ao suicídio varia de 1 a 5, sendo a pontuação maior representativa de uma maior concordância. Assim, no caso da Tabela 1, observou-se que não houve qualquer média superior ao ponto médio da escala (2,5), bem como que na Tabela 2 não houve qualquer média inferior a este ponto médio. Sendo, assim, confia-se que não há atitudes favoráveis em medida considerável frente ao suicídio de qualquer personagem, independentemente da orientação sexual descrita no cenário.

Esses resultados podem ser explicandos tendo em vista que não é desejável ter atitudes favoráveis frente ao suicídio de qualquer pessoa, independente da orientação sexual. Esse processo se dá devido ao alto índice de *Desejabilidade social*, a qual explica que pode haver uma tendência a distorções de autorrelatos para direções favoráveis,

negando traços ou comportamentos indesejáveis perante a sociedade. Sendo assim, o indivíduo tende a dar respostas que o representem socialmente de maneira positiva (Gouveia, Guerra, Souza, Santos, & Costa, 2009).

Isso corrobora com a ideia da Teoria da Ação Racional (TAR), na qual a relação da atitude com o comportamento pode ser influenciada pelo que os outros esperam do sujeito e pela decisão do mesmo em ceder as expectativas. Tendo em vista que há uma atitude negativa frente ao suicídio em geral e atitudes estigmatizantes, que podem influenciar não só na forma como as pessoas se posicionam a respeito, como também na busca pelo tratamento. Essas atitudes podem dar-se pelo fato de vivermos em uma que rejeita a morte, mesmo sendo mortal (Freires, 2015; Navarro & Martínez, 2012).

Considerações finais

Esperava-se no presente trabalho encontrar uma atitude mais favorável ao suicídio de indivíduos da comunidade LGBT+ que de indivíduos heterossexuais. Apesar de não ter sido vista diferença significativa, reflete-se que tal resultado era esperado devido aos fatores previamente discutidos: desejabilidade social e aspectos religiosos. Pode-se atribuir estes resultados ainda à natureza da medida de autorrelato. Contudo, estes achados são importante e podem embasar estudos futuros que busquem superar estas limitações.

Referências

Chahini, T. H. C. (2012). A importância das atitudes sociais favoráveis à inclusão de alunos com deficiência nas instituições de ensino, 6.

Conde, M. (2016). *O arco-íris de luto: homofobia internalizada e suicídio* (Monografia). Centro Universitário de Brasília, Brasília.

Freires, L. A., Pessoa, J., & de, A. (2015). *Atitudes frente à homoparentalidade: uma explicação a partir de variáveis explícitas e implícitas* (Tese de doutorado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Gato, J, & Fontaine, A. M. (2012). Atitudes face à diversidade sexual no contexto psicossocial, jurídico, da saúde e educativo. *Exedra. 6*, 81-103.

Gouveia, V. V., Guerra, V. M., Sousa, D. M. F., Santos. W. S., & Costa, J. M. (2009). Escala de desejabilidade social de marlowe-crowne: Evidências de sua validade fatorial e consistência Interna. *Avaliação Psicológica, 8*(1), 87-98.

Lovisi, G. M., Santos, S. A., Legay, L., Abelha, L., & Valencia, E. (2009). Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006. *Rev Bras Psiquiatr. 31(2)*, 86-93.

Lovisi, G. M., Santos, S. A., Legay, L., Abelha, L., & Valencia, E. (2009). Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006. *Rev Bras Psiquiatr. 31(2)*, 86-93.

Navarro, M. C. C., & Martínez, M. C. P. (2012). Atitudes do profissional de enfermagem em relação ao comportamento suicida: influência da inteligência emocional. Revista Latino-Americana, 20 (6), 1-8.

Souza, C. J. A. (2016). As diversas manifestações homofóbicas e suas Consequências no cotidiano das minorias LGBT. *Revista Clóvis Moura de Humanidades. 2*, 27-44.

COMPARANDO A IDEAÇÃO SUICIDA ENTRE GRADUANDOS E PÓS-GRADUANDOS

Gleidson Diego Lopes Loureto (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, diegoloureto.dl@gmail.com)
Thereza Christina Garcia Bezerra (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Larisse Helena Gomes Macêdo Barbosa (Universidade Cruzeiro do Sul – São Paulo)
Katia Correa Vione (*University of Derby*)
Ramon Dutra Diniz (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo: Atualmente o suicídio encontra-se como uma das pricipais causas de mortes mundias, sendo considerado um problema de saúde pública que pode ser evitado. Existem alguns grupos que podem ser mais afetados por esse fenômeno, dentre eles, destaca-se os estudantes de nível superior. Diante disso, este estudo objetivou analisar o nível de Ideação Suicida em Estudantes Universitários e Pós-Graduandos. Para que este fosse realizado, contou-se com a participação de participantes foram 200 estudantes, sendo 100 universitário e 100 pós-graduando (M_{Idade} = 27,8, *DP* = 5,85) sendo a mairia do sexo feminino 78,5% classe social média (52,2%), estudavam em instituições privadas (50,5%) e públicas (49,5%), em relação ao nível de religiosidade, apresentaram média de 2,79 (*DP*=1,18) admitindo o ponto mediano da escala. Vale ressaltar que se tratou de uma amostra por conveniência. No que diz respeito aos resultados do estudo, foi possível perceber que ambos os grupos (universitários e pós-graduandos), são acometidos por situações distintas durante a vida acadêmica, que chegam a acometer a saúde mental, contribuindo para o surgimento de comportamentos suicidários na vida dos acometidos. Sendo assim, conclui-se que é de suma importância o desenvolvimento de políticas públicas que assistam esse público.

Palavras-chave: Ideação Suicida, saúde mental, estudantes universitários, pós-graduandos, saúde pública.

Introdução

Atualmente o suicídio encontra-se como uma das principais causas de mortes no mundo, tornando o tema um problema social de saúde pública, no qual pode ser evitado (Conselho Federal de Psicologia, 2013). Existe uma estimativa de que 60% dos sujeitos que chegam a cometer o suicídio consumado possuíam anteriormente ideação suicida, ou seja, o risco de suicídio está associado à ideação suicida (Silva et al., 2006).

Os maiores índices de suicídios registrados encontram-se em países da Europa Ocidental, enquanto os índices mais baixos estão em países da América Central e América do Sul. O Brasil está entre os dez países com maiores registros de suicídios, com média de 27 mortes diárias ocasionadas por esse fenômeno. Existe uma estimativa de que a cada 45 segundos uma pessoa tenta cometer suicídio, tornando esse fenômeno como responsável por

1,4% do total de mortes registradas no mundo, segundo informações da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 1% do número total de óbitos registrados no Brasil são derivados de suicídios, possuindo uma maior incidência em indivíduos que possuem entre 14 e 29 anos de idade (Brasil, 2013).

Nock et al. (2008) afirmam que tanto o suicídio quanto a tentativa de suicídio, são influenciados pela ideação suicida, que se refere a pensamentos e ideias que os indivíduos possuem direcionados a acabar com a própria vida, apontando a presença de graves sofrimentos psíquicos. A ideação suicida é considerada como um forte preditor das mortes causadas por suicídios, onde a mesma pode resultar em algumas consequências negativas tanto físicas, como: hospitalização, danos físicos; e também problemas sociais como perda da liberdade, gerando grandes gastos para a saúde pública. Sendo assim, a ideação suicida pode ser vista como primeiro passo para que o indivíduo chegue de fato a execução do suicídio ou a outros comportamentos suicidas mais graves (Borges & Werlang, 2006).

É de suma importância diferenciar alguns termos nessa área que podem ser confundidos com facilidade. Adotando as definições propostas por Nock et al. (2008), o suicídio em si é caracterizado pelo ato intencional no qual um indivíduo acaba com a própria vida e junto a isso também existem pensamentos e comportamentos suicidas que podem ser classificados como: *ideação suicida*, que são os pensamentos relacionados ao próprio suicídio; *plano de suicídio* que inclui um método específico para chegar ao suicídio e a *tentativa de suicídio* que envolve atentados reais contra a própria vida.

Existem algumas teorias recentes disponíveis na literatura que tentam explicar estes comportamentos, com principal ênfase na ideação suicida. A exemplo a teoria de três passos (Klonsky & May, 2015), que afirma que a presença de dor associada com ausência de esperança seriam os motivadores da ideação suicida que pode vir a ser traduzida em ação

em razão de fatores adquiridos e práticos que podem aumentar a capacidade de cometer suicídio.

A ideação por si só não leva ao suicídio, mas alguns fatores associados a ela podem transformar essa ideação em ação. Essa ação é multifatorial, podendo sofrer influencias de fatores, internos e externos, como por exemplo, ambientais, biológicos e psíquicos (Gonçalves, Sequeira, Duarte & Freitas, 2014). Sendo assim, a maioria dos estudiosos consideram o suicídio como um comportamento multifatorial, no entanto, alguns autores afirmam que há um conjunto de variáveis influenciando esse tipo de comportamento, como depressão, fatores socioeconômicos, problemas psíquicos, violências, abuso de substâncias como álcool e outros tipos de drogas, falta de esperança, influência da Síndrome do Impostor, como também dos Traços de Personalidade. Além da influência de algumas variáveis específicas nos comportamentos suicidários, existem alguns grupos mais vulneráveis que outros.

Entre os grupos mais vulneráveis podem-se destacar estudantes de nível superior, devido o período universitário ser caracteriza como sendo um momento conturbado, marcado por dificuldades acadêmicas (reprovações, frustrações com o curso sonhado, cobrança, competitividade, reprovações) como também mudanças em sua vida, a exemplo pessoas que precisam sair da casa da família para morar sozinho (a) ou em residências universitárias, em outra cidade/estado, para realização de um sonho e definir seu futuro profissional, junto a isso surgem um conjunto de dificuldades, novas responsabilidades, incertezas, solidão, saudades de casa, da família, dos amigos. Todos esses fatores podem dar origem a vários problemas mentais, entre eles comportamento suicidários, torna-se mais preocupante ainda quando o estudante começa visualizar o suicídio como solução para estes problemas supracitados (Gonçalves, Freitas, & Sequeira 2015). Dessa forma, a seguir apresenta-se o objetivo do presente estudo.

Objetivo

Analisar o nível de Ideação Suicida em Estudantes Universitários e Pós-Graduandos.

Comparar o nível de Ideação Suicida entre Estudantes Universitários e Pós-Graduandos.

Método

Delineamento

A Pesquisa caracteriza-se como sendo um estudo do tipo descritivo com abordagem quantitativa, do tipo *ex post facto* (correlacional).

Amostra

Participaram do presente estudo 200 indivíduos, sendo 50% universitários e 50% pós-graduandos, com idade média de 27,8 anos (DP = 5,85; variando entre 17 a 55 anos). Majoritariamente do sexo feminino (78,5%), classe social média (52,2%). Estes eram estudantes de instituições privadas (50,5%) e públicas (49,5%), em relação ao nível de religiosidade, apresentaram média de 2,79 (*DP*=1,18) admitindo o ponto mediano da escala (3 Mais ou menos religioso; amplitude de 1 = Nada Religioso a 5 = Totalmente Religioso). Vale ressaltar que se tratou de uma amostra por conveniência, dessa forma, participaram do presente estudo sujeitos que se disponibilizaram de forma voluntária.

Instrumentos

No que se refere à coleta dos dados, os participantes responderam a perguntas de natureza sociodemográfica (sexo, idade, classe socioeconômica, entre outras) dispostas no final do questionário *online*, bem como a Escala Multiatitudinal de Tendência ao Suicídio (Aquino, 2009).

Escala Multi-atitudinal de Tendência ao Suicídio – EMTS, foi desenvolvida por Orbach *et al.* (1991), possuindo 30 itens que avaliam quatro dimensões Repulsão pela Morte, Repulsão pela vida, Atração pela vida e Aração pela morte. A versão utilizada nesta

pesquisa é reduzida, possuindo 20 itens, foi adaptada para o contexto brasileiro por Aquino (2009). A escala de resposta possui cinco pontos, variando de 1= Discordo totalmente a 5 = Concordo totalmente. Por fim, nesta oportunidade, utilizou-se um fator geral, a partir da combinação dos fatores da EMTS, possibilitando um escore/índice geral de atitudes frente à ideação suicida (i.e., pontuações alta indicando atitudes favoráveis em relação à ideação suicida; Orbach et al., 1991).

Procedimentos e Aspectos Éticos

Após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética do Centro Universitário – UNIFIP, através do parecer de número 88272218.6.0000.518, iniciou-se a coleta dos dados. Esta se deu de forma *online* (através de um questionário desenvolvido no Google *Docs*). Os respondentes foram abordados através do contato nas redes sociais (*Instagram, Facebook, Whatsapp* e *E-mail*), o questionário possuía as instruções de todos os procedimentos envolvidos, bem como os objetivos da pesquisa e importância do caráter voluntário e sigiloso.

Para afirmar a participação os respondentes tiveram acesso ao *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, disponível no questionário, os mesmos marcaram a opção que significa concordância em participar da pesquisa, admitindo a concordância em participar do estudo, com base nos procedimentos explicados anteriormente. Assim sendo, estes assentem a utilização das respostas para fins científicos, como também são informados sobre a possibilidade de desistência na pesquisa a qualquer momento sem ônus algum. Obedecendo aos fundamentos éticos exigidos em pesquisa com seres humanos, propostos pela Resolução nº 466/2012, promulgado pelo Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012). Para concluir a participação no estudo, os sujeitos levaram cerca de 10 minutos.

Análises de Dados

Para tabulação e análise dos dados foi utilizado o *software* estatístico para ciências sociais (*SPSS*), em sua versão 21, objetivando aferir estatísticas descritivas (média, desvio

padrão, frequência), assim como a análise de comparação de médias para amostras independentes (i.e., *teste t de stundent*).

Resultados

Anteriormente à comparação das amostras frente ao fator geral de tendências suicidas, procedeu-se à criação de um compósito geral de ideação suicida da EMTS a partir das quatro dimensões teoricamente propostas deste construto: repulsão pela morte, repulsão pela vida, atração pela vida e aração pela morte (Orbach et al. (1991). Em termos práticos, tal pontuação foi gerada através do procedimento de escores fatorais das dimensões, extraindo-se, portanto, uma única dimensão latente representando um compósito geral de ideação suicida. Em seguida, via teste *t de Student*, as amostras independentes, alunos da graduação e pós-graduação foram diretamente comparados. Quanto aos resultados, as estatísticas descritivas indicaram médias para os alunos graduandos de 2,12 (*DP* = 0,83) e de 2,04 (*DP* = 0,83). Ademais, tal diferença não se mostrou estatisticamente significativa [t(99) = -1,02, p = 0,321]. A seguir, tais resultados são discutidos.

Discussão

De acordo com os resultados encontrados, pode-se perceber que ambos os grupos (Universitários e Pós-Graduandos), apresentam dificuldades específicas no contexto ao qual estão inseridos, tais sofrimentos afetam a saúde mental e influencia o surgimento de características de comportamentos suicidários. Em relação aos estudantes universitários, Silva (2019), afirma que este grupo está propenso a desenvolver comportamentos suicidas devido ao momento de vida em que se encontram, que pode ser influenciado por demandas de ordem individual, como sentimentos negativos acerca de si e angústia, ou por demandas coletivas, como distanciamento da família, novas responsabilidades e atividades, insegurança quanto ao desempenho acadêmico e futuro profissional, cobrança por parte da família e auto cobrança.

Quanto aos estudantes de pós-graduação, de igual modo, há fatores estressores, entretanto, apresentam distinções quanto comparado aos alunos do nível de graduação. Mas, estes também são fatores intrínsecos e extrínsecos aos sujeitos. Dentre os principais fatores contribuintes para o surgimento dos comportamentos suicidas, podem ser destacados: sensação de incapacidade, dificuldades para dormir ou insônia, medo, pensamentos obsessivos de perseguição e cobranças, bloqueios de escrita, desmotivação, burocracia, ambiente competitivo, falta de ética, falta de suporte, ameaças, pressão para publicar e produzir mais em um curto espaço de tempo, competição, estrutura do investimento e problemas com o orientador, professores e coordenadores, sendo este último um dos principais fatores influenciadores (Oliveira & Conceição, 2018).

Baseado no que foi discutido e com base nos achados na literatura (CFP, 2013), o suicídio é um problema de saúde pública no qual pode ser evitado. A vista disso, vê-se a necessidade do desenvolvimento de ações práticas e específicas, que visam a recuperação, prevenção e promoção da saúde mental, porém é notado uma grande carência de intervenções de saúde pública pautadas em assistir esse público específico (Costa II, 2018). Nesse seguimento, a possibilidade do sofrimento que proporciona o surgimento do comportamento suicida é decorrente de ações interpessoais, que são bastantes presentes na atualidade, designadas como violências psicológicas (Costa II, 2018).

Visto que esse fenômeno é um problema de saúde pública, Costa II (2018), elencou uma lista de ações pautadas na assistência a esse público, visando a melhoria na saúde mental dos sujeitos, levando em consideração que a saúde é um direito de todos. As ações propostas no plano são, desenvolvimento de estratégias de promoção de qualidade de vida, educação, proteção, recuperação da saúde e prevenção dos danos em todos os setores institucionais; estratégias de informação, comunicação e sensibilização acerca do que é o suicídio e que este é um problema de saúde pública; organização de linhas de cuidados integrais (promoção, prevenção, tratamento e recuperação) em todos os níveis de atenção,

garantindo o acesso às diferentes abordagens terapêuticas; Identificação da prevalência dos determinantes e influenciadores do suicídio e das tentativas de suicídio, como também as medidas protetivas e o desenvolvimento de ações intersetoriais de responsabilidade pública, incluindo a responsabilidade de toda a sociedade; execução de projetos estratégicos embasados por estudos, objetivando estratégias de intervenções nos casos de tentativas de suicídio; por último, a promoção de permuta entre o sistema único de saúde e outros sistemas, com a finalidade de aperfeiçoamento na produção dos dados e socialização das informações.

Em linhas gerais, é vigente para a instituição o desenvolvimento de um núcleo de assistência psicológica e psicopedagógica, para oferecer aos discentes todo suporte e apoio necessário. Assim, propõe-se que a instituição oferte alguns tipos de acompanhamentos, desde plantões psicológicos, até mesmo processo psicoterápico individual e de grupo.

Um passo importante foi dado com a criação da Lei nº 13.819 de 26 de Abril de 2019, a saber: " Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios [...]", sendo alguns de seus objetivos garantir às pessoas em sofrimento psíquico o acesso à atenção psicossocial, bem como aos familiares e pessoas próximas, e, juntamente com os estabelecimentos de saúde, segurança e conselhos tutelares, os estabelecimentos de ensino público de privado tornam-se também responsáveis pela notificação compulsória (Brasil, 2019). A partir disso, espera-se maior aprimoramento das taxas reais e, consequentemente, melhor assistência a essas populações, incluindo os estudantes, tendo em vista que a ausência desta é um fator motivante para a ideação suicida.

Levando em consideração que a saúde, inclusive a saúde mental, está incluída na Declaração Universal dos Direitos Humanos e, também, trazendo ao contexto brasileiro, que as pessoas acometidas por transtornos mentais são pessoas asseguradas de proteção e direitos, conforme a Lei 10.216/2001 (Brasil, 2001), nota-se a necessidade de mobilização

dos profissionais da saúde mental na busca por esses direitos e na garantia destes, de forma a fornecer assistência necessária às pessoas vulneráveis à ideação suicida e, por fim, na diminuição dos índices de suicídio em si, sendo uma dessas estratégias a criação de políticas públicas voltadas à temática em questão.

Considerações Finais

A vida no ensino superior vem sendo demarcada como uma fase de esgotamento e sofrimento psíquico, acometendo as vítimas desde o início, ainda na graduação e podendo ser agravada conforme os níveis são elevados (mestrado e doutorado). Diante disso, foi notório que esses fatores prejudicam a saúde mental desse público e influenciam no surgimento de comportamentos suicidários, nesse sentindo, faz-se necessário o desenvolvimento de estratégias de prevenção, promoção e recuperação da saúde mental, visando um melhor bem-estar no ambiente acadêmico.

Referências

Aquino, A. A. T. (2009). *Atitudes e Intenções de Cometer o Suicídio: Seus Correlatos Existenciais e Normativos.* (Doutorado em Psicologia Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

Borges, V. R., & Werlang, B. S. G., (2006). Estudo de ideação suicida em adolescentes de 15 e 19 anos. *Estudos de Psicologia (Natal). 11*(3), 345-351.

Brasil, Lei n. 10.216 de 06 de Abril de 2001 (2001). Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Recuperado em 09 de outubro de 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm

Brasil, Lei n. 13.819, de 26 de abril de 2019 (2019). Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Recuperado em 09 de outubro de 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13819.htm

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Conselho Nacional de Saúde, & Brasil. Ministério da Saúde (MS). Conselho Nacional de Saúde. (2012). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. *Diário Oficial da União*.

Brasil. Ministério de Saúde. (2013). Estatísticas Vitais, mortalidade. Retirado em: http://www2.datasus.gov.br/DATASUS

Conselho Federal de Psicologia. (2013). O suicídio e os desafios para psicologia. Recuperado de: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINAL-revisao61.pdf

Costa II (2018). Vamos falar sobre suicídio nas universidades (e na vida), sem manifestações ou manipulações, mas com cuidado e delizadeza?. Retirado de: https://www.noticias.unb.br/artigos-main/2496-vamos-falar-sobre-suicidio-nas-universidades-e-na-vida-sem-mistificacoes-ou-manipulacoes-mas-com-cuidado-e-delicadeza. Acesso em: 13 dez. 18

Gonçalves, A. M., Freitas, P. P., Sequeira, C. A. A. (2015). Comportamentos Suicidários em estudantes do ensino superior: Fatores de riscos e proteção. *Millenium, 40,* 149-159.

Gonçalves, A., M., Sequeira, C., Duarte, J., C., Freitas, P., P. (2014). Ideação suicida em estudantes do ensino superior politécnico: Influência de algumas variáveis sociodemográficas, acadêmicas e comportamentais. *Millenium, 47*, 191-203.

Klonsky, E., D., & May, A., M. (2015). The Three-Step Theory (3ST): A New Theory of Suicide Rooted in the "Ideation-to-Action" Framework. *International Journal of Cognitive Therapy*. *8*, 114-129.

Nock, M. K., Borges, G., Bromet, E. J., Cha, C. B., Kessler, R. C., & Lee, S. (2008). Suicide and suicidal behavior. *Epidemiologic Reviews, 30*, 133-154.

Oliveira, H. A. L. (2018). Sofrimento Mental de Pós-Graduandos aa UnB: Levantamento e Propostas de Solução. *Centro de convenções Ullysses Guimarães,* 1 – 2.

Orbach, I., Milstein, I., Har-Even, D., Apter, A., Tiano, S., & Elizur, A. (1991). A Multi-Attitude Suicide Tendency Scale for adolescents. *Psychological Assessment: A Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *3*(3), 398.

Organização Mundial de Saúde (2014). Preventing suicide: a global imperative. Geneva: WHO. Retirado de http://apps.who. int/iris/bitstream/10665/131056/1/9789241564779_eng.pdf?ua=1.

Silva, D. A. (2019). A autoestima e o comportamento suicida em estudantes universitários: uma revisão da literatura. *Revista Eletrônica Acervo Saúde,* (23), e422-e422.

Silva, V. F., Oliveira, H. B., Botega, N. J., Marín-léon, L., Barros, M. B. A., & Dalgalarrondo, P., (2006). Fatores associados à ideação suicida na comunidade: um estudo de caso-controle. *Caderno Saúde Pública, 22* (9), 1835-1843.

SÍNDROME DO IMPOSTOR E IDEAÇÃO SUICIDA EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UM ESTUDO CORRELACIONAL

Larisse Helena Gomes Macêdo Barbosa (D, Universidade Cruzeiro do Sul – São Paulo, larissehelena@hotmail.com)
Thereza Christina Garcia Bezerra (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Katia Correa Vione (*University of Derby*)
Tessya Hyanna Almeida Oliveira (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo: Atualmente, na literatura a síndrome do impostor é vista como uma percepção inadequada acerca das próprias conquistas, afetando diretamente a saúde mental dos acometidos e influenciando no surgimento de comportamentos suicidas, diante disso, foi possível perceber que existem grupos que são mais acometidos por esses fenômenos (e.g. estudantes de ensino superior). A partir disso, esquematizou-se o presente estudo, objetivando correlacionar os fatores da ideação suicida com a síndrome do impostor. Para que tal estudo fosse realizado, contou-se com a participação de 202 estudantes universitária, com idade média de 22,5 anos (DP = 5,04), maioria mulheres 71,4%, de instituições privadas 87,9%, de classe social média (52,2%). Os resultados encontrados, mostraram que mostraram que os estudantes apresentam comportamentos suicidas, influenciados por diversos fatores, dentre eles a síndrome do impostor, sendo assim, é de suma importância o desenvolvimento de políticas públicas que reduzam os prejuízos desses fatores na saúde mental desse público, tendo em vista que este é um problema de saúde pública que pode ser evitado.

Palavras-chave: Síndrome do impostor, ideação suicida, estudantes universitários, saúde mental.

Introdução

O conceito de Síndrome do Importor (SI) foi introduzida na literatura por Clance e Imes (1978), sendo descrita como uma percepção inadequada do sujeito acerca de seu desempenho, mesmo com as evidências contrariando essas ideias. Pessoas que apresentam esse tipo de pensamento de impostor duvidam de suas conquistas e habilidades, as atrinuindo a fatores do exterior. Desta forma, os impostores consideram-se incapazes de receber elogios ou reconhecimento acerca de suas conquistas, causando um elevado grau de ansiedade, estresse e falta de autoconfiança, sendo assim, esses indivíduos passam a se considerarem como sendo uma fraude (Simon & Choi, 2018).

No entanto, no mesmo tempo em que o sujeito se considera como sendo uma fraude, ele também tem medo de que as pesssoas relevantes em sua vida o percebam como sendo uma verdadeira fraude, causando danos a sua saúde mental. Sendo assim, os impostores geralmente sabotam seu sucesso, evitando novas possibilidades de crescimento,

para que os mesmos não sejam descobertos como Impostores, chegando a esquivar-se ou excluir-se das atividades sociais (Cowman & Ferrari, 2002).

Clance e Imes (1978), afirmam exister quatro tipos de comportamentos que influenciam diretamente a SI, fazendo com que o sujeito se autosabote. Estes comportamentos podem ser definidos como: *Realização de trabalhos arduos*, para que os outros não percebam sua incapacidade e incompetência. O segundo tipo de comportamento está relacionado a *falsidade*, de modo que os inidivíduos usam ideias opostas as suas, acreditando que se usassem suas verdadeiras não se daria bem. Por fim, o uso do *fascínio* e *simpatia* para atrair os seus superiores, passando a acrediar que o seu sucesso se deu a partir dessa relação.

A Síndrome do impostor chega a surgir no decorrer da vida acadêmica, podendo permear e influenciar diretamente na carreira profisonal dos indivíduos que apresentam esse tipo de comportamento. Desta forma, afetará negativamente o desempenho acadêmico ou profissional, bem como, a saúde mental dos sujeitos acometidos por esta sindrome Clance e Imes (1978). Tendo em vista que a saúde mental dos sujeitos acometidos pela SI é prejudica e influenciada por pensamentos negativos acerca da autopercepção, podem a vir surgir comportamentos suicidários (e.g. Ideação Suicida), influenciados por essa autopercepção inadequada.

Diante do exposto, fica clara a importância de uma compreensão mais precisa acerca desse fenômeno, como também, a identificação de grupos de riscos e possíveis relações e influencias de outros construtos. Sendo assim, faz-se necessário a diferenciação de alguns termos nessa área, que podem ser confundidos facilmente, sendo eles: *ideação suicida*, que são os pensamentos relacionados ao próprio suicídio; *plano de suicídio* que inclui um método específico para chegar ao suicídio e a *tentativa de suicídio* que envolve atentados reais contra a própria vida. Tais comportamentos citados anteriormente antecedem o *suicídio consumado*, que é definido como ato intencional no qual um indivíduo acaba com

a própria vida, sendo acompanhado de pensamentos (Ideações Suicida) e Comportamentos (Plano Suicida e Tentativa de Suicídio) (Nock, et al., 2008).

Dentre as teorias existentes acerca da Ideação Suicida, uma das que vem ganhando maior ênfase é a teoria dos três passos, que afirma que o desenvolvimento desses pensamentos se dá da seguinte maneira, o primeiro passo que estar relacionado a ideação suicida é a dor, influenciada por princípios de base comportamentais. Essa dor pode ser influenciada por diversos fatores, como percepções negativas acerca de si próprias ou das próprias conquistas, nessa fase, a dor por si só não é capaz de levar ao suicídio, sendo assim, um indivíduo apresenta uma ideação suicida leve (Klonsky et al. 2016).

O segundo passo para o suicídio, ocorre quando a dor começa a ser compreendida como conectividade com outras pessoas, com um trabalho, interesses, ou algo que o indivíduo dê importância. Nessa etapa, tem-se uma ideação suicida moderada. Já o terceiro passo da teoria descreve o estágio em que se tem uma forte ideação suicida, podendo levar ao suicídio de fato. Este determinante-chave é a capacidade de tentar suicídio, a qual aumenta na medida em que um indivíduo se torna tolerante a dor, sofrimento e perde o medo da morte, fazendo com que o sujeito entenda que a solução para sua dor seja a morte, segundo Klonsky et al. (2016).

Quanto aos grupos vulneráveis, destaca-se os estudantes universitários, que ao ingressar na vida universitária associada a uma perspectiva de futuro, depara-se com uma rotina de estudos, que algumas vezes podem ser frustrantes, na maioria dos casos, inda muito jovem, o indivíduo tende a não possuir capacidade psicológica para lidar com as adversidades e responsabilidade do mundo acadêmico, além de uma auto cobrança. Partindo desse pressuposto, inicia-se então um movimento com várias consequências negativas para saúde mental do indivíduo. Sendo assim, percebe-se que o acadêmico convive diariamente com várias pressões psicossociais, prejudicando o bem-estar, e influenciando negativamente na saúde mental, fazendo com que esses públicos venham desenvolver algum transtorno

mental ou sofrimento psíquico, ainda no período de sua formação inicial, levando ao aparecimento de comportamentos suicidários (Matos, França & Trevisan, 2019).

Todavia, com base nas questões levantadas pela literatura, pode-se perceber que tanto a Síndrome do Impostor, como a Ideação Suicida influenciam de forma negativa na vida dos estudantes universitários, através disso, foi esquematizado o presente estudo, que tem com objetivos, correlacionar os fatores da Ideação Suicida com a Síndrome do Impostor, tal como, verificar o nível de Síndrome do Impostor em uma amostra de universitários.

Objetivos

Correlacionar os fatores da Ideação Suicida com a Síndrome do Impostor;

Verificar o nível de Síndrome do Impostor em uma amostra de estudantes universitários.

Método

Delineamento

A pesquisa denota-se como sendo do tipo descritivo com abordagem quantitativa *ex post facto.*

Amostra

Para realização da presente pesquisa contou-se com a participação de 202 estudantes universitários, com média de idade de 22,5 anos (DP=5,04; variando entre 17 a 47 anos). Estes são estudantes de instituições privadas (87,6%) e públicas (12,4%), em relação ao nível de religiosidade, apresentaram média de 2,79 (*DP*=1,18) admitindo o ponto mediano da escala (3 Mais ou menos religioso; amplitude de 1 = Nada Religioso a 5 = Totalmente Religioso). Sendo a maioria do sexo feminino (71,4%), de classe social média (52,2%). Vale ressaltar que se tratou de uma amostra por conveniência, desse modo, participaram do presente estudo, todos que se disponibilizaram de forma voluntária.

Instrumentos

Quanto aos instrumentos utilizados para a coleta de dados, os participantes responderam a questões sociodemográfica (e.g. sexo, idade, classe socioeconômica) disponíveis no final do questionário *online*, como também, as *Escala Clance do Fenômeno Impostor (ECFI)* instrumento desenvolvido originalmente na língua inglesa por Clance (1985) e adaptada para o contexto brasileiro por Bezerra, Barbosa, Vione, Athayde e Gouveia (2019, no prelo). A escala de respostas estar diposta em uma escala *Likert* de 5 pontos, que variam de 1 (*Não me descreve*) a 5 (*Me descreve totalmente*) e *Escala Multiatitudinal de Tendência ao Suicídio*, adaptada para o contexto brasileiro por Aquino (2019), esta avalia a tendência ao suicídio a partir de quatro dimensões *Repulsão pela Morte, Repulsão pela Vida, Atração pela Morte e Atração pela Vida*, as respostas também se dão em uma escala de cinco pontos escala de resposta possui cinco pontos, variando de 1= Discordo totalmente a 5 = Concordo totalmente.

Procedimentos e Aspectos Éticos

Inicialmente o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética do Centro Universitário – UNIFIP, após a aprovação através do parecer de número 88272218.6.0000.518, foi iniciada a coleta dos dados, que se deu de forma *online*, através de um questionário desenvolvido no Google *Docs*. Os participantes do estudo foram recrutados por meio do contato eletrônico (*Instagram, Facebook, Whatsapp* e *E-mail*). O questionário disposto, possuía instruções de todos os procedimentos, objetivos da pesquisa, *Termo de Conscientimento Livre e Esclarecido*, assim como, foi ressaltado no questionário a importância do caráter sigiloso e voluntário dos dados apenas para fins científicos, resguardando o sigilo dos participantes e possibilidade de desistência na pesquisa em qualquer momento sem ônus algum. Atendendo a todos os requisitos éticos prescritos na Resolução nº 466/2012, decretados pelo Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012). Os

participantes do estudo levaram em média 10 minutos para finalizar a participação ao estudo.

Análises de Dados

Para tabulação e análise dos dados foi utilizado um *software* estatístico para ciências sociais (*SPSS*), versão 21, objetivando aferir estatísticas descritivas (média, desvio padrão, frequência) acerca dos dados, bem como, correlação de *r* de Pearson.

Resultados

Quanto ao nível de Síndrome de Impostor apresentado pelos estudantes universitários participantes do presente estudo, foi possível observar, que estes apresentaram uma média de 2,87 (*DP* = 0,87).

Ao relacionar os fatores da *Escala Multiatitudinal de Tendência ao Suicídio* (*Repulsão Pela Morte, Repulsão pela Vida, Atração pela Mort*e e *Atração pela Vida*) com a Síndrome do Impostor, foram encontrados os resultados descritos no parágrafo subsequente.

O fator *Atração pela Vida,* apresentou uma correlação inversa com a *Síndrome do Impostor* (r = -0,23; p < 0,001). Enquanto os fatores *Repulsão pela Morte*, *Repulsão pela Vida* e *Atração pela Morte*, apresentaram correlações positivas. *Repulsão pela Vida*, por sua vez, apresentou a relação positiva mais forte (r = 0,43; p < 0,001), seguido pelo fator *Atração pela Morte* (r = 0,38; p < 0,001), por fim, o fator *Repulsão pela Morte,* apresentou mostrou a relação mais fraca (r = 0,15; p < 0,005) entre os demais fatores citados. Tais informações, podem ser verificadas na tabela abaixo:

Tabela 1.
Correlação entre os fatores da Escala Multiatitudinal de Tendência ao Suicídio e a Síndrome do Impostor.

	1	2	3	4	5
1. Síndrome do Impostor	-				
2. Atração pela Vida	-0,23**	-			
3. Repulsão pela Morte	0,43**	0,002	-		
4. Repulsão pela Vida	0,38**	-,0,51	0,44**	-	
5. Atração pela Morte	0,15*	-0,36	0,08	0,63**	-

Nota. * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$.

Discussão

Em relação aos níveis de ideação suicida e síndrome do impostor nos estudantes universitários, pode-se perceber que ambos influenciam negativamente na saúde mental dos universitários. Como afirma Bezerra et al. (2019, no prelo) indivíduos acometidos pela síndrome do impostor possui uma visão negativa acerca de si e de suas conquistas, nesse sentindo é ocasionado sofrimentos psicológico e a partir disso podem vir a surgir alguns comportamentos suicidários, como ideação, tentativas ou planos suicidas (Nock, 2008).

Sendo assim, as influências desses fenômenos afetam várias áreas da vida do sujeito, dentre elas a área acadêmica, tendo em vista que a síndrome do impostor está diretamente relacionada a essa área. Nesse sentido, a síndrome do impostor estaria presente no indivíduo antes deste desenvolver a ideação suicida (Vasconcelos-Raposo, Silva, Fernandes & Teixeira, 2016). Tendo em vista que tanto na ideação suicida os indivíduos apresentam frequentemente um sentimento de infelicidade, na síndrome o impostor o sucesso representa exatamente esse mesmo sentimento, estando ambos ligados a prejuízos na saúde mental dos universitários.

Essas características citadas anteriormente, interferem na capacidade de os sujeitos aceitarem e usufruirem de suas habilidades e realizações, cauando um impacto negativo no seu bem-estar psicológico dos demandados. Quando eles enfrentam para uma tarefa relacionada ao desempenho, os impostores geralmente experimentam uma ansiedade incontrolável devido ao seu medo do fracasso. Ligado a esses comportmantos surgem a exaustão emocional, motivação reduzida, os sentimentos e culpa e vergnha, que impulsionam a despertar as caracteristicas dos comportmentos suicidários (Cornejo, 2019).

Um fator que estar fortemente ligado aos comportamentos suicidários é o perfeccionismo, como afirma Morgado (2018), tal característica, corrobora com a síndrome do impostor. De modo que, afirma que as expectativas perfeitas dos impostores contribui

para o aumento dos níveis de angústia e depressão, que são fatores que influenciam nos comportamentos suicidas, geralemnte isso acontece quando esses indivíduos percebem que não estão alcançando os padrões estabelecidos para si prórpio, passando a si considerar como sendo uma fraude, no mesmo sentido em que apresenta medo de ser descoberto como sendo realmente uma fraude, pelas pessoas significtivas em suas vidas (Bezerra et al., 2019, no plero).

Nesse sentido, vê-se a necessidade de apoio psicológico aos estudantes universitários, visto que essas características tendem a surgir na vida universitária e são agravadas no contexto da pós-graduação e na vida profissional, costernando tanto a vida acadêmica, como também a carreira profissional (Imes & Clance 1978). A partir de observações clínicas Clance (1985), foi revelado que elevados níveis de ansiedade, depressão e insatisfação com a vida, são fatores que motivam os impostores a procurar ajuda profissional, sendo algo eficaz para o bem estar dos indivíduos.

Em linhas gerais, é de suma importancias que as universidades ofertem serviços psicológicos para esses sujeitos em sofrimento psíquico, evidenciando estratégia de melhorias na saúde mental destes. Como também estratégias que visem melhoria na autoestima, levando em considerção que é um fator que reduz as chances de desenvolvimento de comportamento suicidas, como afirma Egwurugwu1 et al. (2018), a partir do seu estudo, foi possível observar uma relação negativa entre a autoestima e a síndrome do impostor, de maneira que, o aumento da autoestima significa a diminuição da síndrome do impostor, ou seja, quanto mais elevada a autoestima, menos características de impostores e menor chance do aparecimento de comportamentos suicidas. Isso ocorre porque os sujeitos conseguem lidar com o sucesso, bem como atribuí-los a sua própria competência e não a fatores externos, contrariando o fenômeno impostor (Hamid, Mohamad, Mozhgan, Emad & Raziyeh, 2013).

Visto que o suicídio é um problema de saúde pública que pode ser evitado (CFP, 2013), que pode sofrer influência da síndrome do impostor (Bezerra et al., 2019 no prelo) é de grande valia que sejam desenvolvidas políticas públicas para assistirem esse público, com estratégias embasadas na prevenção, promoção e recuperação da saúde mental, considerando que a saúde é um direito de todos, conforme está suscitado na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Também existe a Lei 10.216/2001, conhecida no contexto brasileiro como a Lei da Reforma Psiquiátrica, sendo um marco ao estabelecer a proteção sobre os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redirecionando o modelo assistencial para a saúde mental (Brasil, 2001).

Por fim, como afirma Costa II (2018), ainda existe uma ausência de políticas públicas para esse determinado público, sendo assim, nota-se uma grande necessidade na mobilização de profissionais da saúde mental na busca e garantia desses direitos. Fornecendo toda assistência necessária, viabilizando a melhoria na saúde mental, estimulado por essas políticas púbicas.

Considerações finais

Adverte-se que tanto a síndrome do impostor como a ideação suicida, estão fortmente ligados a prejuízos a saúde mental, logo, faz-se de extrema importância o estudo de tais construtos, trazendo relevantes contribuições para a compreensão de tais construtos, visando a promoção de intervenções práticas com a finalidade de reduzir o nível de síndrome do impostor, conseguintemente a ideação suicida, como também o desenvolvimento de políticas públicas para assistir os acometidos.

Referências

Aquino, A. A. T. (2009). *Atitudes e Intenções de Cometer o Suicídio: Seus Correlatos Existenciais e Normativos.* (Doutorado em Psicologia Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

Bezerra, T. C. G., Barbosa, L. H. G. M. B., Vione, K. C., Athayde, R. A. A. A., & Gouveia, V. V. (no prelo). Escala Clance do Fenômrno Impostor: Adaptação brasileira. *Psico USF*.

Brasil, Lei n. 10.216 de 06 de Abril de 2001 (2001). Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Recuperado em 09 de outubro de 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Conselho Nacional de Saúde, & Brasil. Ministério da Saúde (MS). Conselho Nacional de Saúde. (2012). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. *Diário Oficial da União*.

Clance, P. R. (1985). *The impostor phenomenon: Overcoming the fear that haunts your success*. Peachtree Pub Ltd.

Clance, P., R., & Imes, S., (1978). The Imposter Phenomenon in High Achieving Women: Dynamics and Therapeutic Intervention. *Psychotherapy Theory, Research and Practice, 15* (3), 1-8.

Conselho Federal de Psicologia. (2013). O suicídio e os desafios para psicologia. Recuperado de: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio

Cornejo, J. E. (2019). Factores asociados al síndrome del impostor en los estudiantes de medicina de la Universidad Nacional de Ucayali.

Costa II (2018). Vamos falar sobre suicídio nas universidades (e na vida), sem manifestações ou manipulações, mas com cuidado e delizadeza?. Retirado de: https://www.noticias.unb.br/artigos-main/2496-vamos-falar-sobre-suicidio-nas-universidades-e-na-vida-sem-mistificacoes-ou-manipulacoes-mas-com-cuidado-e-delicadeza. Acesso em: 13 dez. 18

Cowman, S. E., & Ferrari, J. R. (2002). "Am I for real?" Predicting impostor tendencies from self-handicapping and affective components. *Social Behavior and Personality: an international journal*, *30*(2), 119-125.

Egwurugwu1, J. N. Ugwuezumba, P. C., Ohamaeme M. C., Dike, E. I., Eberendu I., Egwurugwu, E. N. A. (2018). Relationship between Self-Esteem and Impostor Syndrome among Undergraduate Medical Students in a Nigerian University. *Int J Brain and Cognitive Sciences*, 7(1) 9-16.

Hamid, K., Mohamad, K., Mozhgan, S., Emad, Y and Raziyeh, A. (2013). A study of the relationship between self-esteem and the impostor ohenomenon in the physicians of Rasht City. *European Journal of Experimental Biology*, 3(2): 363-366

Klonsky, E. D., May, A. M., & Saffer, B. Y. (2016). Suicide, suicide attempts, and suicidal ideation. *Annual Review of Clinical Psychology*, *12*, 307-330.

Matos, C. E. G., França, L. D. C. N., & Trevisan, M. (2019). Curso de Enfermagem um estudo acerca dos elementos de risco para o Suicidio em universitários de enfermagem. Retirado de: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0,5&q=Mattos,+C.+E.+G.,+Fran%C3%A7a,+L.+D.+C.+N.,+%26+

Morgado, C. C. A. (2018). *Estudo da influência do perfecionismo na ideação suicida numa amostra de jovens adultos portugueses* (Doctoral dissertation).

Nock, M. K., Borges, G., Bromet, E. J., Cha, C. B., Kessler, R. C., & Lee, S. (2008). Suicide and suicidal behavior. *Epidemiologic Reviews*, *30*, 133-154.

Simon, M., & Choi, Y. J. (2018). Using factor analysis to validate the Clance Impostor Phenomenon Scale in sample of science, technology, engineering and mathematics doctoral students. *Personality and Individual Differences*, *121*, 173-175.

Vasconcelos-Raposo, J., Soares, A. R., Silva, F., Fernandes, M. G., & Teixeira, C. M. (2016). Níveis de ideação suicida em jovens adultos. *Estudos de psicologia*, *33*(2), 345-354. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13819.htm

OBSERVAÇÃO SOBRE A DINÂMICA DE UM GRUPO DE IDOSOS: REFLEXÕES SOBRE VIVER EM COLETIVIDADE

Jucirleia Ferreira de Medeiros Chaves (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, jucirleia@gmail.com)
Maria Hortência Nóbrega de Sousa (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Hugo Horácio de Lucena (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. A presente pesquisa se configura conforme abordagem qualitativa exploratória e as observações realizadas nesse estudo foram por meio da observação participante. O objetivo da pesquisa é observar a participação e interação de idosos em atividades desenvolvidas pelo Serviço Alegria de Viver As ações foram realizadas no Centro de Convivências do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que é vinculado ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) da cidade de São José de Espinharas-PB. Participaram da pesquisa 23 idosos com faixa etária de 50 a 80 anos. Todos fazem parte do Serviço Alegria de Viver. O grupo também conta com 3 orientadores e 2 funcionárias do serviço. Foram utilizados, para a análise da pesquisa, três observações e uma intervenção, tais atividades foram realizadas uma vez por semana. As atividades contavam com os seguintes instrumentos: carta de apresentação, diário de campo, entrevista semiestruturada, caixa acústica para uso na intervenção e uma câmera para registro das atividades. As observações foram realizadas no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos uma vez por semana e ao final das observações, uma intervenção foi aplicada com os participantes. Com isso, alguns pontos como cooperação, interação e convivência familiar, foram encontrados com a análise dos dados obtidos.

Palavras-chave: Idosos, interação, cooperação, convivência familiar.

Introdução

As questões sociais voltadas ao púbico idoso, bem como a visibilidade dos mesmos na sociedade vêm sendo prejudicada ao longo dos anos. Para sanar as dificuldades encontradas durante essa fase da vida são promovidas ações sociais e estratégias em grupos voltadas a promover uma interação significativa de forma a compreender e reinterpretar sua vivência na sociedade.

A interação é importante no processo de construção comportamental e social do indivíduo. Esse processo é de suma importância, pois permite aos idosos construir significados na sua vida social, contribuindo assim, nas relações sociais.

Nesse sentido, a Psicologia Social Comunitária se propõe a estudar o psiquismo resultante dos modos de vida de grupos ou comunidades, visando suas relações

interpessoais, identidades, representações sociais, identificação com o meio, lugar ou comunidade em que vivem (Góis, 2005).

Dessa forma, o presente trabalho consiste em uma pesquisa na qual foram realizadas observações no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em uma cidade do interior da Paraíba. Foram realizadas cinco visitas no mês de maio, na qual quatro dessas visitas foram de observação e uma destinada à intervenção. O objetivo das observações é observar a participação de idosos em atividades desenvolvidas pelo Serviço Alegria de Viver.

Tal serviço tem o objetivo de resguardar os direitos dos idosos e incluí-los na sociedade, assegurando uma maior interação social e fortalecimento dos vínculos familiares. Muitos idosos são negligenciados, tendo seus direitos desrespeitados e "esquecidos" pela sociedade. Todavia, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo VII reconhece que todos são iguais perante a lei, ausentando-se qualquer tipo de discriminação, sem qualquer distinção (Organização das Nações Unidas [ONU], 1948).

Os encontros de observação versam com base nas contribuições da Psicologia Social e Psicologia Social Comunitária, de forma a buscar uma aproximação e assim manifestar uma intervenção junto a um grupo. Ainda assim, as observações servirão para a coleta de dados acerca do comportamento e da situação ambiental e utilizadas para o diagnóstico da situação-problema, auxiliando o psicólogo na decisão de técnicas e procedimentos adequados para atingir o resultado esperado.

Objetivos

Geral

Observar a participação e interação de idosos em atividades desenvolvidas pelo Serviço Alegria de Viver.

Específicos

Observar a interação dos idosos entre si e com os funcionários da instituição;

Detectar possíveis conflitos enfrentados pelo grupo.

Método

Tipo e local do estudo

A pesquisa se configura conforme abordagem qualitativa exploratória e as observações realizadas nesse estudo foram por meio da observação participante, na qual é uma das formas de intervir ativamente nas comunidades. Becker (1994) define a observação participante como sendo um meio do pesquisador de coletar de dados, no qual há uma participação direta com o grupo ou comunidade, pautada na observação e análise de seus comportamentos na vivência em sociedade.

As ações foram realizadas no Centro de Convivências do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que é vinculado ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) da cidade de São José de Espinharas-PB.

O ambiente possui uma estrutura física que conta com 1 pátio, 6 salas, 1 cozinha e 2 banheiros. Dessa forma, algumas atividades são realizadas com o grupo, a saber: oficinas de arte, dança, rodas de conversa e realizam alguns eventos em datas comemorativas, bem como a integração com outros grupos de outras cidades.

Amostra

Participaram da pesquisa 23 idosos com faixa etária de 50 a 80 anos, na qual 6 são do sexo masculino e 17 do sexo feminino. Todos fazem parte do Serviço Alegria de Viver. Esse grupo também era formado por 3 orientadores e 2 funcionárias do serviço. O grupo é atendido por uma equipe multidisciplinar que realizam as oficinas integrativas, como: psicóloga (técnica de referência), pedagoga (orientadora social), educador físico e uma monitora de artes.

Instrumentos

Foram utilizados, para a análise da pesquisa, três observações e uma intervenção, tais atividades foram realizadas uma vez por semana. As atividades contavam com os seguintes instrumentos: Carta de apresentação; Diário de campo, no qual consiste em um tipo de registro dos acontecimentos, incluindo observações subjetivas do objeto estudado (Demo, 2012); Entrevista semi-estruturada, conforme Triviños (1987, p. 146) "tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa"; Caixa acústica, para uso na intervenção e uma câmera para registro das atividades.

Procedimentos

As observações foram realizadas no Centro de Convivência e Fortalecimento de vínculos uma vez por semana. A cada encontro, comportamentos e reações dos participantes eram registradas em um diário de campo para posterior análise. Ao final das observações, foi então aplicada uma intervenção visando a interação e trabalho em equipe dos participantes.

Aspectos éticos

Por se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos, a pesquisa será norteada a partir de normas e diretrizes que obedecem a Resolução 510/16, publicado dia 07 de abril de 2016, a qual incorpora os referenciais básicos da bioética, bem como os princípios éticos da autonomia, não maleficência, beneficência e justiça.

Análise dos dados

A análise foi realizada com base nas observações descritas nos diários de campo durantes os encontros e a intervenção.

Resultados

Os resultados que foram obtidos nesse trabalho foram os mais diversos, desde a interação entre os membros ao benefício em que algumas atividades trazem para a vida dos

mesmos, e que, ao passar dos anos, o organismo humano experimenta diferentes mudanças que dificultam a vivência e o enfrentamento dos desafios diários.

Sendo assim, o envelhecimento está associado a uma variedade de limitações físicas e psicológicas, e é por esse motivo que alguns tem suas limitações em desempenhar certas funções, e por isso, consequentemente, causam danos à qualidade de vida. E foi por esse fator que se deu a escolha do tema, e a partir das observações vimos a necessidade em se discutir a interação dos idosos entre si e com os funcionários da instituição, e detectar possíveis conflitos enfrentados pelo grupo.

No primeiro momento foi observado que entre eles existem algumas limitações da terceira idade e dificuldades que foram encontradas nas observações, como foi no caso da dança, que alguns não conseguiam se movimentar no mesmo ritmo, tendo em vista que alguns tinham dificuldade como se locomover, andar e escrever, sendo uma das principais limitações que acomete aos idosos com o decorrer do tempo.

Uma outra razão importante foi no que se refere à necessidade de convivência grupal, que é uma das características de todo ser humano, necessitando estar inserido em um grupo social, no qual aja interação com outras pessoas.

Na entrevista realizada com uma idosa participante do grupo, a mesma relata a necessidade de estarem em constante contato com atividades físicas, principalmente a dança. É a partir desse contato com a arte da dança que eles podem se exercitar, manter suas relações interpessoais e cooperação com o próximo.

Sendo a interação, um ponto principal frente ao grupo da terceira idade, foi visto que por algumas limitações nem todos conseguiam ir no mesmo ritmo, e muitas vezes ficavam de fora de algumas atividades e principalmente da dança que era a que eles mais gostavam de praticar, e foi pensando nisso que foi feito uma intervenção.

O ponto principal da nossa intervenção era que houvesse uma interação do grupo por completo, e assim foi realizada em dois momentos a nossa intervenção. No primeiro

momento foi feito uma dinâmica que estava relacionada a interação, que eles tinham que dançar todos juntos uns ajudando os outros, para que assim eles percebessem que nem todos tem o mesmo ritmo, e o outro momento foi feito uma roda de conversa, na qual foi trabalhado uma reflexão sobre a interação e cooperação entre pessoas. Também foram questionados o que eles mais gostavam do grupo e o que o grupo proporcionava para cada um.

Discussão

Visto que o envelhecimento tem diversos efeitos diferentes em seu organismo que, de certa forma, diminui a aptidão e acarreta limitações, pois nessa etapa é comum existir restrições. De acordo com Zimerman (2000), o envelhecimento é caracterizado por uma ordem dinâmica e progressiva, na qual ocorre várias mudanças funcionais e morfológicas, determinando uma ausência na sua capacidade de adaptação ao meio ambiente, sendo levado um nível maior na vulnerabilidade e maior incidência a algumas patologias.

Foi observado que alguns idosos não conseguiam assinar a lista de frequência pois eram analfabetos, com isso, percebeu-se uma certa aversão e desconforto relacionado a esse momento. E segundo Ribeiro, Oliveira, Souza e Freitas (2006), uma pessoa analfabeta pode comprometer o grau de entendimento, portanto, se as pessoas não tiverem acesso à escola tendem a ter um certo nível de obstáculos em responder certos questionamentos e até mesmo atividades que são realizadas pelo grupo.

Os idosos dessa pesquisa relatam que um dos motivos para iniciar sua participação no grupo é a necessidade em frente ás atividades físicas, como por exemplo, a dança, que segundo Borragine et al. (2010), é caracterizada como uma das mais recomendadas atividades para os idosos, pois ela vem proporcionar a eles uma força muscular, sustentação, equilíbrio e amplitude dos movimentos. E também, ajuda na mudança do seu estilo de vida, já que necessita da interação entre os indivíduos. E foi por esse motivo que percebemos que

para as pessoas da terceira idade, frequentar o grupo dava a eles uma qualidade de vida melhor, nos aspectos referentes à saúde física e mental.

Um outro fator em relação ao grupo estudado nesta pesquisa, é que podemos observar que é também um ambiente onde alguns levam seus familiares para participarem, e de acordo com Medeiros e Osório (2001, p. 06) “famílias são instituições com várias características, como laços de parentesco e normas de relacionamento que determinam direitos e obrigações de várias espécies a seus membros”. A família possui um grande significado na vida de todos, e a sua função principal é cuidar, zelar e proteger seus membros, dentre outras responsabilidades.

Contudo, durante as observações foram observadas algumas limitações cognitivas entre os membros do grupo. Ademais, com todas essas limitações advindas do processo de envelhecimento, a população idosa sofre com o estereótipo de que a velhice é taxada como uma doença crônica, com um declínio na função social, na qual está apontada diretamente à frustação e ao insucesso (Martins & Rodrigues, 2010). Todavia, esse estudo além de trazer uma visão desconstruída da vida do idoso em sociedade, nos remete a perceber os benefícios da interação dos mesmos com a comunidade.

Considerações finais

Durante a realização desse trabalho científico, assumiu-se o desafio de buscar um melhor conhecimento acerca das práticas relacionadas à Psicologia Social. Esse trabalho veio colaborar para obtenção de mais experiências com o grupo da terceira idade, nos dando a possibilidade de reconstruir as práticas que foram realizadas junto com eles.

Foi adentrando mais e mais, que pôde-se observar e descobrir a singularidade de todos que faziam parte do grupo, vivendo processos de subjetivação, na qual foram absorvidas algumas reflexões sobre qual seria o sentido de tudo, as suas dores, os reencontros, e as tantas vidas, e também a alegria que foi ver nos olhos de cada um fazendo o que gostavam que era o fato da dança.

Os idosos do grupo nos permitiram conhecer a terceira idade, e ter uma interpretação mais aguçada dos seus modelos de vida, nos permitindo ainda experimentar como é fazer parte do grupo, nos possibilitando adquirir capacidades e experiências nessa disciplina.

Diante dos momentos vivenciados durantes as observações, pôde-se perceber as diferentes faixas etárias e qualidades dos membros. O grupo contava com senhoras viúvas, senhores com idade mais avançada e que possuíam a mobilidade reduzida, senhoras com uma alma jovial e que dançavam, gostavam de sair, paquerar, dentre outras atividades. Enfim, pessoas com histórias distintas e que compartilhavam de seus saberes e experiências.

Referências

Becker, H. (1994). *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 2 ed. São Paulo: Hucitec.

Borragine, S. O. F., Souza, M. F., Marques, J. P., Vieira, A. F., Santos, D. C., & Cruz, A. E. (2010). Contribuições da dança para a qualidade de vida de mulheres idosas. *Revista Digital EFDeportes.com*, 15(148).

Demo, P. (2012). *Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos*. 5. ed. Campinas: Papirus.

Góis, C. W. L. (2005). *Psicologia comunitária – atividade e consciência*. Fortaleza: Viver.

Martins, R. M. L., & Rodrigues, M. L. M. (2010). Estereótipos Sobre Idosos: Uma Representação Social Gerontofóbica. *Educação, ciência e tecnologia*, 249-254.

Medeiros, M., & Osório, R. (2012). *Arranjos Domiciliares e Arranjos Nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998*. Brasília: IPE.

Organização das Nações Unidas. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos (217 [III] A). Paris.

Ribeiro, C., Oliveira, C. R. M., Souza, C. S., & Freitas, T. M. (2006). Idosos e família: asilo ou casa. Retirado de https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0281.pdf.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Zimerman, G. I. (2002). *Velhice: aspectos biopsicossociais*. São Paulo: Artmed.

SEXUALIDADE NA VELHICE: O QUE OS IDOSOS TÊM A DIZER?

Juliana Fonsêca de Almeida Gama (M, Centro Universitário de Patos - UNIFIP, julianafgama@gmail.com)
Erlânia Rodrigues Ferreira (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Iara Caroline Henrique Araújo (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Layris Almeida de Queiroga (Centro universitário de Patos - UNIFIP)
Luiza Kelly Soares do Nascimento (Centro universitário de Patos - UNIFIP)

Resumo. Esta pesquisa teve como objetivo discutir acerca da sexualidade na velhice a partir do que têm a dizer os próprios idosos do sertão da Paraíba. Tal objetivo foi estabelecido com vistas a desconstruir estereótipos associados a essa fase do desenvolvimento, além de promover um conhecimento mais profundo dos processos psicológicos e sociais que ocorrem na velhice. Para tanto, traçou-se uma análise qualitativa de entrevistas narrativas realizadas com quatro idosos com idades entre 65 e 80 anos. No decorrer da pesquisa foi realizada vasta pesquisa bibliográfica, que resultou na firme observação de que os problemas inerentes às falsas crenças impressas pela sociedade têm sua origem na falta de estudos científicos acerca da sexualidade na velhice e na ausência generalizada de uma educação e informação sexual. Tal constatação foi reforçada pelos resultados encontrados. Como verificado nas falas dos idosos, se concebe a sexualidade como ato físico e unicamente capaz de gerar prazer, fator decorrente da ausência de conhecimento sobre as potencialidades humanas. Apesar dessa dificuldade, observou-se também processos ressignificação das atividades sexuais, abrindo-se espaços para a presença de forma alternativas de obtenção de prazer, não apenas centralizadas no ato sexual com penetração. Contudo, observou-se também, que os próprios idosos, embora tenham se aberto às entrevistas, apresentam atitudes preconceituosas com relação a si mesmos, provavelmente, para ajustar-se à imagem que a sociedade criou. Conclui-se, portanto, que há uma urgência de que sejam realizados trabalhos teóricos e práticos com este recorte populacional, visando a promoção da saúde dos idosos.

Palavras-chave: Idosos; Envelhecimento; Sexualidade.

Introdução

O presente trabalho trata de uma discussão acerca da sexualidade na velhice através de dados coletados em campo. A análise e discussão das informações coletadas tem como objetivo a desconstrução de muitos estereótipos associados a essa fase do desenvolvimento humano, além do conhecimento mais profundo dos processos psicológicos e sociais da velhice.

A ideia que se tem comumente de envelhecer é perder sua utilidade e seu valor diante da vida, porém, devemos compreender que essa ideia é errônea e deriva de uma representação social. Do ponto de vista biológico, envelhecer desencadeia uma série de

mudanças morfológicas e funcionais do organismo que vão ocorrendo com o passar dos anos. Já do ponto de vista psicológico, envelhecer representa o acúmulo de vivências e conhecimentos que devem ser valorizados.

É fato que o envelhecimento traz consigo diversas mudanças físicas, sociais e também psicológicas, devido à necessidade de entendimento da nova fase do ciclo vital e a tomada de consciência das limitações, arrependimentos e alegrias que são processos psicológicos característicos dessa fase. Entretanto, o peso dos anos depende do significado que cada um irá atribuir. Apesar de reconhecer a singularidade desse processo, é sabido que os idosos sofrem alguns preconceitos da atual sociedade em que vivemos, ainda que, para muitos, seja sinônimo de sabedoria e experiência, como nas sociedades Africanas, onde os idosos são respeitados por serem detentores de muito conhecimento (Vicente, 2005).

Nas sociedades ocidentais, contudo, o idoso é visto como um sujeito inativo, doente, demente e assexuado. Sobre este último aspecto, devemos entender por sexualidade não apenas o ato sexual, mas também carinho, sensualidade, fantasias e inteligência (Vicente, 2005). Em relação à sexualidade, não há comprovação de que esta termine na velhice, contudo, uma possível explicação para tais estigmas é o aumento da expectativa de vida. No decorrer dos séculos, a sexualidade esteve sempre atrelada à ideia de reprodução, reduzida a uma função biológica. Em contrapartida, é necessário considerar a sexualidade em um sentido mais amplo, não apenas como o ato sexual, mas como toda forma de expressar afeto, companheirismo e sua própria identidade. Nos dias atuais, a esse tema ainda representa uma fonte de angústia e dúvidas, principalmente para os idosos.

Devemos considerar que o tempo não *dessexualiza* a pessoa idosa, uma vez que a sexualidade está presente em todas as fases da vida e é uma parte da vida do homem que não pode ser dissociada dele. No envelhecimento, a sexualidade varia tanto quanto os demais comportamentos, mas não resultando em uma redução drástica da resposta sexual. A crença de que o envelhecimento e o declínio da atividade sexual estão diretamente ligados

é, portanto, incorreta. Apesar do aumento de disfunções sexuais na velhice não há obrigatoriamente uma redução do desejo sexual.

Como dito, a sexualidade é um elemento fundamental para uma boa qualidade de vida dos idosos, porém, se faz necessário o conhecimento de como eles a percebem e de como vivenciam. Na atualidade, com o aumento do envelhecimento da população, há cada vez mais idosos cuja situação conjugal é viúva (o) ou separada (o), de forma que estão à procura ou já encontraram um novo parceiro, pois decidiram não mais viver sozinhos e solitários (Vicente, 2005).

Segundo Perry e Potter (2005), tanto os idosos ativos quanto os debilitados têm a necessidade de expressar sua sexualidade a qual está vinculada a personalidade do indivíduo. Portanto, é de extrema importância que os velhos tenham a oportunidade de estar em ambientes que ajudem na socialização, para que possam contar com um companheiro, ter liberdade e contato com a natureza. Os vínculos podem acontecer de diferentes formas e intensidades, nunca perdendo de vista a importância de respeitar os próprios desejos e necessidades (Moura, Leite, & Hildebrandt, 2008).

Embora muitas pesquisas apontem que o mais importante para os idosos são as caricias, atenção, olhares e companheirismo, eles também mantem o exercício da relação sexual como forma de expressar sua sexualidade. Porém, com a maturidade, o exercício da sexualidade é menos frequente, mas possui a mesma intensidade e atende as expectativas para o período de vida que estão vivenciando (Moura, Leite, & Hildebrandt, 2008).

Também há idosos que concebem a sexualidade apenas como o ato sexual, por isso, quando são acometidos com alguma disfunção erétil veem-se em conflito e sentem-se assexuados. Quando ocorre a disfunção e o idoso não aceita esta condição, pode negar ou minimizar o problema, buscando no consumo de bebida alcoólica a solução (Moura, Leite, & Hildebrandt, 2008).

Segundo Perry e Potter (2005), existem muitos mitos sobre sexo e envelhecimento, como por exemplo: pensar que o sexo não tem mais importância na velhice, que os últimos anos devem ser assexuados e que é anormal o idoso ter interesse pelo sexo. Esses mitos prejudicam, sobretudo, as mulheres idosas, que ao atingirem a terceira idade, sentem-se incapazes de ter satisfação e de satisfazer na relação sexual (Moura, Leite, & Hildebrandt, 2008).

O conhecimento sobre a sexualidade é um dos fatores mais importantes e comprometedores da atividade sexual entre os idosos, pois muitos homens deixam de ter relações sexuais e se tornam impotentes porque, como não compreendem as mudanças fisiológicas ligadas ao processo de envelhecimento, interpretam-nas como sendo sintomas de impotência. Nos idosos, a compreensão da sexualidade deve ser estimulada dentro de uma visão positiva, procurando a redução dos mitos, tabus e falsas crenças.

Apesar de muitas vezes não ser algo aceito socialmente a vida sexual é um direito garantido no estatuto do idoso, no artigo 3, onde é postulado que é obrigação da família, comunidade, sociedade e do poder público assegurar ao idoso a absoluta prioridade a vida, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, convivência familiar e comunitária. Entretanto, esses direitos são pouco respeitados e conhecidos, ajudando na manutenção da representação negativa dos desejos e comportamentos sexuais na terceira idade.

Outro direito direcionado aos idosos e que deve ser levado em consideração é a possibilidade de participação e convívio com as demais gerações e a garantia da vivência familiar. A divulgação de informação acerca dessa fase da vida também encontra-se como direito garantido ao idoso, através de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações em caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento, visto que a falta de informação é o principal motivo para a formação de preconceitos e representações sociais negativas.

No artigo 4, está assegurado ao idoso a proteção contra a discriminação, violência, crueldade ou opressão e todo atentado aos seus direitos por ação ou omissão deverá ser punido na forma de lei. Porém, a principal dificuldade está na conscientização social e no pouco conhecimento a respeito dos direitos assegurados aos idosos, sendo importante ressaltar, novamente, a relevância do respeito à lei e ao idoso como sujeito.

Diante dessa discussão urgente e de extrema necessidade, o presente trabalho trouxe como objetivo discutir acerca da sexualidade na velhice a partir do que têm a nos dizer os próprios idosos do sertão da Paraíba. Com isso, como já fora dito, visa-se a desconstrução de muitos estereótipos associados a essa fase do desenvolvimento humano, além do conhecimento mais profundo dos processos psicológicos e sociais da velhice.

Método

Delineamento

A pesquisa aqui relata é do tipo qualitativa. Segundo Minayo (1992), a abordagem qualitativa corresponde àquela que trabalha com o universo dos fenômenos que envolvem os significados, os motivos, as aspirações, as crenças, os valores e as atitudes, fenômenos este que são qualitativamente compreendidos como parte de uma realidade psíquica e social, sobre a qual é possível trabalhar no âmbito profundo das relações, dos processos e dos próprios fenômenos.

Amostra

A pesquisa foi realizada com um total de quatro idosos do sertão da Paraíba, especificamente da cidade de Patos. Os idosos tinham idades entre 65 e 80 anos.

Instrumentos

Foram realizadas entrevistas narrativas, entendendo-se que esta é uma forma privilegiada de interação social. Assim sendo, pretendeu-se obter informações diretamente

construídas pelo entrevistado, com vista aos seus processos de reflexão sobre a realidade que vivencia.

Análise dos Dados

No que se refere à análise das narrativas foram tomados como base os seguintes procedimentos: transcrição, seleção, recorte e análise qualitativa das narrativas.

Aspectos Éticos

Obedecendo aos aspectos éticos, não houve exposição do (s) indivíduo (s) envolvido (s) a riscos desnecessários, sendo garantida a preservação da identidade de todos, e utilizando, quando necessário, codinomes.

Resultados: relato dos idosos sobre o que é sexualidade

Como mencionado anteriormente, foram entrevistados um total de quatro idosos. Para iniciar o procedimento, foi pedido para que falasse sobre sexualidade.

Com relação ao idoso 1, aqui chamado de Maria, "*sexualidade é uma pessoa sexual, quando a pessoa é casada tem uma vida sexual, né?! Hoje em dia, as mulheres ficam se amostrando".*

O idoso 2, aqui chamado de João, disse: "*as coisas mudaram, porque antes eu tinha mulher, agora eu sou viúvo, então para mim mudou muita coisa. As pessoas têm que andar arrumadas pra ser o que elas é".*

O idoso 3, aqui chamado de Marcos, disse: *"eu sei e você sabe também, eu toda vida gostei de respeitar, toda vida fui abocado, mas eu tinha um irmão que era todo "atrevessado", sem vergonha todo. Mas eu gosto dessas coisas, eu sei o que é e você sabe também...as coisas "mudou", não foi nem 100%, mas foi 99%. Hoje "acabousse" respeito, "acabousse" vergonha. Hoje não tem mais namoro não, tem chamego".*

O idoso 4, aqui chamado de José, disse: "*Não sei, tenho mulher, mas não namoro mais não, só dou umas "passadas".*

Discussões: da teoria aos idosos.

De acordo com Capodieci (2000), uma das reações apresentadas pelos idosos ao abordar a sexualidade é a (d) visão de túnel, que consiste na visão da sexualidade apenas relacionada ao ato sexual e apenas a relações heterossexuais, como se percebe nos relatos abaixo:

Quando a pessoa é casada tem uma vida sexual, né?! (Maria);

Antes eu tinha mulher, agora eu sou viúvo, então para mim mudou muita coisa (João); Hoje não tem mais namoro não, tem chamego (Marcos);

Tenho mulher, mas não namoro mais não (José).

No artigo 3, é postulado que é obrigação da família, comunidade, sociedade e do poder público assegurar ao idoso a absoluta prioridade a vida, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, convivência familiar e comunitária. Porém, esses direitos não são respeitados em sua totalidade, promovendo o preconceito contra o idoso sobre os comportamentos de caráter sexual, estimulando ainda mais a mentalidade destes em oposição a si mesmos. Como pode ser visto nas falas dos idosos, se concebe a sexualidade como ato físico e unicamente capaz de gerar prazer, isso já é considerado como decorrente da ausência de conhecimento sobre as potencialidades humanas, o que engessa os pensamentos há tempos, causando grande dificuldade em mudá-los.

Apesar dessa dificuldade, com relação ao idoso 4, José, observa-se uma ressignificação das atividades sexuais, abrindo-se espaços para a presença de forma alternativas de obtenção de prazer não apenas centralizadas no ato sexual com penetração.

Observou-se, por fim, que os próprios idosos, embora tenham se aberto às entrevistas, apresentam atitudes preconceituosas com relação a si mesmos, provavelmente, como mencionado anteriormente, conforme Pascual (2002), esquecendo de suas

necessidades sexuais reais, para que se ajustar à imagem que a sociedade criou. Assim, os idosos dão mais importância à imagem que os outros têm sobre elas do que ao que sentem em relação a sua própria sexualidade.

Considerações finais

Delineia-se aqui um verdadeiro diálogo sobre uma incompatibilidade de um mundo de desejos e estigmas que recaem sobre a sexualidade dos mais velhos. Sexo na terceira idade ainda é uma temática censurada pela sociedade. Percebe-se que a compreensão dos idosos em relação à sexualidade contém algumas limitações, desde a juventude até a época atual. Percorre por questões ligadas ao entendimento do próprio idoso, como a não diferenciação entre sexo e sexualidade, podendo limitar esta ao ato sexual.

Nos dias de hoje, alguns idosos ainda entendem ser "normal" o aparecimento de disfunções sexuais na terceira idade e revelam ter disfunções, todavia, não recorrem ao profissional de saúde para mais elucidação. Diante de tantas perspectivas equivocadas, os idosos buscam camuflar a sua sexualidade, principalmente, pelo modo de se vestir e reconhecem na sociedade, na religião e na família elementos que intimidam o exercício da mesma.

Por meio do presente estudo foi possível constatar ausências no entendimento sobre sexualidade em indivíduos da terceira idade. Diante disso, é urgente que sejam otimizados programas de saúde pública específicos para esta população, que se dediquem de melhor forma à elucidação das principais dúvidas relacionadas à sexualidade.

A partir de programas de instrução, poder-se-ia promover mudanças nos hábitos dos idosos e na cultura. Da mesma forma, é necessário o desenvolvimento de um número maior de estudos para avaliação do conhecimento sobre a sexualidade na população da terceira idade. Entende-se que as discussões devem ocorrer para além das questões anatômicas, pois se incluem os aspectos psicológicos e sociais em torno dessa área temática. Além disso, é

preciso ter o espaço para ouvir e falar sobre necessidades sexuais, consideradas como uma necessidade humana básica.

Referências

Minayo, M., C., S. (1992) O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde São Paulo *Hucitec/ABRASCO*

Moura, I., Leite, M. T., & Hildebrandt, L. M. (2008) Idosos e sua percepção acerca da sexualidade na velhice *Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano 5 (2), 5-7* Perry, A. G., & Potter, P. A. (2005) Grande tratado de enfermagem prática: clínica e prática hospitalar São Paulo, *Livraria Santos*

Souza, D., V., & Zioni, F. (2003) Novas perspectivas de análise em investigações sobre meio ambiente: a teoria das representações sociais e a técnica qualitativa da triangulação de dados *Saúde e Sociedade 12 (2),* 76-85.

FUNCIONAMENTO E ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM UM CAPS INFANTIL NA CIDADE DE SÃO PAULO

Larisse Helena Gomes Macêdo Barbosa (D, Universidade Cruzeiro do Sul- SP, larissehelena@hotmail.com)
Juliana Ataíde Cavalcanti Salatino (Universidade Cruzeiro do Sul- SP)
Sandra Regina Albuquerque (Universidade Cruzeiro do Sul- SP)
Tainá Petrovich G. R. Monteiro (Universidade Cruzeiro do Sul- SP)
Weley da Silva Fagundes (Universidade Cruzeiro do Sul- SP)

Resumo. O presente trabalho tem como objetivo mostrar como funcionam e como trabalham os profissionais de uma instituição voltada para a promoção da saúde mental. Com esse intuito foi feita uma visita técnica a um CAPS Infanto-juvenil na região leste de da cidade de São Paulo. Onde foi realizada uma entrevista com uma psicóloga da instituição que relatou como um CAPS e sua equipe multidisciplinar trabalham para fornecer auxílio para crianças e adolescentes da região. Para a compreensão de como uma instituição fornece auxílio a saúde mental. Foi observado que há estrutura física e recursos humanos adequados para o atendimento proposto. A presença de equipe multidisciplinar é avaliada positivamente. Dessa forma, o CAPS, conseguem fornecer um cuidado mais amplo graças a equipe multidisciplinar que, com suas singularidades, pode oferecer uma variedade de cuidados e abordar a situação do indivíduo de forma mais completa, possibilitando assim uma maior flexibilidade e adaptabilidade no acompanhamento do indivíduo.

Palavras-chave: saúde mental, Centro de Atenção Psicossocial, psicólogo

Introdução

A estruturação da psicologia social trouxe uma série de benefícios para a sociedade, na medida que discute a maneira como entendemos os transtornos mentais, sua dinâmica e mecanismos de convivência. Nesse sentido, a desinstitucionalização é um avanço importante e, ao ser conquistado não só pelas equipes de saúde, mas por toda a sociedade, que acaba sendo ao mesmo tempo criador e vítima dos manicômios (Bottoni & Raupp, 2014).

Conforme observado por Figueiredo, Delevati e Tavares (2014) e Zambenedetti e Silva (2014), após a segunda Guerra Mundial iniciaram-se movimentos com intuito contrário a então forma tradicional de tratamento da loucura. No Brasil o movimento começou na década de 1970, a partir de denúncias de violência e péssimas condições de trabalho dentro dos manicômios e instituições psiquiátricas. Ainda com tratamento massivo até a década de 1980 e com recursos da

Previdência Social, os modelos terapêuticos eram precários com uso abusivo de psicofármacos, além do isolamento dos doentes mentais.

As internações aconteciam de forma automática e arbitrária, privando o paciente de liberdade. Nesse período, iniciou-se a implementação de ambulatórios e o incentivo a multiprofissionalidade dentro dos manicômios, com intuito de prevenção. Porém este modelo apresentou fragilidade e incapacidade ao processo de desospitalização, tirar os pacientes dos hospitais (Zambenedetti & Silva, 2014). Com a Reforma psiquiátrica ocorrem as intervenções e trabalhos mais específicos com equipes multi e interdisciplinares, mudando assim, o conceito de loucura e mudando a forma de trabalho nos hospitais psiquiátricos. O movimento antimanicomial surgiu de forma mais clara a partir de 1987 com o I Encontro Nacional de Trabalhadores da Saúde Mental, cujo lema era “por uma sociedade sem manicômios”.

Conforme divulgado pelo Ministério da Saúde (2005), em 1987 surge o primeiro Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no Brasil, na cidade de São Paulo, enquanto em 1989 se iniciou o processo de intervenção da Secretaria Municipal de Saúde de Santos em um hospital psiquiátrico onde os pacientes eram maltratados e até mortos. Essa intervenção teve repercussão nacional, e a partir disso, demonstrou-se necessária a construção de uma rede de cuidados que efetivamente substitua os hospitais psiquiátricos.

Ainda segundo o Ministério da Saúde (2005), em 1992 os movimentos sociais conseguem aprovar em vários estados brasileiros as primeiras leis que determinam a substituição dos leitos psiquiátricos por uma rede integrada de atenção à saúde mental, dando lugar a ampliação dos CAPS. No início esse processo foi descontínuo, e até o ano de 2000, 208 CAPS estavam em funcionamento.

Em 2001, o Ministério da Saúde aponta que após a aprovação da Lei Paulo Delgado e da realização da III Conferência Nacional de Saúde Mental, a política de saúde mental do governo

federal começa a se consolidar, ganhando maior sustentação e visibilidade. Novas linhas de financiamento foram criadas, além de programas como o “De volta para casa”.

Ainda de acordo com documento publicado pelo ministério da saúde, a desinstitucionalização ganha força a partir de 2002, o intuito era a redução de leitos em hospitais psiquiátricos, além da reintrodução de pessoas com longos períodos de internação na sociedade. É importante ressaltar nesse contexto a importância dos CAPS, eles se tornaram estratégicos para a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Entre suas funções pode-se o atendimento clínico em regime de atenção diária, promoção da inserção social das pessoas com transtornos mentais, regular a entrada das pessoas na rede de assistência da saúde mental e dar suporte a saúde mental. A intenção é de que os CAPS fossem substitutos dos hospitais psiquiátricos, e não complementares. Entre 2000 e 2005, o número de CAPS mais do que triplicou, passando de 208 para 689.

Conforme o portal do Ministério da Saúde (2017), o CAPS é divido nas seguintes categorias:

CAPS I – Todas as faixas etárias, atendendo transtornos mentais graves e persistentes, inclusive uso de psicoativos, em cidades de pelo menos de 15 mil habitantes.

CAPS II – Mesmo atendimento do CAPS I, porém em cidades ou regiões de pelo menos 70 mil habitantes.

CAPS i: Atendimento a crianças e adolescentes, para transtornos mentais graves e persistentes, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas, em cidades ou regiões de pelo menos 70 mil habitantes.

CAPS ad Álcool e Drogas – Atendimento a todas as faixas etárias, especializado em transtornos causados pelo uso de álcool e outras drogas, atendendo cidades ou regiões com pelo menos 70 mil habitantes.

CAPS III – Atendimento com até 5 vagas de acolhimento noturno e observação. Todas as faixas etárias, transtornos mentais graves e persistentes, inclusive uso de psicoativos, atendendo cidades ou regiões de pelo menos 150 mil pessoas.

CAPS ad III Álcool e Drogas - Atendimento de 8 a 12 vagas de acolhimento noturno e observação. Todas as faixas etárias, transtornos pelo uso de álcool e outras drogas, atendendo cidades ou regiões de pelo menos 150 mil pessoas.

Os CAPS possuiriam uma função estratégica no na organização da política de saúde mental. Seriam funções do CAPS oferecer o acompanhamento clínico e possibilitar a "reinserção social" dos usuários no trabalho, na comunidade, na família, a partir de práticas intersetoriais (sociosanitárias, jurídicas, cooperativas de trabalho, escolas, empresas). Dando assim suporte à atenção à saúde mental na rede básica através do trabalho conjunto com as equipes de saúde da família e agentes comunitários de saúde. (Schneider, Cerutti, Martins, & Nieweglowski, 2014)

Segundo salientam Azevedo (2017) os CAPS têm o encargo de organizar a rede de serviços de saúde mental de seu território, dar suporte e supervisionar a atenção à saúde mental na rede básica, Programa de Saúde da Família-PSF, Programa de Agentes Comunitários de Saúde- PACS, regular a porta de entrada da rede de assistência em saúde mental de sua área, coordenar junto com o 7 gestor local as atividades de supervisão de unidades hospitalares psiquiátricas que atuem no seu território; manter atualizada a listagem dos pacientes de sua região que utilizam medicamentos para a saúde mental.

O trabalho do psicólogo no CAPS teria como um dos principais focos o de promover no sujeito a expressão do que ainda não se encontraria representado em um sofrimento ou emoção, aquilo que estaria cindido e negado nele. Outro ponto importante, seria propiciar o desenvolvimento de novos laços entre o usuário e sua realidade, focando em uma maior autonomia e na sua liberdade de ser e de estar no Dessa forma, a atuação do psicólogo na atenção básica

deveria estar direcionada à compreensão dos problemas humanos, situando-os em uma nova dimensão de seu entendimento. (Boing, Crepaldi, & Moré, 2009).

Objetivo

Conhecer o funcionamento e atuação dos psicólogos em um Centro de atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi) na cidade de São Paulo.

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, visando conhecer a realidade de um Centro de atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi) na cidade de São Paulo. A visita técnica aconteceu no CAPSi II de Sapopemba voltado para o público infanto-juvenil de 0 a 17 anos de idade. A categoria de entrevista realizada com a psicóloga foi a entrevista semi-dirigida. Segundo Ocampo e Arzeno (2003), a entrevista semi-dirigida é definida como uma categoria de entrevista que dá liberdade ao entrevistado para apresentar questões que deseja e iniciando por onde preferir, diferente da entrevista totalmente livre, nessa o entrevistador pode interferir para abordar mais sobre um tema citado, podendo assim, extrair mais informações que ajudará apurar com maior exatidão a resposta, também pode intervir caso tenha alguma situação de desconforto que arrisque afetar o objetivo da entrevista. As perguntas da entrevista versavam sobre o funcionamento e atuação do psicólogo junto a equipe multiprofissional.

No que se refere ao procedimento de coleta de dados, inicialmente realizou-se um contato através de e-mail para a colaboradoras e coordenadora da Coordenadoria Regional de Saúde, foi solicitado a visita técnica ao CAPS II, situado na região leste da cidade metropolitana de São Paulo. A coleta desses dados ocorreu no período de maio de 2019. Para que a visita técnica ocorresse foram exigidas informações como: lista nominal dos alunos participantes da entrevista, cronograma, professor (a) responsável pela disciplina, unidade que houve interesse em realizar a ação e descritivo das atividades previstas. A entrevista foi realizada com a psicóloga do CAPS.

Resultados e Discussões

O CAPS no qual foi realizada a pesquisa foi um Centro de atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) localizado na Zona Leste de São Paulo, voltado para o público infanto-juvenil de 0 a 17 anos de idade. O CAPSi compõe a rede de atenção à saúde mental de seu município-sede. É voltado ao atendimento de crianças e adolescentes portadores de transtornos mentais severos e persistentes e, ou, dependentes de álcool ou outras drogas. Essa CAPS era do tipo II destinados ao serviço de atenção à saúde mental em municípios com população de 70 mil a 200 mil habitantes. Oferecendo atendimento diário de 2ª a 6ª feira em no período da manhã e da tarde (Conselho Regional de Psicologia, 2013).

Incialmente foi verificado que a equipe de funcionários é composta por três terapeutas ocupacionais, duas psicólogas, uma psicopedagoga, duas enfermeiras, quatro auxiliares de enfermagem, dois assistentes sociais, um psiquiatra, um pediatra, uma educadora física, uma farmacêutica, uma técnica de farmácia, duas fonoaudiólogas, um artista plástico, três auxiliares administrativos, dois assistentes administrativo, dois seguranças e dois auxiliares de limpeza. O que está em consonância com o que preconiza o Mistérios da Saúde (2013) que estabelece como equipe mínima de um CAPSi, 01 médico psiquiatra, ou neurologista ou pediatra com formação em saúde mental; 01 enfermeiro, 04 profissionais de nível superior, 05 (cinco) profissionais de nível médio.

Em seu ambiente físico a instituição possui dois andares contendo no primeiro a recepção, dois consultórios onde a psicóloga e a fonoaudióloga revezam as salas para atendimento, farmácia, enfermaria, um consultório médico no qual o psiquiatra e a pediatra dividem para realização de suas devidas consultas, duas salas no fundo para realização de oficinas e dois banheiros. Enquanto no segundo andar contém a sala de ambiência, uma copa cozinha onde é realizada a oficina de culinária e as refeições tanto dos usuários quanto dos profissionais, sala de reunião, administração

e banheiros. A estrutura física se mante adequada visto que se adequa, ao mínimo estabelecido (Mistérios da Saúde, 2013).

O CAPS em questão não apresenta uma rotina, mas possui um cronograma com diversas atividades. Funcionando de portas abertas a população e não fazendo distinção no atendimento. No primeiro momento é realizado o atendimento que no caso é a escuta, entender o motivo da pessoa estar ali e depois analisar se a necessidade daquele indivíduo está dentro da demanda de atendimento do CAPS. Atendendo crianças e adolescentes com intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, abarcando os transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas.

São realizadas diversas oficinas, com grupos direcionados para diferentes faixas etárias e a partir de uma avaliação individual com o intuito de direcional ao projeto terapêutico singular, diante disso é proposto ao usuário e caso não haja adaptação ele tem autonomia para entrar em uma oficina nova. Sendo sempre exaltado a importância da equipe multidisciplinar, para melhor entendimento e ajuda nos casos atendidos. Cumprindo assim o objetivo fundamental da atuação do psicólogo que seria propiciar o desenvolvimento de novos laços entre o usuário e sua realidade, tentando propiciar um espaço de autonomia e liberdade (Boing et al., 2009).

No que se refere a demanda, foi ressaltado que a mesma é maior que o estipulado, mas isso não seria visto como um problema, pois grande parte dos casos enviados para o CAPS não se enquadram no atendimento e são redirecionados a UBS e quanto aos casos escolares, são realizadas reuniões com representantes das escolas junto de alguns profissionais atuantes do CAPS, onde é levantado alguns casos de alunos que a escola acredita que pode ser demanda do CAPS e dentro dessa mesma reunião, o atuantes já encaminham se for o caso. Com isso, há uma diminuição da demanda escolar, podendo se dedicar aos casos que necessitam de intervenção.

Muitos são os desafios, por exemplo estranhamento em relação ao que se espera de um serviço substitutivo de um hospital psiquiátrico. As pessoas com transtornos mentais leves

desenvolveram certa dependência do CAPS comprometendo sua autonomia e as práticas deveriam ser pensadas para além do CAPS, buscando alternativas que tornassem esse serviço dispensável, com suas ações diluídas nos outros serviços de atenção à saúde. Pessoas portadoras de transtornos mentais severos e persistentes, frequentam o serviço para atualização de receitas e encaminhamento para internação no antigo hospital psiquiátrico indo na contramão da razão de existir do CAPS. Além disso, a cultura profissional de prática clínica individual para ajustamento dos pacientes é alvo de críticas pois resultam na falta de contato social e adaptação, motivando o preconceito aos usuários do CAPS que acabam sendo vistos como um incômodo para a sociedade (Moraes, Romio, & Peixoto, 2011).

A entrevista com a profissional do CAPS trás certo otimismo em relação à evolução desse modelo assistencial. Através de práticas integrativas, desenvolvidas num ambiente multiprofissional, sem estrutura rígida e de portas abertas para a comunidade, consegue-se construir uma base sólida para que dia a dia se desenvolva a autonomia do usuário e se estabeleça um compromisso com os diversos tipos de atendimento para que o usuário não se sinta preterido no SUS.

Além disso, existe a integração supradisciplinar, mantendo comunicação intensa com a educação, esporte e artes. Essa integração entre vários saberes, proporciona um conhecimento mais amplo da situação do usuário e permite buscar meios mais adequados para seu tratamento.

No entanto, as dificuldades são muitas. Existe todo um contexto de problemas que envolve desde o financiamento do SUS, o treinamento dos profissionais para aprender a trabalhar num ambiente multiprofissional, falta de insumos e aparelhos, organização de agendas e flexibilização de horários, boa comunicação entre os vários serviços de saúde, demanda maior que o número de vagas e o preconceito da sociedade.

Nossa entrevistada também chamou atenção para um grande benefício que o trabalho multiprofissional apresenta que seria a soma do conhecimento de cada profissional levando a um

ganho bem maior que cada um individualmente. É enriquecedor trocar experiências entre os diversos profissionais, usuários e seus familiares e amigos. Com a participação da comunidade desde o encaminhamento (às vezes orientado por um vizinho, amigo ou professor) até o seguimento e alta, observa-se maior adequação e aceitação com naturalidade, vencendo certos tabus que as doenças mentais trazem. Mantendo a integração com as equipes do NASF (núcleo de apoio à saúde da família), consegue-se visitas domiciliares que proporcionam o maior entendimento do processo de saúde / doença no ambiente familiar e comunitário, importante ferramenta para o controle da doença e seguimento do tratamento.

Na medida que os usuários e suas famílias adquirem segurança para lidar com a doença e independência em relação ao CAPS, o fantasma dos "muros e grilhões" dos antigos manicômios são destruídos e se caracteriza a capacidade das pessoas de redigir normas para a própria vida num processo de empoderamento com transferência do poder do psiquiatra para o próprio usuário fazer suas escolhas (Bottoni & Raupp, 2014).

Considerações Finais

Com base nas discussões e observações do grupo, chegamos na conclusão de que os CAPS, em comparação a outras instituições de saúde pública, conseguem fornecer um cuidado mais amplo graças a equipe multidisciplinar que, com suas singularidades, pode oferecer uma variedade de cuidados e abordar a situação do indivíduo de forma mais completa, possibilitando assim uma maior flexibilidade e adaptabilidade no acompanhamento do indivíduo.

Foi constatado também, pela entrevista, que as oficinas são uma maneira dinâmica de integração e estimulação para aqueles que procuram o CAPS. As oficinas, não só parecem funcionar como um ponto de relaxamento, mas uma maneira mais humana e casual de abordar toda a sorte de atividades, deixando espaço para que os indivíduos experimentem e tentem coisas novas conforme vão se sentindo confortáveis com as oficinas. Portanto, há um direcionamento dos

indivíduos para certas oficinas, mas também há um trabalho para fortalecer a autonomia de escolha deles.

Observamos ainda que embora o CAPS visitado tenha sofrido alguns contratempos, como o corte no número de funcionários, ele ainda consegue manter a funcionalidade, atendendo a demanda e sem precisar colocar indivíduos em uma fila de espera. Tais fatos demonstram uma dedicação da equipe e a eficiência atual do CAPS, mesmo na situação atual.

Referências

Bottoni, F. D., & Raupp, L. M. (2014). Experimentações em um CAPS Infantil: Embalos, criações, intensidades. *Psicologia em Revista*, *20*(1), 18.

Conselho Federal de Psicologia (2013). *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial* / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP.

Figueirêdo, M. L. R. DelevatI, D. M. Tavares, M. G. (2014). Entre loucos e manicômios: a história da loucura e a reforma psiquiátrica no Brasil. *Cadernos de Graduação*. Maceió, 2 (2), 121-136.

Ministério da Saúde (2013). Manual de estrutura física dos Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento: orientações para elaboração de projetos de construção de CAPS e de UA como lugares da Atenção Psicossocial nos territórios. Brasília: Ministério da Saúde.

Moraes, N., Dias, H., Romio, C., & Peixoto, M. (2011). Intervenção em saúde mental: construindo um ambiente terapêutico em um CAPS InfantoJuvenil. *Revista Contexto & Saúde, 10* (20), 1055-1060.

Ocampo, M. L. S O, Arzeno, M. E. G. *O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas.* 10º edição. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2013.

ANÁLISE NO GRAU DE COMPORTAMENTOS PROCRASTINATÓRIOS EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Giovani Amado Rivera (M, Centro universitário de Patos - UNIFIP, giovani.amado@gmail.com)
Felipe Wallace Araújo da Silva (Centro universitário de Patos – UNIFIP)
Micael dos Santos Araújo (Centro universitário de Patos – UNIFIP)
Mychaell Douglas de França Sousa (Centro universitário de Patos – UNIFIP)
Pollyana Bezerra de Azevedo Ribeiro (Centro universitário de Patos – UNIFIP)

Resumo. A procrastinação é um comportamento que se caracteriza por adiar intencionalmente atividades consideradas "obrigações". No meio acadêmico esse comportamento é recorrente. O objetivo desse estudo é mensurar o grau de procrastinação nos estudantes universitários do Centro Universitário de Patos – UNIFIP, relacionando-os com os dados sociodemográficos. A pesquisa é inferencial e de caráter quantitativo. A amostra é do tipo não probabilística composta por 60 estudantes dos mais variados cursos da área da saúde. Utilizou-se o questionário de Lay respondida utilizando uma escala *likert* de 1 (extremamente característico) a 5 (extremamente não característico). Para determinar os resultados estatísticos, fez-se uso do Teste *t* para amostras independentes. A partir das análises realizadas houve significância estatística entre a variável classe socioeconômica e procrastinação. Os resultados indicam que os participantes de classe média apresentaram médias mais altas na escala de procrastinação do que os de classe baixa. Embora outros resultados não tenham sido estatisticamente significativos, por causa de fatores como, por exemplo, tamanho da amostra, alguns aspectos cabem ser considerados para pesquisas futuras com amostras maiores, como a média de procrastinação entre grupos comparados.

Palavras-chave: procrastinação, universitários, pesquisa, quantitativo.

Introdução

O significado da palavra procrastinar, tem origem latina, sendo que "pro" significa "para diante", "adiante"; "crastino" quer dizer do amanhã (Sampaio, 2011). Ou seja, é um ato de adiar algo para depois.

Sampaio, Polydoro e Rosário (2012) contribuem para a compreensão da palavra, afirmando que a procrastinação é o adiantamento sucessivo das tarefas e está relacionada com um padrão de baixo controle associado a uma má gestão do tempo, incompetência volitiva e irresponsabilidade; mas também a um padrão de evitamento associado ao medo de falhar e à ansiedade.

O ato da procrastinação é comum para a maioria dos indivíduos em sociedade. Em torno de 20% de pessoas adultas relatam comportamentos procrastinatórios em ações rotineiras, como pagar contas e impostos, ir à exames médicos (Ribeiro, Avelino, Colauto, & Casa Nova, 2014). Acredita-se que isso seja um fenômeno muito comum à 70% dos estudantes universitários (Ribeiro et al., 2014).

Rodrigues (2013) verificou que os discentes que procrastinaram no início do semestre tiveram menos stress e menos sintomas de doenças que os que fizeram no final desse período, quando existem prazos mais curtos para entregas de trabalhos e realização de exames. Os alunos que mantiveram este comportamento foram propícios a mais stress, mais sintomas de doenças, mais consultas médicas e um pior desempenho acadêmico do que os alunos que se adiantaram. O mesmo autor, acima citado, também encontrou uma correlação entre a procrastinação e o abuso de substâncias, verificando que este comportamento leva a uma redução do tempo para o cumprimento de determinada tarefa, o que, por sua vez, leva ao consumo de substâncias com o intuito de restringir os níveis de estresse.

No universo acadêmico a procrastinação ocorre frequentemente, pois a trajetória universitária é caracterizada por diversos compromissos que forçam os estudantes a gerenciar simultaneamente as atividades. Nesse sentido, o aluno, voluntariamente, utiliza de seu tempo "livre" para vivenciar outras situações que não o trariam tanto stress e preguiça, ou quaisquer sensações pouco prazerosas.

Tendo em vista a exposição do tema, é notória a existência de um vasto campo de pesquisa a ser desbravado, uma vez que a literatura existente ainda se encontra escassa, além de não apresentarem explicações consideráveis que correlacionem a procrastinação a outros fatores. Nesse sentido, o presente estudo busca aprimorar os conceitos e

descobertas sobre o tema, além de impor uma análise minuciosa dos dados com o objetivo de entender as consequências da procrastinação na vida dos estudantes universitários.

O presente estudo quantitativo pode ser justificado pela extrema importância que este assunto possui para a comunidade científica, trazendo evidências empíricas que auxiliam no entendimento do conceito e de sua influência na vivência psicossocial dos indivíduos, em especial na de estudantes universitários. Espera-se, com esta pesquisa, levantar discussões que contribuam para o entendimento desse aspecto comportamental que afeta a vida acadêmica de estudantes universitários e, posteriormente, na vida profissional.

Objetivo

Analisar o grau de procrastinação em uma amostra de acadêmicos dos cursos de graduação do Centro Universitário de Patos - Unifip.

Método

Delineamento e Hipóteses

Estudo de cunho quantitativo e amostra por conveniência. Este estudo é realizado pelo questionário de Lay (1986), extraído de uma pesquisa com estudantes do curso de ciências contábeis.

H1 – A amostra de estudantes universitários estudada possui um enorme grau de procrastinação.

H2 – Os indivíduos do sexo masculino tendem a procrastinar mais, em comparação aos indivíduos do sexo feminino.

H3 – Os indivíduos que conciliam trabalho e faculdade possuem uma menor tendência a procrastinar, em comparação aos indivíduos que apenas estudam.

H4 – Os indivíduos que se beneficiam de alguma bolsa/financiamento estudantil procrastinam menos em comparação aos que pagam integralmente a mensalidade.

Participantes

O estudo foi realizado com uma amostra não probabilística por conveniência de 60 estudantes das Faculdades Integradas de Patos (FIP) de diversos cursos e faixas etárias, com idades superiores a 18 anos, de ambos os sexos.

Instrumentos

Foram utilizados dois instrumentos (autoaplicáveis) de coleta de dados: Um questionário munido de perguntas objetivas que visavam recolher dados sociodemográficos dos indivíduos da amostra; uma adaptação do questionário de *Lay* que tem por finalidade mensurar os níveis de procrastinação dos estudantes numa escala de 1 a 5. Os estudantes respondem com base na escala *Likert*, na qual os respondentes são solicitados a expressarem não só se as assertivas correspondem a algo extremamente característico ou extremamente não característico, como também informarem o seu grau de caracterização.

Procedimentos

Para a realização da pesquisa, os discentes das Faculdades Integradas de Patos foram abordados antes do início das aulas e durante o intervalo das aulas. Os alunos foram abordados na praça de alimentação e nos corredores do térreo do Bloco A devido a facilidade de aplicação que tais localidades proporcionaram (tendo em vista a proximidade e a quantidade de estudantes). Antes da aplicação do questionário, foi-se explicado o motivo da coleta e perguntado se desejariam participar do experimento. Vale ressaltar que os indivíduos responsáveis pela coleta ficaram próximos às amostras para caso houvessem dúvidas ou indagações sobre o questionário.

Análise de Dados

Foi-se utilizado do programa SPSS (*Statistical Package for the Social Science*; versão 22) para a tabulação e para a análise dos dados da pesquisa. Para a estatística descritiva, foi-se utilizado do cálculo de frequência, média e desvio padrão. No que diz

respeito a estatística inferencial, foi-se utilizado do teste T para amostrar independentes para a comparação de média.

Resultados

A partir dos resultados obtidos na pesquisa, em relação aos dados demográficos, o estudo contou com a participação de 60 indivíduos. A idade da amostra variou de 17 a 38 anos (M=23,3; DP=5,3). Com relação ao período, a amostragem variou dos primeiros aos nonos período, com a média igual a 3,68, com desvio padrão igual a 2,2.

Tabela 1.

Distribuição dos dados sócio demográficos quantitativos da amostra.

Variável	M	DP
Idade	23,3	5,3
Período	3,7	2,2

A amostra foi composta por 20% do sexo masculino e 80% do sexo feminino, com relação aos cursos dos participantes, 51,7% se disseram matriculados no curso de Psicologia, 16,7% eram de Nutrição, 10% eram de Técnico em Radiologia, 8,3% eram de Enfermagem, 5% eram de Odontologia, 3,3% eram de Radiologia, 3,3% eram de Fisioterapia e 1,7% eram de Técnico em Saúde Bucal.

Dos indivíduos que se beneficiavam de alguma bolsa/financiamento estudantil, 59,6% da amostram responderam “Sim”, enquanto 40,4% da amostra responderam “Não”.

Perguntados sobre os seus estados civis, os participantes responderam que 80% da amostra eram solteiros, 15% eram casados, 1,7% eram divorciados, 1,7% eram viúvos e 1,7% participam de outras relações afetivas não listadas.

Dos indivíduos que conciliavam trabalho e faculdade, foi constatado que 45% da amostra tinham de conciliar os dois enquanto que 55% da amostra não tinham este "empecilho".

Ao serem perguntados sobre a classe social de suas respectivas conjunturas familiares, foi constatado que 30% se consideravam como Classe Baixa, 68,3% como Classe Média e 1,7% eram de Classe Alta. Por fim, analisando a orientação religiosa da amostra, 65% responderam "Católico", 13,3% responderam "Protestante/Evangélica", 13,3% responderam "Sem Religião" e 8,3% responderam "Outro".

Tabela 2.

Distribuição dos dados sócio demográficos qualitativos da amostra.

Variável		F	%
Sexo	Masculino	12	20
	Feminino	48	80
Curso	Nutrição	10	16,7
	Fisioterapia	2	3,3
	Técnico em Radiologia	6	10
	Radiologia	2	3,3
	Psicologia	31	51,7
	Enfermagem	5	8,3
	Odontologia	3	5
Técnico em Saúde Bucal		1	1,7
Possui bolsa/financiamento estudantil	Sim	31	59,6
	Não	21	40,4
Estado Civil	Solteiro	48	80
	Casado	9	15
	Divorciado	1	1,7
	Viúvo	1	1,7
	Outro	1	1,7
Trabalho	Sim	27	45
	Não	33	55
Classe Social	Classe Baixa	18	30
	Classe Média	41	68,3

	Classe Alta	1	1,7
Orientação Religiosa	Católico	39	65
Protestante/Evangélico		8	3,3
	Sem religião	8	3,3
	Outro	5	8,3

Como pode ser visto no gráfico abaixo, a maior quantidade de participantes da pesquisa deu-se no curso de Psicologia (51,7%), seguido do curso de Nutrição (16,7%), seguido do curso de Técnico em Radiologia (10%), seguido do curso de Enfermagem (8,3%), seguido do curso de Odontologia (5%), seguido dos cursos de Fisioterapia e Radiologia (ambos com 3,3%) e, por fim, seguido do curso de Técnico em Saúde Bucal (1,7%).

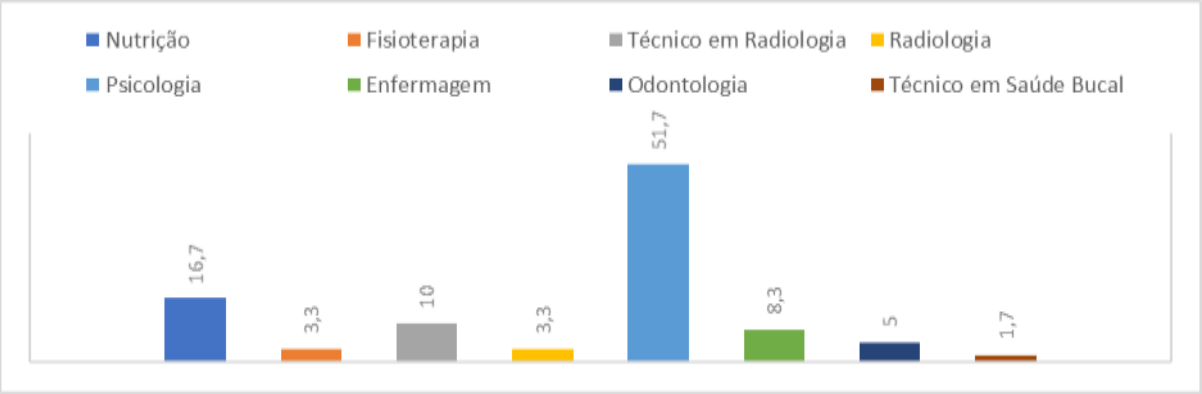

Gráfico 1. Distribuição, em porcentagem, dos cursos da amostra

Como pode ser visto no gráfico abaixo, a maior quantidade de participantes deu-se no grupo dos solteiros (80%), em seguida os casados (15%), e, por fim, os grupos de divorciados, viúvos e outro (1,7% cada).

Gráfico 2. Distribuição, em porcentagem, do estado civil da amostra

Para responder parte dos objetivos específicos do estudo, verificou-se se havia diferença significativa entre os escores de homens e mulheres quanto à procrastinação. Para isso, foi utilizado o teste T de amostras independentes.

Tabela 3.

Relação do escore de procrastinação com o sexo da amostra.

Variáveis	Homens (n=12)		Mulheres (n=48)			
Escore de Procrastinação	M	DP	M	DP	*t*	*p*
	50,8	6,2	54,3	8,1	-1,364	0,18

*$p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$*

Ao observar a tabela, pode ser percebido que a hipótese 2, a qual afirmava que os homens procrastinam mais que as mulheres foi refutada, embora vale ressaltar que o resultado não foi estatisticamente significativo (p=0,18).

Posteriormente, foi analisado se havia diferença significativa entre pessoas que se beneficiavam de bolsa ou financiamento estudantil em comparação a pessoas que não possuíam este benefício. Para esta comparação, foi-se utilizado o teste *t* para amostras independentes.

Tabela 4.

Relação do escore de procrastinação com o beneficiamento de bolsa/financiamento estudantil da amostra.

Variáveis	Sim (n=31)		Não (n=21)			
Escore de procrastinação	M	DP	M	DP	*t*	*p*
	53,5	8,2	54,4	6,8	-0,390	0,7

**p≤0,05; ** p≤0,01*

Ao observar a tabela, pode inferir que a hipótese sobre que relaciona procrastinação com o fato de possuir ou não bolsa ou financiamento estudantil foi confirmada, entretanto o resultado foi não-significativo do ponto de vista estatístico (*p*=0,70)

Um outro aspecto analisado foi a relação entre procrastinação e pessoas que trabalhavam ou não, descrito na hipótese 3. Para relacionar, foi-se utilizado o teste *t* para amostras independentes.

Tabela 5.

Relação do escore de procrastinação com a situação de trabalho da amostra.

Variáveis	Sim (n=27)		Não (n=33)			
Escore de procrastinação	M	DP	M	DP	*t*	*p*
	54,3	7,5	53,0	8,1	0,651	0,52

**p≤0,05; ** p≤0,01*

Ao analisar a tabela, pode-se concluir que a hipótese a qual afirma que indivíduos que não trabalham procrastinam mais do que indivíduos que trabalham foi refutada. Porém, os resultados não foram significativos do ponto de vista estatístico (*p*=0,52).

Um outro fator analisado foi a relação entre a classe social da população e o nível de procrastinação. Para relacionar, foi-se utilizado o teste *t* para amostras independentes com os grupos de classe baixa e de classe média.

Tabela 6.

Relação do escore de procrastinação com a classe social da amostra.

Variáveis	Classe Baixa (n=18)		Classe Média (n=41)			
Escore de Procrastinação	M	DP	M	DP	*t*	*p*
	50,4	7	55	8	-2,092	0,04*

*$p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$

Ao observar a tabela, pode-se concluir que os indivíduos de classe média procrastinam mais que os indivíduos de classe baixa. Embora tal afirmação não tenha sido citada nas hipóteses, o resultado foi estatisticamente significativo (p=0,04).

Discussão

O estudo teve como objetivo analisar os níveis de procrastinação no desempenho acadêmico de estudantes universitários. A hipótese 1 prevê que a amostra de estudantes universitários estudada possui um enorme grau de procrastinação, sendo provada no decorrer do estudo. Estes resultados corroboram, apesar da pesquisa apresentada não se ater as consequências do comportamento procrastinatório, como nas pesquisas de Ribeiro et al. (2014), ambos os resultados das pesquisas demonstraram que os estudantes possuem um alto nível de procrastinação.

A segunda hipótese postula que os indivíduos do sexo masculino tendem a procrastinar mais, em comparação aos indivíduos do sexo feminino. Os resultados apresentados nesta pesquisa sugerem que as mulheres tendem a procrastinar mais em comparação aos homens. Assim, aceita-se que a H_2 do estudo, não compatibiliza com os

resultados apresentados pela pesquisa de Ribeiro et al. (2014), no qual sugere que os estudantes do gênero masculino possuem a maior média de procrastinação, apesar dos resultados, também, apresentarem ausência de significância. No entanto, a ausência de significância não possibilita rejeitar a hipótese nula, de que não há diferença relativa ao nível de procrastinação entre os estudantes dos dois gêneros.

Embora a H3 e a H4 não sendo trabalhadas pelo estudo de Ribeiro et al. (2014), nem seus resultados sendo significativos do ponto de vista estatístico, é possível fazer uma análise crítica sobre tais hipóteses. Foi-se percebido que os indivíduos que não recebiam um auxilio estudantil (Fies, ProUni) tendem a procrastinar mais em comparação aos outros (M=54,4; DP=6,8) e, respectivamente, pessoas que trabalham são mais propensas a procrastinar em comparação às que não conciliam faculdade e trabalho (M=54,3; DP=7,5).

Tendo isso em vista e considerando que muitos resultados não obtiveram resultados significativas, é preciso salientar que uma amostragem maior de indivíduos poderia produzir resultados mais consistentes.

Considerações finais

Um ponto importante a ser comentado sobre a pesquisa diz respeito a uma das variáveis colhidas. Embora tal afirmativa não tenha sido demonstrada nas hipóteses do trabalho, foi-se constatado que indivíduos de classe média (M=55; DP=8,0) procrastinam mais em relação aos de classe baixa (M= 50,4; DP=7,0), resultado estatisticamente significativo (p=0,04).

O estudo, embora inovador no campo de estudo da Psicologia Social, apresentou suas limitações. Em primeiro lugar, vale ressaltar que se foi trabalho com uma amostra muito pequena de indivíduos (n=60), em especial os indivíduos do sexo masculino, o que, de fato, dificulta a ação de inferir estatisticamente de modo mais preciso, o que torna

importante estudos futuros para não só corroborar, mas como também refutar nossos resultados.

Sugere-se para futuras pesquisas a ampliação da amostra utilizada nesse estudo, incluindo instituições públicas ou privadas. Além disso, a utilização de outras formas de mensuração do comportamento procrastinador dos acadêmicos e delimitar as consequências no desempenho acadêmico.

Embora este trabalho tenha sido realização com uma amostra de estudantes universitários, o comportamento procrastinatório segundo a literatura científica (embora escassa) e até mesmo no imaginário social como um todo, afeta os indivíduos de maneira generalizada, como governantes e até mesmo servidores responsáveis pelo trabalho preocupado com a justiça social. Muitas pautas importantes para que a dignidade dos sujeitos seja considerada, tais como uma educação justa e de qualidade para a ampla parcela da sociedade é, em sua grande maioria, deixada de lado, seja por interesses de uma classe dominante ou por ser considerado um trabalho que não garantirá resultados. Nesse sentido, esses comportamentos devem ser debatidos para que haja a verdadeira materialização de um tecido social justo.

Referências

Ribeiro, F., Avelino, B. C., Colauto, R. D., & Casa Nova, S. P. de C. (2014). Comportamento Procrastinador E Desempenho Acadêmico De Estudantes Do Curso De Ciências Contábeis. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, *7*(3), 386–406. https://doi.org/10.14392/asaa.2014070304

Rodrigues, P. J. da R. (2013). *Vulnerabilidade ao stress, qualidade do sono, fadiga e consumo de substâncias em estudantes universitários* (Instituto Superior de Ciências d Saúde Egas Moniz). Retirado de http://comum.rcaap.pt///handle/123456789/6140

Sampaio, R.K.N., Polydoro, S. A. J., & Rosário, P. S. L. F. (2012). Autorregulação da aprendizagem e a procrastinação acadêmica em estudantes universitários. *Cadernos de Educação FaE/PPGE/UFPel*, *42*, 119–142

Sampaio, R. K. N. (2011). Procrastinação Acadêmica e Autorregulação da Aprendizagem em Estudantes Universitários. Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas - SP.